



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Karoline Franciele dos Santos

**COMBATE OU REPRODUÇÃO DO RACISMO NO TRABALHO DA
ASSISTENTE SOCIAL NA UFSC**

Florianópolis,
2020

Karoline Franciele dos Santos

**COMBATE OU REPRODUÇÃO DO RACISMO NO TRABALHO DA
ASSISTENTE SOCIAL NA UFSC**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de mestre em Serviço Social.
Orientadora: Simone Sobral Sampaio.
Co orientadora: Magali da Silva Almeida

Florianópolis,
2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Santos, Karoline Franciele dos
COMBATE OU REPRODUÇÃO DO RACISMO NO TRABALHO DA
ASSISTENTE SOCIAL NA UFSC. / Karoline Franciele dos
Santos ; orientador, Simone Sobral Sampaio, coorientador,
Magali da Silva Almeida, 2020.
217 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Racismo. Política de ações
afirmativas. Assistentes sociais.. I. Sampaio, Simone
Sobral. II. Almeida, Magali da Silva. III. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social. IV. Título.

Karoline Franciele dos Santos

**COMBATE OU REPRODUÇÃO DO RACISMO NO TRABALHO DA
ASSISTENTE SOCIAL NA UFSC**

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca
examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dra. Simone Sobral Sampaio
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Dra. Cristiane Luiza Sabino.
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Dra. Vania Manfroi.
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi
julgado adequado para obtenção do título de mestre em Serviço Social.

Prof. Simone Sobral Sampaio, Dra.
Coordenadora do Programa

Prof. Simone Sobral Sampaio, Dra.
Orientadora

Florianópolis,
2020

Este trabalho é dedicado a toda população negra e todas/os as/os assistentes sociais comprometidos com a luta antirracista.

AGRADECIMENTOS

Parafrazeando o cantor Zeca Pagodinho “custou, mas depois veio a bonança e agora é hora de agradecer”. Chega esse momento da dissertação a mente já está cansada, mas é de suma importância agradecer, pois acredito que tudo que fazemos é coletivo. Coletividade é um dos valores afro civilizatórios muito importante ao qual eu valorizo muito. Primeiramente quero agradecer aos orisás por sempre guiarem meu caminho, em especial Ogum e Iemanjá. Ogum por sempre abrir meus caminhos e me ajudar a vencer todas as demandas, por eu ter herdado o seu senso de justiça. Iemanjá por ser minha mãe protetora, acolhedora e me trazer a paz que tanto preciso.

Aos meus ancestrais que muito lutaram para que hoje eu pudesse ocupar o espaço universitário e de alguma forma mostrar a nossa história que apesar de dura é marcada de muita resistência e asé.

Agradeço a minha mãe Sueli preta, mulher, guerreira, que já passou por tantas nessa vida, sofreu e vivenciou as crueldades que o racismo traz consigo, passou por diversas provações, mas resistiu. Sempre cuidou de mim, que batalhou arduamente em jornadas de até 12 horas por dia para não deixar nada faltar. Mãe és a materialização da força da mulher negra, amo-te!

Agradeço ao meu pai Eloazio, pelo incansável apoio, por sempre enfatizar a importância dos estudos na minha vida. Por não medir esforços para me auxiliar. Pai eu sei que este diploma de mestra em Serviço Social representa muito pra você e fico muito feliz em poder te dar esse presente, amo-te.

Não posso deixar de agradecer ao meu esposo Lázuli Mashal, por todo companheirismo, generosidade, amor e principalmente paciência durante este percurso. Obrigada por entender meus stress, crises de ansiedade, momentos de tensão e entender que estes sentimentos faziam parte do processo. Por muitas vezes pensei em desistir e você me deu força para prosseguir. Amo-te!

Agradeço ao meu filho Akin, que tem apenas 4 anos, e mesmo assim por muitas vezes entendeu minhas ausências. Por tantas vezes queria que eu estivesse brincando com ele, enquanto eu estava na frente do computador. Por várias vezes pensei em desistir do mestrado, pois quando iniciei neste processo

Akin tinha apenas dois anos. Mas permaneci e resisti principalmente por ele. És a razão de tudo, amo-te.

Muito importante também agradecer os amigos e amigas que encontrei ao longo dessa travessia: Jamile, Mariana, Fernanda, Darasele, Mathizy, Cleusa, Letícia, Natália, Djavan, Ewerton. Obrigada por sempre estarem comigo e me apoiarem incessantemente

Agradecer às crianças e adolescentes da "Iniciativa É da Nossa Cor", em que atuo enquanto gestora social. O "É da Nossa Cor" foi/é a escola mais linda que já passei. Todas as nossas vivências, trocas me enriquecem de maneira surpreendente.

Sou extremamente grata à minha orientadora Simone Sobral Sampaio, por todo suporte, acolhida, momentos de debates. Por entender meu processo e se comprometer com a luta antirracista dentro da profissão. A minha co-orientadora, exemplo máximo de representatividade, de luta, de asé dentro da Profissão, Professora Magali da Silva Almeida por todo carinho e suporte prestado.

É de suma importância mencionar a minha imensa gratidão as fontes de conhecimento que bebo. As pretas assistentes sociais pesquisadoras: Magali da Silva Almeida, Roseli Rocha, Ana Paula Procópio, Jussara Assis, Maria Elisabete Pinto, Juliana Marta. Todas as contribuições construídas por vocês me auxiliam e me encoraja a acreditar em um Serviço Social em uma perspectiva decolonial. Ubuntu.

Deixo o meu enorme agradecimento ao corpo docente do PPGSS da UFSC que durante esse percurso transmitiram seus conhecimentos.

Agradeço todos os trabalhadores e trabalhadoras da Universidade Federal de Santa Catarina, muitas vezes invisibilizados, mas essenciais neste espaço e também a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa durante os dois anos de mestrado.

“Não desiste negra, não desiste
Ainda que tente lhe calar
Por mais que queiram esconder
Corre em tuas veias força ioruba axé pra que possa prosseguir
Eles precisam saber que a mulher negra quer casa pra morar, Água pra beber, terra pra se
alimentar
Que a mulher negra é ancestralidade de imbês e atabaques Que ressondam os pés
Que a mulher negra tem suas convicções, suas imperfeições Como qualquer outra mulher vejo que
todas nós
Negras meninas
Temos olhos de estrelas que por vezes se permitem constelar
O problema é que desde sempre nos tiraram a nobreza, Duvidaram das nossas ciências e quem
antes atendia pelo pronome alteza hoje pra sobreviver lhe sobre o cargo de empregada da casa
É preciso lembrar de nossa raiz semente negra de força matriz
Que brota em riste, mãos calejadas corpos marcados sim
Mas de quem ainda resiste
E não desiste negra, não desiste
Mantenha sua fé onde lhe couber seja espírita
Budista do candomblé
É teu desejo de mudança
A magia que trás da tua dança que vai lhe manter de pé
É, você mulher negra, cujo tratamento majestade é digno
Livre que arma seus crespos contra o sistema
Livre que anda na rua sem sofrer violência
E que se preciso for levanta a arma, mas antes
Antes luta com poema
E não desiste negra, não desiste
Ainda que tentem lhe oprimir
E acredite eles não vão parar tão cedo
Quanto mais você se omitir
Mais eles vão continuar a nossa história escrevendo
Quando olhar para suas irmãs veja que todas somos o início
Mulheres negras, desde o primórdio, desde os princípios
África mãe de todos, repare nos teus traços, indícios
É no teu colo onde tudo principia
Somos as herdeiras da mudança de um novo ciclo
É por isso que eu digo que eu não desisti, que não desisto
Que não desisto”

Preta Rara

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo conhecer como a profissional de Serviço Social desenvolve estratégias de combate ao racismo em seu cotidiano de trabalho. Desta forma, foi necessário analisar de que modo os/as assistentes sociais identificam o racismo em sua prática profissional (atuando na política de assistência de estudantil e na secretária de ações afirmativas da UFSC) e que mecanismos utilizam para combatê-lo no seu cotidiano de trabalho. A hipótese primária deste trabalho é de que o exercício profissional ainda é permeado pela naturalização do racismo, e que ainda de modo incipiente, o/a assistente social começa por desenvolver estratégias de enfrentamento do racismo. Para isso foram entrevistadas 05 assistentes sociais que atendem estudantes cotistas na modalidade pretos, pardos e indígenas para identificar a visão profissional em relação ao racismo, e como interpretam as cotas, principalmente, de que modo essas profissionais pensam a sua intervenção frente ao racismo. A partir das entrevistas e da análise das mesmas, foi possível constatar que estas assistentes sociais apresentam dificuldades desde as institucionais (recursos) até as organizativas. Constatamos também que a presença do reconhecimento que há racismo se dá no plano do discurso, do dito, embora isso não reverbere na formulação de ações concretas.

Palavras-chave: Racismo. Política de ações afirmativas. Assistentes sociais.

ABSTRACT

This dissertation aims to understand how the social service professional develops strategies to combat racism in her daily work. Thus, it was necessary to analyze how social workers identify racism in their professional practice (acting in the student assistance policy and in the affirmative action secretary at UFSC) and what mechanisms they use to combat it in their daily life. job. The primary hypothesis of this work is that the professional practice is still permeated by the naturalization of racism, and that still in an incipient way, the social worker starts by developing strategies to face racism. For this, 05 social workers who attend quota students in the black, brown and indigenous modality were interviewed to identify the professional view in relation to racism, and how they interpret the quotas, mainly, how these professionals think about their intervention in the face of racism. From the interviews and their analysis, it was possible to verify that these social workers have difficulties from institutional (resources) to organizational ones. We also found that the presence of recognition that there is racism occurs in the plane of discourse, of what is said, although this does not reverberate in the formulation of concrete actions.

Keywords: Racism. Affirmative action policy. Social workers.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese dos Projetos de Lei que versam sobre a adoção de ações afirmativas nas IES 1999-2008.....	45
Quadro 2 - Caracterização dos entrevistados.....	114

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Reserva de Vagas nas IFES.....	40
Figura 2 – Graduandos (as) e a população brasileira segundo Cor ou Raça - 1996 a 2018 (%).....	60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM - Banco Mundial

EUA - Estados Unidos da América

GEMAA - Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ação Afirmativa

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

IES - Instituição de Ensino Superior

IESP - Instituto de Estudos Sociais e Políticos

IFE - Instituto Federal Educação

LBA - Legião Brasileira de Assistência

LOA - Lei Orçamentária Anual

MEC - Ministério da Educação

MNU - Movimento Negro Unificado

MUCDR - Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial

ONU - Organização das Nações Unidas

PNDH - Plano Nacional dos Direitos Humanos

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UNIAFRO - União de Núcleos de Educação Popular para Negras/os e Classe Trabalhadora

UNB - Universidade de Brasília

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

PEC - Proposta de Emenda Constitucional

PNAES - Plano Nacional de Assistência Estudantil

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PAA - Política de Ações Afirmativas

PPI - Pretos Pardos e Indígenas

Prouni - Programa Universidade para Todos

REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SAAD - Secretária de Ações Afirmativas e Diversidades

SEPPIR: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

STF - Supremo Tribunal Federal

TAE - Técnicos Administrativos em Educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 POPULAÇÃO NEGRA E O SISTEMA DE EDUCAÇÃO BRASILEIRO	20
2.1 UNIVERSIDADE E SEU PADRÃO ELITISTA	31
2.2 POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA ESFERA EDUCACIONAL.....	37
2.3 O DEBATE SOBRE A POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO BRASILEIRO	44
3 BREVE HISTÓRICO DO PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA.....	63
3.1 O SERVIÇO SOCIAL NA UFSC: COAES E SAAD.....	65
3.2 CADASTRO PRAE	68
3.3 COAES	70
3.4 PERMANÊNCIA ESTUDANTIL E POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS	73
4 SERVIÇO SOCIAL E O RACISMO	79
4.1 PARA ENTENDER SOBRE PRECONCEITO	88
4.2 PARA ENTENDER SOBRE PRECONCEITO RACIAL	90
4.3 RACISMO.....	96
4.4 BRANQUITUDE.....	104
4.5 PROCEDIMENTOS, DADOS E CONTEXTO DAS ENTREVISTAS	112
4.6 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	115
4.6.1 Racismo no Brasil.....	115
4.6.2 O enfrentamento da questão racial no Brasil	117
4.6.3 Universidade – UFSC.....	118
4.6.4 Estudantes Negros Cotistas	121
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	156
APÊNDICE A – Entrevista 1	167
APÊNDICE B – Entrevista 2	179
APÊNDICE C - Entrevista 3	190
APÊNDICE D – Entrevista 4	194
APÊNDICE E - Entrevista 5	206

ANEXO 1 – Parecer consubstanciado no CEP	214
ANEXO 2 – Continuação do parecer consubstanciado no CEP I.....	215
ANEXO 3 - Continuação do parecer consubstanciado no CEP II.....	216

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação analisa como se manifesta a presença/ausência do racismo no exercício profissional das assistentes sociais que atuam na CoAes/PRAE e SAAD com discentes oriundos da política de ações afirmativas na modalidade de cotas, com estudantes pretos, pardos e indígenas na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), cujo objetivo central conhecer como a profissional de serviço social desenvolve estratégias de combate ao racismo em seu cotidiano de trabalho. Desta forma, foi necessário analisar de que modo os/as assistentes sociais identificam o racismo em sua prática profissional e que mecanismos utilizam para combatê-lo no seu cotidiano de trabalho. Para isso, delimitamos como objetivos específicos: identificar e analisar nas ferramentas de trabalho do assistente social de que modo opera o combate ao racismo ou o seu reforço, se há a presença de ideologias meritocráticas e quais são as modalidades de prática de combate ao racismo executadas pelos assistentes sociais. Desse modo, verificar como se manifesta o compromisso na luta antirracista e, ao mesmo tempo, conhecer os obstáculos identificados pelas assistentes sociais, no desenvolvimento de ações de combate ao racismo.

Nesta perspectiva, partimos da hipótese que o exercício profissional ainda é permeado pela naturalização do racismo, e que ainda de modo incipiente, o/a assistente social começa por desenvolver estratégias de enfrentamento do racismo.

A técnica escolhida para realizar a coleta de dados para esta pesquisa foi a entrevista padronizada. Além disso, realizamos uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório em artigos, livros, monografias, teses que tratam sobre o racismo e exercício profissional do assistente social.

É de suma importância explicar que a motivação pelo tema está relacionada à minha própria história pessoal, já que sendo preta, mulher, assistente social e militante das questões raciais em uma perspectiva decolonial, percebi que o Serviço Social, mesmo com todo movimento de reconceituação da profissão, carrega o racismo na sua formação e na sua atuação profissional, mesmo tendo

em consideração as ações afirmativas como política pública de expressão nos últimos tempos.

Este trabalho estrutura-se em três seções, além desta introdução. Na primeira seção a análise sobre a política de ações afirmativas comparece como própria dos movimentos de luta e resistência dos movimentos negros, dessa forma ela não é uma concessão governamental, mas sim direito à educação - historicamente negado àquela população. Esse processo é contínuo, chegando ao século XX, em que a oferta de escolarização que abarca a população negra é destinada aos adultos. Embora essa luta tenha iniciado no século XX algumas universidades por sua própria autonomia começaram a implementar as cotas a partir do ano de 2003, porém a lei 12.711, que torna obrigatório a implementação do programa de ações afirmativas nas universidades e institutos federais foi implementada em 2012 como iremos abordar melhor no decorrer da pesquisa. Neste sentido, as cotas surgem para garantir a educação como mecanismo de equiparação, oportunizar melhores postos de trabalho, de ascensão social e, também, de conhecimento e conscientização política da história da população negra no Brasil. Vale frisar que na década de 1990 as reivindicações em torno de uma escola pública de qualidade e um ensino que não reproduza a discriminação racial foram lutas importantes.

A história relatada nesta primeira seção mostra a estrutura excludente do sistema educacional brasileiro. Essa análise é seguida no capítulo seguinte em que se aponta o caráter elitista da universidade brasileira que se encobre no discurso do mérito. Após uma breve análise sobre a universidade é que apresentamos a política de ação afirmativa. Historicizando-a, chegamos ao quadro que define a destinação da reserva de vagas que parte como mecanismo primeiro ser egresso de escola pública, é desse critério primordial que todos os demais vão derivar de uma maneira ou de outra.

Depois de explicar como foi organizada institucionalmente a política de cotas, seus subterfúgios e mascaramentos, apresenta-se o debate que ela promoveu visto que a sua implementação não foi uma decisão que contou com o consenso social. Sobre a política de ação afirmativa recupera-se as formulações em forma de projeto de lei que aparecem dos anos 1999 até 2008. Os principais

argumentos presentes nesses projetos são que estudantes egressos de escola pública tem sua chance reduzida de ingresso na universidade pública. A política de cotas raciais teve posicionamentos contrários e a favor. A democratização do acesso, ser medida reparadora ao longo do período escravocrata sofrido pelos negros, proporcionar a inserção no ensino superior como espaço produtor de conhecimento e de ascensão social, constituem-se argumentos centrais à defesa da PAA. Todavia, para alguns esses argumentos não são convincentes. Para os contrários à PAA, ela seria uma medida de privilégio, que o ingresso de estudantes negros rebaixaria a qualidade da universidade. E, ainda, que não haveria necessidade de uma política de equidade para as pessoas negras, visto que o Brasil é uma democracia racial, onde todos são iguais. Dessa forma, ao “preferenciar” as pessoas negras seria retirado a vaga das pessoas brancas, pobres.

Após a análise sobre a necessidade da política de cotas apresentada através do debate - prós e contras - sobre a sua realização é que se chega a contextualização histórica sobre a sua implementação na UFSC. Com a institucionalização da PAA na UFSC, coube a PRAE desenvolver uma série de medidas garantidoras de sua permanência. Entretanto, o que está previsto não foi de fato garantido.

Na terceira seção, busca-se apresentar o espaço institucional do Serviço Social na UFSC. Esta demonstração ocorre através da própria documentação institucional, a composição e atribuições da Prae, Coaes e também as diretrizes da PNAES. Apresenta-se também o cadastro da PRAE. A explanação desses fatores é de suma importância para serem utilizados como recurso para analisar a presença do racismo institucional.

Para compreendermos como o racismo é estrutural/estruturante da sociedade brasileira e como manifesta-se no cotidiano profissional do(a) assistente social é de suma importância investigarmos a fundo os fatores históricos e políticos. Nesta perspectiva, na quarta seção intitulada Serviço Social e Racismo apresentaremos um breve histórico dos elementos racistas de sua formação e o silenciamento da questão étnico racial na profissão, mesmo tendo pesquisadoras negras desde a década de 1980 pautando a importância dessa

questão para uma leitura realmente crítica da realidade. Após esta exibição, explicaremos resumidamente a definição de preconceito de acordo com as contribuições de Heller (2008). Para melhor compreensão do objetivo geral deste trabalho, apresentaremos o conceito de racismo e suas ramificações, conceituando também a branquitude como elemento importante para entender os privilégios históricos.

A análise sobre todos esses elementos comparece como lentes necessárias para a leitura do que foi apresentado pelas respondentes, no caso, assistentes sociais. Somente após essa trajetória providenciada desde o primeiro capítulo que é possível dar o devido tratamento analítico as entrevistas realizadas.

As entrevistas apresentadas nesta quarta seção são conteúdos fundamentais dessa dissertação, pois através desse recurso foi possível identificar a visão profissional das assistentes sociais em relação ao racismo, e como interpretam as cotas, principalmente, de que modo essas profissionais pensam a sua intervenção frente ao racismo. Por fim, nesta seção nos debruçamos na análise das cinco entrevistas realizadas com assistentes sociais que atuam na CoAes/PRAE e na SAAD da UFSC para entender se a atuação destas profissionais é em uma perspectiva de combate ou reprodução do racismo.

2 POPULAÇÃO NEGRA E O SISTEMA DE EDUCAÇÃO BRASILEIRO

A história da questão racial no Brasil é marcada pela desumanidade e desigualdade. Essa marca é a herança de um processo escravagista sem políticas públicas de inclusão digna. O capitalismo legou à sociedade brasileira uma participação desde o seu nascimento. Inclusive, a escravidão na periferia do capitalismo é componente essencial ao seu desenvolvimento. A política de embranquecimento¹ no pós-abolição com um caráter totalmente racista prejudicou o desenvolvimento das pessoas negras conforme discorre Ritter (2018, p.104 apud IANNI,2004 p. 291)

Ao não garantir ao negro ex-escravizado e aos seus descendentes o acesso a todos os bens e serviços disponíveis, aos direitos sociais, civis, políticos pós-abolição, e ao mesmo tempo em que se proclama que todos são iguais perante a lei, cria-se e perpetua-se o mito da democracia racial e da ausência de preconceito. A existência do preconceito nas relações sociais, e a sua negação no âmbito do discurso, acaba por ser uma maneira de perpetuá-lo, e utilizá-lo como privilégio e manutenção no poder de uma determinada classe social - a burguesia branca. Ou seja, 'os mitos dominantes de uma sociedade são sempre mitos convenientes à preservação da estrutura presente de interesses materiais e conveniências sociais'.

Ainda sob o regime escravocrata, na Constituição Imperial em 1824, promulgou-se o decreto nº 1.331 que discorria sobre a gratuidade na educação primária a todos, entretanto, esta mesma lei mencionava que as pessoas escravizadas (neste caso a população negra) não poderiam estudar. Somente os ex escravos (forros), poderiam ter este direito. Sendo que neste período a maioria da população negra ainda era escravizada.

De acordo com Barros (2016), em 1836 no Estado do Rio Grande do Norte, assegurou-se os Estatutos para as Primeiras Letras da Província. No quesito matrícula, estes estatutos delimitavam que:

Os Professores não admitirão em suas aulas alunos, que não sejam livres: as Professoras, porém podem receber escravas; para o fim tão

¹ A política de branqueamento do país foi colocada em prática com a busca massiva de mão-de-obra europeia que, além de limpar a nação, também traria uma cultura "superior". Por meio de mecanismos sociais e simbólicos de dominação, a ideologia do branqueamento se cristalizou e consolidou as bases do racismo, transformando o branco no modelo superior e o negro na espécie inferior da escala de valores (AMBAR, GONÇALVES 2015, p. 205).

somente de lhes ensinar as prendas domésticas, não as compreendendo, todavia, na matrícula, de que trata o artigo 16, sob pena de perda do ordenado correspondente a um mês (BARROS 2016, p.595).

Como podemos observar neste trecho, fica evidente a tentativa de que as mulheres escravizadas aprendessem somente para exercer atividades domésticas, mantendo um ciclo de subalternização e hierarquização, na medida em o conhecimento de fato era direcionado apenas às pessoas livres. Sendo punidos os professores que transgredissem essa lei, ao aceitarem negros/as como estudantes em sua sala de aula, o que demonstra de forma cabal que além de haver restrição legal, era inadmissível aceitar, até mesmo, iniciativas individuais de escolarização às pessoas negras.

No dia 17 de agosto de 1850 foi anunciado o decreto 1.131 que discorria sobre medidas de regulamentação do ensino primário e secundário, tornando as escolas da corte gratuitas e obrigatórias aos maiores de sete anos. Porém, este mesmo decreto certificava que:

Art. 69. Não serão admitidos à matrícula, nem poderão frequentar as escolas: § 1º Os meninos que padecerem de moléstias contagiosas; § 2º Os que não tiverem sido vacinados; § 3º **Os escravos**. Art. 85. Não serão admitidos à matrícula, nem poderão frequentar o Colégio, os indivíduos nas condições do Art. 69. (grifos nossos)

Nesta mesma perspectiva, o decreto nº 7.031-A, do ano de 1878, estabelecia que os negros só pudessem estudar no período noturno e diversas estratégias foram montadas no sentido de impedir o pleno acesso dessa população aos bancos escolares (BRASIL, 2004, p. 07).

Deste modo podemos observar como a desigualdade educacional permeou este período. Alguns negros escravizados conseguiam aprender a ler e escrever através de outros escravos que sabiam e repassavam este conhecimento às escondidas. O sistema escravista não se importava com a educação da população negra escravizada, uma vez que, esta era enxergada como “coisa” nesse sistema de produção (Cf. Ianni, 1962, p. 234). A partir do momento em que se “coisifica” os sujeitos escravizados, rejeita-se a sua humanidade, mostrando exatamente como o racismo opera: negando ou colocando empecilhos ao direito de viver destas pessoas. Como não se dava importância a educação dos escravos no período

colonial, a própria história tem poucas fontes documentais deste período, neste sentido com bem menciona ABREU (2011, p.237):

Há certo padrão de invisibilidade dos negros na historiografia educacional, que se manifesta através de abordagens que tratam os indivíduos deste grupo apenas na condição de escravos e que afirma de forma recorrente que os séculos XVIII e XIX os negros não frequentavam escolas. Além disso, o escravo é tido como uma matéria inerte que é moldada. As questões relativas ao processo de escolarização são totalmente ignoradas, pois, segundo Maestri (2004), as escolas urbanas estavam vedadas ao ingresso de negros livres, quem dirá os cativos.

Esta mesma autora expõe que as primeiras possibilidades, de fato perceptíveis no processo promoção da educação escolar e ascensão da população negra, ocorrem no Estado republicano, no qual o desenvolvimento industrial dos anos finais do século XIX impulsionou o ensino popular e o ensino profissionalizante. Com a demanda de universalização da escolarização no pós-escavidão, atrelado ao amplo debate sobre o que fazer com os recém “libertos”, que necessitavam ser completamente integrados à sociedade brasileira, um dos meios para que esta população tivesse pleno acesso à cidadania seria pelo processo escolarização, que por muito tempo foi negado.

Não iremos nos aprofundar neste momento do pós-abolição, tendo em vista que vários pesquisadores já escreveram sobre este processo². Para esta pesquisa, é importante pontuar que a herança de uma estrutura educacional excludente deste regime escravagista e o período de transição do Brasil colônia para a sociedade capitalista marcaram intensamente as experiências das pessoas negras no que concerne a educação. Mesmo tendo o direito de estudar, a população negra continuará sofrendo com as questões sociais, raciais e econômicas, pela sua inclusão na sociedade capitalista sem políticas públicas para uma inserção digna.

O século XX a população negra encontrava formas para sobreviver, por esta razão, de acordo com Silva (1987, p.12) “a escolarização, entre os homens negros nascidos no início do século XX, quando ocorreu, foi, em sua maioria, na idade adulta”.

² Para entender este processo ler obras de Guerreiro Ramos e Clóvis Moura.

As primeiras décadas do século XX foram marcadas por uma onda de manifestações e protestos da população negra reivindicando e formando o que Sales (2005) chama de movimentos sociais negros³. Neste período temos como experiências de educação da população negra o Teatro Experimental do Negro (NUNES, 2012), a Frente Negra Brasileira, Domingues (2008), a Imprensa negra Paulistana que analisou a importância da educação no projeto da Frente Negra Brasileira. Estes movimentos tinham em suas agendas a pauta da educação, pois:

A educação era tida como a única, ou pelo menos como uma das principais maneiras pela qual o negro conseguiria obter as mesmas oportunidades que o branco e deixaria de ser um “*estrangeiro indesejável*”. Recebendo educação, o negro poderia “*evoluir*”, integrar-se à vida nacional, combater a miséria em que vivia, os “*vícios*” e as doenças que o atormentavam (SALES,2005, p.71 *apud* PINTO 1993, p.183/184).

Os movimentos sociais negros reivindicavam - por questões políticas, sociais, econômicas e educacionais - a educação formal para a população negra como sendo o básico, uma condição indispensável para romper com o ciclo de precariedade em que a população negra estava submetida no pós-abolição. Santos (2007) informa que no conjunto das reivindicações contra a discriminação racial, o próprio movimento da Frente Negra começa a promover cursos de alfabetização, promovendo uma educação popular com muita qualidade. Este movimento subsidia cursos de alfabetização e vocacionais para adultos, considerando que a maioria da população negra era analfabeta e encontrava obstáculos para frequentar as escolas, diante da conjuntura de miséria em que vivia este contingente populacional. A Frente Negra Brasileira - FNB foi fundada em 16 de setembro de 1931 e buscava romper com este ciclo de analfabetismo, vale ressaltar que:

[...] possuía, dentro da sua sede, uma verdadeira escola. Tinha curso de alfabetização, mas não se dava esse nome. Era ‘Educação Moral e Cívica’. Nos cursos, os professores davam aulas gratuitamente. Os frente negrinos que estudavam e estavam fazendo Engenharia, outros que faziam Biologia, outros Comércio, eles se propuseram a dar aulas. Existiam diversos professores: o Raul Amaral, o Lino Guedes, que era Jornalista, Salatiel de Campos, que também era Jornalista. Havia as mulheres que eram professoras. Tinha a Celina Campos, professora de música, a Gersen Barbosa. A escola da Frente Negra era formada por

³ Sales (2005) conceitua de movimentos sociais negros todos os movimentos de cunho racial.

quatro classes, com professoras nomeadas pelo governo. Nas classes a gente aceitava até os filhos de japoneses, que moravam ali pertinho. A escola foi importante, principalmente quando a Frente Negra se aprofundou na questão política. Então precisaria que o negro se alfabetizasse para tirar seu título de eleitor. Esse foi um movimento muito grande (Lucrécio *apud* Barbosa, 1998, p.42).

Podemos perceber então que a escolarização da população negra sempre foi uma demanda ativa das lideranças negras como demonstra Santos (2007), em sua tese intitulada “Movimentos Negros, Educação e Ações Afirmativas”.

Santos (2007) informa que a relevância do movimento FNB foi tão grande para a população negra na década de 1930, que no ano de 1936, esta organização foi registrada como partido político de negros. A Frente Negra tinha como objetivo imprescindível a luta pela igualdade racial, pois seus membros acreditavam que esta condição era necessária para a integração plena dos negros à sociedade brasileira.

Em relação à imprensa negra brasileira, Santos (2007) discorre que alguns jornais, como "O Clarim d'Alvorada" e "A Voz da Raça", no início do século XX, apresentavam a importância da educação formal para a população negra. No dia 18 de junho de 1978, em uma reunião com diversos coletivos e entidades que já vinham realizando trabalhos junto com a população negra, fundou-se o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), que no seu primeiro congresso realizado em dezembro de 1979, em Brasília, simplificou o nome para Movimento Negro Unificado - MNU. Nos anos de 1980, o MNU tornou-se a organização negra com maior referência e abrangência nacional. Neste sentido, Santos (2007, p.127) aponta que o MNU com:

A sua orientação explicitamente política de denúncia e condenação do racismo, de luta pela igualdade racial, de apresentação de propostas antirracistas, entre outras, passou a ser, desde a sua fundação, um modelo para as entidades negras existentes no país, bem como uma inspiração para o surgimento de novos atores/sujeitos políticos ou instituições sociais antirracismo.

Esse autor ressalta que, dentro de diversas demandas levantadas pelo MNU, a pauta da educação continuará forte, sendo uma das questões centrais na luta do combate ao racismo. Inclusive, esta pauta entre outras foram apresentadas no Programa de Ação do MNU em seu terceiro congresso no ano de 1982. Este programa de ação foi pensado para auxiliar e orientar militantes negros para

juntarem-se à organização. Esta ação tinha por objetivo a luta contra o racismo e o chamado dos participantes para a criação de propostas para uma agenda antirracista em virtude dos seguintes pontos:

1) Marginalização dos Negros; 2) Discriminação racial no trabalho; 3) Desemprego; 4) Condições de vida; 5) Direito e Violação; 6) Prisões; 7) O menor abandonado; 8) Cultura Negra; **9) Educação**; 10) Mulher negra; 11) Imprensa negra; 12) Sindicatos; 13) Área Rural; 14) Posse de terras, doações e invasões; 15) Luta internacional contra o racismo; e 16) Transformação geral da Sociedade. (SANTOS, 2007, p. 131, grifo nosso).

De acordo com Santos (2007), na categoria educação o texto do programa já inicia mencionando a ausência da população negra nas cadeiras das universidades públicas e particulares do Brasil. O texto apresenta as seguintes propostas:

O processo de alienação da criança brasileira se faz, sobretudo através da escola, onde se dá o reforço de um conjunto de ideias elitistas que distorce os valores culturais e nega a participação dos oprimidos no processo histórico brasileiro. Ora, um povo que não sabe do seu passado, um povo sem história não pode visualizar os caminhos a empreender ao seu futuro. No caso da criança negra, é justamente na escola que se dá quebra de sua estrutura psicológica, emocional e cultural através da internalização da ideologia do branqueamento, do mito do brasileiro cordial e do mito da democracia racial. No final desse processo se ela não reage, acaba por se envergonhar das suas origens e da sua condição de negro. Por outro lado, é importante ressaltar que esses processos se reforçam, também, a nível universitário. A educação deve ser um instrumento de libertação e não de alienação do povo. Portanto, devemos lutar pela transformação não só da estrutura, como dos conteúdos do sistema educacional brasileiro, exigindo a colocação, no mesmo nível da história Europeia, a história da África, assim como a ênfase sobre a participação do Negro e do Índio na formação sócio cultural do Brasil. - Cabe ao MNU denunciar e combater a publicação de livros didáticos para crianças e adolescentes com conteúdos racistas. - Realizar debates e cursos para professores e normalistas sobre o racismo na Educação. - Efetuar debates e atividades didáticas antirracistas e anti-classistas com a criança e o adolescente negro, na periferia, favelas, alagados, etc. visando despertar sua consciência negra e crítica para a história do Negro no Brasil, na África e para a luta geral dos oprimidos. - Arregimentar pedagogos, psicólogos, historiadores, etc. negros e não-negros com o objetivo de analisar, documentar e instrumentalizar os militantes do MNU (direção e base) para o desenvolvimento de seu trabalho em termos de educação. - Levantar junto a grupos e organizações culturais, trabalhos didáticos para a ação de recuperação da cultura negra junto às crianças e aos adolescentes. - Solicitar às instituições de caráter político partidário, atuação junto ao Ministério da Educação e Cultura [MEC], no sentido de estabelecer uma política de publicações que impeça o uso de recursos oficiais para a edição e divulgação de livros que reproduzem e perpetuam o racismo e os estereótipos negativos entre o negro. - Contra a discriminação racial nas escolas. Por melhores condições de ensino aos Negros. - Pela reavaliação do papel do Negro na História do Brasil. - Pela participação

dos Negros na elaboração dos currículos escolares em todos os níveis e órgãos culturais. - Pela inclusão da disciplina História da África nos currículos escolares. - Por um ensino voltado para os valores e interesses do povo Negro e de todos os oprimidos. - Por mais vagas nas escolas públicas municipais, estaduais e federais. - Por mais bolsas de estudo. - Pela criação de escolas técnicas municipais profissionalizantes. - Pelo ensino público gratuito em todos os níveis (Cf. Programa de Ação, discutido aprovado no III Congresso Nacional do MNU, Belo Horizonte, abril de 1982, mimeo *apud* SANTOS, 2007, p.132).

Como podemos observar a reivindicação por políticas públicas no âmbito educacional a todo o momento fez parte da agenda incessante de reivindicações do movimento negro. Neste trecho do texto podemos notar que esta instituição defende tanto políticas universais, quanto políticas focalizadas, valorativas e por meio de ações afirmativas. Em alguns momentos os protestos em torno da educação eram entendidos como um “método” para equiparar a população negra a população branca, em outros momentos entendido como estratégia para viabilizar melhores oportunidades no mercado de trabalho, e em outros momentos era arquitetada como canal de ascensão, integração e conscientização social do povo negro em relação a sua história. Santos (2007) menciona a importância do deputado Estadual e militante, Abdias do Nascimento que era representação direta dos Movimentos Sociais Negros organizados, em nível nacional, no processo legislativo brasileiro, tendo em vista que, era o único deputado federal afro-brasileiro a defender sistemicamente no congresso nacional os direitos humanos e civis da população negra na década de 1980. Este militante negro, foi o primeiro a defender a política de ações afirmativas no congresso, naquele momento conceituando-as como ações compensatórias⁴.

⁴No projeto de lei (PL) n° 1.332, que foi apresentado na Sala de Sessões da Câmara dos Deputados, no dia 7 de junho de 1983, pelo deputado estadual Abdias do Nascimento, a expressão “medidas de ação compensatórias” compreende iniciativas destinadas a aumentar a proporção de negros em todos os escalões ocupacionais, incluindo, entre outras: I – a preferência pela admissão do candidato negro quando este demonstrar melhores ou as mesmas qualificações profissionais que o candidato branco; II – execução de programas de aprendizagem, treinamento ou aperfeiçoamento técnico para negros, a fim de aumentar o número de candidatos negros qualificados em escalões superiores profissionais; III – execução de programas de aprendizagem, treinamento ou aperfeiçoamento técnico, qualificando empregados negros para a promoção funcional; IV – reajustes de salários, no sentido de igualar a remuneração entre negros e brancos para trabalho equivalentes; V – Concessão de bolsas de estudo a estudantes negros a fim de aumentar sua qualificação profissional; VI – Assinatura de carteira profissional de empregados negros nas mesmas condições e proporções vigorantes no caso de empregados brancos; VII – outras medidas que venham a ser definidas pelos técnicos responsáveis dos programas de estudo, ensino e aperfeiçoamento técnico de medidas de ação compensatória estabelecidas pelo art. 4º desta lei (SANTOS 2007, p.155).

A década de 1990, no que se refere à educação e à população negra, foi um período de grandes articulações, congressos, para pensar a construção de políticas públicas, inclusive na área da educação. Santos (2007) destaca alguns eventos que foram importantes para essa luta como VIII Encontro de Negros do Norte e Nordeste, onde foi debatido o sistema de colonização intelectual eurocêntrica, em que os estudantes negros encontravam-se subordinados, os conteúdos extremamente racistas nos currículos escolares e as manifestações de racismo sofridas pelas pessoas negras no ambiente escolar. Outro evento bem marcante neste período foi a Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, Pela Cidadania e a Vida, realizada em Brasília, no dia 20 de novembro de 1995. Neste ato, as lideranças dos movimentos sociais negros entregaram ao então presidente da república Fernando Henrique Cardoso, o Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial. Este plano era composto por orientações para o combate do racismo no Brasil, bem como, a consequência desta discriminação racial. Esta carta teve suas demandas divididas em sete eixos sendo eles: democratização da informação, mercado de trabalho, educação, cultura e comunicação, violência, religião e terra. No eixo educação as demandas foram

- A. Recuperação, fortalecimento e ampliação da escola pública, garantia de boa qualidade.
- B. Implementação da Convenção Sobre Eliminação da Discriminação Racial no Ensino.
- C. Monitoramento dos livros didáticos, manuais escolares e programas educativos controlados pela União.
- D. Desenvolvimento de programas permanentes de treinamento de professores e educadores que os habilite a tratar adequadamente com a diversidade racial, identificar as práticas discriminatórias presentes na escola e o impacto destas na evasão e repetência das crianças negras.
- E. Desenvolvimento de programa educacional de emergência para a eliminação do analfabetismo. Concessão de bolsas remuneradas para adolescentes negros de baixa renda para o acesso e conclusão do primeiro e segundo graus [atuais ensinos fundamental e médio, respectivamente]. **Desenvolvimento de ações afirmativas para acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta** (SANTOS 2007, p.25 - grifos nossos).

Esta manifestação evidenciou o nível de percepção e capacidade de mobilização da população negra no combate ao racismo e no direcionamento das suas reivindicações.

Em 1996, ocorreu o Seminário Internacional Multiculturalismo e Racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos, organizado pelo Ministério da Justiça. Este evento teve como objetivo reunir integrantes da sociedade civil e acadêmicos para debater sobre o tema. Neste evento, o então Presidente Fernando Henrique Cardoso foi o primeiro presidente a afirmar que o Brasil discrimina racialmente a população negra.

No Plano Nacional dos Direitos Humanos - PNDH, do ano de 1996, foi implementada a proposta da política de ações afirmativas para a população negra com o seguinte dizeres

Criar banco de dados sobre a situação dos direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais da população negra na sociedade brasileira que oriente políticas afirmativas visando à promoção dessa comunidade. • Desenvolver ações afirmativas para o acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta • Adotar o princípio da criminalização da prática do racismo, nos códigos Penal e de Processo Penal. • Estimular que os livros didáticos enfatizem a história e as lutas do povo negro na construção do nosso país, eliminando estereótipos e discriminações. Longo prazo • Formular políticas compensatórias que promovam social e economicamente a comunidade negra (SANTOS *apud* Brasil 2007, p. 179).

No século XX, destacamos como um evento importante para agenda educacional brasileira da população negra e combate ao racismo a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. Esta conferência ocorreu no dia 7 de setembro de 2001, em Durban, na África do Sul. Esta conferência impulsionou de forma marcante o debate sobre a política de ações afirmativas no Brasil.

Os movimentos sociais negros, com muito tempo de reivindicações, denunciaram e demonstraram que o ingresso e permanência da população negra nos espaços de escolarização é atravessado por diversos impasses que tem como pressuposto o racismo. Essas denúncias e reivindicações forçaram o Estado a implementar políticas públicas de combate a essas desigualdades de cunho social e racial. Nesta perspectiva, em 9 de janeiro de 2003 foi sancionada a lei nº 10.639, que em seu artigo 26-A torna obrigatório o ensino de história da África e cultura afro-brasileira. Esta lei foi uma grande conquista, porém ainda luta-se constantemente para a sua materialização nas instituições de ensino. Em 2004, o Conselho Nacional de Educação aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais

para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas.

Diante da estrutura excludente do sistema educacional brasileiro, as conquistas mencionadas acima são de grande relevância para a educação formal da população negra e para os demais grupos sócio raciais de baixa renda alcançarem seus objetivos e exercerem a cidadania de fato em nossa sociedade. Para alcançar tal objetivo, a universidade é um espaço de suma importância que a população negra deve acessar para romper com o ciclo elitista, conservador desta instituição, uma vez que a universidade tem um grande papel em nossa sociedade no âmbito da formulação de conhecimento e inserção no mercado de trabalho. Neste sentido, o debate para a implementação da política de ações afirmativas nas universidades públicas foi um debate caloroso que se postergou por anos. A partir de 2003 através de leis estaduais ou decisão dos conselhos das universidades, algumas instituições foram aderindo a política de ações afirmativas, tendo como universidade pioneira a Universidade de Brasília - UNB. Apenas em 2012 que a Lei federal nº 12.711, chamada de Lei de Cotas, é finalmente sancionada. Esta lei foi um grande avanço e conquista para a população negra. De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais, publicada pelo IBGE, no ano de 2004, 16,7% dos(as) alunos(as) negros(a) estavam na faculdade. No ano de 2014, esse percentual ampliou-se para 45,5%. Em contrapartida, em 2004, 47,2% de estudantes brancos, frequentavam o ensino superior, dez anos depois, esta fração aumentou para 71,4%. A partir destes dados podemos analisar que, embora o percentual de estudantes negros nas universidades tenha aumentado relativamente, ainda são os estudantes brancos que ingressam majoritariamente nestas instituições, sendo que os indicadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstram que no ano de 2014 a população brasileira era majoritariamente negra (contabilizando negros e pardos) somando 53,6%, enquanto os brasileiros que se declararam brancos eram 45,5%. A população negra é a maioria da população brasileira, entretanto acessa em menor quantidade o ensino superior.

Outras instituições que intervêm no processo educacional brasileiro são Banco Mundial e os organismos multilaterais como Organização das Nações

Unidas - ONU e UNESCO - A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. De acordo com Rocha (2006, p. 45), para o Banco Mundial:

[...] a educação é um instrumento necessário para adequar o ser humano à economia de mercado. A educação é um instrumento importante para o aumento da produtividade da força de trabalho e da adequação desta nas relações mercantis capitalistas. Entende o Banco que, ao destinar recursos para a educação dos mais pobres, estar-se-á reduzindo a pobreza e melhorando a qualidade de vida, com o aumento da produtividade do trabalho e a redução da taxa da fertilidade da mulher e a melhoria na saúde da família.

Deste modo, podemos observar a preocupação do Banco Mundial com a educação. Porém, esta preocupação não está em uma perspectiva de transformação estrutural profunda, mas de apenas amenizar a pobreza e não erradicá-la. Este fato fica evidente no documento Brasil: Justo, Competitivo e Sustentável e Estratégia de Assistência ao País / 2004-2007, elaborado pelo Banco Mundial. Este documento sugere cortes nos recursos da educação, da saúde, da previdência, intensificação das flexibilizações no mercado de trabalho, ajustes na previdência e intensificação das privatizações, tudo que estamos vivenciando atualmente. No que se refere a questão racial este documento assume que existem diferenças de rendimentos entre pessoas brancas e pessoas negras. Entretanto identifica esta diferença como consequência apenas nos diferenciais da educação. Também foi apresentado as diferenças no ingresso no ensino superior, sendo as pessoas brancas as que mais acessaram. Deste modo observa-se que este documento trata a questão racial como combate da pobreza, sem considerar o racismo com o principal motor dessa desigualdade. Para o BM, a Educação como uma qualificação, um desenvolvimento para que as pessoas estejam capacitadas para o mercado de trabalho, seria o mecanismo para correção das desigualdades, sendo que o racismo não é identificado no documento. Nesta perspectiva,

Isso permite realimentar o sistema ao mantê-lo na mesma ordem de estabilidade, perpetuando a desigualdades, porque o BM não fomenta políticas que promovam a equidade no sentido de buscar a igualdade racial (tratar de forma desigual os desiguais, mas busca tratar de forma igual os desiguais) (SILVA 2013, p. 83).

Os organismos multilaterais como a ONU e UNESCO, por mais que não fujam ao aspecto de manutenção do capitalismo mundial, ainda sim oferecem

avanços no que diz respeito à pobreza e à questão racial. Exemplo disso é o seu apoio a políticas focalizadas a grupos discriminados. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, tem como propósito combater a pobreza. Um de seus grandes marcos no Brasil foi o projeto Combate ao Racismo e Superação das Desigualdades Econômicas, desenvolvido com parceria com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA no ano de 2001. Este documento subsidiou um banco de dados sobre as desigualdades raciais no Brasil, que auxiliaram na reivindicação dos movimentos sociais negros.

2.1 UNIVERSIDADE E SEU PADRÃO ELITISTA

A história da educação superior no Brasil aponta um padrão excludente e elitista que por muitos anos afastou a presença da classe trabalhadora em seus espaços educacionais. Este ciclo de exclusão foi se rompendo com muita luta da classe operária, dos movimentos sociais negros e com a conquista do programa de ações afirmativas, o qual discorreremos mais adiante. Neste subcapítulo iremos trazer elementos para pensarmos o padrão elitista das instituições de ensino superior no Brasil. Para falarmos em Universidade brasileira, é importante situarmos os aspectos desta sociedade e que permeiam estas instituições. O Brasil sendo um país subdesenvolvido, com profundas marcas da colonização, de capitalismo periférico reproduz essa realidade neste espaço que teoricamente deveria buscar a universalização do conhecimento, do ensino, da pesquisa, mas, na sua realidade é uma instituição elitista, idealizada pela classe dominante para, dentre outros objetivos, ter controle do saber.

Para subsidiar as análises deste capítulo partiremos de uma obra, escrita em 1994, intitulada “O que é Universidade”, escrita por Álvaro Vieira Pinto, na época professor universitário. Esta obra possui uma riqueza de análises que são importantes para pensarmos o espaço universitário. Neste livro o autor denuncia o

conservadorismo, arcaísmo e alienação das estruturas universitárias⁵, bem como do corpo docente (ao qual ele denomina de classe professoral), que direcionam suas ações para a “missão” de manter e expandir a dependência cultural imposta pelos interesses de grupos que dominam economicamente e, por consequência, impõe seu poder ao conjunto da sociedade.

Já ao ingressarem este novo perfil e estudantes (classe trabalhadora) compreendem o papel alienador que pairava na universidade, sua função na sociedade, e resolvem se organizar para lutarem pela reforma universitária com o objetivo de:

Transformá-la na essência, isto é, de fazê-la deixar de ser um centro distribuidor da alienação cultural do país, para convertê-la no mais eficaz instrumento de criação de nova consciência estudantil, direta e exclusivamente interessada em modificar a estrutura social antiga e injusta, substituindo-a por outra humana e livre (PINTO 1994, p. 15).

Quando falamos de espaços de decisão e poder e em tornar a universidade acessível, inclusiva à classe trabalhadora e, acima de tudo, torná-la democrática, estamos também falando do ingresso da população negra neste espaço há muito tempo negado. Quando trata-se da burguesia estamos falando de pessoas majoritariamente brancas donas dos meios de produção deste país. Então a reforma universitária não trata apenas da sua natureza jurídica, tampouco possui apenas uma finalidade pedagógica, mas pretende primordialmente, ao que o autor chama, uma finalidade política. Neste mesmo sentido Pinto (1994, p.23) aponta que “[...] é perfeitamente legítimo dizer que, na época atual, o aluno que devia estar na universidade e não está, é porque dela foi expulso, não só contra a sua vontade, mas, sobretudo fora do seu conhecimento”.

Nesta perspectiva, Almeida (2018, p.131) aponta que “a universidade não é apenas um local de formação técnica científica para o trabalho, mas um espaço de privilégio e destaque social, um lugar que o imaginário social produzido pelo racismo foi feito para pessoas brancas”.

Pinto (1994, p.22) afirma que:

⁵ O autor tem plena consciência de que ao falar de “universidade” está se referindo a uma multiplicidade de instituições e organismos escolares, muito diversos pela sua antiguidade, procedência, e condições materiais e didáticas em que dispensam o seu ensino.

[...] a reforma da universidade não diz respeito, primordialmente, aos alunos que estão na universidade mas aos alunos que não estão, aos que nela não puderam ingressar”. Isto significa que só depois de colocar a universidade no âmbito da sociedade brasileira, como num todo, tem cabimento examinar os aspectos internos (didáticos, jurídicos, éticos, econômicos, etc.) da realidade universitária.

Para este autor, a solução para esse ciclo de conservadorismo e exclusão se dará pela reforma universitária uma dentre outras reformas de base necessária. Sendo assim, historicamente a universidade é um campo de correlação de forças, que por muito tempo manteve-se totalmente elitizada reforçando o domínio de determinada classe. O reforço deste domínio é materializado por diversas teorias, pesquisas que justificam e reproduzem a ideologia dominante em diversos aspectos: social, cultural, político, econômico. A Universidade arroga o monopólio do saber, pois tem o poder de legitimar quem são as pessoas letradas, formadoras de opinião, em que toda a sociedade deve se guiar. Por esta razão engana-se quem acredita que a universidade é ineficiente. Ela é totalmente eficiente em seus objetivos de manter a ordem vigente.

Por muitos anos, tanto a sociedade como a universidade utilizavam-se do discurso meritocrático para justificar a ausência de estudantes pobres, principalmente negros e indígenas neste espaço, mesmo estes sendo os financiadores desta instituição, via seus impostos. O teor meritocrático é defendido nesta sociedade que acredita na democracia racial defendendo o slogan que “todos aqui são tratados com a mesma igualdade, e que se a população negra se esforçar conseguirá desfrutar de direitos iguais aos dos brancos. Este conceito só serve para reforçar o receio das pessoas brancas serem comparadas às pessoas negras. Este cunho retrógrado e reacionário mostra-nos como esta instituição não está de fato empenhada na universalização do direito à educação e, sim, funciona para manter o efeito auto reprodutor da classe dominante. Dentro desta lógica, Pinto nos auxilia a pensar no processo seletivo conhecido como vestibular:

(...) o exame vestibular não representa na verdade um exame nem um concurso de habilitação, mas uma operação de guerra, pelo qual a classe dominante estabelece em torno das faculdades um “fogo de barragem”, um cerrado canhoneio, a fim de conter a bala, a metralha, o assalto das massas que desejam ocupar a cidade do saber (PINTO 1994, p. 54).

Este autor defende a eliminação deste processo seletivo até hoje vigente. O mesmo acredita que vetando este processo daremos um passo enorme para derrubar a função aristocrática de cúpula do saber da universidade, incorporando-a no processo total de ensino das massas. A precariedade, tanto de ensino, como de estrutura, das escolas públicas brasileiras é um mecanismo de exclusão para que as pessoas oriundas destas instituições de ensino, ao realizarem o vestibular, não ingressem em uma universidade, usando como máxima a falta de preparo destes. Esta realidade vem sendo modificada através de muita luta pela defesa das políticas de ações afirmativas na modalidade cotas no âmbito acadêmico, como iremos discorrer mais no tópico a seguir. Porém outras estratégias vão sendo construídas para barrar o acesso desses segmentos no ensino superior. Por esta razão, este autor defende que para uma reforma universitária de fato é necessário outro processo que exclua os incompetentes ou insuficientemente habilitados, mas não este regime que é utilizado atualmente que serve mais para a dizimação das esperanças da juventude já que:

O aluno pobre, que cursou colégios suburbanos, onde os professores são com frequência menos eficientes, em virtude da pobreza e má remuneração, os estudantes que trabalharam durante o dia e só dispuseram de poucas e cansadas horas para estudar à noite, esses evidentemente se apresentarão “mal preparados”, mas esses são os verdadeiros elementos do povo, os filhos de trabalhadores, trabalhadores eles próprios, que se veem expulsos da faculdade pelo crime de serem pobres e não se mostrarem tão capazes nas sibilinas, ridículas e antipedagógicas provas a que são submetidos (PINTO 1994, p. 54).

Nesta mesma perspectiva, Almeida (2016, p. 48), também descreve seus apontamentos em relação a este processo seletivo:

Para um país que quer igualdade social definitiva, o vestibular acaba tornando-se um obstáculo que premia indivíduos com talentos imerecidos (...). A universidade brasileira não pode continuar constituindo o “ponto de estrangulamento essencial da discriminação racial e da diferença de oportunidades.

Para que a universidade seja de fato universal, a classe trabalhadora precisa estar nela, e em grande escala. A lógica de como está estruturado o sistema de educação no Brasil serve, de fato, para não proporcionar à classe trabalhadora (com ênfase a população negra) a formação necessária para o seu ingresso à universidade, para posteriormente a sociedade enfatizar o discurso que

estes estudantes não foram aprovados pelo seu “despreparo” ou falta de intelecto para tal, culpabilizando o indivíduo.

Demonstramos aqui alguns procedimentos utilizados pela universidade para afastar do seu interior a maioria dos estudantes que deveriam nela estar. Embora já se tenha melhora no ingresso da classe trabalhadora, ainda se luta para uma igualdade real nesta esfera. Reformar a universidade representa romper com um histórico de privilégios, com o cenário de alienação. A universidade precisa estar a serviço do povo, porém,

[...] sua missão consiste em praticar o oposto: elevar cada vez mais o nível dos estudos, de modo a formar a elite mais perfeita. Na raiz desse criminoso procedimento encontra-se a teoria aristocrática, fascista, e **mesmo em certos casos racista**, de que compete às elites salvar o país, só elas tendo direito a dirigi-lo, pois o povo não passa de simples massa amorfa, sem ideias, dispondo apenas de força bruta, que se torna perigosa quando não submetida ao sábio comando da nobreza intelectual ou financeira. A universidade, pelo "genocídio" estudantil" a que já nos referimos, repele o povo, não aceita existir como instituição para o povo, não admite ser feita à medida das necessidades das massas, mas acredita que o seu modo específico de contribuir para solucionar os graves problemas, que sabe afligirem o povo, consiste na criação de uma elite cada vez mais culta e refinada. Com isto a universidade se conceitua a si própria como órgão de cúpula do saber, e culpa os administradores e políticos em geral de não prepararem o povo, mediante a difusão do ensino primário e secundário, para capacitá-lo a penetrar nos páramos do ensino superior (PINTO1994, p. 83).

Em uma sociedade racista, as instituições e organizações reproduzem este racismo ao qual chamamos de racismo Institucional. Almeida (2018, p. 30) afirma que:

A principal tese de quem afirma a existência do racismo institucional é que os conflitos raciais também são partes das instituições. Assim, a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos econômicos.

O racismo institucional age como um limitador de acesso aos direitos. Sendo assim, não há como realizar a democratização da universidade sem combater o racismo estrutural e estruturante da sociedade brasileira. Muitos estudantes universitários têm duplas, triplas jornadas diárias de trabalho, uma vez que devem se manter graças a um emprego, na maioria das vezes subempregos, onde são extremamente explorados com uma baixíssima remuneração. Aumenta

gradativamente a quantidade de pessoas que se esforçam, por meio do estudo, para atingir um status social mais elevado e romper com o ciclo de exclusão e miséria. Entretanto, Pinto (1994) ressalta que a universidade se mostra surda ao problema representado pela existência desses tipos de estudantes, mantendo-se indiferente às suas necessidades, desumana no tratamento que lhes dá, visto que para esta instituição é uma completa anomalia a figura do estudante que trabalha. O desejável é o tipo tradicional do estudante “de boa família”, que apenas tem por obrigação estudar. Porém, com as mudanças impulsionadas por processos organizativos de reivindicação por educação, a universidade é chamada a dar respostas objetivas para que este contingente populacional ingresse. Este autor defende que só haverá uma verdadeira democratização da universidade quando os analfabetos estiverem nela, caso contrário a universidade não é do país. Neste sentido vislumbra-se que:

[...] a universidade tem de estar a serviço dessas massas, pertencer a elas, para justamente as retirar do estado de incultura. O que queremos dizer é que os analfabetos atuais precisam ser os alunos da universidade futura. Neste sentido, afirmamos que a universidade é dos analfabetos. Mas esta conclusão só se tornará objetiva, deixando de parecer utópica, quando a universidade tiver consciência de sua dependência das massas trabalhadoras, não se julgando apenas uma elite santificada (PINTO 1994, p. 100).

Realizando uma interlocução entre a citação acima, na qual o autor defende que a universidade seja dos analfabetos, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD apontam que no ano de 2017 que entre as pessoas de 15 anos ou mais de cor branca, 4,0% eram analfabetas, em contrapartida que entre as pessoas negras a taxa foi 9,3%. Como os dados nos mostram a população negra é a que se encontra em maior escala analfabeta no Brasil, materializando o racismo e as dificuldades no acesso à educação como estamos apontando no decorrer desta pesquisa. Quando Pinto (1994) menciona que a universidade deve ser dos analfabetos, não é no sentido de que esta instituição deva ser constituída de alunos analfabetos e sim que os alunos que se identificam com a realidade das pessoas analfabetas, lutem junto para que em muito breve, estes analfabetos tornem-se universitários.

2.2 POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA ESFERA EDUCACIONAL

Para podermos aprofundar nossa análise sobre a Política de Ações Afirmativas na esfera educacional, é muito importante apresentar suas origens e seus aspectos. De acordo com Silva (2011), o conceito de ações afirmativas se cristalizou nos Estados Unidos da América - EUA na década de 1960, com a promulgação da Lei de Direitos Civis⁶, uma conquista dos movimentos sociais negros que significou o fim dos diversos sistemas estaduais de segregação racial deste país. A política de ações afirmativas também é conhecida como ação compensatória, de discriminação positiva. Porém este conceito surgiu na Índia em 1919, conforme aponta Salles (2005, p.431 *apud* Wedderburn, 2005):

O conceito de ação afirmativa originou-se na Índia imediatamente após a Primeira Guerra Mundial, ou seja, bem antes da própria independência deste país. Em 1919, Bhimrao Ramji Ambedkar (1891-56), jurista, economista e historiador, membro da casta “intocável” Mahar propôs, pela primeira vez na história, e em pleno período colonial britânico, a “representação diferenciada” dos segmentos populacionais designados e considerados como inferiores. A vida política e a obra de B. R. Ambedkar sempre estiveram voltadas para a luta pelo fim do regime de castas. (...) Para ele, quebrar os privilégios historicamente acumulados pelas “castas superiores”, significava instituir políticas públicas diferenciadas e constitucionalmente protegidas em favor da igualdade para todos os segmentos sociais.

Sendo assim, o debate sobre políticas públicas direcionadas a certo segmento populacional discriminado não é algo novo, porém no Brasil esta temática não chegou com tanta rapidez. A discussão chegou ao Brasil na década de 1980 através dos movimentos sociais negros denunciando a falsa democracia racial, mas foi impulsionada pela Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, sob o patrocínio da ONU, realizada em Durban, África do Sul no ano de 2001. Outro marco legal de grande relevância foi a promulgação da Constituição Federal de 1988 que garantiu diversos direitos sociais, civis e políticos e declara o racismo como crime inafiançável. Os programas de ações afirmativas para

⁶ No dia 2 de julho de 1964, Lyndon B. Johnson tomou posse da presidência dos EUA, após o assassinato do presidente Kennedy, promulgando a lei dos direitos civis que se tornou um grande marco legal no país por extinguir a discriminação racial nos espaços públicos.

afrodescendentes é um grande avanço para a equidade e justiça social no Brasil como menciona Sell (2002, p. 9):

[...] uma gama de estratégias políticas que têm por fim promover a igualdade de oportunidades sociais, mediante um tratamento preferencial daqueles que historicamente têm sido os perdedores na disputa pelos bens escassos de nossa sociedade. Esse tratamento preferencial é traduzido em “cotas” ou “metas” ou “bônus” para as minorias sociológicas (grupos religiosos e étnicos) e biológicas (em relação ao sexo e à raça) em empresas, órgãos públicos, universidades, entre outros, através da discriminação positiva.

Entende-se por discriminação positiva a oportunidade de conceder um procedimento diferenciado a grupos factualmente discriminados com o intuito de reparar desvantagens oriundas de discriminações negativas, que tem por consequências prejuízos e desvantagens. Então esta discriminação positiva é utilizada como instrumento de ascensão social.

Alguns defensores da política de ações afirmativas como Ronald Walters (1995), as defendem em uma perspectiva de justiça compensatória, que tem por objetivo reparar as sequelas da discriminação racial ocorrida historicamente pelas pessoas negras e outros grupos marginalizados. E esta discriminação vivenciada por estes grupos têm grandes possibilidades de serem reproduzidas durante gerações e serem intensificadas caso não seja interrompida.

Outra ação importante que merece ressalva foi o programa Diversidade na Universidade criado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e implementado no governo Lula, que tem por objetivo

Defender a inclusão social e o combate à exclusão social, étnica e racial. Isso significa melhorar as condições e as oportunidades de ingresso no ensino superior para jovens e adultos de grupos socialmente desfavorecidos, especialmente de populações afrodescendentes e povos indígenas (BRASIL, 2003).

Observa-se com este programa que o governo reconhece a desigualdade no acesso ao ensino superior e que, para que este acesso ocorra, é de suma importância capacitar os candidatos. Esta capacitação dava-se por meio de financiamento para organizações da sociedade civil que ofertava cursinhos pré vestibulares de forma gratuita para estudantes do ensino médio negros e pobres de escola pública. Este programa foi encerrado no ano de 2008, por opção do governo em investir em outros programas com outras formas de ingresso como

Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Públicas de Educação Superior (UNIAFRO), Prouni entre outros. Neste mesmo ano de 2008, foi encaminhado o projeto de lei nº 3913.

No Brasil podemos dizer que a Política de Ações Afirmativas vem auxiliar no combate ao racismo institucional, muitas vezes legitimado pelo Estado. A política de ações afirmativas mais utilizada é o sistema de cotas, lei 12.711/2011 aprovada em 2012, que tem por objetivo reservar 50% do total de vagas da instituição que serão subdivididas, sendo metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio *per capita* e metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio. Em ambos os casos, também, se leva em consideração o percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas no Estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esta lei determina que a implementação das cotas seja progressiva até o ano de 2016. Embora 41 IFES tenham aderido a política de cotas antes da lei nacional, esta lei é de suma importância para maior efetividade, tendo em vista que cada uma das instituições aderiu às cotas à sua maneira, muitas sem um percentual de vagas fixo. De acordo com Ritter (2018), no ano de 2017 dados do levantamento realizado por meio de informações coletadas junto ao Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) e no site das IFES, as 63 universidades federais já estavam reservando 50% das suas vagas para as cotas. Esta mesma lei declara sua revisão no prazo de dez anos a contar da sua publicação. Porém, existem falhas na coleta e sistematização dos indicadores quantitativos e qualitativos, bem como muitas IFES não contam com um sistema informatizado para auxiliar na avaliação e monitoramento desta política subsidiando assim mais ações e transparência popular. Esta ausência de avaliação e monitoramento também abre brechas para decisões baseadas em um senso comum ou em mero “achismo” que podem vir a auxiliar nas ideologias políticas de quem está no poder (burguesia) que é contra a implementação desta política, tornando assim, mais frágeis os argumentos de quem a defende. É importante frisar que a partir do ano de 2016 esta lei foi alterada, incluindo nas

cotas também candidatos portadores de necessidades especiais (Lei n.13.409/2016). A tabela seguinte ilustra essa divisão:

Figura 1 - Reserva de Vagas nas IFES



Fonte: MEC (2019)

No que se refere ao quadro “explicativo” das vagas de acordo com a lei de implementação das ações afirmativas, é importante realizar uma análise. O mesmo deveria ser autoexplicativo, mas não o é. Ao analisá-lo percebe-se que a opção escolhida é destinar 50% das vagas para egressos de escola pública. Desse modo pretende-se atingir uma solução democratizadora ao ingresso no ensino superior, resolvendo globalmente a questão da renda e da raça. Embora a solução apontada se mostre eficaz em muitos aspectos, ao englobar a renda - e só a partir daí a raça, ela termina por amenizar ou relativizar a gravidade da questão racial no Brasil. Vale acrescentar que o problema e a reivindicação inicial do movimento negro não foi esta. A reivindicação iniciada pelos movimentos sociais negros e indígenas está relacionada ao racismo estrutural que permeia em toda sociedade, neste caso, na esfera educacional também.

A figura da página anterior auxilia identificar como ocorreu esta divisão no campo dos argumentos, os nós para a não aceitação da política de ação afirmativa nos moldes que a mesma deveria ser, isto é, uma política que combatesse a discriminação racial negativa, secular no Brasil. Ao partir dos

egressos da escola pública, como a primeira divisão e eleição dos grupos a serem contemplados, reiteram-se os argumentos que ao contemplar aqueles e aquelas estudantes pobres, o problema estaria resolvido. Todavia a inclusão por esse critério, ao contrário de privilegiar a questão do racismo, mascarará-lo ainda que se admita que a escola pública seja o destino educacional da maioria da população pobre e negra brasileira.

O problema não está só nas escolas públicas, onde se concentram os estudantes de baixa renda, o racismo atravessa o sistema escolar brasileiro, seja na oferta do ensino público ou particular. Por exemplo, um estudante negro, que não advém de escola pública, não tem direito a ingressar pelas cotas, como se o racismo não estivesse presente em setores com melhores faixas de renda. O racismo não acaba, quando se analisa a questão de renda. As ações afirmativas entrando pelo viés da escola pública agrega a questão racial, entretanto ao não alargar para egressos/as do ensino privado, cria um artifício que mais encobre o problema que o enfrenta na sua realidade por inteira. Observa-se que houve um falseamento, uma relativização do problema em xeque. Neste exemplo do estudante negro oriundo de um percurso escolar no ensino privado, ao não ser contemplado e inserido enquanto critério primeiro na política de ações afirmativas, é como se o mesmo se transformasse em branco pela sua inserção na questão escolar.

Ainda na figura da página anterior, pode-se ver uma segregação no interior dos segmentos populares empobrecidos de reconhecimento racial da questão étnico racial. Este quadro nos mostra muito sobre a materialização do racismo no Brasil, o quanto que este debate racial ainda não é enfrentado na sua dimensão pela política educacional e de reconhecimento. Analisa-se que mais uma vez na história da política brasileira tivemos um “acordo do alto” na implementação das ações afirmativas. Uma vez que em uma visão conservadora, foi de consenso a ideia de que o problema do não acesso à universidade, por vários segmentos da classe trabalhadora, se concentra na falta de qualidade do ensino público para a preparação do vestibular, na renda baixa, é por esse viés que está se realizando as ações afirmativas como reconhecimento do racismo histórico brasileiro. Todavia, como já mencionado não está enfrentando a complexidade do fenômeno

racismo, a partir do momento em que a atenção para esse recorte racial acontece em uma perspectiva de admissibilidade. De acordo com o MEC entende-se por Política de Ações Afirmativas:

O conjunto de medidas especiais voltadas a grupos discriminados e vitimados pela exclusão social ocorridos no passado ou no presente. [...] O objetivo das ações afirmativas é eliminar as desigualdades e segregações, de forma que não se mantenham grupos elitizados e grupos marginalizados na sociedade, ou seja, busca-se uma composição diversificada onde não haja o predomínio de raças, etnias, religiões, gênero, etc.[...]. As ações afirmativas são preventivas e reparadoras no sentido de favorecer indivíduos que historicamente são discriminados (MEC, 2019).

Nesta concepção de ações afirmativas, encontramos conceitos como desigualdade, segregação, composição diversificada, mas nominalmente a identificação do racismo não é encontrada. É de suma importância pensarmos no conceito de desigualdade apresentado. Acrescentar o termo desigualdade não quer dizer que o mesmo revele tudo. Este conceito por vezes parece suficiente, mas o que precisamos nos atentar é que a desigualdade em si só não é algo que adjective negativamente, assumi-la requer políticas de equidade⁷ que só cumprem seu objetivo se reconhecem, efetivamente, as causas que provocam a desigualdade. Ao não nomear o racismo como questão central produtora de inúmeras desigualdades isenta-se do complexo enfrentamento dessa questão. Por esta razão é importante nomear as coisas e, neste caso, nomear que desigualdade é esta e a que se refere. Uma desigualdade social? Uma desigualdade implicada por questões étnico-raciais? Desigualdade implicada em questões educacionais? Temos várias opções para pensar, tendo em vista que o termo desigualdade, por si só não carrega a intensidade do problema que precisa ser enfrentado.

Este conceito de ações afirmativas, elencado anteriormente, traz no seu discurso “grupos elitizados e grupos marginalizados na sociedade”, porém em nenhum momento menciona quem é o determinado grupo elitizado e quem é o

⁷ De acordo com o documento Guia de Enfrentamento ao Racismo Institucional produzido pelo Instituto Geledés, equidade configura um princípio de justiça redistributiva, proporcional, que se pauta mais pelas necessidades de pessoas e coletivos e por um senso reparador de dívidas, do que pela sua igualdade formal diante da lei. Representa o aprofundamento do princípio de igualdade formal de todos diante da lei (GELEDÉS 2013, p. 28).

determinado grupo marginalizado. Existe um grupo que é elitizado porque é branco em detrimento de outro grupo que é marginalizado porque é negro. Observa-se que este conceito de ações afirmativas do MEC é um conceito genérico, que não aponta, não sinaliza, tampouco define qual é a real razão da necessidade dessa política. Isso é um erro grave, pois que essa instituição governamental é a principal reguladora da política educacional brasileira. A lógica é a seguinte: os conservadores que foram contra a implementação das cotas, diante da pressão, são obrigados a ceder. Entretanto, legitimam-na do seu jeito, trazendo que pelo viés das cotas para estudantes de escolas públicas e baixa renda está resolvida a questão. Não admitem de fato que o racismo é um grave problema e tornam o texto mais palatável e mais aderente ao conservadorismo brasileiro, conseguindo assim aprovar de acordo com sua lógica.

O texto das ações afirmativas apresentado pelo MEC, também, parte de um multiculturalismo quando menciona a busca por “uma composição diversificada onde não haja o predomínio de raças, etnias, religiões, gênero, etc.”, sendo que o nosso problema não é a diversidade. Em outro trecho do conceito menciona que “as ações afirmativas são preventivas e reparadoras no sentido de favorecer indivíduos que historicamente são discriminados”, mas não temos uma política para mulheres, não temos uma política para mães, por exemplo. Por esta razão é importante nomear. É insuficiente denominar de "desigualdade" o que é "racismo". Quando nomeamos algo, isso se torna de reconhecimento universal e esse reconhecimento é imprescindível para que façamos algo coletivamente. O processo de implementação das cotas iniciou com os movimentos sociais negros trazendo à tona a questão étnico-racial e no final esta política foi aceita, primeiramente, pelo viés da escola pública, depois pela faixa de renda e a questão racial com uma das últimas categorias, mostrando assim uma apropriação governamental ao sabor da acomodação do secular conflito racial.

Importante acrescentar outra questão que, também, justifica a necessidade de uma ampla política afirmativa étnico-racial. Ao reconhecer a gravidade da questão racial brasileira, incluindo todos/as os atingidos negativamente por ela, pode se constituir em um passo determinante para o enfrentamento do

epistemicídio presente nas universidades, outra estratégia salutar para o combate ao racismo e impulso na luta antirracista passando pelas políticas educacionais.

Junto com a promulgação desta lei, instituiu-se o Comitê de Acompanhamento e Avaliação da Reserva de Vagas nas IFES e do Ensino Técnico de Nível Médio para avaliação e monitoramento. A primeira Instituição de Ensino Superior a aderir ao sistema de cotas para candidatos negros foi a Universidade de Brasília - UNB.

2.3 O DEBATE SOBRE A POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO BRASILEIRO

O debate sobre a implementação das ações afirmativas no ensino superior foi algo que causou, e ainda causa, grande repercussão, mobilizando a sociedade, fazendo com que diversas pessoas, formadores de opinião, pesquisadores, intelectuais se posicionasse sobre o tema. Para podermos analisar melhor a temática, elucidaremos aqui alguns objetivos da Política de Ações Afirmativas de acordo com a perspectiva de alguns pesquisadores. Conforme Carneiro (2011 p.27) as ações afirmativas,

[...] têm sido praticadas para atender os diferentes segmentos da população que por questões históricas, culturais ou de racismo e discriminação foram prejudicados em sua inserção social e participação igualitária no desenvolvimento dos países.

Para Piovesan (2007, p.41) as PAA têm por objetivo:

[...] promover sua ascensão na sociedade até um nível de equiparação com os demais. As ações afirmativas constituem medidas especiais e temporárias que, buscando remediar um passado discriminatório, objetivam acelerar o processo de igualdade, com o alcance da igualdade substantiva por parte de grupos socialmente vulneráveis, como as minorias étnicas e raciais, dentre outros grupos.

Para Gomes (2007):

Além do ideal de concretização da igualdade de oportunidades, figuraria entre os objetivos almejados com as políticas afirmativas o de induzir transformações de ordem cultural pedagógica e psicológica, aptas a subtrair do imaginário coletivo a ideia de supremacia e de subordinação de uma raça em relação à outra (GOMES 2007, p. 57).

Para Piovesan, as ações afirmativas se constituem de forma reparadora de processos de discriminação que impediram uma ascensão igualitária em relação aos demais grupos. Para Gomes, as ações afirmativas possibilitam enfrentar as relações de subalternização racial disseminadas nos diferentes espaços da vida social e, desse modo, produzir relações igualitárias. As convergências argumentativas que se dão na defesa da necessidade de implantação da PAA terminam por explicitar que a sua implantação ainda repousa sobre um campo cheio de adversidades. Por exemplo, o processo histórico da implementação das PAA foi e ainda é permeado por um caloroso debate que apresentaremos neste capítulo.

Nesta perspectiva no documento Guia de Enfrentamento ao Racismo Institucional Ritter (2018) em sua tese intitulada: “A política de cotas na educação superior: As (a)simetrias Entre o Acesso nas Universidades Federais e o Desenvolvimento Social Brasileiro”, sistematiza uma tabela com 16 projetos de lei encaminhados pela Câmara dos Deputados, além de Projetos de Lei do Senado (PLS) de 1999 a 2008, com o intuito de implementar na política de ação afirmativa no ensino superior. No quadro abaixo, apresenta-se os projetos de lei, suas propostas e a síntese da justificativa, segundo Ritter:

Quadro 1 - Síntese dos Projetos de Lei que versam sobre a adoção de ações afirmativas nas IES 1999-2008.

PROJETO DE LEI	PROPOSTA	SÍNTESE DA JUSTIFICATIVA
PL n.73/99 Autoria: Nice Lobão- PFL/MA	Reserva de 50% das vagas das universidades federais e estaduais (às privadas é facultativo) para serem preenchidas mediante seleção de alunos nos cursos de ensino médio, tendo como base o Coeficiente de rendimento (média aritmética das notas obtidas no período).	As IES privadas não possuem como objetivo a excelência acadêmica, mas a mercantilização do ensino. Este projeto propõe a extinção gradual do vestibular, para que haja o surgimento de uma verdadeira elite acadêmica e a integração efetiva da sociedade com vistas a alcançar o bem-estar.
PL n.1.447/99 Autoria: Celso Giglio - PTB/SP	Reserva de 40% das vagas nas faculdades públicas para alunos oriundos dos cursos médios ministrados em escolas públicas.	Os alunos de renda familiar mais baixa que frequentam as escolas públicas não têm como competir com os alunos das classes mais abastadas. O ensino básico público é inferior ao ministrado no privado. O projeto prevê distribuir mais equitativamente os recursos destinados ao ensino universitário, visto que estes também são pagos pelas camadas mais pobres.
PLS n.1.643/99 Autoria: Antero Paes de Barros - PSDB/MT	Reserva de 50% das vagas das universidades públicas para alunos que tenham cursado integralmente os ensinos fundamental e médio em	Sem justificativa em seu interino teor.

	escolas públicas.	
PL n. 2.069/99 Autoria: Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE	Reserva de 50% das vagas nas IES públicas para os alunos que tenham cursado integralmente os níveis fundamental e médio em escolas públicas.	Alunos oriundos de família de baixa renda frequentam escolas públicas e têm acesso às IES privadas. Alunos oriundos de famílias com renda alta e média frequentam escolas particulares de melhor qualidade e têm acesso às IES públicas. Democratizar o acesso de todos contribuirá para a existência de um alunado com maior diversidade socioeconômica e cultural, permitindo uma maior inserção da universidade na sociedade.
PL n. 615/2003 Autoria: Murilo Zauith - PFL/MS	Obrigatoriedade da matrícula aos índios que forem classificados em processos seletivos, sem prejuízo das vagas abertas aos demais alunos.	Fazer justiça aos índios brasileiros. Proporcionar aos indígenas uma forma digna de inclusão social por meio de um bem que não pode ser confiscado, como a educação.
PL n. 373/2003 Autoria: Lincoln Portela - PL/MG	Reserva de vagas nas IES públicas para pessoas com 60 anos ou mais.	A escolaridade das pessoas idosas é significativamente inferior do que a escolaridade média da população. As pessoas mais maduras e experientes podem contribuir social e profissionalmente para o desenvolvimento da sociedade.
PL n. 1313/2003 Autoria: Rodolfo Pereira - PDT/RR	Reserva de vagas nas IES, no período de 2003 a 2020, para indígenas que atingirem nota mínima que não poderá ser inferior à média do último aluno aprovado pelo sistema tradicional, em cada instituição de ensino.	As cotas são um instrumento fundamental para a autodeterminação das comunidades indígenas e para reparar o descaso histórico do Estado brasileiro para com estas comunidades.
PLS n. 215/2003 Autoria: Íris de Araújo - PMDB/GO	Reserva de 30% das vagas nas universidades públicas para estudantes comprovadamente carentes.	Distorções sociais levam as camadas médias e altas a ocupar quase 100% das vagas nas universidades públicas. É, portanto, indispensável a adoção de medidas compensatórias para permitir que alunos carentes também possam ter acesso aos níveis mais elevados de ensino.
PL n. 2.923/2004 Autoria: Lincoln Portela - PL/MG	Dispensa do vestibular nas universidades públicas federais pessoas maiores de 60 anos.	Retirar os idosos do isolamento e trazê-los para o interior de uma das instituições mais dinâmicas do mundo atual.
PL n. 3.627/2004 Autoria: Poder Executivo	Reserva nas IFES de no mínimo 50% das vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escola pública. Estas vagas deverão ser preenchidas por uma proporção mínima de autodeclarados negros e indígenas de cada unidade da federação onde está instalada a instituição, conforme o último censo do IBGE.	O Brasil, desde 1967, é signatário da Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial, da ONU. Somente ao final do século XX é que o Estado brasileiro passou a se preocupar com os efeitos do chamado racismo estruturante no perfil social e a buscar mecanismos que dessem efetividade aos compromissos assumidos há 40 anos. Esse atraso por si só justifica a iniciativa de políticas de AA no âmbito da educação. A proposta combina critérios de inclusão por razões específicas étnicas com critérios universais de renda (escola pública como critério indireto de menor poder aquisitivo).
PL n. 1.330/2007 Autoria: Edio Lopes - PMDB/RR	Sistema de bônus (peso diferenciado adicional) nas IES públicas para alunos que tenham cursado todo o ensino médio em escolas públicas ou em particulares com bolsa integral, e para aqueles que sejam residentes na área de influência da instituição.	Estreitar a relação entre educação superior pública com o sistema público de educação básica e desse modo ampliar as oportunidades de acesso aos estudantes das camadas socioeconômicas menos favorecidas. O projeto pretende vincular as IES à sua vocação regional e ao atendimento das necessidades de formação da população local.
PL n. 1.736/2007	Reserva de 50% das vagas nas IFES	O Brasil é signatário da Convenção Mundial

Autoria: Neucimar Fraga - PR/ES	para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino público. Estas vagas deverão ser preenchidas por uma proporção mínima de autodeclarados negros, pardos e indígenas de cada unidade da federação onde está instalada a instituição, conforme o último censo do IBGE.	sobre todas as formas de discriminação racial da ONU. Este projeto entende que pode incidir para a redução das desigualdades que surgem da discriminação racial. As AA promovem a democratização do acesso, a inclusão social e a erradicação das formas de discriminação.
PL n. 14/2007 Autoria: Pinotti - DEM/SP	Reserva de 20% nas IES públicas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.	As famílias mais pobres têm chances reduzidas em conduzir seus filhos ao ensino universitário. As cotas possuem como efeito de médio prazo a melhoria da qualidade da educação básica nas escolas públicas, favorecendo o nível de competitividade nos processos seletivos de ingresso ao ensino superior. E têm como efeito de curto prazo a melhoria das possibilidades de acesso ao ensino superior, podendo proporcionar a democratização do acesso às IES públicas. Os estudos de nível superior são condição necessária para o ingresso em um mercado de trabalho mais qualificado e promissor.
PL n. 3.913/2008 Autoria: Ideli Salvatti - PT/SC	Reserva de 50% das vagas das IFES para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escolas públicas. Estas vagas deverão ser preenchidas por uma proporção mínima de autodeclarados negros, pardos e indígenas de cada unidade da federação onde está instalada a instituição, conforme o último censo do IBGE. As pessoas com deficiência terão direito às vagas reservadas independentemente do fato de terem cursado a educação básica em escola pública.	Sem justificativa em seu interino teor.

Fonte: Ritter (2008).

De acordo com a tabela apresentada foram dezesseis projetos de lei que propuseram modelos de ação afirmativa. Doze deles trazem no seu contexto a reserva de vagas - cotas. Cinco, desses projetos de lei, têm recorte étnico racial para pessoas negras e indígenas. Sendo que sete projetos de lei destinavam reservas de vaga para estudantes oriundos de escolas públicas, principalmente o ensino fundamental e médio. E dois voltaram-se ao ingresso de pessoas idosas. Observa-se então que diante do tensionamento dos movimentos sociais negros, indígenas e demais movimentos sociais, diversas figuras políticas começaram a se posicionar e pensar em estratégias para o ingresso de segmentos da classe trabalhadora nas universidades. O argumento mais utilizado em relação às cotas para estudantes de escolas públicas é em relação a precariedade do ensino público que prejudica o ingresso de estudantes oriundos destas instituições, não

sendo uma concorrência igual para com os estudantes de escolas privadas. Por esta razão se faz necessário uma distribuição equitativa das vagas. É importante sinalizar que a maioria das demandas apresentadas nos projetos de lei mencionados acima foram abarcados com a implementação das cotas exceto as propostas que preveem ação afirmativa para os idosos.

Como se pode ver na tabela anterior, os projetos argumentam a necessidade de um sistema de cotas assentado no reconhecimento da disparidade da escola pública em relação às escolas privadas. Parte-se da ideia que a escola pública brasileira possui deficiências que a impedem de "competir" com as escolas privadas. Ainda que não seja objeto de estudo dessa dissertação, seria necessário um detalhado estudo sobre a demanda apresentada pela escola pública ao concurso vestibular e o apresentado pela escola privada, para estimar as taxas de ingresso, proporcionalmente.

Retomando a análise dos dados apresentados na figura 01, apresentada anteriormente, pode-se verificar que foram as condições socioeconômicas que prevaleceram nos argumentos de proposição do sistema de cotas. Sabe-se das imensas desigualdades econômicas presentes na sociedade brasileira, todavia assumi-las como único fator que dificulta o acesso e, dessa forma, defini-las como único demarcador para democratizar o ingresso no ensino superior, atesta a recusa em reconhecer que o racismo, também, se constitui como questão determinante na estruturação das desigualdades sociais, inclusive, quando se trata de cursar a universidade pública.

Houve argumentos favoráveis e contrários à implementação da política de ações afirmativas no Brasil, particularmente ao sistema de cotas raciais, destacam-se neste capítulo os principais argumentos utilizados. Alguns argumentos a favor da política de ações afirmativas são:

Os argumentos favoráveis à lei de cotas são no sentido de:

- 1) Democratizar o acesso ao ensino superior;

Como mencionado nesta pesquisa, historicamente a universidade pública foi um espaço elitista, que dentre outras instituições servem à burguesia para assegurar a sua hegemonia. Foi a partir do movimento da reforma universitária, na década de 1960, reivindicando o acesso da classe

trabalhadora a esse espaço que a cara da universidade começou a mudar. Embora essa reforma tenha mencionado a ausência da classe trabalhadora na universidade pública, pouco se avançou nessa reivindicação étnico racial pelos agentes organizadores desse movimento. Democratizar é colocar ao alcance da população, da classe trabalhadora, que no Brasil é majoritariamente negra.

2) Reparação da dívida histórica que o Brasil tem com a população negra pelo regime escravocrata

Historicamente a população negra é oprimida no Brasil, e sofre até hoje com desigualdade, desvantagens oriundas desse percurso de escravização e do racismo estrutural/estruturante de nossa sociedade que não tratou esse segmento étnico com cidadania no processo do pós-abolição da escravidão. Por esta razão é necessário medidas equitativas para auxiliar na problemática da população negra ter enfrentado diversas barragens, impedindo-a de usufruir de direitos, serviços e espaços sociais. Diminuir a desigualdade raciais e socioeconômicas se apresentam como argumentos justificadores da necessidade da política.

A partir do momento que diminuir as desigualdades ocasionadas pelo racismo, automaticamente se reduzirá as desigualdades socioeconômicas, tendo em vista que uma retroalimenta o outro. Nesse aspecto, Guimarães (2007, p.189) menciona que “no Brasil, o racismo é apenas um dos problemas não resolvidos da democracia, em meio a muitos outros, e a raça, ainda não é considerada um elemento central na construção das desigualdades.” Este mesmo autor continua a mencionar que:

[...] É a cor que tem legitimado, durante séculos, a exclusão social no Brasil. São os negros - primeiros africanos, depois crioulos, em seguida pretos, por último pardos - que têm conformado o que entendemos por ralé, gentinha, povão. São eles os destituídos de individualidade e, portanto, de direitos (GUIMARÃES 2009, p. 200).

3) Proporcionar a integração entre vários grupos étnicos, auxiliando no combate ao racismo;

As PAA proporcionam um ambiente universitário mais diversos, inclusive racialmente e socialmente. Nessa perspectiva Haas e Linhares (2012,

p.844) apontam que “a integração entre diferentes grupos sociais no espaço educacional acarreta a aceitação da diversidade cultural, ou seja, a admissão da diferença, da dessemelhança, e a aceitação do outro”. Por essa razão, integrar socialmente os indivíduos pertencentes a grupos étnico-raciais desfavorecidos no âmbito do ensino superior público é de suma importância como uma das formas de combater o racismo.

4) Representatividade para a população negra

A denúncia sobre a ausência de representatividade negra nos espaços de tomada de decisão, nos aparelhos midiáticos, em profissões mais “renomadas”, na sociedade é um apontamento histórico da população negra, materializando o racismo e a segregação não declarada existente em nosso país. Por essa razão, a PAA auxilia na ampliação da representatividade negra em diversos espaços outrora pouco acessado, como por exemplo o âmbito universitário. Antes das cotas era difícil encontrar muitas pessoas negras tendo acesso ao ensino superior público. Hoje em dia essa realidade mudou. Em dezembro de 2019, o IBGE divulgou a pesquisa Desigualdades Sociais por Cor ou Raça Brasil, apresenta que pela primeira vez a população negra são mais da metade dos universitários da rede pública somando 50,3% no ano de 2018. Uma pessoa negra, conhecendo ou vendo outra pessoa negra acessar o ensino superior público ou exercer a profissão, que ela também sonha em exercer, são exemplos concretos de como a representatividade é importante para a população negra. Fortalecer e ampliar essa representatividade deve ser pauta constante tanto das PAA como das universidades: Garantir a ascensão de grupos (étnicos, raciais) que sofrem com a opressão.

Como já mencionado, o racismo é um grande adversário na ascensão da população negra em todos os âmbitos. Em uma sociedade racista, a cor, o fenótipo ainda continuam norteando as escolhas, mesmo que “por debaixo dos panos”. As AA neste caso contribuem para a efetivação do direito e ascensão social da população negra, tendo em vista a mudança estrutural, que uma pessoa pode ter ao ter um curso superior.

Neste sentido, as cotas são grandes aliadas na luta pela equidade⁸, tendo como objetivo o combate às desigualdades que permeiam a sociedade, criadas por essa mesma sociedade, uma vez que não há capitalismo sem racismo⁹.

Os principais argumentos contrários às políticas de ações afirmativas com recorte étnico racial são:

1) Tratamentos preferenciais

Sendo que a política de ações afirmativas não tem por objetivo ter um tratamento preferencial e sim medidas preventivas, equitativas tendo em vista a desigualdade vivenciada por certos grupos resultantes de um racismo estrutural que permeia a sociedade.

2) O ingresso de estudantes cotistas irá diminuir a qualidade do ensino superior no Brasil.

Em relação a esta afirmação, de acordo com Tavares (2011, p. 92),

[...] pesquisas veiculadas pela Universidade Estadual da Bahia (Uneb), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade de Brasília (Unb) não comprovaram o supracitado rebaixamento acadêmico, de modo que nestas universidades públicas brasileiras não se encontrou sustentação empírica para o prejuízo cultural, científico e tecnológico das mesmas.

Sendo assim, esse argumento não se concretizou com o ingresso dos estudantes que têm média igual ou até superior aos não cotistas.

3) Reconhecimento de diferenças étnicas e raciais, o que contraria o credo nacional de que somos um só povo, uma só raça. Não tem como saber quem é negro e quem é branco no Brasil.

4) Os estudantes cotistas estariam retirando as vagas dos estudantes pertencentes a este recorte. As cotas raciais seriam injustas com os brancos pobres.

Neste caso não se trata de estar retirando vagas, ou sendo injusto com outros segmentos populacionais. Trata-se de uma redistribuição equitativa para uma possível democratização do ensino superior. Não se trata de uma questão de privilegiar estes segmentos populacionais, pois historicamente foram

⁸ O termo equidade vem no sentido de oferecer tratamentos diferenciados e específicos para os desiguais, visando reduzir diferenças de vulnerabilidade das populações.

⁹ Malcolm X

discriminados e tiveram diversos direitos cerceados. As pessoas brancas têm receio em ver pessoas negras tendo acesso ao conhecimento, tendo acesso a espaços de poder, já que,

Um negro presente em posições sociais e lugares de poder dos quais foi excluído representa uma ameaça ao branco na competição por privilégios sociais dentro das relações sociais capitalistas. Privilégios, pois dizem respeito a direitos formalmente universais, mas que são acessados historicamente e predominantemente pelas classes médias e altas, compostas majoritariamente por pessoas brancas. Tal ameaça pode ser contida a partir da perpetuação de preconceitos raciais, intensificada quando envolve a disputa ao acesso a determinado bem ou serviço limitado, como, por exemplo, uma vaga em uma universidade pública, ou um emprego formal em períodos de crises econômicas (RITTER 2018 p. 175).

Parafraseando a filósofa e ativista Djamila Ribeiro “no mundo branco há privilégios que deveriam ser direito de todos”¹⁰. Esta mesma filósofa traz a importância das pessoas brancas discutirem a sua própria “branquitude” (categoria que analisaremos melhor na quarta sessão). Mas desde já é importante mencionar que pessoas brancas precisam (re)pensar a partir de que lugar social falar, e pensar que esse lugar social impacta no lugar do outro que é criado através de opressão. A conservação da desigualdade não é algo casual.

Ainda na ordem de argumentos contrários à política de cotas raciais, tem-se argumentos legais que se amparam na ideia que todos são iguais, e que as cotas prejudicariam de forma novíça o princípio da meritocracia.

- 1) Inconstitucionalidade da lei, baseando-se no 5º artigo da Constituição Federal Brasileira de 1988, que discorre que “somos todos iguais, sem distinção de qualquer natureza”. Deste modo, argumenta-se que o sistema de cotas afirmaria uma segregação social e racial.
- 2) Muitas pessoas dizem não ser responsáveis pelo que ocorreu no passado com a população negra.
- 3) A lei de cotas fere o princípio da meritocracia e intensificam o racismo ao invés de combatê-lo.

Em relação aos argumentos contrários elencados nos itens 6, 7 e 8 no ano de 2006 foi encaminhado ao Congresso Nacional a carta pública intitulada “Todos

¹⁰ A Filósofa e ativista Djamila Ribeiro discursou esta frase em uma entrevista ao programa Entre Vistas, apresentado pelo jornalista Juca Kfourri, na TVT, publicada no site Rede Brasil Atual em maio de 2018.

têm direitos iguais na República Democrática” inscrito por 114 intelectuais, artistas, empresários que eram contrários às cotas e contra ao Estatuto da Igualdade Racial. O *slogan* mais utilizado nesta carta parte da premissa de “todos têm direitos iguais na República democrática”. Sobre este documento ressaltamos o trecho a seguir:

A adoção de identidades raciais não deve ser imposta e regulada pelo Estado. Políticas dirigidas a grupos "raciais" estancam em nome da justiça social não eliminam o racismo e podem até mesmo produzir o efeito contrário, dando respaldo legal ao conceito de raça, e possibilitando o acirramento do conflito e da intolerância. A verdade amplamente reconhecida é que o principal caminho para o combate à exclusão social é a construção de serviços públicos universais de qualidade nos setores de educação, saúde e previdência, em especial a criação de empregos. Essas metas só poderão ser alcançadas pelo esforço comum de cidadãos de todos os tons de pele contra privilégios odiosos que limitam o alcance do princípio republicano da igualdade política e jurídica. A invenção de raças oficiais tem tudo para semear esse perigoso tipo de racismo, como demonstram exemplos históricos e contemporâneos. E ainda bloquear o caminho para a resolução real dos problemas de desigualdades (Carta Pública ao Congresso Nacional: Todos têm direitos iguais na República Democrática 2006, p. 01).

Estes autores trazem como solução para as desigualdades educacionais a melhoria do ensino nas escolas de educação básica pública e o aumento de vagas nas universidades públicas. É preciso notar que se o foco para a solução deste problema for somente a “qualidade” das escolas públicas, estaremos ignorando outros fatores estruturais que (re)produzem discriminações, preconceitos como aponta Ritter (2018, p.158),

Se observados os dados sobre as diferenças salariais entre brancos e negros com ensino superior completo, a disparidade também se mantém. A média mensal de uma pessoa preta com graduação é de R\$ 3.777,39, dos pardos é de R\$4.044,09 e dos brancos é de R\$ 5.589,25. Este dado não considera ainda as diferenças salariais entre os gêneros, visto que as mulheres costumam receber menos do que os homens (MTE, 2014). Estas informações demonstram, portanto, que a apreensão de que somente a educação se relaciona com mobilidade social não é verdadeira. Outras variáveis entram nesta equação, como área de formação e raça, além dos próprios limites de ascensão social impostos pelo próprio modo de produção capitalista.

Percebe-se uma visão conservadora no sentido de afirmar que a igualdade formal é sinônimo de igualdade substantiva como aponta Ritter (2018, p. 116):

Partindo do pressuposto de que todos são iguais perante a lei, os indivíduos estariam em condições iguais de competição, conforme seus esforços, talentos e habilidades, podendo assim alterar sua posição social (CHAUÍ, 2000). O Estado garantiria a igualdade formal, presente em suas constituições, e o mérito seria decorrência de esforços e capacidades individuais, a serem valorizados no âmbito do mercado, que o recompensaria com maiores remunerações.

Nessa perspectiva temos outro argumento contrário às cotas raciais afirmando que

O negro, de segmento historicamente explorado, passa a ser portador de uma dívida histórica, hipotecada pelo seu caráter de opressão. O negro, doravante, não mais pertence à parcela dos explorados pelo capital – portanto, 'igual' a todos aqueles pertencentes à classe trabalhadora –, mas descola-se dos trabalhadores, para se tornar 'merecedor' de políticas de exceção, porque é 'diferente' dos demais. Que os outros trabalhadores busquem seus espaços específicos, quer para terem acesso aos estudos, quer para conseguirem um lugar no mundo do trabalho. Instale-se o reinado do 'farinha pouca, meu pirão primeiro' (RITTER 2018, p. 121 *apud* LEITE 2011, p. 28).

Estes argumentos desconsideram todo o racismo estrutural/estruturante das relações sociais, desconsidera as expressões da questão social, desconsidera a desigualdade social fruto de uma sociedade dividida em classes, trazendo um caráter meritocrático de igualdade de oportunidades, sendo que em concordância com Aristóteles¹¹ você só pode discutir mérito entre iguais. No entanto, a população negra partiu de um lugar em que era vista apenas como mercadoria e não como pessoas dignas de humanidade. Importante questionarmos quais os parâmetros são moralmente justificáveis para as desigualdades postas em nossa sociedade. É preciso compreender como o padrão meritocrático retroalimenta essas desigualdades. Marques Júnior (2012) apresenta como proposta, pensarmos na realização de uma pesquisa histórica que desvende como a igualdade formal perante a lei, desde sua criação no final do século XVIII, tem se relacionado com as Instituições sociais que promovem discriminação positiva e discriminação negativa. Esta pesquisa teria como objetivo não apenas explorar as consequências do efeito normativo da posição que acusa a ação afirmativa de violar a igualdade legal, mas também colocar sobre suspeição a coerência dessa

¹¹ Importante filósofo grego, que em suas obras Política e Ética a Nicômano, ao analisar sobre a justiça, apresenta reflexões sobre o mérito.

demanda. É importante enxergarmos a raça¹² e não agir com daltonismo racial¹³ uma vez que “classe social e raça se interligam como forma de manutenção de privilégios, entre os quais, está o acesso às universidades públicas brasileiras” (RITTER 2018, p. 196). Outra questão importante a se mencionar é que a política de ações afirmativas é fruto de um processo de tensionamento travado principalmente pelos movimentos sociais negros, pelos coletivos indígenas, mas esta não é necessariamente contrária a políticas sociais universais como bem aponta Ritter (2018, p.132-133):

[...] a reforma universitária dos governos Lula e Dilma proporcionou o ingresso das classes populares. Outrossim, ainda que esta última tenha aprofundado o empresariamento, a dependência externa, e responda às demandas de mão de obra qualificada do atual estágio do capitalismo mundial, ela vem permitindo, ainda que de forma limitada, o acesso da classe trabalhadora nas IFES, e de grupos historicamente excluídos, como negros e indígenas. Diante deste cenário, questiona-se: seria melhor reter a extensão e a inserção destes sujeitos até que ocorra uma revolução que garanta a universalidade do ensino superior com qualidade e gratuidade?

Por essa razão, no atual momento histórico, Ritter (2018) menciona que é necessária uma redistribuição que compense equitativamente as desvantagens históricas de determinados grupos no tocante dos bens sociais disponíveis e que pode contribuir para mudanças sociais progressivas no âmbito da luta pela educação pública, gratuita de qualidade.

Em março de 2010, no Supremo Tribunal Federal (STF), ocorreu uma audiência pública para debater a questão das políticas de ações afirmativas tendo como foco as cotas para reserva de vagas no ensino superior. Esta audiência tinha por finalidade materializar o exercício da democracia, debater as ideias, escutar os argumentos dos especialistas e dos dirigentes políticos. Foram

¹² Nesta pesquisa o termo raça está impregnado no seu sentido social pois “a raça, como categoria sociológica, é fundamental para a compreensão das relações sociais cotidianas, não só no que diz respeito à experiência local, mas também, nacional e global. A ideia de raça está presente em diferentes experiências da vida social: nas distribuições de recursos e poder, nas experiências subjetivas, nas identidades coletivas, nas formas culturais e nos sistemas de significação”. (SHUCMAN 2012, p. 13).

¹³ O daltonismo racial é formulado por uma concepção de que todos são iguais. Muitas pessoas alegam não enxergar diferenças de cor entre pessoas negras e pessoas brancas. Porém, o fato de todos serem vistos como iguais, nos alerta para a falta de conhecimento quanto ao conceito de raça (no seu sentido social), dentro de uma sociedade extremamente racista e legitima o discurso de negação do racismo (ALEXANDER, 2017).

analisados quatro temas: o papel da universidade, a questão da mestiçagem, critérios raciais, e as cotas sociais. A miscigenação serviu como um dos argumentos mais utilizados contra as cotas, alguns especialistas defenderam esta tese baseando-se no discurso que o Brasil é um país mestiço, reproduzindo o mito da democracia racial. Para esses especialistas como o Brasil é um país mestiço, seria desnecessário e ineficaz a identificação pela cor, pois esta já estaria diluída na miscigenação.

De acordo com Almeida (2015), a temática que sobressaiu neste encontro é que a desigualdade no Brasil é fundamentalmente uma desigualdade racial. De acordo com este autor esta temática teve dois lados:

De um lado, há a tese de que os negros, por serem mais pobres e por terem tido uma história que, na sua maioria, é a história da escravidão, merecem um tratamento estatal diferenciado, ou seja, que as políticas públicas sejam destinadas especificamente para essa parte da população brasileira; de outro, a tese segundo a qual a desigualdade no Brasil é estrutural, portanto, atinge tanto os negros como os brancos. O ponto é se será possível a adoção de um critério racial para o enfrentamento das desigualdades sociais (ALMEIDA 2015, p. 49).

Por esta razão, é importante percebermos como no Brasil perdurou e perdura uma tentativa de rejeitar o peso da raça como fonte produtora das desigualdades sociais por grande parcela da classe dominante. Neste sentido, nada é mais desigual do que tratar todos igualmente, quando historicamente não são). Sendo assim, é de suma importância que se proporcione tratamento diferenciado a quem a sociedade tem tratado desigualmente. Faz-se necessário analisar também que o critério social é utilizado historicamente e podemos notar que este critério por si só não está tendo tanta eficácia na alteração do quadro da desigualdade entre as pessoas negras e as pessoas brancas.

Outra questão apontada nesta audiência foi a classificação utilizada pelo IBGE. Almeida (2016) aponta que o professor de Antropologia George Zarur alegou que não há justificativa científica para unir a categoria preta e parda em uma única categoria negra no Brasil. No entanto, em relação a este argumento, pensa-se que as pessoas negras e pardas são as que mais sofrem com a desigualdade social e racial. As pessoas pardas não são vistas como pessoas brancas. Essa questão está relacionada à pigmentação de pele, a traços fenotípicos.

Observa-se também que as pessoas que são contra esta política pública, mal a conhecem. Como bem descreve Santos,

Resumindo, em geral os autores que são contra o sistema de cotas para os negros nos vestibulares das universidades públicas brasileiras, quando o criticam em seus textos, artigos e livros, tratam o tema das ações afirmativas como se não existisse um referencial teórico sobre este tema ou, se se quiser, como se esse tema estivesse mais para a “sociologia espontânea” do que para a “sociologia erudita”, ante uma recusa ou, no mínimo, uma suposição não procedente de ausência de estudo e pesquisas sobre as ações afirmativas (SANTOS, p.457).

A revista Exame publicou uma matéria em seu *site* no dia 31 de julho de 2009 intitulada “Dez motivos para ser contra as cotas raciais”¹⁴, escrita pelo sociólogo Bernardo Lewgoy. Esta matéria apresenta os seguintes argumentos contrários:

1. Cotas raciais sempre dividem negativamente as sociedades onde são implantadas, gerando o ódio racial e o ressentimento das pessoas que não entraram na Universidade, apesar de terem obtido nota maior ou igual do que os cotistas nas provas de vestibular.
2. Cotas raciais criam um terrível precedente ao admitir a discriminação racial para atingir objetivos políticos, gerando nas pessoas a sensação de que não serão mais julgadas pelo que são ou fazem, mas pela cor de sua pele ou origem étnica.
3. Cotas raciais foram importadas para esconder o real problema da baixa qualidade do ensino básico e dar poder dentro da Universidade a políticos que não têm nenhum compromisso com a qualidade do ensino e da pesquisa.
4. Cotas raciais corrompem as Universidades onde são aplicadas, aniquilando o valor do mérito acadêmico e criando pressões sem fim para discriminar as pessoas por sua “raça” em todos os níveis de ensino, do fundamental à universidade.
5. Cotas raciais levam a hipocrisia para dentro da sala de aula, pois estimulam o relaxamento nos padrões de avaliação, por parte de professores temerários de serem taxados de racistas, caso reprovem ou deem notas baixas a alunos cotistas ou oriundos de minorias étnicas.
6. Cotas raciais sempre enfrentam o problema de como saber quem pertence ou não de alguém a um grupo racial Pelo sangue? Pela cor da pele? Como o Brasil é um país miscigenado, odiosos tribunais raciais acabam decidindo se alguém pertence ou não a uma “raça” e ocasionam tremendas injustiças, como mostrou o caso dos gêmeos da UnB.
7. Cotas raciais desestimulam não só o mérito acadêmico mas encorajam a separação do povo em grupos raciais rivais, destruindo possibilidades de real convívio humano entre pessoas diferentes. Você sabia que muitas pessoas contrárias às cotas raciais são filhas de pais de cores diferentes? Qual será o clima que essa proposta vai gerar num país em que a miscigenação está dentro dos lares?
8. Cotas raciais geram preconceito contra pessoas decentes de todas as origens, que gostariam de ser julgadas pelo seu mérito e não pela cor da sua pele. Elas incentivam um clima sem fim de suspeitas de que o aluno

¹⁴ Vale destacar que essa publicação é do Instituto Millenium, organização liberal, presente também no Brasil.

negro – cotista ou não – não é competente nem como estudante e nem o será como futuro profissional. Você faria uma cirurgia com um médico cotista?

9. Cotas raciais entraram no Brasil pela porta dos fundos, num momento em que todas as pesquisas dos órgãos oficiais mostravam que seus supostos beneficiários, negros e pardos, vinham melhorando sua situação social e inserção na Universidade Pública.

10. Cotas raciais recuperam a ideia, refutada por toda a ciência moderna, de que a humanidade se divide em “raças”, oficializando aquilo que se quer combater.

Alguns destes argumentos mencionados por este sociólogo já havíamos tratado e assentam-se, fundamentalmente, no mito da democracia racial. Os argumentos indicam que a PAA seria a grande responsável por provocar o conflito racial no Brasil, inclusive discriminando estudantes negros/negras que se sentiriam prejudicados por não serem julgados pelo mérito.

Ainda refletindo sobre a PAA, Sell (2002, p. 28-31) elenca cinco promessas das ações afirmativas:

1- A ação afirmativa gerará modelos positivos a serem seguidos pelos outros negros, o que evitará vários problemas para a sociedade como um todo; 2- A ação afirmativa promoverá um resgate da identidade negra; Profissionais negros servirão melhor à comunidade negra; 4- A eficiência da ação afirmativa não pode ser adequadamente substituída por políticas para as regiões mais pobres; 5- A ação afirmativa tem por objetivo diminuir, e não aumentar, a importância da raça na sociedade.

Marques Júnior (2012), em seu artigo intitulado “Aprendendo com o debate público sobre ação afirmativa ou como argumentos ruins podem se tornar bons tópicos de pesquisa”, apresenta os doze argumentos contrários a ações afirmativas mais citados no livro *Divisões Perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo* (Fry et al. 2007). De acordo com este autor, o livro "divisões perigosas" é um livro importante, pois a maioria dos artigos contidos nele foram escritos por acadêmicos, porém em uma perspectiva de textos opinativos e curtos para divulgação na mídia. Para melhor entendimento do leitor, o autor separa os argumentos em duas categorias: os argumentos descritivos e os argumentos normativos. Os argumentos descritivos têm por objetivo descrever os fatos como o próprio nome menciona. Os argumentos normativos transmitem julgamentos sobre as coisas que fazemos, emitem um “dever ser” que muitas vezes, mas não necessariamente, se coloca para além dos fatos ou como força própria de criação e invenção de novos fatos. Diante disso, o autor alega que o caráter descritivo

pode se tornar normativo. Neste sentido o mesmo traz uma importante consideração

Como o próprio vocábulo português indica, fato é derivado do latim *factum*, que por seu turno é o participio passado neutro do verbo *facere*: fazer. Um fato é literalmente aquilo que já é; que já foi feito, ou seja, é o produto no presente de uma ação passada. Mas se examinamos os textos e manifestos contrários à ação afirmativa, constatamos que as afirmações de fato, os argumentos descritivos neles contidos, são muitas vezes fraseados com verbos no futuro: “as cotas irão...”, “o conflito racial se espalhará...”, etc. Isto é, não afirmam o que já é, mas o que vai ser. A normatividade dessas formulações se insere exatamente nesse fosso entre o ser e o “vai ser”. Isso porque, ao afirmarmos repetidamente algo que supostamente “vai ser”, ao fazermos previsões categóricas, contribuimos ou para a realização de fato da coisa – o caso típico das profecias auto realizáveis – ou para a supressão da coisa que pode causar tais consequências, que é o caso em questão: os argumentos descritivos contrários à ação afirmativa têm por objetivo prescrever tais políticas por meio da afirmação categórica de fatos futuros que seriam consequências catastróficas supostamente acarretadas por ela (MARQUES JÚNIOR 2012 ,p. 08-09).

Nesse sentido, Marques Júnior (2012) menciona que ao projetar cenários futuros o normativo se torna descritivo e moral, a partir do momento que se propõe a guiar nossas escolhas. Nessa mesma perspectiva, em relação ao descritivo se tornar normativo na questão das ações afirmativas Marques Júnior (2012) apresenta que:

[...] o argumento de que a sociedade brasileira que almejamos é uma sociedade onde raça não tem qualquer papel, claramente normativo, pois propõe um modelo de sociedade a se perseguir, geralmente vem junto com a premissa factual mais ou menos explícita de que a atual sociedade brasileira já está caminhando para essa direção (sem as cotas, é claro), ou ainda de que historicamente a sociedade brasileira tem caminhado nessa direção, seja pela brandura de sua escravidão, pela mistura e tolerância raciais ou pela incerteza, instabilidade e flexibilidade de nossas identidades raciais – todas essas afirmações abertas à refutação por meio da interpretação de dados empíricos.

É de suma importância analisar como tais questionamentos contrários à política não tratam do fato, do que está posto, e sim de um futuro imaginável que atualmente, passados oito anos da implementação da lei que regulamenta as ações afirmativas, não aconteceu. O racismo já existia antes das ações afirmativas e este fenômeno estrutura a sociedade capitalista.

A diversidade étnico-racial conquistada através das políticas de ações afirmativas foi extremamente significativa nestes últimos quinze anos. De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais lançada em 2014 pelo IBGE, no ano de

2004 apenas 16,4% dos estudantes universitários eram negros. Dez anos depois este número avançou para 45,5%. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD do ano de 2018, demonstram que 50,3% dos estudantes universitários são negros. Esta mesma pesquisa aponta que no ano de 2018 os universitários brancos somaram 49,7%. Para entendermos melhor este avanço analisaremos a tabela seguinte:

Figura 2 - Graduandos(as) e a população brasileira segundo Cor ou Raça - 1996 a 2018(%)

Tabela 1-12 Graduandos (as) segundo Cor ou Raça por região – 1996 a 2018 (%)

Região	Cor e Raça	Pesquisa	1996 ¹	2003 ¹	2010 ¹	2014 ¹	2018
Centro-Oeste	Amarela	IFES	-	5,3	4,5	3,0	2,6
		PNAD/Censo	0,6	0,4	1,5	0,5	0,6
	Branca	IFES	-	51,8	51,2	41,8	42,1
		PNAD/Censo	48,3	43,0	41,8	39,9	36,4
	Parda	IFES	-	35,1	33,9	39,7	40,5
		PNAD/Censo	46,6	51,8	49,1	51,2	54,3
	Preta	IFES	-	6,3	8,5	10,6	11,1
		PNAD/Censo	4,0	4,5	6,7	8,1	8,3
	Indígena	IFES	-	1,5	0,6	0,6	0,8
		PNAD/Censo	0,5	0,4	0,9	0,4	0,4
	Sem declaração	IFES	-	-	-	4,4	2,9
		PNAD/Censo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Outra	IFES	-	-	1,5	-	-
	Nordeste	Amarela	IFES	-	6,3	4,1	3,0
PNAD/Censo			0,1	0,2	1,2	0,1	0,2
Branca		IFES	-	44,2	37,1	31,0	28,4
		PNAD/Censo	30,6	28,6	29,4	27,0	23,2
Parda		IFES	-	38,1	43,5	49,3	50,3
		PNAD/Censo	62,9	64,6	59,4	61,9	67,3
Preta		IFES	-	8,6	12,5	12,9	15,5
		PNAD/Censo	6,1	6,5	9,5	10,5	9,0
Indígena		IFES	-	2,9	1,7	0,6	0,9
		PNAD/Censo	0,2	0,2	0,4	0,4	0,2
Sem declaração		IFES	-	-	-	3,2	2,4
		PNAD/Censo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outra		IFES	-	-	1,1	-	-

Norte	Amarela	IFES	-	5,3	4,3	2,4	2,2
		PNAD/Censo	0,4	0,3	1,1	0,2	0,3
	Branca	IFES	-	33,0	24,9	22,1	19,0
		PNAD/Censo	28,5	26,4	23,5	22,1	19,1
	Parda	IFES	-	51,6	55,0	60,7	61,4
		PNAD/Censo	67,2	69,2	66,9	69,3	72,9
	Preta	IFES	-	6,8	13,4	10,6	13,1
		PNAD/Censo	3,7	3,9	6,6	6,9	6,3
	Indígena	IFES	-	3,3	1,9	1,8	2,7
		PNAD/Censo	0,2	0,2	1,9	1,4	1,5
	Sem declaração	IFES	-	-	-	2,4	1,6
		PNAD/Censo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Outra	IFES	-	-	0,6	-	-
	Sudeste	Amarela	IFES	-	3,1	1,8	2,0
PNAD/Censo			0,6	0,6	1,1	0,8	0,6
Branca		IFES	-	70,1	64,9	53,5	50,8
		PNAD/Censo	65,4	62,0	55,2	53,0	46,3
Parda		IFES	-	20,6	24,7	30,2	32,2
		PNAD/Censo	26,5	30,3	35,7	36,8	42,6
Preta		IFES	-	4,7	6,5	9,2	11,7
		PNAD/Censo	7,4	6,9	7,9	9,2	10,4
Indígena		IFES	-	1,5	0,3	0,4	0,4
		PNAD/Censo	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1
Sem declaração		IFES	-	-	-	4,8	2,9
		PNAD/Censo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outra		IFES	-	-	1,8	-	-
Sul		Amarela	IFES	-	2,5	1,8	1,5
	PNAD/Censo		0,4	0,4	0,7	0,6	0,4
	Branca	IFES	-	88,2	84,6	75,0	74,0
		PNAD/Censo	85,9	82,3	78,5	76,0	76,5
	Parda	IFES	-	6,4	9,0	14,6	15,5
		PNAD/Censo	10,5	13,5	16,5	18,9	19,2
	Preta	IFES	-	2,3	3,1	5,0	6,1
		PNAD/Censo	3,1	3,7	4,1	4,3	3,8
	Indígena	IFES	-	0,6	0,4	0,3	0,4
		PNAD/Censo	0,1	0,2	0,3	0,3	0,1
	Sem declaração	IFES	-	-	-	3,7	2,3
		PNAD/Censo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Outra	IFES	-	-	1,1	-	-

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Pesquisas Anuais de Domicílios (1996, 2003 e 2014) e Censo 2010. V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

¹ FONAPRACE/ANDIFES (1997, 2004, 2011, 2016).

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES, (2016).

Estes indicadores materializam o grande avanço que a adoção da lei de cotas proporcionou para a luta da equidade racial no país, mas ainda luta-se arduamente para erradicar o distanciamento educacional existente entre negros e brancos. Embora importantes, vale sinalizar que apenas as cotas, isoladamente, não serão capazes de eliminar todas as desigualdades no contexto histórico brasileiro, muito menos garantir completamente a igualdade de oportunidades, uma vez que as desigualdades estão postas no âmbito de uma sociedade capitalista. Em concordância com Ritter (2018, p.127), “a Educação Superior e ações afirmativas também são permeadas por mediações, conflitos e contradições, que não podem ser vistos a partir de uma leitura messiânica, ou fatalista”. É preciso que nos atentemos aos interesses das elites em controlar e conter as mudanças sociais progressivas. Mas com toda certeza as cotas são uma grande conquista que está materializando avanços no combate às desigualdades sociais, ao racismo no Brasil e a equidade que deve ser garantida pelo Estado. É essencial que percebamos que o acesso ao ensino superior está totalmente associado com a maneira de qualificar a mão de obra para o mercado de trabalho, e no que diz respeito a individualidade, como mecanismo de ascensão, de mobilidade social, assim sendo, de equidade. Por esta razão a mobilização social é tão importante para a resistência, efetivação e implementação das políticas sociais no Brasil.

Outra grande conquista a ser mencionada sobre a PAA foi a criação do Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ação Afirmativa GEMAA - no ano de 2008. Este núcleo de pesquisa criado na IESP-UERJ tem por objetivo produzir estudos sobre ação afirmativa a partir de uma variedade de abordagens metodológicas. Atualmente este núcleo já conseguiu ampliar sua área de atuação, fomentando investigações sobre a representação de raça e gênero na política e em diversas instituições e mídias (jornalismo, cinema, telenovelas, revistas, videogames) e, também realizam eventos debates e cursos.

3 BREVE HISTÓRICO DO PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

O programa de ações afirmativas foi implementado na UFSC no dia 16 de julho de 2007, por meio da resolução normativa nº 008/cun/2007 do Conselho Universitário que discorre sobre os seguintes aspectos em relação ao programa:

[...] um instrumento de promoção dos valores democráticos, de respeito à Diferença e à diversidade socioeconômica e ético-racial, mediante a adoção de uma política de ampliação do acesso aos seus cursos de graduação e de estímulo à permanência na Universidade. (Resolução Normativa nº008/CUN/2007).

Este documento também aponta algumas ações para esta política como:

Art. 4o As ações orientadoras do 'Programa de Ações Afirmativas' de que trata esta Resolução Normativa, a serem implementadas pela Universidade, são as seguintes: I – preparação para o acesso aos Cursos de Graduação da Universidade; II – acesso aos cursos de graduação da Universidade; III – **acompanhamento e permanência do aluno na Universidade**; IV – acompanhamento da inserção sócio-profissional dos alunos egressos da Universidade; V – ampliação de vagas nos cursos de graduação; VI – criação de cursos de graduação noturno (Resolução Normativa nº008/CUN/2007 - Grifos nossos).

Outras ações a serem desenvolvidas referem-se a ações anteriores ao ingresso. Neste sentido a UFSC se compromete a ampliar as vagas do seu Curso Pré-Vestibular dando preferência de vagas a estudantes de escola pública. A UFSC também se compromete em divulgar o Programa de Ações Afirmativas nas escolas e meios de comunicações. Este documento declara que 30% das vagas de cada curso serão destinadas a candidatos que realizaram seu ensino fundamental e médio em escola pública (20%), candidatos autodeclarados negros que tenham cursado os estudos integralmente em escola pública (10%). Caso estas vagas não sejam preenchidas, poderão ser ocupadas por outros candidatos que se autodeclararem negros, embora apresentem outro percurso escolar.

Os candidatos sendo aprovados no vestibular deverão comprovar no ato da matrícula o percurso oriundo em escola pública, e os autodeclarados negros e indígenas passarão por uma Comissão de Validação. A instituição também se compromete prestar

Acompanhamento e permanência do aluno na universidade, realizada pela Comissão de Ações Afirmativas da UFSC, que terá como papel: prestar orientações, tirar dúvidas dos acadêmicos, avaliar e propor medidas para que o programa seja aprimorado e melhor constituído. A permanência do cotista é consolidada na PRAE, no setor de Serviço Social, em que se encontram os programas e projetos que possibilitam: bolsa, auxílio-moradia, auxílio-alimentação, etc. (Resolução Normativa nº008/CUN/2007).

Neste trecho fica evidente o compromisso da UFSC em garantir a permanência de estudantes cotistas através da PRAE. Entretanto, na prática muitos desses estudantes não estão sendo assistidos por essa pró-reitoria.

Cinco anos após a resolução que cria o PAA na UFSC, foi assinada a lei nº 12.711 que se refere a implementação da política de ações afirmativas em todas as universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, exatamente no dia 29 de agosto de 2012. A implementação do Programa de Ações Afirmativas na Universidade Federal de Santa Catarina é um grande avanço para o combate à desigualdade racial visando universalização e ampliação de direitos educacionais no País. Porém, este processo merece um cuidado maior no que se refere a sua estrutura interna. É de suma importância a construção de um sistema de monitoramento e avaliação crítico deste programa, com o intuito de buscar seu funcionamento de maneira mais qualificada e efetiva, tendo em vista garantir a efetivação da formação em graduação pretendida e, também, para evitar a evasão, atentar para as denúncias de racismo, bem como para as denúncias de fraude nos ingressos, entre outros aspectos.

Ainda sobre o que prevê a resolução normativa que trata da PAA na UFSC, pode-se ler:

Art. 12. As ações afirmativas de acompanhamento e permanência do aluno ingressante na Universidade de que trata o inciso III do artigo 4o, são as seguintes: I – apoio acadêmico estruturado em projetos e programas voltados para conteúdos e habilidades necessários ao desempenho acadêmico e para aspectos relacionados ao processo de aprendizagem;

Ressaltamos com destaque o item II do artigo acima, devido seu aspecto intrínseco às funções a serem cumpridas pela COAEs:

II – apoio econômico em face das demandas de situação de baixa renda, compreendendo a: a) criação, reestruturação e ampliação de programas já existentes na Universidade; b) utilização de bolsas acadêmicas oriundas de modelos já existentes e de programas ou iniciativas federais, estaduais ou municipais para este público alvo; c) celebração de convênios com órgãos públicos ou privados para auxiliar a permanência

na Universidade; III – atenção à formação político-social como acadêmico, mediante o uso de metodologias de interação que privilegiem o (re)conhecimento das suas características socioculturais e econômicas a fim de ampliar o seu repertório político-cultural e estimular uma inserção protagonista e solidária na Universidade.

Ressaltamos com destaque o item II do artigo acima, devido o seu aspecto intrínseco às funções a serem cumpridas pela COAEs. Em relação ao item III, embora não dialogue diretamente com a previsão institucional da COAEs, apresenta-se como importante para a definição de estratégias no âmbito do exercício profissional em Serviço Social, pois que revela a necessidade da formação político-social do/a acadêmico/a, espaço pródigo ao trabalho profissional. Bem como, dialogar e escutar os usuários desta política, neste caso, os estudantes oriundos do Programa de Ações Afirmativas.

Outra grande conquista a ser mencionada sobre a PAA foi a criação do Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ação Afirmativa GEMAA - no ano de 2008. Este núcleo de pesquisa criado na IESP-UERJ tem por objetivo produzir estudos sobre ação afirmativa a partir de uma variedade de abordagens metodológicas. Atualmente este núcleo já conseguiu ampliar sua área de atuação, fomentando investigações sobre a representação de raça e gênero na política e em diversas instituições e mídias (jornalismo, cinema, telenovelas, revistas, videogames) e, também realizam eventos debates e cursos.

3.1 O SERVIÇO SOCIAL NA UFSC: COAES E SAAD.

Como o objetivo desta pesquisa é entender se as assistentes sociais da UFSC, que trabalham diretamente com as demandas estudantis, atuam em uma perspectiva de combate ou reprodução do racismo é de suma importância apresentar os espaços de atuação desses profissionais, para que se tenha conhecimento dos recursos disponibilizados pela instituição e, também, informar sobre a ação profissional das assistentes sociais em cada setor reconhecendo os espaços de trabalho em que se encontram, aspecto determinante para compreender as ações desenvolvidas. O Serviço Social na Universidade Federal

de Santa Catarina está inserido da Secretária de Ações Afirmativas e Diversidades - SAAD, vinculada ao Gabinete da Reitoria, e na Coordenadoria de Assistência Estudantil - COAES, vinculada à Pró Reitoria de Assuntos Estudantis - PRAE.

A SAAD tem por objetivo auxiliar o gabinete da Reitoria a propor, implementar, consolidar e monitorar políticas de ações afirmativas e diversidades no âmbito da UFSC, contribuindo para a concretização e o fortalecimento de seu papel social. Suas principais atribuições são:

I – Propor, acompanhar, avaliar a implementação da política de ações afirmativas e de valorização das diversidades na Universidade, referentes à educação básica, graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão, contratação de pessoal e gestão institucional, executando o que for de sua competência;

II – Promover a articulação e transversalização das políticas de ações afirmativas e de diversidades nos órgãos de gestão da UFSC;

III – Propor diretrizes que permitam a transversalidade de questões relativas às diversidades, tais como as de gênero, étnico-raciais, socioeconômicas e acessibilidade às pessoas com deficiência em todas as instâncias da UFSC promovendo discriminação positiva no ensino, na pesquisa, na extensão e administração.

IV – Participar da discussão e definição de todas as ações inerentes à política de ações afirmativas e diversidades, a serem decididas pelas instâncias deliberativas da Universidade, zelando pelo cumprimento das normas pertinentes;

V – Propor à autoridade competente a formalização de convênios a serem celebrados com outros entes e órgãos, quando relacionados à sua área de atuação, procedendo ao seu acompanhamento;

VI – Promover, apoiar e divulgar a realização de eventos de interesse da comunidade universitária sobre temas relacionados às suas áreas de atuação;

VII – Propor, apoiar e consolidar as ações de cuidado e acolhimento das pessoas da comunidade universitária, propiciando sua convivência saudável, integrada e inclusiva;

VIII – Desenvolver ações destinadas à criação, implementação e acompanhamento de uma cultura de respeito das diferenças e valorização das diversidades na universidade, buscando a defesa do Art. 5º da Constituição Federal;

IX – Oferecer oportunidades para o reconhecimento, a valorização e a efetiva inclusão curricular acadêmica de saberes, técnicas, conhecimentos e manifestações culturais pertencentes às comunidades tradicionais.

X- Assessorar o reitor nos assuntos que envolvam as relações da universidade com instituições da área de atuação da secretaria.

XI – Promover a divulgação da Política de Ações Afirmativas da UFSC;

XII – Apoiar os ingressantes por ação afirmativa e as mulheres na sua trajetória acadêmica;

XIII – Promover a inclusão digital dos alunos de graduação da UFSC;

XIV – Desenvolver e executar a política institucional de acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiência e/ou com necessidades educacionais especiais da UFSC

IV – Executar outras atividades inerentes à área ou delegadas pelo reitor (Grifos nossos).

Como se verifica no item II existe a necessidade de uma ação conjunta, o que pode reforçar a necessidade de articulação, por exemplo, entre SAAD e CoAes. O item VII demarca outro aspecto que apresenta uma articulação com a CoAes.

A Pró Reitoria de Assuntos Estudantis - PRAE, tem por objetivo auxiliar o Reitor em suas tarefas executivas, especialmente em programas e projetos voltados à política estudantil. As principais atribuições deste órgão são:

- I- Propor e acompanhar a execução de ações da política de assuntos estudantis da universidade, principalmente no que se refere ao acesso, à permanência e a conclusão do curso de graduação presencial, nas seguintes áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; assistência à saúde; inclusão digital; cultura, esporte e lazer; apoio pedagógico; movimentos estudantis e políticas sociais;
- II- Desenvolver estudos e projetos visando à melhoria administrativa, o desenvolvimento organizacional e o aprimoramento de gestão, relacionados à política de assuntos estudantis;
- III- Planejar, coordenar e avaliar a execução das atividades inerentes aos planos, programas e projetos vinculados à política de assuntos estudantis;
- IV- Estimular a implementação de planos, programas e projetos junto à comunidade estudantil;
- V- Manter intercâmbio com outras entidades, visando ao desenvolvimento de atividades e serviços de interesse da comunidade estudantil;
- VI- Propor e desenvolver políticas de benefícios da Universidade, dirigida à comunidade estudantil;
- VII- Propor à autoridade competente a formalização de convênios a serem celebrados com outros organismos, quando relacionados à sua área de atuação, procedendo ao seu acompanhamento;
- VIII- Apoiar e divulgar a realização de eventos de interesse da comunidade estudantil;
- IX- Emitir portarias e outros atos administrativos que se façam necessários à consecução das atividades da respectiva área;
- X- Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo Reitor.

Atualmente a PRAE é composta por 9 programas sendo eles: auxílio moradia, auxílio creche, bolsa estudantil, bolsa permanência/MEC, moradia estudantil, apoio à apresentação de trabalhos científicos, apoio à participação coletiva em eventos, apoio à realização de eventos acadêmicos e viagens de estudo.

No dia 19 de fevereiro de 2020 a PRAE e a SAAD lançaram uma portaria conjunta nº 1/2020 que discorre sobre a concessão de auxílio emergencial e excepcional de permanência a estudantes indígenas e quilombolas ingressantes

em 2020-1 em cursos de graduação da UFSC, tendo em vista a falta de abertura de inscrições e indefinição para o programa Bolsa Permanência MEC (Portaria no 389/2013, de 9 de maio de 2013).

Existe ainda o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Esse programa prevê que

Art. 5º Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior.

Parágrafo único. Além dos requisitos previstos no caput, as instituições federais de ensino superior deverão fixar:

I - requisitos para a percepção de assistência estudantil, observado o disposto no caput do art. 2º; e

II - mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES.

O PNAES, também, prevê que as IFES terão autonomia para "definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados" (§ 2º, do Art. 3º, DECRETO Nº 7.234, DE 19 DE JULHO DE 2010).

Com essas informações podemos observar que é público prioritário das ações do PNAES egressos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, além do que a IFES determinar na execução do programa.

3.2 CADASTRO PRAE

Para que o(a) estudante tenha acesso aos programas de assistência estudantil, o primeiro passo é realizar o seu cadastro na PRAE. O "Cadastro Socioeconômico PRAE"

É um instrumento técnico-operativo usado no processo de conhecimento, análise e interpretação da situação social dos estudantes de graduação presencial da UFSC, com o fim de emitir um parecer sobre a situação econômica, por meio da entrevista social e análise documental. Constitui-se ainda em instrumento institucional legal para possibilitar o acesso dos/as estudantes cadastrados às inscrições nos Programas Assistenciais implementados pela PRAE e/ou de outros setores em parceria com esta (EDITAL -1-2020-PRAE).

No edital 2020, a PRAE apresenta que o público destinatário dos programas é:

2.1 Estudantes regularmente matriculados/as em cursos de graduação presencial da UFSC e com renda familiar bruta mensal de até 1,5 salário mínimo per capita, de acordo com o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 (EDITAL -1-2020-PRAE, p. 01).

Observa-se que a PRAE/UFSC utiliza o mesmo critério de renda estabelecido pelo PNAES, qual seja, a renda familiar¹⁵ de até 1.5 SM. Este mesmo documento menciona como os estudantes oriundos das PAA devem proceder para realizarem o cadastro

Para os/as estudantes que ingressaram na UFSC pela Política de Ações Afirmativas (PAA) nas modalidades “Renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita: a) PPI (candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas); b) OUTROS (candidatos não autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com ou sem deficiência)”, que tiveram suas rendas familiares deferidas pela Comissão de Validação da Auto declaração de Renda receberão desta Comissão um formulário “Síntese de Validação de Renda per capita - PRAE” que orientará o preenchimento do Cadastro PRAE.(EDITAL -1-2020-PRAE,p. 03).

A partir da leitura do documento Cadastro PRAE pode-se verificar que é a renda a única que prevalece na inscrição estudantil para *concorrer* ao recebimento dos benefícios. O destaque ao termo *concorrer*, deve-se ao fato que mesmo dentro dos critérios estabelecidos, ele terá ou não sua requisição atendida, devido aos recursos insuficientes destinados ao PNAES em relação à demanda. Como podemos observar no quadro acima, estudantes ingressantes da PAA, pelo critério da renda, deverão apresentar-se à respectiva Comissão de Validação para após a confirmação de sua renda, com documento específico proceder a sua inscrição no Cadastro Socioeconômico/PRAE.

¹⁵ Como é realizado o cálculo de renda?

Conforme o artigo 7^a, da Portaria Normativa nº 18 de 11/10/2012, a renda familiar bruta mensal per capita será apurada de acordo com o seguinte procedimento:

I – calcula-se a soma dos rendimentos brutos auferidos por todas as pessoas da família a que pertence o estudante, levando-se em conta, no mínimo, os três meses anteriores à data de inscrição do estudante no concurso seletivo da instituição federal de ensino;

II – calcula-se a média mensal dos rendimentos brutos apurados após a aplicação do disposto no inciso I do caput;

III – divide-se o valor apurado após a aplicação do disposto no inciso II do caput pelo número de pessoas da família do estudante.

No Edital e Portaria de Matrícula do processo seletivo, estará disposto o salário mínimo nacional utilizado como valor de referência para o corte de renda.

<https://saad.ufsc.br/acoes-afirmativas-e-validacao-de-renda/>.

A partir do ano de 2017, os processos de validação da auto declaração de renda e cadastro socioeconômico da PRAE, para os alunos ingressantes na modalidade de cota 'Renda familiar igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita', foram unificados. Desta forma, o (a) candidato (a) ao ter sua renda validada receberá, da Comissão de Validação da Auto declaração de Renda, o Formulário Síntese da Validação de Auto declaração de Renda. De posse desse documento, deverá seguir as instruções da PRAE para concorrer aos editais. 'Caso a Comissão indique a necessidade de atualização do cadastro, o (a) candidato (a) deverá entrar em contato com a PRAE para atualização'. (<https://saad.ufsc.br/acoes-afirmativas-e-validacao-de-renda/>).

Importante atentar que a apresentação do o Formulário Síntese da Validação de Auto declaração de Renda serve, apenas, para racionalizar o trabalho da assistente social, de modo a evitar a realização de uma atividade já realizada. Observa-se, também, que não há qualquer menção de inclusão à assistência estudantil pelos ingressantes por cotas étnicas e raciais. Ainda que não seja objetivo deste subcapítulo, vale mencionar o que diz a assistente social C na entrevista sobre isso “E aí para vir fazer a validação, que é um processo extremamente dificultoso, burocrático e tem que provar que você está dentro da cota, é outra montanha a ser escalada”.

A PAA é contemplada no Cadastro PRAE apenas considerando o fator baixa renda. Esse fato aproxima-se ao previsto na institucionalização da PAA pelo MEC - quando estabelece a renda como um dos primeiros marcadores (ver Figura 1, p. 40) - o restante em nada é considerado, qual seja, o marcador étnico e racial.

3.3 COAES

A COAEs é justamente o órgão responsável por coordenar, executar e analisar os programas de assistência estudantil no âmbito da PRAE. Tendo ainda as seguintes atribuições:

- Coordenar o atendimento das solicitações de recursos, empenhos e pagamentos decorrentes do desenvolvimento dos programas de assistência estudantil;

- Executar os Programas de Auxílio Moradia, Bolsa Estudantil UFSC, Moradia Estudantil e Auxílio Creche;
- Conceder, mediante análise de situação socioeconômica, isenção de alimentação no Restaurante Universitário;
- Realizar avaliação de Cadastros Socioeconômicos com objetivo de obtenção do Índice Socioeconômico dos estudantes de graduação da UFSC;
- Gerenciar o acolhimento ao estudante e socialização de informações necessárias para sua permanência na UFSC;
- Desenvolver análises e estudos que auxiliem na definição do perfil socioeconômico dos estudantes com objetivo de subsidiar e qualificar as ações da referida coordenadoria;
- Desenvolver ações de acolhimento de demandas psicossociais e de promoção de saúde;
- Desenvolver psicoterapias breves para assuntos relacionados à permanência estudantil;
- Coordenar o desenvolvimento de orientações nas questões de saúde mental;
- Realizar acompanhamento de situações de alto risco psicossocial, estabelecendo redes de atendimento junto ao Sistema Único de Saúde;
- Assessorar a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis em assuntos inerentes à área da assistência estudantil.
- Por meio do Serviço de Apoio Administrativo, receber e encaminhar correspondências diversas; realizar o atendimento inicial da comunidade universitária; responder dúvidas e demais questionamentos realizados na recepção da Coordenadoria; elaborar a folha de pagamentos dos benefícios; e auxiliar no arquivamento e controle das correspondências e documentos internos e externos;
- Executar outras atividades inerentes à área ou delegadas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis;
- Coordenar os recursos materiais e patrimoniais inerentes a sua área de atuação.

Com o realce em negrito das atribuições acima, pretendemos dar relevo aos itens que dialogam, intrinsecamente, com o desenvolvimento da permanência do/da estudante, logo fundamentais para democratização do ensino superior, principalmente, diante da PAA.

A Coordenadoria de Assistência Estudantil - COAES tem seu quadro técnico composto por dez assistentes sociais três psicólogas, uma contadora e duas administradoras. Como podemos constatar o quadro da equipe técnica é relativamente pequeno diante da quantidade de estudantes e a quantidade de demandas que este setor atende diariamente. O trabalho desenvolvido na CoAEs pode estabelecer relação com os departamentos de ensino. Quanto a articulação realizada com outras instituições, mantém relação com o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, Ministério Público, Secretária de Assistência Social dos municípios de referência dos estudantes, com as unidades básicas de saúde e mais instituições públicas de saúde.

Na CoAEs, o trabalho profissional do Serviço Social dá-se diretamente no atendimento aos usuários (neste caso os/as estudantes), através de entrevistas, utilizadas para sanar as dúvidas, orientação, recebimento dos documentos contidos nos editais para avaliação socioeconômica. A PRAE E A COAES são órgãos demandados por estudantes oriundos da política de ações afirmativas, tendo em vista que a maioria dos estudantes ingressantes pelas cotas necessita de assistência estudantil para permanecer na universidade.

De acordo com Silva (2019, p. 23), o processo correspondente à solicitação estudantil ocorre da seguinte forma:

Nesse primeiro contato o/a estudante fica conhecendo a assistente social que o acompanhará nesse processo de seleção, sendo seu cadastro deferido, ele terá um prazo de cinco anos de validade, onde o estudante só precisará fazer alterações se houver mudanças de grupo familiar, financeiras entre outros. Logo após receber a documentação a assistente social tem 15 dias para disponibilizar sua análise ao pedido do/a candidato/a. Estando os documentos corretos pelo que rege o edital ao qual o/a estudante se candidatou, a profissional conclui o Cadastro PRAE desse estudante, afirmando sua situação de vulnerabilidade. Caso haja alguma divergência ou o/a estudante não estiver no perfil adotado, o cadastro pode ser indeferido, tendo o estudante o prazo de cinco dias para contestações.

Importante mencionar que todo início de semestre a CoAEs organiza o “CoAEs Convida”, um encontro pensado para acolher, integrar e disseminar conhecimento para os calouros acerca dos serviços prestados pela assistência estudantil da UFSC. Infelizmente, o que mais acontece é que a demanda de bolsas é maior do que a oferta. De acordo com Silva (2019) no ano de 2018, a UFSC lançou dois editais de bolsa estudantil. No edital 04/PRAE/2018 foram 959 estudantes inscritos enquanto a oferta era de 176 vagas para bolsas, o outro edital 12/PRAE/2018 foram 763 inscrições para apenas 201 vagas ofertadas. Como podemos observar a demanda é maior que a oferta, gerando um tensionamento grande em torno da concessão dessas bolsas. A maior demanda dos estudantes é por moradia estudantil, tendo em vista que muitos estudantes vêm de outra cidade para estudar na UFSC. Outro recurso bem solicitado é o auxílio moradia no valor de R\$250,00 mensais, para auxílio no custeio do pagamento de aluguel de imóvel.

3.4 PERMANÊNCIA ESTUDANTIL E POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS

Podemos adiantar que na análise das entrevistas realizadas (a ser melhor desenvolvida no capítulo 4) percebe-se que todas as assistentes sociais entrevistadas mencionam a ineficácia dos programas de assistência estudantil das IFES. Agrega-se a isso, a questão da oferta de mínimas condições de subsistência para que os estudantes oriundos da política de cotas possam cursar e se dedicar ao ensino superior. Em relação a isso, vale ressaltar a seguinte análise de Santos (2009, p. 70):

Para as famílias mais abastadas, ou familiarizadas com o meio acadêmico, a universidade pode representar somente mais uma etapa da vida escolar. Nestes casos o curso superior é dado como algo “certo”, ou pelo menos muito provável. No caso das famílias menos abastadas, e em geral negras, a universidade representa um grande feito, já que no seu imaginário ela estava ausente, distante, “pouco provável”. A entrada de um membro destas famílias no ensino superior e a sua permanência têm dois sentidos: um sentido que é individual e o outro que é grupal, uma vez que ser universitário ou universitária significa a possibilidade de alterações no seu futuro e no meio social em que este indivíduo circula. Sendo assim, a direção da permanência é única para qualquer destas famílias, qual seja, durar até o final do curso, mas para a segunda o sentido é duplo.

É importante frisar se há ou não, no trabalho desenvolvido pelas assistentes sociais, um marcador positivo na permanência dos cotistas PPI. Adiantamos que todas as entrevistadas (análise que será melhor apresentada no 4º capítulo no item 5) partiram do pressuposto que somente o ingresso dos estudantes oriundos das cotas não garantem a efetividade da expansão das oportunidades educacionais e conclusão da graduação por estudantes cotistas.

Em sua pesquisa, Ritter (2018) analisou o relatório de oito IFES em relação aos argumentos mais mencionados sobre o desempenho acadêmico dos ingressantes pela PAA, sendo eles:

Universidade “A”: O desempenho acadêmico entre os estudantes cotistas negros e não cotistas não varia significativamente;

Universidade “C”: Os estudantes indígenas e quilombolas apresentam índices consideráveis de evasão, trancamento e abandono;

Universidade “F”: As matrículas dos estudantes cotistas sociais e dos não cotistas possuem um desempenho acadêmico semelhante; As matrículas dos estudantes cotistas raciais possuem um menor percentual de aprovação; Índices consideráveis de evasão, trancamento e abandono entre os estudantes indígenas;

Universidade “G”: O desempenho acadêmico dos estudantes cotistas é inferior aos demais, mas sem significância estatística; Há uma tendência de retenção dos estudantes cotistas, que se dá não apenas pela reprovação, mas porque estes estudantes muitas vezes se matricularem em um número menor de disciplinas; Os estudantes indígenas apresentam índices consideráveis de evasão

Universidade “H”: Os estudantes cotistas tendem a evadir mais que os demais; Os estudantes oriundos das cotas para egressos de escola pública sem recorte econômico têm alcançado níveis satisfatórios de integralização dos cursos no tempo correto; (RITTER 2018, p.182).

Embora verifique-se que não há disparidades entre o desempenho do/a estudantes cotistas dos não cotistas, importante atentar criticamente, por meio de estudos, as causas da reprovação, evasão, trancamento, abandono, quando tomadas por estudantes da PAA, comparativamente aos demais pelo PAA, nas modalidades PPI (principalmente negros), evadirem e reprovarem mais. Além do ingresso com pouco ou nenhum auxílio permanência, muitos estudantes assumem duplas jornadas: tem que trabalhar e estudar, atrapalhando no rendimento acadêmico. Muitos são trabalhadores estudantes, isto é, a maior parte do comprometimento de seu tempo é destinado ao trabalho que realizam e não ao curso que fazem.

Os estudantes indígenas e quilombolas muitas vezes residem longe da universidade o que gera custos de locomoção. Muitas vezes a cultura, o modo de

viver dessas populações étnicas não é considerado e nem respeitado pela instituição, pelo seu corpo docente e discente. Também dificuldade na apreensão de alguns conteúdos devido ao ensino público que, como sabemos, é carente de investimentos reflete nesses aspectos também.

Em relação à permanência estudantil, Dyane Brito Reis Santos em sua tese intitulada “PARA ALÉM DAS COTAS: A Permanência de Estudantes Negros no Ensino Superior como Política de Ação Afirmativa” traz dois conceitos de permanência dos estudantes cotistas negros: a permanência material e a permanência simbólica. De acordo com esta autora a permanência material refere-se às necessárias condições materiais que permitam a subsistência desses estudantes como: para comprar livros, almoçar, lancha, pagar o transporte, etc. Neste mesmo sentido:

[...] somos obrigados a lembrar que o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história é que todos os homens devem estar em condições de viver para poder fazer história. Mas para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter moradia, vestir-se e algumas coisas mais (MARX e ENGELS 2007 *apud* SANTOS 2009, p. 53).

Nesse sentido, Santos (2009) destaca que é de suma importância tratar das necessidades básicas como condição necessária de existência. Deste modo, diante da pobreza de suas famílias, somado ao racismo estrutural/estruturante da nossa sociedade que sofrem, os estudantes lidam com inúmeros constrangimentos que dificultam a realização de seus cursos.

Os estudantes cotistas criam estratégias para garantir sua “sobrevivência” na universidade. Essas estratégias podem ser institucionais (através de bolsa de permanência, bolsa de pesquisa, bolsa de monitoria, entre outras) ou estratégias informais como trabalhos informais mais conhecidos como “*free lancers*, bicos”. Também incluímos os estudantes que não podem vivenciar a universidade em sua plenitude para poder trabalhar e se manter nela, ocasionando impactos na permanência simbólica.

Embora tenhamos que caminhar a passos largos para avançar em relação a efetivação da assistência estudantil, uma grande conquista foi a implementação do Plano Nacional de Assistência Estudantil - PNAEs sob o decreto 7.234, em 2010, com o intuito de:

- Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- Reduzir as taxas de retenção e evasão;
- Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (MEC, 2020 - grifos nossos).

Este plano nacional oferta assistência estudantil na forma de moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. Estas ações são efetivadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa. Importante mencionar que os estudantes contemplados com tais benefícios passam por uma avaliação socioeconômica com critérios definidos e publicizados, de acordo a dinâmica de cada IFES. Infelizmente com a atual conjuntura de cortes orçamentários na PEC dos gastos públicos, as verbas destinadas ao LOA que custeia o PNAEs tem seu financiamento reduzido. Outro fator agravante é que a PNAEs é um decreto e não uma lei, isto quer dizer que por ser um decreto ele pode ser mais, facilmente, encerrado. Existe um projeto de lei tramitando na câmara dos deputados, sob o número 1270 do ano de 2015, apresentado pelo Deputado Orlando da Silva, que visa transformar o PNAEs em lei para sua melhor implantação.

Em 2007, houve a publicação do decreto nº 6.096 que diz respeito à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Este programa visa ampliar o acesso e a permanência na educação superior. As principais diretrizes deste programa são

I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno; II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior; III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade; IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada; V - **ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil**; eVI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica (BRASIL, 2007a - grifos nossos).

Neste ponto sobre políticas de inclusão, embora na relação com os demais, podemos relacionar a PNAEs e a política de ações afirmativas, uma vez que ambas destinam-se à inclusão no ensino superior e à justiça social. A inclusão social tem por objetivo afirmar os direitos que historicamente são negados. As atuações do programa contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país. (BRASIL, 2010). No documento, a “promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país”, o ex-ministro da educação e então candidato à presidência da república, no ano de 2018, Fernando Haddad menciona que:

[...] o REUNI permite uma expansão democrática do acesso ao ensino superior, o que aumentará expressivamente o contingente de estudantes de camadas sociais de menor renda na universidade pública. O desdobramento necessário dessa democratização é a necessidade de uma política nacional de assistência estudantil que, inclusive, dê sustentação à adoção de políticas afirmativas [...] (HADDAD 2008, p. 27).

Podemos observar a preocupação deste ex-ministro em garantir a assistência estudantil para os estudantes oriundos da política de ações afirmativas. Tem-se, também, a bolsa permanência do MEC para estudantes indígenas, quilombolas, matriculados em cursos de graduação presenciais em instituições federais. A bolsa é no valor de R\$900,00(Novecentos) reais. O pagamento da bolsa é realizado via Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), vinculado ao Ministério da Educação (MEC), diretamente aos beneficiários.

É importante mencionar que para além da permanência “material” deve-se pensar na permanência simbólica destes estudantes buscando

[...] a compreensão de que as universidades também devem estar preparadas para o recebimento destes grupos, e abertas para outros pensamentos e modos de vida, para além do mundo branco capitalista. Diante delas, os documentos apresentam sugestões às instituições que envolvem desde a revisão das normas acadêmicas para os indígenas até a formação e a qualificação de professores e técnicos administrativos, como forma de contemplar a diversidade cultural proporcionada pelo seu ingresso (RITTER 2018, p. 186).

A lei de cotas ocasionou e aumentou a demanda por assistência estudantil.

É de suma importância registrar nesta pesquisa alguns desafios na implementação da PAA, Riitter (2018) traz alguns apontamentos nesse sentido:

- Falta de recursos humanos;
- Fraudes no ingresso;
- Revisão do cálculo que aplica a Lei somente na segunda fase do processo seletivo;
- Manutenção do critério racial, independentemente da origem escolar;
- Ampliar o diálogo entre universidade e comunidades indígenas;
- Ampliar as ações de permanência e de acompanhamento pedagógico;
- Desenvolvimento de ações concretas que reconheçam as especificidades indígenas e ou quilombolas;
- Destinar vagas para cotistas em projetos de pesquisa e extensão;
- Desenvolver ações que contribuam com o combate ao racismo e à todas as formas de preconceito e discriminação racial;
- Realizar cursos de formação e qualificação continuada dos servidores técnico-administrativos e docentes;
- Ampliar a divulgação sobre as cotas na sociedade em geral; (RITTER 2018, p.187).

Não podemos esquecer que as questões estruturais das IFES contam para uma melhor materialização da política de cotas e de assistência estudantil, porém estamos em um momento de cortes drásticos no orçamento das IFES o que dificulta a operacionalização de ações de assistência estudantil. É necessário fomentar mais o diálogo com indígenas, quilombolas, estratégias, leis, decretos de combate ao racismo dentro das IFES.

Outro aspecto a ser implementado é o desenvolvimento de pesquisas para subsidiar o planejamento das ações e que englobem dimensões como: a variação entre cursos e currículos, as vulnerabilidades dos alunos que incidem sobre a taxa de ocupação, a permanência estudantil e a trajetória dos egressos.

Precisamos estar atentos aos interesses capitalistas com a assistência estudantil, uma vez que

[...] os aparelhos burocráticos certamente recolhem, as demandas populares de reforma, mas só as satisfazem após “seleccioná-las” e “conciliá-las” com as demandas de outros setores e de torná-las assim compatíveis, em última instância, com os interesses da reprodução do capital (NASCIMENTO 2013, p. 42).

Após a caracterização institucional da política de assistência estudantil, o próximo capítulo irá analisar como essas profissionais percebem (ou não) o racismo em seu cotidiano de trabalho. Antes disso será analisado sobre a presença histórica do racismo na profissão de serviço social e como a questão

racial comparece na campanha do conjunto CFESS/CRESS datada de 2018/20. É a partir do conteúdo da própria fala das assistentes sociais que serão extraídas as categorias analíticas que conduzirão o próximo capítulo.

4 SERVIÇO SOCIAL E O RACISMO

O Serviço Social brasileiro tem seu processo histórico calcado na expansão econômica na década de 1930, em uma efervescência da classe trabalhadora na luta por direitos e na expansão da urbanização e industrialização, movidas pelo avanço do capitalismo, trazendo como consequência desigualdade, pauperização. Uma profissão advinda da Igreja Católica, uma instituição totalmente racista¹⁶. Durante todo período da escravatura a Igreja forçosamente desejou catequizar a população negra e, ainda justificou o racismo. O racismo sendo estrutural/estruturante da sociedade, também, está na profissão (que não está fora dessa sociabilidade) em todo seu processo histórico reproduzindo-o e naturalizando-o por muito tempo. Temos como exemplo deste processo de racismo no Serviço Social o movimento eugênico com práticas de saúde e higienismo. Participaram deste movimento pesquisadores, advogados, juristas principalmente médicos, enfermeiros e o profissional de Serviço Social. O movimento eugênico teve respaldo em discursos racistas na época tomados como ciência e no racismo de Estado. De acordo com Foucault¹⁷ (1999), em sua análise sobre o biopoder, tem-se:

[...] inicialmente uma possibilidade de cisão nessa arquitetura do poder onde se pode definir o que deve viver e o que pode morrer. Isso é

¹⁶ Embora não seja objetivo dessa dissertação analisar a relação igreja e racismo, indica-se as seguintes leituras: PASSOS, João Décio. Conversão Pastoral: Desafios de renovação da Igreja. In: Vida Pastoral, Ano 55, n. 300, 2014. PASSOS, Pâmella Santos dos; GIORGI, Maria Cristina; BAPTISTA, Ronaldo. A Pastoral Afro-brasileira e a Campanha da Fraternidade de 1988: Uma análise discursiva das questões raciais no interior da Igreja Católica. Educere et Educare, Vol. 10, n.20, 2015.

Um artigo aproximativo da relação da igreja e a questão racial e a proposição do enfrentamento dessa questão no interior da igreja católica pode ser lido em: Sínteses Eventos.

¹⁷ Em seu curso, intitulado Em defesa da Sociedade, Foucault vai mostrar como o Estado moderno já nasce racista.

viabilizado pelo aparecimento no campo biológico da espécie humana no discurso das raças, afirmando assim hierarquias e até mesmo a qualificação de certas raças como boas e outras como inferiores. Isso serve para que no interior de um conceito como o de população haja inúmeras divisões e fraturas (FOUCAULT *apud* OLIVEIRA 2019, p. 71).

Nesta perspectiva é importante frisar que existem diversas maneiras do Estado cometer o genocídio. Como o racismo institucional permeia esse espaço, o genocídio à população negra se materializa desde o assassinato (principalmente de jovens negros) pelo seu aparelho de repressão policial, à sua assistência precária nas comunidades onde residem, a educação, a saúde e o lazer deficientes nas regiões de concentração de pobres.

Com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, o aumento da urbanização e a desigualdade se afloram, gerando grandes níveis de pauperização. Nesse sentido, os cortiços - onde residiam pobres, imigrantes, sendo a maioria dos residentes negros - por falta de assistência do Estado, tornam-se grandes acoplados carentes de comida, saneamento, ocasionando em grandes surtos de doenças (Tuberculose, Sífilis entre outras). São, principalmente, nestes espaços que os médicos eugenistas realizavam suas intervenções, muitas vezes de maneira autoritária o que gerava certa resistência por parte da população. Neste contexto:

A solução a esse conjunto de problemas era sanear, moralizar e eugenizar a população por meio da ação sobre a família com o enfoque sobre as mulheres e crianças, no disciplinamento e controle do ciclo reprodutivo feminino e no combate à mortalidade dos recém-nascidos. Esse projeto, do qual a eugenia era parte essencial, atraía a classe médica, já muito próxima da vida social pela contribuição e centralidade que detinham no projeto modernizador da sociedade e que eram pouco afeitos a uma análise crítica das desigualdades econômicas, políticas e raciais da sociedade brasileira (STEPAN *apud* OLIVEIRA 2019, p. 114).

Nesta mesma linha de raciocínio

Afirmar daqui que o Serviço Social apenas assumiu o social tal como produzido pelo pensamento racista em voga, que considerava os problemas sociais como advindos de uma anormalidade individual e que esta forma de concepção da pauperização se vinculava às premissas eugênicas – o que justificaria sua presença no interior da profissão no momento de sua institucionalização – não deixa de ser uma hipótese coerente (OLIVEIRA 2019, p. 187).

É neste cenário que o profissional de Serviço Social atua, ainda influenciado pela igreja católica, mas já institucionalizado pelo Estado. Como não é a intenção desta dissertação aprofundar-se na temática eugênica,

apresentaremos de forma sucinta alguns relatos presentes nos primeiros trabalhos de conclusão de curso de serviço social, que Backx (1994) aponta nesta perspectiva. Tais relatos foram encontrados na tese intitulada “NASCI ERRADO E ESTOU CERTO”: A presença da Eugenia no processo de institucionalização do Serviço Social Brasileiro, de autoria de Robson de Oliveira.

Vindos do interior, habituados ao trabalho empírico do campo e à vida dos vilarejos, chegam à cidade sem nenhum requisito para desempenhar trabalho estável. Por isso, muitos dos moradores da Praia do Pinto vivem de “biscates”. Dizer biscates é o mesmo que dizer mulheres e homens sem profissão definida, predispostos à malandragem, senão mesmo entregues a ela. A libertação concedida aos escravos sem nenhuma formação profissional ou doméstica, imprevidentes, ávidos de uma liberdade de que não sabiam usar, foi o que mais determinou a vadiagem, o vício e a grande miséria que existe no nosso interior (BARCELLOS *in* BACKX *apud* OLIVEIRA 2019, p. 219).

Também encontramos em outro relato as marcas de uma ideologia eugenista:

Dando-se ao vício do álcool, o Sr. Nestor falha na sua autoridade de chefe de família, tratando a mulher e os filhos com grosseria. Isso faz também com que ele não cumpra com os seus serviços profissionais, vivendo, assim, numa certa malandragem... A “companheira”, apesar de ser de cor e não ter educação é, no entanto, bem orientada e deseja vê-lo reajustado [...] tomou a iniciativa de pedir ao Serviço Social para providenciar a mudança de horário dele. (FILGUEIRA *in* BACKX *apud* OLIVEIRA 2019, p. 221).

Fica evidente que nestes trechos o desemprego é assimilado por estes profissionais como um ato opcional, sem analisar de maneira crítica que o processo da abolição da escravatura lançou a população negra diretamente como o segmento “mais baixo da superpopulação relativa” (cf. Pereira et Sampaio, 2018). A assistente social apenas reproduziu o estereótipo racista de que a população negra só quer a “vadiagem”. Observamos também, que quando menciona “a companheira, apesar de ser de cor”, tem um teor totalmente racista, no sentido de que, inferioriza esta mulher pelo seu tom de pele, no entanto, a descreve como civilizada como se fosse uma exceção a mesma ser “bem orientada”.

A dissertação de Camila Maduca Ferreira, intitulada “O negro na gênese do Serviço Social (Brasil, 1936 - 1947)” nos apresenta aspectos importantes para pensarmos como o racismo operou nas instituições voltadas a prestar assistência

social neste período. Temos como exemplo esta denúncia realizada no Jornal O Clarim d'Alvorada, sobre “diversos estabelecimentos exigiam como condição que a recolhida fosse de cor branca”. (PINTO *apud* FERREIRA 2010, p. 135)

‘O deputado Jonas Correa pediu informações ao Ministério de Educação sobre essa discriminação. O presidente da Legião [Brasileira de Assistência], juiz Elmano Cardim, em ofício de 21 de julho de 1950, informou ao Ministro que, num dos estabelecimentos citados, o Asilo Bom Pastor, a discriminação era feita devido a um pedido do seu fundador, o ex-senador da República, Dr. Mário de Andrade Ramos, ‘baseando-se em que depois de educadas é difícil colocar as meninas de cor, o que não acontece com as brancas’ (PINTO *apud* FERREIRA 2010, p. 135).

Outro ponto abordado por Ferreira (2010), é o racismo presente nos catálogos da nos catálogos da LBA:

Outro aspecto chocante da vida social brasileira, para os lidadores no Serviço Social, é o ‘Catálogo de Obras Sociais da Legião Brasileira de Assistência’ que em flagrante desrespeito à dignidade da pessoa humana e à nossa Constituição, especifica condições de admissão: – Cor. São as seguintes Obras que fazem restrição ao negro: Dispensário São José, Seminário Bethel, Colégio Santa Marcelina, Recolhimento Santa Teresa e Asilo Bom Pastor. O que faz pasmar é que estas obras declaram que são religiosas e católicas’ (ALVES *apud* FERREIRA 2010, p. 136).

De acordo com a pesquisa de Ferreira (2010), Sebastião Rodrigues Alves, assistente social negro que se formou no ano de 1966, pelo Serviço de Documentação do Ministério de Educação e Cultura, com o trabalho de conclusão de curso intitulado A ecologia do grupo afro-brasileiro, trouxe aspectos importantes para pensar o Serviço Social como mecanismo na luta contra o preconceito racial. Segundo ele “A iniciativa deveria partir do Estado e compreender: “1) Serviço de Assistência Social à família negra (casa, alimento, saúde, trabalho); 2) Serviço de Assistência Cultural ao estudante negro (bolsa de estudo)” (ALVES *apud* FERREIRA 2010, p. 140).

Sobre o racismo contido na LBA, Alves (1966) menciona que

Só nós os Assistentes Sociais, que militamos nas obras de Serviço Social e particularmente aqueles que exercem sua atividade em Agências ou Centros Sociais, como Plantonistas de Casos Sociais sabem como é chocante e aviltante ser encaminhado um desempregado que tem como causa do seu desajustamento esse fator, e, depois de uma longa peregrinação, ser ali o Assistido recusado simplesmente porque tem a epiderme negra. (ALVES *apud* FERREIRA 2010, p. 141).

Neste sentido, conclui-se que neste período,

Para o restante dos assistentes sociais, contudo, o deparar-se com uma “clientela” majoritariamente negra que aparentemente requeria drástico ajustamento, pode tê-los levado a uma naturalização não apenas da pobreza, mas da pobreza negra, visto que a “indiferença em relação à pobreza e a legitimidade da discriminação contra os pobres têm uma motivação racial”. (GUIMARÃES *apud* FERREIRA 2010, p. 141).

Como trouxemos no primeiro capítulo desta pesquisa, desde esta época os movimentos sociais negros pautavam o racismo e lutavam pelos direitos sociais, econômicos, culturais e humanos da população negra. Enquanto que o Serviço Social naturalizava e (re) produzia o racismo, ao invés de combatê-lo, mostrando uma postura totalmente conservadora.

É de suma importância mencionar, também de acordo com Ferreira (2010), que até o ano 1937 a população negra foi proibida de realizar seus cultos de acordo com suas religiões de matrizes africanas. Como esta profissão tem sua gênese no berço da Igreja católica a mesma reproduzia sua ideologia em suas práticas. Esse fato materializa-se no repúdio da profissão frente às religiões de matrizes africanas neste período, chegando ao ponto de publicizar este fato na Revista Serviço Social que

[...] aderiu a essa ofensiva e publicou diversos artigos defendendo a superação da ignorância e da superstição (subtendendo-se aí o espiritismo e as religiões de matriz africana) como modo de combate às mazelas sociais. Tal cruzada baseou-se claramente na concepção de que a religião verdadeira, o catolicismo, precisava resgatar o povo das confusões místicas em que estava mergulhado: É preciso conhecer as necessidades dessa gente mergulhada não num simples analfabetismo, mas numa profunda e generalizada ignorância e que por isso mesmo é vítima sobretudo de dois grandes males – o impudismo e a superstição-
Revista Serviço Social, 1940, n.20, p. 17 (FERREIRA 2010, p. 148).

Nesta perspectiva podemos analisar como o cristianismo era condição obrigatória para a população negra até mesmo para ter acesso a serviços assistenciais, reproduzindo a lógica de dominação cristã do período escravista, pois naquele período os negros “nunca puderam ser brasileiros sem ser católicos” (QUINTÃO *apud* FERREIRA 2010, p. 148).

Ferreira (2010) aponta o racismo na gênese do Serviço Social, à medida que

Muito embora seja provável que boa parte da clientela dos primeiros assistentes sociais se encontrasse entre as populações negras, pouco disso transparece nos documentos produzidos por estes profissionais. É como se esse fosse um dado irrelevante, ou antes um dado relevante

que requer discrição e eufemismos, um dado que requer “falsificação da realidade social, eliminando e excluindo certos aspectos dela que são indesejáveis” (EAGLETON *apud* FERREIRA 2010, p. 171).

Esta autora salienta que existiu desde o período escravista um código de etiqueta que silencia a cor, o que ganha respaldo no mito da democracia racial. Neste sentido

O fato de o perfil étnico-racial da clientela do Serviço Social em sua gênese ter sido alvo de um sonoro silêncio, ou, quando muito, ser tratado com cautela, mostra ser este tributário da ideologia racial dominante. É provável que fosse considerado constrangedor mencionar a condição racial do indivíduo assistido, que fosse considerado ofensivo indigitar os usuários como negros (FERREIRA 2010, p. 172).

Não diferenciar os usuários nas narrativas da prática profissional e nas suas produções teóricas foi um esforço em negar que exista preconceito e discriminação racial no Brasil. Esse fato impacta totalmente na intervenção desses profissionais pois (re)produzem racismo e naturalizam a condição social da população negra.

Desde 1980, pesquisadoras negras na área do Serviço Social, também, vêm denunciando a ausência de conhecimento crítico sobre a questão racial brasileira na formação profissional desde a graduação até outros âmbitos formativos. Entre elas podemos destacar Almeida (1988), que quando estava no cargo de vice presidenta no então Conselho Regional de Assistência Social do Rio de Janeiro, em reunião do conselho pleno, salientou a importância deste órgão assumir como bandeira de luta o combate ao racismo. Sendo assim, o CRAS-RJ junto com outras entidades dos trabalhadores e ao Movimento Negro organizam a Marcha contra a farsa da abolição, realizada neste mesmo ano. Em 1989, Almeida inova ao defender sua tese e de Fátima no VI CBAS intitulada “Serviço Social e os Bastidores do Racismo”. Rocha (1996), em seu trabalho de conclusão de curso intitulado: “Rasgando o silêncio: debate sobre Política de Cotas como estratégia de inserção do negro na universidade” traça um ensaio sobre a importância da política de ações afirmativas em sua modalidade cotas étnico-raciais. Em outros estudos de Rocha, tem-se a importância do estudo da questão racial na formação profissional.

Quando analisamos as grades curriculares dos cursos de graduação em Serviço Social nos deparamos com a omissão da temática racial nos seus conteúdos e quando há qualquer menção ao tema, é tratado de

forma secundária, não se trabalhando os conceitos fundantes do preconceito e da discriminação contra a população negra, e como estes conceitos deformados da sociedade brasileira contribuíram para a exclusão perversa cada vez mais sofisticada e camuflada de uma aceitação e de uma convivência harmoniosa, que foi defendida durante séculos por estudiosos e teóricos que, com uma visão burguesa, fizeram que todos acreditassem que o Brasil vivia em uma democracia racial (ROCHA *apud* NOVA *in* SANTOS 2013, p. 39).

O fato do Serviço Social em seu Código de Ética (1993, p. 3) ter como princípio fundamental: “O empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” aumenta ainda mais a importância do conhecimento e estratégias de enfrentamento da questão racial no seu cotidiano de trabalho. A categoria profissional precisava avançar no debate, pois percebe-se que a mesma considera a discriminação racial como algo a ser combatido, porém, este debate não tem tido a sua real importância na formação profissional e na categoria da profissão. No século XXI, temos outras pesquisadoras na área do Serviço Social que, seguindo os passos das pioneiras, vêm trazendo a importância da temática à tona, com reflexões decisivas para avançarmos nesta questão. Entre estes destacamos Pinto (2003); Ribeiro (2004); Carvalho e Silva (2005); Silva Filho (2006), Marques Júnior (2007); Ferreira (2010); Oliveira (2015); Silva (2015), Góes (2018). A partir deste contexto podemos observar que não houve uma ausência da questão racial no Serviço Social e sim um silenciamento da mesma, tendo em vista que “silêncio não é sinônimo de ausência” (SCHWARCZ, 2001, p. 52). Este silenciamento fica explícito também no VI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais de 1989 (VI CBAS), no qual as assistentes sociais Magali da Silva Almeida e Matilde Ribeiro pautaram o debate étnico-racial como indispensável para a categoria profissional (CFESS 2020, p. 120).

Nova e Santos (2013) apontam que necessitamos que os profissionais de Serviço Social, ao intervirem na realidade, façam a conexão de raça/cor/etnia com a desigualdade de classes. Para isto, é de suma importância a reflexão acerca das questões-étnico raciais, já que essa questão atravessa a questão social no Brasil. Acredita-se que para que esta situação seja superada dentro do Serviço Social, precisa-se agregar o debate da temática racial no processo de formação

profissional, inserindo este conteúdo nos currículos de Serviço Social e que este conhecimento seja constituinte de seus objetos de atuação e estratégias interventivas. Sendo assim é possível constatar o quanto o mito da democracia racial ainda permeia os espaços de atuação profissional, o quanto ainda prioriza-se o estudo das classes sociais com um cunho eurocêntrico, importado (burguesia x proletariado), muitas vezes esquecendo as particularidades brasileiras. Góes (2018, p. 64) conclui que:

[...] já é possível falar sem que se personalize ou individualize o problema: o serviço social corrobora com a perpetuação do racismo presente na sociedade brasileira. Colocado como uma profissão que não está acima ou aquém das relações sociais estabelecidas na sociedade em geral, é, portanto, uma profissão passível de reproduzir práticas racistas em uma sociedade predominantemente racista. A partir da negação ou omissão, o Serviço social colocou-se neutro (para não dizer contrário) diante da efervescência dos movimentos negros e das pautas que exigiam políticas sociais voltadas à reparação das disparidades raciais, portanto, colocou-se, por omissão ou pela suposta neutralidade, ao lado de perspectivas que buscam tornar verossímil o mito da democracia racial.

Importante mencionar que o silenciamento da questão étnico-racial no Serviço Social tem respaldo nos projetos políticos pedagógicos dos cursos que muitas vezes não abordam a temática com a relevância que ela merece, mesmo as Diretrizes Gerais Para o Curso de Serviço Social (1996), no segundo núcleo correspondente aos Fundamentos da Formação Sócio Histórica da Sociedade Brasileira garantindo que se deve abordar o conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua composição dependente, urbano industrial, nas diversidade regionais e locais, vinculada à análise da questão agrária, como um elemento crucial da singularidade histórica nacional. Esta análise conduz para a compreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como: suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e **étnico raciais, exclusão social** entre outros (grifos nossos).

É necessária a criação de disciplinas específicas que tratem o assunto, mas acima de tudo, deve-se transversalizar este conteúdo, pois o racismo é estrutural-estruturante da sociedade. Neste sentido “[...] transversalizar é mais que

implementar uma disciplina específica, significa redimensionar o Projeto Político Pedagógico, a fim de garantir a interdisciplinaridade no traçar dos saberes entre as várias áreas do conhecimento” (OLIVEIRA *apud* PINTO 2010, p. 2), e aspectos da realidade social. Importante também a construção de grupos de pesquisa que abordem esta temática. É fundamental mencionar que vários cursos de Serviço Social já implementaram disciplinas específicas para esta questão, bem como como grupos de pesquisa, mas transversalizar o tema continua sendo um grande desafio.

Tardiamente, em 2018, após mais de 30 anos do movimento de reconceituação da profissão que buscava o rompimento com o conservadorismo, foi aprovada no fórum máximo deliberativo da categoria, no 47º encontro Nacional do CFESS/CRESS, realizado na cidade de Porto Alegre/RS a campanha de Gestão (2018-2020) intitulada "Assistentes Sociais no Combate ao Racismo". Neste evento foi redigida uma carta chamada de Carta de Porto Alegre, em que a categoria apresenta marcos da formação sócio histórica brasileira, calcados no escravismo e no racismo e na farsa da abolição. Outros aspectos bem pontuados na carta, foram a discriminação contra as religiões de matrizes africanas (contrariando os princípios de um Estado laico), a questão econômica da população negra (que em sua maioria encontra-se na base da pirâmide social). Em relação a população negra e o mercado de trabalho foi mencionado a precarização, a insalubridade dos trabalhos submetidos a esta população e, também, realizado um recorte de gênero, pois para a situação das mulheres negras a desigualdade salarial aumenta. Além da desigualdade salarial em que as mulheres negras estão submetidas, foi mencionado sobre a violência obstétrica e que as mesmas chefiam famílias marcadas pela violência do Estado. A carta também apresentou dados do mapa da violência, atlas da violência em relação a taxas de homicídios de homens e mulheres negras e dados do sistema carcerário que apresentam que os homens negros constituem 64% da população carcerária. Estes dados são apresentados na perspectiva de denunciar a política de genocídio patrocinada pelo Estado. E no final da carta mencionam e repudiam ausência de respostas para o assassinato de Marielle, demonstrando como o

racismo opera na sociedade. A carta termina com o seguinte slogan “vidas negras importam”.

Para entender o que é o racismo, cabe a definição sobre preconceito fornecida por Agnes Heller, em seu livro “Cotidiano e História”, particularmente o capítulo intitulado “Preconceitos”.

4.1 PARA ENTENDER SOBRE PRECONCEITO

Para melhor entendimento da temática proposta para esta pesquisa, é necessário explanar acerca do preconceito para podermos entender o preconceito racial e o racismo. De acordo com o dicionário Aurélio, o preconceito é um “Conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos; ideia preconcebida”. Enquanto discriminação é “[...] Tratamento desigual ou injusto dado a uma pessoa ou grupo, com base em preconceitos de alguma ordem, notadamente sexual, religioso, étnico, etc.”

De acordo com Heller (2008), o preconceito é um juízo provisório falso que não se demove a despeito de todas as comprovações contrárias. A autora chega a esta conclusão analisando o cotidiano, tendo em vista que o preconceito é um tipo particular de juízo provisório; e, para entender onde ele nasce, temos que considerar como se estrutura a vida cotidiana (HELLER 2008, p. 65). Ela explica que o preconceito pode ser tanto individual, social, moral, político, nacional, religioso, racial, preconceito de grupo, entre outros. Seja qual for o tipo de preconceito, ele sempre acontece na vida cotidiana. Deste modo, o sujeito pode estar com vários preconceitos em relação a outro sujeito ou instituição concreta, que não lhe faça falta conhecer a fonte social do conteúdo do preconceito. Deste modo assimilamos primeiro o preconceito para depois aplicá-los em casos completos, em outros lugares. É importante salientar que a maior parte dos juízos provisórios não são preconceito. O preconceito é um tipo particular de juízo provisório, pois mesmo que se confirme o contrário, ele se mantém inalterado, sendo assim,

Os preconceitos portanto, são obra da própria integração social (por exemplo, da nação ou da camada, mas sobretudo da classe) que experimenta suas reais possibilidades de movimento mediante idéias e ideologias isentas de preconceitos. Os preconceitos servem para consolidar e manter a estabilidade e a coesão da integração dada (HELLER 2008, p. 76).

Neste sentido, a filósofa menciona que os preconceitos não são uma deformação de caráter, e sim uma construção social, de uma sociabilidade que vai trazendo “evidências” de um lugar de inferioridade. Desta maneira, a maioria dos preconceitos são frutos da classe dominante, ainda quando desejam mostrar uma imagem do mundo relativamente isenta de preconceitos e desenvolver ações correspondentes. Esta mesma classe produz preconceitos em grande escala, maiores que em outras classes sociais, fortalecendo ideologias hegemônicas com o objetivo de universalizar-se. Quanto maior é a situação de crise da dominação burguesa, mais ela ativa os preconceitos para garantir a ordem social. Entretanto, por mais universal que o preconceito seja,

[..]sempre depende de uma escolha relativamente livre o fato de que alguém se aproprie ou não dele. Cada um é responsável pelos seus preconceitos. A decisão em favor do preconceito é, ao mesmo tempo, a escolha do caminho fácil no lugar do difícil, o “descontrole” do particular-individual, a fuga diante dos verdadeiros conflitos morais, tornando a firmeza algo supérfluo (HELLER 2008, p. 85).

Sendo assim, no caso da sociedade brasileira a questão racial possui um componente ideológico de garantir a reprodução das relações sociais, em que o preconceito ativa níveis de subordinação e inferiorização social. No campo do discurso científico, o preconceito racial foi reproduzido pela eugenia e pelas políticas de higienização. O pensamento do cotidiano é empírico e precisa ser balizado pela experiência. Se o processo histórico mostra que os negros são escravos, sendo que na verdade foram sujeitos escravizados, a experiência nos mostra como se conforma preconceito racial. Se nós pensarmos nesta perspectiva, automaticamente agiremos nesta mesma perspectiva na vida cotidiana. Se o preconceito é um juízo eu devo corrigi-lo. Sendo assim, por que muitas pessoas brancas não corrigem este pensamento? Porque atrapalha o êxito da operação racista estruturante da sociedade. Para corrigi-lo, exigiria esforços, que para branquitude seria abrir mão de seus privilégios. Crer em preconceito é cômodo, protege de conflitos à medida que confirma ações anteriores. O

preconceito tem uma funcionalidade muito grande no sentido da permanência das coisas. No caso do preconceito racial, pensando a sociedade brasileira nada melhor para se afastar de conflitos que negar que ele exista. Temos como materialização desta conduta, o argumento contrário a PAA já mencionado nesta pesquisa de que esta política geraria conflitos e adversidades entre o povo brasileiro.

Para Agnes Heller, "os juízos provisórios refutados pela ciência e por uma experiência cuidadosamente analisada, mas que se conservam inabaladas contra todos os argumentos da razão, são preconceitos" (2008, p.68). Para esta autora, o preconceito não irá acabar, pois já que ele se forma no cotidiano e o cotidiano faz parte da forma como lidamos no mundo, logo o preconceito também não terá fim. Porém, em uma sociedade em que prevaleçam relações igualitárias, autônomas e justas, o preconceito tenderá a diminuir seu efeito destrutivo, pois ao modificarmos a sociabilidade e o cotidiano que ela gera, diminuimos margens de preconceito.

4.2 PARA ENTENDER SOBRE PRECONCEITO RACIAL

A exposição a seguir partirá das análises fornecidas pelo sociólogo Oracy Nogueira. De acordo com Nogueira (1998 *apud* Oliveira1999, p. 22) considera-se como preconceito racial.

[...] uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece. Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é de origem.

De acordo com este autor esses dois tipos de preconceito racial que possuem pontos específicos que os diferem sendo estes:

1. Quanto ao modo de atuar:

Neste ponto, o preconceito de marca define um modo de preterimento. Já o preconceito de origem define uma exclusão incondicional dos componentes do grupo atingido, no que diz respeito a acontecimentos que podem vir a competir com os componentes do grupo discriminador. Deste modo

[...] um clube recreativo, no Brasil, pode opor maior resistência à admissão de um indivíduo de cor que à de um branco; porém, se o indivíduo de cor contrabalançar a desvantagem da cor por uma superioridade inegável, em inteligência ou instrução, em educação, profissão e condição econômica, ou se for hábil, ambicioso e perseverante, poderá levar o clube a lhe dar acesso, “abrindo-lhe uma exceção”, sem se obrigar a proceder da mesma forma com outras pessoas com traços raciais equivalentes ou, mesmo, mais leves (GUIMARÃES 1999, p. 7).

Isso acontece muito no Brasil e serve para manter o “mito” da democracia racial. Já nos Estados Unidos por exemplo, teve-se uma segregação racial na qual as restrições impostas às pessoas negras se impõem independentemente de condições pessoais como a instrução, a ocupação entre outras.

2. Quanto à definição de membro do grupo discriminador e do grupo discriminado

O critério do fenótipo ou aparência racial define o preconceito de marca. Mesmo uma pessoa negra ocupando um espaço de poder, ela irá sofrer com o preconceito de marca, igual a outra pessoa negra que não ocupa este espaço de prestígio. Já no preconceito de origem pressupõe-se que a pessoa parda, independentemente da sua aparência, da proporção de ascendência que se possa invocar, tenha as “potencialidades hereditárias” deste último grupo e, portanto, a ele se filie, “racialmente”. (Guimarães, 1999, p.7). Este autor ainda defende que no Brasil o preconceito é de marca e que o tipo que atribui o grupo opressor do grupo oprimido é indefinido, tendo em vista a variação subjetiva

[...] tanto em função dos característicos de quem observa como dos de quem está sendo julgado, bem como, ainda, em função da atitude (relações de amizade, deferência etc.) de quem observa em relação a quem está sendo identificado, estando, porém, a amplitude de variação dos julgamentos, em qualquer caso, limitada pela impressão de ridículo ou de absurdo que implicará uma insofismável discrepância entre a aparência de um indivíduo e a identificação que ele próprio faz de si ou que outros lhe atribuem (GUIMARÃES 1999, p. 7-8).

Sendo assim, no Brasil a concepção de branco e não branco varia em decorrência do grau de mestiçagem de sujeito para sujeito, de região para região

e de classe para classe, e se a pessoa contém traços negróides. Já nos Estados Unidos o branqueamento através do processo de mestiçagem não se conclui, pois não se integra ao grupo de pessoas brancas. Neste país, mestiço é negro mesmo não possuindo traços negróides. Nessa perspectiva

[...] indivíduos ligeiramente negróides ou completamente brancos e que, como brancos, sempre viveram, no Brasil, indo aos Estados Unidos, podem ter a surpresa de serem considerados e tratados como negros [...] De outro lado, negros norte-americanos, em viagem pelo Brasil, em função da ausência ou da intensidade dos traços negróides, podem ser vistos e tratados como brancos, mulatos claros, mulatos escuros ou pretos (GUIMARÃES 1999, p. 9).

3. Quanto à carga afetiva

O preconceito de marca é voltado para o estético e ao Intelectivo. Já o preconceito de origem engloba o emocional e o integral, no que diz respeito ao sentimento de inferioridade ou de traços não desejáveis aos membros do grupo discriminado.

4. Quanto ao efeito sobre as relações interpessoais

Neste tópico o preconceito de marca atribui às relações pessoais, de amizade e admiração. Já o preconceito de origem, o relacionamento entre componentes do grupo discriminador e do grupo discriminado são profundamente limitadas por tabus e sanções de natureza negativa. Podemos ter como exemplo deste caso

No Brasil, um indivíduo pode ter preconceito contra as pessoas de cor, em geral, e, ao mesmo tempo, ser amigo particular, cliente ou admirador de determinada pessoa de cor, sem que isso cause espécie ou implique uma mudança de atitude ou de conceito das demais pessoas em relação a ele, pois que não envolve uma redefinição de atitude ou de ponto de vista de sua parte (GUIMARÃES 1999, p. 11).

Este é um caso bem recorrente no Brasil, onde as pessoas alegam “eu não sou racista, meu melhor amigo é negro, meu esposo é negro, minha tia é negra”.

5. Quanto à ideologia

No preconceito de marca a ideologia é concomitantemente assimilacionista e miscigenacionista. Já o preconceito de origem é segregacionista e racista. Assim,

[...] no Brasil, há uma expectativa geral de que o negro e o índio desapareçam, como tipos raciais, pelo sucessivo cruzamento com o branco; e a noção geral é de que o processo de branqueamento constituirá a melhor solução possível para a heterogeneidade étnica do

povo brasileiro. Diante de um casamento entre uma pessoa branca e uma de cor, a impressão geral é a de que esta última foi “de sorte” enquanto aquela ou foi “de mau gosto” ou se rebaixou, deixando-se influenciar por motivos menos confessáveis. Quando o filho do casal misto nasce branco, também se diz que o casal “teve sorte”; quando nasce escuro, a impressão é de pesar (GUIMARÃES 1999, p. 11).

Deste modo, mesmo que cause uma condenação ostensiva do preconceito, a ideologia miscigenacionista é a concretização desta manifestação, tendo em vista que o sujeito branco cria expectativa que o branqueamento advenha do concurso dos outros sujeitos brancos e não do seu, sobretudo, quando diz respeito de união legítima. Sendo assim, pessoas negras que buscam se unir com pessoas brancas, muitas vezes revelam descontentamento com seus traços negróides, endeusando traços europeus, desejando que seus descendentes venham a ter esses traços também.

6. Quanto à distinção entre diferentes minorias:

No preconceito de marca a norma da cultura é predominante sobre a de raça. Já no preconceito de origem, acontece o oposto. Por conseguinte, onde o preconceito é de marca as minorias menos endogâmicas e menos etnocêntricas são favorecidas. Já no preconceito de origem, a situação é contrária. A tolerância é maior para com as minorias mais endogâmicas e mais etnocêntricas.

7. Quanto à etiqueta

No preconceito de marca a etiqueta de relações inter-raciais tem destaque no controle do comportamento dos sujeitos do grupo discriminador evitando a suscetibilização ou humilhação de membros do grupo discriminado. Já no preconceito de origem, o destaque no controle do comportamento de membros do grupo discriminado contendo a agressividade dos elementos do grupo discriminador. Temos como materialização deste preconceito:

[...] no Brasil, não é de bom tom ‘puxar o assunto da cor’, diante de uma pessoa preta ou parda. Evita-se a referência à cor, do mesmo modo como se evitaria a referência a qualquer outro assunto capaz de ferir a susceptibilidade do interlocutor – em geral, diz-se que “em casa de enforcado, não se fala em corda”. Em contraposição, em qualquer contenda com uma pessoa de cor, a primeira ofensa que se lhe assaca é a referência a sua origem étnica (GUIMARÃES 1999, p. 13).

8. Quanto ao efeito sobre o grupo discriminado

No preconceito de marca, a consciência da discriminação inclina-se a ser intermitente. Já no preconceito de origem, a consciência tem tendência a ser contínua, obsedante, pois:

Em geral, o homem de cor, no Brasil, toma consciência aguda da própria cor nos momentos de conflito, quando o adversário procura humilhá-lo, lembrando-lhe a aparência racial, ou por ocasião do contato com pessoas estranhas, podendo passar longos períodos sem se envolver em qualquer situação humilhante, relacionada com a identificação racial. Isto é verdade, principalmente, para o homem de cor que vive numa pequena comunidade, onde predominam os contatos primários e onde, portanto, os indivíduos se conhecem pessoalmente uns aos outros. À medida que aumenta a frequência dos contatos secundários, se torna mais constante, para o indivíduo de cor, o risco de ser tratado em função dos traços raciais – e, portanto, de um estereótipo – pelo menos nas situações de contato categórico (GUIMARÃES 1999, p. 14).

9. Quanto à reação do grupo discriminado

No preconceito de marca a tendência é ter uma reação individual, em que o sujeito busca “compensar” suas marcas pela ostentação de aptidões e características que resultem em aprovação social, tanto pelos membros do seu grupo social (cor), como pelos membros do grupo dominante e por sujeitos de marcas mais “leves” que as suas. Sendo assim, onde há preconceito de origem a reação tem tendência a ser coletiva, pela complementação da solidariedade grupal, pela redefinição estética etc. Para materializar esta questão o autor dá o exemplo a seguir:

No dia 18 de dezembro de 1951, o seguinte caso foi presenciado, em São Paulo, pelo autor desta comunicação: num restaurante, encontravam-se, em diferentes mesas, além de outros fregueses, dois mulatos, bem-vestidos, e um branco, de classe operária, em traje de trabalho, sendo que a todos o garçom servia com a mesma atenção. Os dois mulatos eram tratados com familiaridade, tanto pelo gerente do estabelecimento como pelo empregado; e, de fato, já haviam sido vistos, ali, em ocasiões anteriores, sendo, portanto, fregueses habituais da casa. Pouco depois, entrou um rapaz preto que, pelo traje e pelo aspecto físico, estava em condições idênticas às do freguês branco, já referido. O garçom não lhe permitiu que ocupasse um lugar, à mesa, o que fez com que o rapaz, ofendido, lhe perguntasse: “Aqui é o Esplanada?!”. A situação mostra, pois, o seguinte: um indivíduo de cor, em igualdade de condições com um branco, foi preterido; porém, dois outros indivíduos de cor, de classe superior à do mesmo branco, foram admitidos (GUIMARÃES 1999, p. 16).

10. Quanto ao efeito da variação proporcional do contingente minoritário

No preconceito de marca tende-se a aliviar nos pontos em que existe maior proporção de sujeitos do grupo discriminado. Já no preconceito de origem, acontece o oposto. Tende-se a se apresentar de forma agravada, nos momentos em que o grupo discriminado torna-se mais *conspicuous* pelo número. Sendo assim,

[...] no Brasil, a impressão generalizada é a de que os indivíduos de cor esbarram com manifestações mais frequentes e ostensivas de preconceito em São Paulo, onde constituem uma cota mais reduzida sobre o conjunto da população, do que, por exemplo, na Bahia ou no Rio de Janeiro (GUIMARÃES 1999, p. 17).

11. Quanto à estrutura social

No preconceito de marca a possibilidade e de ascensão social está na razão oposta da intensidade das marcas de que o sujeito é portador, permanecendo o preconceito de raça, mascarado sob o de classe, no qual tem tendência a competir. Já no preconceito de origem, o grupo discriminador e o discriminado mantêm-se rigidamente separados um do outro em status “como se fossem duas sociedades paralelas, em simbiose, porém irreduzíveis uma à outra”. (GUIMARÃES 1997, p.17). Neste sentido, no Brasil os sociólogos que têm pesquisado este tema encontram dificuldade em relação a diferenciação entre os efeitos do preconceito de classe e do preconceito de cor no que diz respeito a pretos e pardos.

12. Quanto ao tipo de movimento político a que inspirar

No preconceito de marca a luta do grupo discriminado tem tendência a se confundir com a luta de classes. Já no preconceito de origem, o grupo discriminado opera como uma “minoría nacional” congruente, apta e direcionada à prática articulada.

De acordo com todos os elementos apresentados pelo sociólogo Oracy Nogueira, podemos concluir que o preconceito racial, tanto de marca como de origem é considerado como componente cultural intimamente relacionado com o *ethos* social, ou seja, o modo de ser, culturalmente condicionado, que se apresenta nas relações interindividuais, tanto através da etiqueta, também como de padrões menos explícitos de tratamento.

4.3 RACISMO

Para apresentar os conceitos de racismo que mais se adequam a esta pesquisa, precisamos entender o conceito de raça. Importante salientar que diversos autores tratam os conceitos de raça e racismo de acordo com suas percepções e tempos históricos diferentes. Nesta pesquisa utilizamos o termo raça no seu sentido social, tendo em vista que a ciência já confirmou a existência de somente uma raça: a humana¹⁸. Alguns biólogos propuseram que o termo raça fosse eliminado, entretanto este termo permanece no uso popular, da mesma forma que este termo permanece na produção de trabalhos e estudos. Neste contexto, o conceito raça é empregado em uma perspectiva social e política, considera o termo raça como uma construção sociológica, e uma categoria social de dominação e de exclusão. Sendo assim,

Podemos observar que o conceito de raça tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação. A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é natural, é de fato uma categoria etnosemântica. De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. Os conceitos de negro, branco e mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra, etc. Por isso que o conteúdo dessas palavras é etno-semântico, político-ideológico e não biológico (MUNANGA 2004, p. 6).

Neste mesmo sentido,

[...] de raça social, e não de raça biológica, dado pela antropologia e a genética. Isto significa que as raças são tomadas nas acepções dadas a partir da perspectiva das próprias pessoas envolvidas na situação social concreta, situação essa na qual os critérios biológicos são geralmente menos importantes, esquecidos, ou socialmente recriados, segundo os componentes sociais da situação. Ocorre que a noção sociológica de raça nos coloca diretamente de relações políticas, na medida em que as diferenças de atributos, traços e marcas ou outros elementos fenótipos e físicos, raciais ou não, são organizados e definidos pelas relações sociais de apropriação econômica e dominação política (SILVA 2016, p. 164).

Ainda em relação à raça é importante mencionar que esta difere de etnia.

¹⁸ Para compreender melhor sobre as teorias racialistas acessar as obras: As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX: o contexto brasileiro e o Espetáculo das raças - cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930 de Lília Katri Moritz Schwarcz.

[..] raça refere-se a materialidade do corpo expressa pelo fenótipo, enquanto etnia diz respeito à construção simbólico cultural de elementos que ligam os sujeitos em um mesmo grupo, por exemplo, um mito, uma língua, uma religião. Logo, grupos étnicos são grupos específicos (CFP 2017, p. 28).

Cabe apresentar alguns conceitos de racismo com os quais nos identificamos. De acordo com Almeida (2018, p. 25), o racismo é uma “forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta através de práticas conscientes e inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam”. Este autor em concordância com Moura, discorre que o racismo é estrutural/estruturante da sociedade, por ser o elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. O racismo é um crime previsto na Lei nº 7.716/1989, sendo inafiançável e imprescritível, com penas de reclusão e de maior rigor, a depender de cada caso. Já o crime de injúria racial está previsto no artigo 140, parágrafo 3º, do Código Penal. Este crime está baseado no uso de palavras depreciativas referentes à raça ou cor com a intenção de ofender a honra da vítima. O sujeito que cometer o crime de injúria racial pode ter pena prevista de reclusão de um a três anos e multa. Também é um crime imprescritível no prazo de oito anos. Infelizmente o que ocorre muito no Brasil é que crimes de racismo são julgados como injúria racial.

De acordo com Almeida (2018), existem três análises sobre o racismo: individualista, estrutural e institucional. O racismo individualista (também conhecido como interpessoal ou subjetivo) ocorre entre os sujeitos em interação. Neste tipo de racismo não existe sociedades ou instituições racistas, e sim indivíduos racistas que agem de maneira individual ou coletiva.

Frequentemente o tratamento diferenciado não é explicitamente atribuído ao fenótipo negro, já que, de modo geral, as pessoas costumam negar que a raça/cor seja motivo das atitudes em questão. Contudo, a forma sistemática como essas situações ocorrem, bem como ausência de outros fatores que poderiam explicá-las, indica racismo (CFP 2017, p. 56).

O racismo institucional foi divulgado por integrantes do grupo Panteras Negras¹⁹. Estabelece-se entre racismo e estado. É o principal responsável pelas violações de direitos dos grupos raciais subalternizados. Neste sentido, esse tipo de racismo “é marcado pelo tratamento diferenciado, desigual. Indica a falha do Estado em prover assistência igualitária aos diferentes grupos sociais” (CFP 2017, p. 48). No Brasil é possível identificar o racismo tanto em instituições públicas como privadas. De acordo do DFID/PNUD (2005, p. 6), o racismo institucional é o

Fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas devido à sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, os quais são resultantes da ignorância, da falta de atenção, do preconceito ou de estereótipos racistas. Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações.

Neste mesmo sentido Eurico (2020) afirma que:

O racismo institucional refere-se a todas as ações institucionalizadas que tem como objetivo explícito ou implícito a reprodução do preconceito e da discriminação contra qualquer pessoa em virtude de seu pertencimento étnico-racial. Por ser uma prática enraizada nas instituições, é importante desvelar, denunciar e coibir tais ações. Ele se expressa no acesso à escola, ao mercado de trabalho, na criação e implantação de políticas públicas que desconsideram as especificidades raciais e na reprodução de práticas discriminatórias arraigadas nas instituições (CFESS 2020, p. 37).

Esse racismo Institucional pode ser traduzido como um conjunto de métodos seletivos tanto de privilégios como de barreiras que,

[...] por exemplo: linguagens, procedimentos, documentos necessários, distâncias, custos, etiquetas, atitudes etc.[...] interpostos sem qualquer controle ou constrangimento, dificultando ou impedindo a plena realização do direito e o atendimento às necessidades expressas. Assim, instaura-se em cada um destes momentos e em todo o percurso lógicas, processos, procedimentos, condutas, que vão impregnar a cultura institucional – o que se não os torna invisíveis, os faz parte da ordem “natural” das coisas capazes de dificultar ou impedir o alcance pleno das possibilidades e resultados das ações, programas e políticas institucionais (GELEDÉS s/d, p. 19).

Como exemplo da materialização deste racismo no Sistema Único de Saúde - SUS podemos apresentar que, informado pela doutora em saúde pública

¹⁹ Os integrantes do Panteras Negras *Stokely Carmichael* e Charles Hamilton divulgaram o termo Racismo Institucional no ano de 1967.

Fernanda Lopes, durante as discussões da 4ª Conferência Nacional da Promoção da Igualdade Racial (Conapir) em 2018, as mulheres negras têm o maior índice de mortalidade materna (morte na gravidez, parto ou pós parto), somando mais da metade (54,1%) entre 15 a 29 anos. Os dados do documento da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher – Princípios e Diretrizes, publicado em 2009, desenvolvido pelo Ministério da Saúde constatou-se que 5,1% de mulheres brancas não receberam anestesia no parto normal. Nas negras, ocorreu o dobro (11,1%). O SUS paga esse procedimento, com o objetivo de diminuir o medo da dor do parto, para tentar reduzir a frequência de cesarianas. No documento consta que 77,7% das mulheres brancas foram orientadas para a importância do aleitamento materno e que apenas 62,5% das negras tiveram essa orientação. Enquanto 46,2% das brancas tiveram acompanhantes no parto, apenas 27,0% das negras exerceram tal direito. Já está praticamente inevitável que o Brasil. Estas mortes estão ligadas a estereótipos raciais de que mulheres negras são mais fortes. Observamos a materialização do racismo institucional no mercado de trabalho, quando os processos seletivos muitas vezes pedem currículos com fotos e quando se deparam com o rosto de uma pessoa negra muitas vezes nem as chamam para a entrevista. Muitos processos seletivos pedem com pré-requisito cursos de inglês, entre outros cursos que na maioria das vezes pessoas brancas tenham mais acesso. Situações como estas materializam os indicadores de desigualdade no mercado de trabalho como este:

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), de 2012 a 2016 dão conta de que a taxa média de desemprego dos/as trabalhadores/as autodeclarados/as pretos/as e pardos/as chega a 28,9%, enquanto entre o/as os/as trabalhadores/as brancos/as é de 9,5%. Assim, em 2016, as pessoas desempregadas representavam um total de 35,6% dos/as trabalhadores/as brancos/as e os/as negros/as e pardos/as somavam 63, 7% (IBGE, 2017 *apud* MARTINS E SILVA 2020, p. 116).

Para que as instituições parem de (re)produzir o racismo institucional no mercado de trabalho é necessário que as instituições construam planos de enfrentamento ao racismo. Nesta perspectiva Almeida (2018) elenca algumas ações para as instituições combaterem o racismo institucional sendo elas:

- a) Promover a igualdade e a diversidade em suas relações internas e com o público externo - por exemplo, na publicidade.

- b) Remover obstáculos para a ascensão de minorias em posições de direção e de prestígio na instituição
- c) Manter espaços permanentes de debates e eventual revisão de práticas institucionais.
- d) Promover o acolhimento e possível composição de conflitos raciais e de gênero (ALMEIDA 2018, p. 37).

Adotar políticas de ações afirmativas nos seus processos seletivos. Contratar pessoas negras para cargos de poder, proporcionar cursos e outras oportunidades de desenvolvimento a este segmento populacional, em vez de colocar estes aspectos muitas vezes no processo seletivo como pré-requisitos sem nem ao mesmo precisar.

Em relação ao âmbito público um grande aliado para o racismo institucional neste campo é a burocracia. Esta ideologia está inserida no desenvolvimento e aplicação de políticas públicas, nas estruturas governamentais e nos modos de organização dos Estados, atingindo pessoas e grupos. Por esta razão, racializar as políticas públicas também se faz necessário. Sobre o racismo nas instituições educacionais, ele perpassa os livros didáticos, currículos escolares, os projetos políticos pedagógicos que muitas vezes não abordam o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africanas conforme determina a lei 10.639/2003. Ações racistas como estas desqualificam, omitem a contribuição da população negra na formação social, cultural e econômica no Brasil. Outro ponto importante a se destacar como materialização do racismo institucional é a estrutura precária de escolas localizadas nas comunidades periféricas em vulnerabilidade social, como medida de exclusão, tendo em vista que a maioria dos estudantes dessas escolas são pobres mas também negros. A segurança pública brasileira é outra materialização do racismo institucional, pois os maiores índices de mortes estão na população negra, principalmente os jovens negros, que de acordo com o Mapa da violência de 2016 morrem a cada 23 minutos. Todo esse contexto e indicadores apresenta a fragmentação que o racismo, independentemente de qualquer outra variante, institui na sociedade brasileira, mantendo a população negra em situações de vulnerabilidade e de desproteção social. Neste sentido, esse segmento populacional segue tendo um menor acesso a direitos e a serviços que, por obrigação o Estado, deveria assegurar. Nesta perspectiva:

O que o racismo institucional produz é não só a falta de acesso e o acesso de menor qualidade aos serviços e direitos, mas é também a perpetuação de uma condição estruturante de desigualdade em nossa sociedade (GELEDÉS 2013, p. 13).

É importante mencionar que juridicamente o racismo institucional é um compromisso firmado pelo Estado Brasileiro acrescentado no plano Plano Plurianual 2012-2015. Também está estabelecido como meta em vários Programas Temáticos que aparecem como objetivos do Programa 2034.

De acordo com MPPE, 2013, existem outros pontos que corroboram com o racismo institucional sendo eles:

- O desconhecimento, dentro das instituições, dos mecanismos legais antirracismo que, em boa parte, pode também refletir a desimportância conferida à necessidade de punir essas condutas, colocando esse racismo inconscientemente na 'conta' da impunidade geral do país
- Fazer com que os profissionais, especialmente os da saúde, compreendam ou percebam o racismo como um grave fator de desigualdade no acesso ao atendimento o que, por sua vez, repercute na baixa representatividade desses profissionais (principalmente do médico) nas discussões, seminários, capacitações, sobre o tema" (MPPE 2013, p. 105).

Eurico (2013) explana que há duas dimensões de racismo institucional interdependentes e correlacionadas: a político-programática, e a das relações interpessoais.

Quanto à dimensão político-programática podemos dizer que ela compreende as ações que impedem a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas eficientes, eficazes e efetivas no combate ao racismo, bem como a visibilidade do racismo nas práticas cotidianas e nas rotinas administrativas. A dimensão das relações interpessoais abrange as relações estabelecidas entre gestores e trabalhadores, entre trabalhadoras e trabalhadores, entre trabalhador e usuário, e entre usuário e trabalhador, sempre pautadas em atitudes discriminatórias (EURICO 2013, p. 300).

Sendo assim, o racismo institucional por vezes é um ato silencioso que proporciona a não percepção concreta do racismo, principalmente, porque perpassa nas instituições e organizações. Neste sentido é de suma importância a construção de medidas e mecanismos competentes para romper com a invisibilidade do racismo institucional, de quebrar a cultura institucional, determinando novas proposições e condutas que impeçam a perpetuação das iniquidades (GELEDÉS 2013):

A ação do Estado brasileiro da abolição da escravatura se deu no sentido de agenciar a segregação, fazendo uso de suas atribuições legais para reprimir e limitar o acesso da população negra aos mais variados espaços sociais e políticos, não lhes permitindo o acesso ao trabalho, negando-lhes o serviço formal, a educação, a cidadania, o direito ao voto, impedindo-lhes a prática de sua cultura, língua e religião. Legitimando e executando o racismo (RIBEIRO 2013, p. 9).

O racismo estrutural, também conhecido como racismo social, diz respeito à relação que integra a organização econômica e política da sociedade. Neste sentido, falar sobre economia é falar sobre desigualdade. Por este ângulo Almeida (2018, p. 121) afirma que “A desigualdade pode ser expressa em dados estatísticos e quantificada matematicamente, mas sua explicação está na compreensão da sociedade e de seus inúmeros conflitos”. Entre esses conflitos podemos elencar o racismo. Várias pesquisas apontam a raça como grande motivo para a desigualdade econômica e que políticas públicas, programas sociais de distribuição de renda não racializados são pouco efetivos.²⁰ Este autor nos alerta para a explicação mais vulgar para esta desigualdade: o mérito. Este mérito quer dizer do desempenho individual de cada um. Nesta óptica, as desigualdades materializadas em indicadores possuem fundamento, tendo em vista que o mérito expressa a eficiência da produtividade dos indivíduos, tornando natural a desigualdade. No racismo institucional conseguimos perceber práticas, regras racistas no interior das instituições. Porém esta instituição tem sua atuação norteada por uma estrutura social que existia precedentemente. Estrutura social esta que é racista. Porém, Almeida (2018) nos chama atenção para não naturalizarmos o racismo por ele ser estrutural, pois o racismo não é uma condição incontornável, nem mesmo que os sujeitos que cometerem racismo não devam ser pessoalmente responsabilizados. Nesta perspectiva, a intenção é sinalizar que “do ponto de vista teórico é que o racismo, como processo histórico e político, cria condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistêmica” (ALMEIDA 2018, p. 39).

²⁰ Almeida (2018, p. 183) desta que neste sentido, destacam-se as pesquisas feitas por Carlos Halsemberg e Nelson do Valle Silva. Ver: HALSEMBERG, Carlos. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Mais recentemente as pesquisas de Marcelo Paixão reafirmam a existência de desigualdades sociais.

Sendo assim, a sociedade é estruturada de tal forma a excluir grupos raciais discriminados de uma participação digna na sociedade e de participação nas instituições.

Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cuja o racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ‘ocorre pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição’ (ALMEIDA 2018, p. 39).

Por esta razão este autor enfatiza a necessidade de coibir não só o racismo individual e institucional, como também refletir a respeito de mudanças mais profundas nas relações políticas e econômicas, tendo em vista que, o racismo institui que a pobreza seja ideologicamente incorporada quase que como uma condição “biológica” de negros e indígenas naturalizando os salários menores e condições precárias na inserção no mercado de trabalho.

Sendo assim, o processo histórico escravagista no Brasil e a sua abolição sem assistência, sem políticas de inclusão positiva por parte do Estado, somados a discriminação racial, dirigiu esta população – da qual faço parte – para o subsolo da pirâmide social em um processo de pauperização e exclusão social que permanece até atualidade, dificultando o acesso da população negra em diversos espaços e dificultando a vida social em vários setores (saúde, educação, lazer, cultura, trabalho entre outros). Esse processo, sem qualquer reparação, contribuiu para o genocídio da população negra e a perpetuação do racismo. Estas injustiças históricas continuam presentes até hoje em nossa sociedade e ganham respaldo no mito da democracia racial. Almeida (2018) discorre que, para que o racismo seja superado precisamos refletir sobre formas de sociabilidade que não se sustentem de uma lógica de conflitos, contradições e antagonismos sociais que não podem ser resolvidos, no máximo, mantidos sob controle. No entanto, a procura por um novo modelo econômico e por formas alternativas de organização é tarefa impossível sem que o racismo e outras formas de discriminação sejam compreendidas como parte essencial dos processos de exploração e de opressão de uma sociedade que se quer transformar.

4.4 BRANQUITUDE

De acordo com Bento (2002) existe um silêncio em relação ao lugar que as pessoas brancas ocupam nas relações sociais brasileiras. A sua parte nas desigualdades sociais não é refletida, nem problematizada. O foco de debate são as pessoas negras e o problema é exclusivamente delas. Em nossa sociedade, principalmente em nosso país, as pessoas, querendo ou não, são categorizadas racialmente logo ao nascerem. Nessa classificação as pessoas brancas já nascem com o que Schucman (2012) conceitua de privilégio simbólico, só por serem pessoas brancas. Dentro disso, a branquitude é um espaço de poder, de vanta-gem sistêmica em sociedades estruturadas pela dominação racial. Para compreendermos a branquitude é essencial partir da ideia do privilégio, sendo assim a autora destaca alguns deles

- Posso estar segura de que meus filhos vão receber matérias curriculares que testemunham a existência da sua raça.
- Se eu usar cheques, cartões de crédito ou dinheiro, posso contar com a cor da minha pele para não operar contra a aparência e confiança financeiras.
- Não preciso educar os meus filhos para estarem cientes do racismo sistêmico para a sua própria proteção física diária.
- Nunca me pedem para falar por todas as pessoas do meu grupo racial. Eu tenho bastante certeza de que, se peço para falar com a 'pessoa responsável', eu vou encontrar uma pessoa da minha raça.
- Posso voltar para casa da maioria das reuniões das organizações às quais pertença e sentir-me mais ou menos conectada, em vez de isolada, fora de lugar, ser demais, não ouvida, mantida à distância, ou ser temida.
- Posso me preocupar com racismo sem ser vista como auto interessada ou interesseira. Posso escolher lugares públicos sem ter medo de que pessoas de minha raça não possam entrar ou vão ser maltratadas nos lugares que escolhi.
- Posso ter certeza de que, se precisar de assistência jurídica ou médica, minha raça não irá agir contra mim (SCHUCMAN 2012, p. 27 *apud* MCITOSCH 1989).

Deste modo, podemos dizer que:

[...] a branquitude é 'um lugar de privilégio racial, econômico e político, no qual a racialidade, não nomeada como tal, carregada de valores, de experiências, de identificações afetivas, acaba por definir a sociedade' (BENTO 2002 *apud* SHUCMAN 2012, p. 28).

Ribeiro (2019) nos atenta sobre o debate racial sempre ser focado na negritude. Discutir branquitude é mais que necessário, para poder entender o

racismo. Sendo assim, Frankeberg (2004) menciona oito marcas para identificar a branquitude globalmente sendo elas:

1. A branquitude é um lugar de vantagem estrutural nas sociedades estruturadas na dominação racial.
2. A branquitude é um “ponto de vista”, um lugar a partir do qual nos vemos e vemos os outros e as ordens nacionais e globais.
3. A branquitude é um *locus* de elaboração de uma gama de práticas e identidades culturais, muitas vezes não marcadas e não denominadas, ou denominadas como nacionais ou “normativas” em vez de especificamente raciais.
4. A branquitude é comumente redenominada ou deslocada dentro das denominações étnicas ou de classe.
5. Muitas vezes a inclusão na categoria branco é uma questão controvertida e, em diferentes épocas e lugares, alguns tipos de branquitude são marcadores de fronteira da própria categoria.
6. Como lugar de privilégio, a branquitude não é absoluta, mas atravessada por uma gama de outros eixos de privilégio ou subordinação relativos; estes não apagam nem tornam irrelevante o privilégio racial, mas o modulam ou modificam.
7. A branquitude é produto da história e é uma categoria relacional. Como outras localizações raciais, não tem significado intrínseco, mas apenas significados socialmente construídos. Nessas condições, os significados da branquitude têm camadas complexas e variam localmente e entre os locais; além disso, seus significados podem parecer simultaneamente maleáveis e inflexíveis.
8. O caráter relacional e socialmente construído da branquitude não significa, convém enfatizar, que esse e outros lugares raciais sejam irreais em seus efeitos materiais e discursivos (FRANKENBERG 2004 *apud* SHUCMAN 2012, p. 30).

A pesquisadora Grada Kilomba já nos alertava que o racismo é uma problemática branca. Ribeiro (2019) menciona que:

Até serem homogeneizados pelo processo colonial, os povos negros existiam como etnias, culturas e idiomas diversos - isso até serem tratados como “o negro”. Tal categoria foi criada em um processo de discriminação, que visava ao tratamento de seres humanos como mercadoria. Portanto, o racismo foi inventado pela branquitude, que como criadora deve se responsabilizar-se por ele. Para além de se entender como privilegiado, o branco deve ter atitudes antirracistas. Não se trata de se sentir culpado por ser branco: a questão é se responsabilizar. Diferente da culpa, que leva à inércia, a responsabilidade leva a ação. Dessa forma, se o primeiro passo é desnaturalizar o olhar condicionado pelo racismo, o segundo é criar espaços, sobretudo em lugares que pessoas negras não costumam acessar (RIBEIRO 2019, p. 36).

Nesta mesma perspectiva

Portanto, uma pessoa branca deve pensar seu lugar de modo que entenda os privilégios que acompanham a sua cor. Isso é importante para que privilégios não sejam naturalizados ou considerados apenas esforço próprio (RIBEIRO 2019, p. 32).

O brasileiro tem preconceito de não ter preconceito. Ribeiro (2019) aponta que Munanga já alertava que “ecoa, dentro de muitos brasileiros, uma voz muito forte que grita: “Não somos racistas! Racistas são os outros”. A autora pondera que que falas como estas são fruto do mito da democracia racial que tem um propósito bem específico

[...] a crença na democracia racial isenta a sociedade brasileira do preconceito e permite que o ideal liberal de igualdade de oportunidades seja apregoado como realidade. Desse modo, a ideologia racial oficial produz um senso de alívio entre os brancos, que podem se isentar de qualquer responsabilidade pelos problemas sociais dos negros, mestiços e indígenas (BENTO 2002, p. 14).

Essa negação de ter preconceitos raciais aparece constantemente quando as pessoas fogem de encarar uma dada realidade, uma vez que não querem se ver como agentes de diversas ações de cunho racista. E também porque a partir do momento que uma pessoa se reconhece racista, a mesma deve realizar mudanças no seu modo de pensar e agir, vindo a somar em uma luta antirracista. A mesma deve perceber e admitir que o que muitas vezes se classifica como mérito é mera reprodução de um privilégio em uma sociedade totalmente racializada. Trazendo em outras palavras, pessoas negras não dispõem das mesmas oportunidades e tratamentos de pessoas brancas nas mesmas circunstâncias.

A pesquisadora Lia Vainer Schucman em sua tese intitulada *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*, apresenta como objetivo compreender e analisar como a ideia de raça e os significados acerca da branquitude são apropriados e construídos por sujeitos brancos na cidade de São Paulo. Para esta autora a branquitude é entendida como

[...] uma construção sócio-histórica produzida pela ideia falaciosa de superioridade racial branca, e que resulta, nas sociedades estruturadas pelo racismo, em uma posição em que os sujeitos identificados como brancos adquirem privilégios simbólicos e materiais em relação aos não brancos (SHUCMAN 2012, p. 07).

A autora também analisa que

[...] a branquitude é entendida como uma posição em que sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e

são preservados na contemporaneidade. Portanto, para se entender a branquitude é importante entender de que forma se constroem as estruturas de poder concretas em que as desigualdades raciais se ancoram. Por isso, é necessário entender as formas de poder da branquitude, onde ela realmente produz efeitos e materialidades (SCHUCMAN 2019, p. 23).

A mesma pesquisadora afirma ainda que para os autores Cardoso (2008) e Wray (2004), a branquitude é sim visível para as pessoas brancas, que as utilizam como vantagem, por terem consciência da sua brancura. Estes privilégios simbólicos, já acompanham as pessoas brancas desde o nascimento, uma vez que somos classificados racialmente ao nascer. As características positivas estéticas e subjetivas são rapidamente ligadas às pessoas brancas, em contrapartida, as identidades raciais não brancas são desvalorizadas, ridicularizadas, marginalizadas esteticamente e subjetivamente, sendo assim, associadas a características negativas. É desse modo que acontecem as opressões, refletindo na estrutura da sociedade, tendo em vista que:

[...] a maioria dos brancos tem vantagens tanto com a opressão racial quanto com o racismo, pois são os mecanismos racistas que fazem com que a população branca tenha vantagem no preenchimento das posições da estrutura de classes que comportam privilégios materiais e simbólicos mais desejados. Além disso, os brancos têm privilégios menos concretos, mas que são fundamentais no que se refere ao sentimento e à constituição da identidade dos indivíduos, tais como honra, *status*, dignidade e direito à autodeterminação (SCHUCMAN 2019, p. 25).

Schucman (2012) chama atenção que, para além de entendermos a dinâmica dos privilégios da branquitude, é necessário entender de que forma e como os sujeitos brancos agem para que estes privilégios sejam mantidos e perpetuados. Ou o que faz com que grande parcela da sociedade tenha estes privilégios e não os perceba. Quando pensamos na política de ações afirmativas e o seu alto grau de rejeição por parte de pessoas brancas isso fica nítido! Observamos a existência de um pacto narcísico²¹. Neste sentido, observamos uma hipervalorização silenciosa de pessoas brancas que:

²¹ Este termo pacto narcísico, foi utilizado por Maria Aparecida Bento (2002, p.5) como alianças inconscientes, inter-grupais, caracterizadas pela ambiguidade e, no tocante ao racismo pela negação do problema racial, pelo silenciamento, pela interdição de negros em espaço de poder, pelo permanente esforço de exclusão moral, afetiva, econômica e política do negro, no universo social.

[..] através desse pacto podemos pensar sobre o motivo de, no Brasil, tanto negros como brancos naturalizarem o fato de que a maior parte dos moradores das periferias urbanas é de negros e a dos bairros centrais é de brancos, que alunos e professores em universidades públicas são brancos e faxineiros são negros, que nos restaurantes aqueles que estão sendo servidos são brancos e aqueles que servem são negros. Toda esta divisão racial do trabalho e dos espaços sociais é naturalizada de tal forma, que tanto brancos como negros brasileiros raramente se espantam com esta realidade. Em outras palavras, podemos pensar esta realidade racial como um verdadeiro *habitus*, que constrói um País segregado racialmente e que nem mesmo é percebida como tal. Dessa forma, podemos pensar a branquitude como um dispositivo que produz desigualdades profundas entre brancos e não brancos no Brasil, em nossos valores estéticos e em outras condições cotidianas de vida, em que os sujeitos brancos exercem posições de poder sem tomar consciência deste *habitus* racista que perpassa toda a nossa sociedade (SCHUCMAN 2019, p. 28).

É como se existisse no Brasil um racismo sem racistas. Esta máxima ficou evidente, na pesquisa realizada pela Folha de São Paulo, publicada em 25 de junho de 1995, em que 88% dos não negros afirmam não possuir nenhuma espécie de preconceito contra negros. Apenas 10% reconhecem que possuem preconceito. Também foram realizadas mais 12 perguntas do tipo “você já votou ou votaria em algum político negro?”, porque através de perguntas como essas, pode-se identificar o racismo camuflado nas pessoas. Foi constatado racismo em pelo menos uma resposta dos 86% dos entrevistados. Outra pesquisa realizada pela Fundação Perseu e a alemã Rosa Luxemburg Stiftung, no ano de 2003, chamada de Discriminação Racial e Preconceito, que realizou cerca de 5.003 entrevistas. Nesta pesquisa 90% dos respondentes afirmam que existe racismo no Brasil. Entretanto, 96% dos respondentes afirmam não terem preconceitos de cor contra pessoas negras. Observamos assim que há uma “maquiagem” racial de que não há racismo no Brasil.

Além de apresentar alguns conceitos sobre branquitude dentro da psicologia social e das ciências humanas, Schucman realizou uma pesquisa de campo com entrevistas na cidade de São Paulo com sujeitos que se auto identificaram como brancos de diferentes classes sociais, idade e sexo. Nestas entrevistas fica evidenciado a ideologia de hiper valorização da branquitude. Para observarmos como a pesquisadora consegue extrair esse fato na fala dos respondentes segue abaixo o trecho de uma das suas entrevistas.

No que diz respeito a pergunta o que é ser branco para você, a respondente afirma que:

Posso responder o que é ser branco, eu gosto da minha cor e gosto das minhas atitudes.

Quando a pergunta tratou, das atitudes referentes à resposta da pergunta anterior, a respondente alegou que:

Não, vou dizer assim, eu gosto da minha cor e gosto das minhas atitudes. O que eu faço na minha vida, sou uma pessoa que trabalho, não faço coisa errada, então gosto muito das atitudes da minha sobrevivência, sempre tento fazer o bem, sempre tentando as coisas certas. O respondente, com sua espontaneidade, reproduz a ideia de que as raças não são apenas definidas por diferenças físicas, mas correspondem também a diferenças morais, psicológicas e intelectuais e que dentro dos grupos raciais existem as atitudes 'melhores', "naturalmente" associadas aos brancos.

Para entender melhor este discurso, foi feita uma pergunta se o respondente achava que aquelas características eram suas ou dos brancos, perguntando você acha que isto é característica de branco?:

Não todo branco; mas nas atitudes, tanto tem o errado branco como tem o preto. Mas para pensar a maioria, eu acho que nas atitudes os brancos são melhor, nas atitudes, de agir na vida, os branco são melhor. Pra falar a verdade, num é porque sou branco, mas eu acho que os preto são mais violento que os brancos, na minha opinião... São mais violento em alguma coisa... né. Em maioria, os brancos são mais calmo que as pessoas pretas (SCHUCMAN 2012, p. 72-73).

Observa-se como o respondente se coloca em uma posição de mais civilizado, mais culto por ser branco e reproduz um estereótipo racista ao afirmar que pessoas negras são mais violentas. Isso nos alerta para a (auto) representação histórica da branquitude como padrão de humanidade a ser seguido o que lhe confere uma gama de privilégios como salienta (SCHUCMAN 2012, p. 75):

Um primeiro ponto que percebi é que a maioria dos brancos em seus depoimentos sabem que são privilegiados em relação aos não brancos. Quando pergunto, no entanto, quais são as formas em que eles entendem que são privilegiados, muitos não se reconhecem como agentes de atitudes racistas[...] Sujeitos que dizem não ser protagonistas de atitudes racistas, de uma certa maneira, são favorecidos pelas atitudes racistas dos outros. No decorrer das entrevistas, os mesmos sujeitos que em uma hora diziam que a culpa era da sociedade e da escravidão, reconheciam posteriormente, em outros discursos, momentos em que eram racistas (SCHUCMAN 2012, p. 75).

A pesquisadora destaca alguns trechos das entrevistas, em que fica evidenciado como a branquitude reconhece seus privilégios:

Nas falas abaixo é possível perceber que os sujeitos conseguiram enumerar situações em que eles foram privilegiados sem mérito, ou seja, houve por parte deles um reconhecimento de que nem todas as conquistas que obtiveram estão relacionadas a traços e características de suas individualidades, mas sim do poder do grupo racial ao qual eles pertencem.

“Eu já consegui serviço porque eu era clara e a outra pessoa era negra. E depois descobri que a patroa era racista, que ela não gostava de negro.”

“Ser branco? ah, ser branco é poder entrar no shopping para cagar”. (Pergunta feita para um rapaz loiro de olhos azuis em situação de rua em uma conversa informal).

“Meu chefe é bem racista dizia que ele só gostava de trabalhar com gente branca, tinha preferência por branco... Aí, se eu fosse negro? Nunca teria sido contratado”.

“A gente que nasceu branquinho claro, é como se tivesse sido convidado pra uma festa. A gente entra na festa sem problema nenhum, a pessoa nos recebe em qualquer lugar. Acho que o negro tem mais dificuldade, não digo de uma festa normal, isso aí é brincadeira. Mas pra procurar emprego, por exemplo, teriam preferência por um branco na hora de preencher uma vaga. Vai passar uma coisa mais de elite, uma classe social maior” (SCHUCMAN 2012, p. 76).

Além de reconhecerem seus privilégios, consciente ou inconscientemente os sujeitos brancos sabem que nenhuma situação de privilégio pode durar para sempre, e por esta razão atuam sempre para manter seu *status quo*. Quando sentem-se ameaçados costumam agir podando ou limitando o acesso a direitos e a ascensão das pessoas negras. É isso que acontece em relação às AA com recorte étnico-racial, em que grande parte da população que é contra esta política são pessoas brancas que afirmam que a política de cotas vai lhe tirar a vaga. Pensamento compreensível se lembrarmos que a universidade pública brasileira foi historicamente ocupada por essa população. Nesta perspectiva, Schucman (2012) perguntou aos respondentes se os mesmos eram a favor ou contra a PAA

Expliquei detalha-damente qual era a ideia central de uma ação afirmativa como a de cotas raciais na universidade. Neste momento, expus que assim como eles acabavam de reconhecer que tinham facilidades não relacionadas ao mérito, mas sim a pertença racial, o Estado reconhecia que os negros sofriam discriminação e que as ações afirmativas tinham o papel de reparar estas discriminações. Para minha surpresa, com exceção de três respondentes, as respostas de todos entrevistados foram contra as ações afirmativas (SCHUCMAN 2012, p. 76).

Bento (2002) conceitua este sentimento como medo do outro²². Percebe-se o temor da branquitude em perder seu espaço de privilégio simbólico no sistema educacional brasileiro. Neste sentido, esta pesquisadora traz como característica forte da branquitude a contradição constante nos seus discursos e faz o seguinte questionamento em relação a AA:

[...] o que faz com que as mesmas pessoas que reconhecem os privilégios raciais neguem radicalmente o próprio discurso quando existe a possibilidade de que uma política pública venha significar positivamente os negros - com os brancos perdendo alguns de seus privilégios? (SCHUCMAN 2012, p. 78).

Para além de enxergar os privilégios, a branquitude deve buscar abrir mão deles. Para quebrar com esse pacto narcísico da branquitude como bem salienta Ribeiro (2019, p. 39) “é necessário matar o opressor que há em nós, e isso não é feito apenas se dizendo antirracista: é preciso fazer cobranças”. Esta pesquisadora negra reitera que “é impossível não ser racista tendo sido criado numa sociedade racista. É algo que está em nós e contra o que devemos lutar sempre”. Como já mencionado, o racismo não é problema das pessoas negras. Não foram elas que inventaram o racismo. O racismo foi uma criação da branquitude, e esta como sua autora tem que se responsabilizar por ele. Neste sentido

Assumir a sua ação nas desigualdades impostas pela discriminação racial não é culpabilizar o seguimento branco pelo passado e presente, mas desenvolver o senso de responsabilidade que o mesmo tem para com a situação do grupo negro, para que participe na promoção de ações responsáveis e políticas de ação afirmativa, para que os direitos e oportunidades prevaleçam independentes das diferenças étnico/raciais, entre outras (SILVA 2007, p. 14).

Ainda assim

Não se trata de se sentir culpado por ser branco: a questão é se responsabilizar. Diferente da culpa, que leva a inércia, a responsabilidade leva a ação. Dessa forma, se o primeiro passo é desnaturalizar o olhar condicionado pelo racismo, o segundo é criar espaços, sobretudo em lugares que pessoas negras não costumam acessar (RIBEIRO 2019, p. 3).

Para as pessoas brancas entenderem o racismo, elas precisam aceitar para si mesmas que são racistas e que a branquitude é um espaço de privilégio racial, político, econômico. Sujeitos brancos precisam se reeducar e reeducar suas

²² Refere-se ao medo incessante que as pessoas brancas nutrem de perder seus privilégios.

comunidades. Aprender a conviver com a sua branquitude, não negando-a ou tentando se tornar uma pessoa negra, mas assumir sua branquitude realizando uma autocrítica e realizando mudanças.

As formulações acima sobre preconceito, racismo e branquitude nos serão úteis para produzir a lente necessária para análise das respostas fornecidas pelas assistentes sociais entrevistadas.

4.5 PROCEDIMENTOS, DADOS E CONTEXTO DAS ENTREVISTAS

A primeira etapa desta parte da pesquisa foi inscrevê-la no comitê de ética através da Plataforma Brasil. É de se uma importância mencionar que esta pesquisa passou 4 vezes pelo comitê até ser aprovada, materializando um racismo institucional e os entraves que enfrentados quando o tema a ser pesquisado é racismo.

Como mencionado na introdução desta pesquisa, a técnica escolhida para realizar a coleta de dados foi a entrevista padronizada, por seguir um roteiro previamente construído, o qual iremos apresentar a seguir. Trata-se de uma temática complexa como é o racismo, é de suma importância que as perguntas se mantenham padronizadas para “que todas elas sejam comparadas com o mesmo conjunto de perguntas, e que as diferenças devem refletir diferenças entre os respondentes e não diferença nas perguntas” (LODI *apud* LAKATOS e MARCONI 1988, p. 174).

Nesta pesquisa trabalharemos com o questionário composto por duas categorias, que estão assim dispostas:

1. Categoria para Identificar a visão Profissional em relação ao racismo;
2. Categoria para entender o racismo e as políticas de ações afirmativas e as respostas profissionais.

A primeira categoria “identificar a visão profissional em relação ao racismo”, será composta pelas seguintes perguntas:

- 1) Existe racismo no Brasil? Justifique sua resposta.
- 2) Qual é a visão sobre o racismo na nossa sociedade?
- 3) Como é tratada a questão étnico-racial no Brasil?
- 4) Em sua opinião existe racismo na UFSC? Se sim, de que forma ele aparece? Se não por quê?
- 5) O que falam para você sobre estudantes negros cotistas?
- 6) Já atendeu usuários com demandas relacionadas a racismo na Instituição?
- 7) Você acha que cotas intensificam ou não a discriminação racial? Justifique a sua resposta.
- 8) Você acha que a política de ações afirmativas na sua modalidade cotas PPI, atende as necessidades dos estudantes negros oriundos desta política? Justifique sua resposta.
- 9) Você é a favor de cotas raciais? Justifique sua resposta.

Estas questões têm por objetivo analisar a ideologia étnico racial dos Profissionais de Serviço Social, com o intuito de apreender as consequências de tais pensamentos no exercício profissional.

A segunda categoria “o racismo e as políticas de ações afirmativas e as respostas profissionais” é composta pelos seguintes questionamentos:

- 10) Em sua opinião qual o papel do assistente social na PAA?
- 11) Que estratégias profissionais têm utilizado no combate ao racismo?
- 12) As suas condições de trabalho permitem a realização dos objetivos profissionais na implementação da política?
- 13) A Cor da pele do(a) usuário(a) foi um fator que influenciou no atendimento? Conte uma situação como exemplo.
- 14) O que você pensa sobre a população negra?
- 15) Você se considera uma pessoa racista? Justifique sua resposta.

Estas perguntas permitiram observar a interpretação realizada pelos assistentes sociais em relação as cotas e, principalmente, como essa profissional pensa a sua intervenção frente ao racismo. Os dados qualitativos serviram para auxiliar na compreensão de como as/os assistentes sociais demonstram ou não os impactos do racismo nas relações sociais e no exercício profissional, em que

somos chamados(as) a intervir de maneira crítica buscando a igualdade e a justiça social. Os dados quantitativos tiveram como função apenas computar o número de entrevistas realizadas.

Para a realização desta pesquisa foram entrevistadas 05 assistentes sociais que atuam na UFSC: 04 destas são lotadas na PRAE (3 no campus Florianópolis e uma no campus Araranguá) e uma lotada na SAAD (campus Florianópolis). Para melhor apresentarmos estas profissionais foi elaborado o quadro seguinte:

Quadro 2 – Caracterização dos entrevistados

Classificação	Quanto Tempo Atua na Instituição	Cor/Raça e Gênero
Assistente Social A	2 anos	Branca
Assistente Social B	5 anos e meio	Branca
Assistente Social C	2 anos	Negra
Assistente Social D	7 meses	Branca
Assistente Social E	4 anos e meio	Branca

Fonte: Elaborado pela acadêmica, 2020.

Para a realização dessa pesquisa, me dispus a ir no local de trabalho de cada uma das assistentes sociais entrevistadas, exceto no caso da assistente social C. neste caso realizamos a entrevista por Skype. Sempre no início das entrevistas me apresentava enquanto pesquisadora e explicava os objetivos da pesquisa. Reservava um tempo para as mesmas lerem o Termo de Livre Esclarecido - TCLE e colocava-me à disposição para sanar as dúvidas. Importante ressaltar que todas as entrevistadas receberam o roteiro das entrevistas com antecedência, via e-mail. Em geral as entrevistas duraram em média 40 minutos, sendo realizadas em apenas um encontro. Por ser uma entrevista longa e para facilitar a sua análise, posteriormente, foi utilizado para registros dessas falas, um aplicativo no celular para gravar o áudio com a autorização das entrevistadas. Após a entrevista, foi realizado um minucioso trabalho de transcrição destes áudios, a fim de não distorcer a fala das

entrevistadas. Esta entrevista foi autorizada pelo comitê de ética da Universidade Federal de Santa Catarina junto a Plataforma Brasil, conforme anexo 1.

4.6 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Este item tem a importância de reunir as análises das entrevistas por meio de entrevistas de respondentes selecionadas que tratam de assuntos referentes ao programa de ações afirmativas como ferramenta no processo seleção de vagas e cotas para negros nesta presente dissertação.

4.6.1 Racismo no Brasil

Ao analisar as entrevistas pode-se dizer que todas as entrevistadas confirmam a existência do racismo no Brasil.

A segurança na resposta afirmativa, dada pelas respondentes, provém da presença de casos de racismo noticiados tanto pela mídia como também contados por pessoas próximas, dessa forma atestam que o racismo está ainda muito presente na realidade brasileira. Ele também é reconhecido por meio das estatísticas de violência em que a população negra é a principal vítima, e a ausência dessa população nos espaços de representatividade e no usufruto às políticas sociais públicas (por exemplo, saúde e educação), nas demonstrações de preconceito presente nas ofensas e outras formas de rebaixamento da população negra. A análise da sociedade brasileira como conservadora, apoiada no mito da democracia racial, também é expresso por uma respondente como elemento que atesta o racismo. Uma das respondentes aprofunda a sua análise sobre isso quando articula o engendramento do racismo com o capitalismo, a marca de três séculos de escravidão.

Ainda sobre a presença do racismo, relata-se ser um elemento que estrutura e é estruturado pela sociedade brasileira, visível nos índices de pobreza e na discriminação das religiões de matrizes africanas, nos procedimentos científicos da eugenia, como mecanismo de controle e dominação. Afirma-se que o racismo é elemento fundamental na forma como se estruturam as relações sociais no Brasil. Mote útil para justificar a exclusão, a desigualdade e a violência. Ainda que assuma uma forma velada através dos estereótipos, lugares sociais determinados para pretos e brancos. Vale ressaltar que uma das respondentes, a assistente social A, observa que a questão racial tem vindo à tona como pauta política que ainda exige muita discussão, principalmente, no que tange às políticas públicas, no exercício profissional e na formação da consciência de classe. “Não damos conta das nossas ações, das nossas falas, dos costumes, o quanto está embutida na nossa consciência na, nossa visão de mundo” (Respondente B).

Enquanto indivíduos nós acabamos reproduzindo isso e se reproduz de uma forma que é concreta, mas ela se relaciona com a subjetividade mesmo, à medida que quando olha uma pessoa com cabelo *black* associa a um cabelo que pode estar sujo (Respondente D).

Sobre isso cabe uma pequena digressão quanto às eleições presidenciais realizadas no Brasil em 2018, em que se teve a veiculação de modo ostentatório de diversos preconceitos, inclusive o racismo. Os exemplos de racismo manifestos pelo então candidato Jair Bolsonaro, hoje presidente do país, e os seus seguidores é a materialização da reprodução do racismo, como o episódio em que o mesmo declarou que “negros quilombolas “não servem para nada”, em suas palavras, “nem para procriadores servem mais”.²³

²³ Para saber mais sobre essa declaração acesse o site do Esquerdário.

4.6.2 O enfrentamento da questão racial no Brasil

Salienta-se a existência de políticas de ação afirmativa, embora não sejam suficientes. Poderia ser enfrentado nas escolas²⁴, mas ainda é um tema pouco tratado, mesmo com a conquista da lei 10639/2003, reforça-se a importância de suscitar debates sobre essa questão.

Uma das respondentes ressalta que foram os movimentos sociais que impuseram uma agenda política que obteve alguns avanços, determinados pela denúncia do racismo, somado a uma agenda de organismos internacionais²⁵ que pressionaram o Brasil a assumir políticas de ação afirmativa. A respondente B argumenta que o Brasil *é um país racista* e que por isso não destina recursos orçamentários para as políticas sociais, especialmente, aquelas destinadas aos segmentos mais empobrecidos, no qual estão a população negra. É a partir de uma matéria cara ao serviço social que o racismo é demonstrado pela respondente. A forma como o Estado fornece as políticas sociais marginaliza e reproduz as desigualdades raciais. Esse argumento é reforçado pelo conhecimento que a respondente obteve a partir da campanha do conjunto CFESS/CRESS, “Assistentes sociais no combate ao racismo”, tema da campanha aprovada no 46º Encontro Nacional CFESS-CRESS, em 2017. De acordo, com a presidente do CFESS, Josiane Soares, “é mais que uma campanha, é uma convocação”.

Inicialmente, a respondente D argumenta que o racismo era tema evitado nos debates, independente da escolarização dos indivíduos e que “os brancos” agem como se não fosse problema seu. Ela reafirma que a “linha da pobreza no Brasil tem cor”. Ressaltamos que a maioria dos estudantes beneficiados pela

²⁴ A lei 10.639/2003 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.

²⁵ Como mencionado no primeiro capítulo desta pesquisa, os organismos internacionais, como a ONU, pelo meio de suas declarações, pactos, convenções e conferências internacionais, e a UNESCO, por meio de suas Declarações e Convenções, que têm desempenhado relevante influência no desenho dos discursos em relação a educação como um direito humano, que necessita ser verdadeiramente materializado, presume o combate as discriminações no âmbito do ensino, e a igualdade como elemento fundamental nas condições de acesso e permanência dos indivíduos e grupos socialmente discriminados.

assistência estudantil estão próximos ou na linha da pobreza. Ressaltamos essa informação, pois que há um entendimento expresso nas entrevistas que ela – a linha da pobreza - tem cor.

A crítica aos limites da política de ação afirmativa dirige-se ao fato que ela não atinge a questão da luta de classes, para a respondente D:

A própria lei de cotas, mas ainda é muito pouco. Muito pouco porque essas políticas não estão atuando, principalmente, no cerne do problema que é a nossa construção desigual, a nossa sociedade dividida em classes sociais.

A respondente D argumenta que houve possibilidade de avanço durante os governos lulistas, mas que isso não ocorreu. Para a respondente D o crescimento econômico possibilitaria maiores avanços, e que a conjuntura atual (governo Bolsonaro) dissemina toda ordem de preconceitos, obstaculizando ainda mais políticas de combate ao racismo. A respondente D, também, traz que atualmente o reconhecimento da população negra passa a ser também utilizado como nicho de mercado

Estamos iniciando a debater, iniciando a possibilidade de conversarmos sobre, porque eu acho que nós negamos e isso é muito grave, ficamos desconfortáveis em falar sobre racismo, sobre a questão étnico-racial.

4.6.3 Universidade – UFSC

Todas as respondentes afirmam que existe racismo na UFSC. As respondentes informam que os estudantes manifestam em seus depoimentos, tanto no sentido de expressar o racismo quanto por ser vítima dele. Analisamos que as respondentes observam que a manifestação do racismo na UFSC ocorre por forma de queixas relacionadas aos estudantes, como se o racismo se desse unicamente de modo interpessoal todavia o racismo é um fenômeno interpessoal, intersubjetivo e institucional, cultural e estrutural. O racismo é percebido na fala de estudantes quando, por exemplo, desqualificam a importância e necessidade da PAA. O que o conjunto das respondentes afirmam é que o racismo ocorre na UFSC, porém são incapazes de identificar ou exemplificar o racismo da UFSC,

isto é, o racismo institucional, presente na universidade, não é identificado por elas em nenhum momento. Uma das respondentes afirma que o racismo está presente em toda comunidade universitária, na relação entre os técnicos, professores e estudantes, tanto na relação no interior de cada segmento como entre eles. A sua afirmação abrange os lugares administrativos em que se encontram, no caso, a coordenação de curso e o departamento. Aproximando-se de uma perspectiva que toca nos reconhecidos espaços institucionais.

A consideração que existe racismo institucional é apresentada em apenas uma das respostas de forma taxativa e evidente. Refletindo sobre a questão institucional, vale lembrar a análise sobre a universidade presente no primeiro capítulo desta pesquisa. Importante salientar que no cerne da universidade ainda repousa a questão do mérito enquanto vetor decisivo do racismo institucional.

Eu percebo que existe sim na questão institucional um racismo meio velado, no sentido de que muitas vezes o debate racial não é, não que ele não seja, considerado na elaboração das políticas da universidade, mas que na sua prática percebemos que ainda assim a população negra da universidade não acessa certas políticas que poderia acessar (Respondente A).

Essa fala pode ser ilustrada e melhor analisada se observarmos o Cadastro Socioeconômico utilizado pelo Serviço Social da CoAES para concessão de benefícios. Nesse cadastro há a presença do item Raça/cor, no campo Identificação - embora haja também o campo situação sociofamiliar, sendo que nele não há o item raça/cor. O que se quer ressaltar é que embora haja a presença do item Raça/Cor na identificação estudantil, quando observado os critérios utilizados para a análise e a concessão do benefício, o que prevalece é a renda familiar. É como se o item cor/raça servisse para fornecer uma espécie de perfil do estudante, sem, no entanto, servir de elemento determinante na organização da análise socioeconômica. Quer dizer, ele consta, mas não é utilizado como mecanismo fundamental de combate ao racismo institucional. Demonstrando-se dessa forma o próprio mecanismo que vela as relações do racismo institucional na UFSC. Quer dizer que, os/as estudantes negros/as que deveriam ser os sujeitos prioritários a serem considerados/as para a necessária correção das desigualdades raciais na UFSC termina por serem alijados da permanência na universidade. O seu não "acesso" deve-se ao fato de que a sua

cor não é considerada no processo, reflexo da nossa estrutura social que se reproduz nas próprias políticas públicas.

Essa afirmação, embora traduza a determinação social da universidade, minimiza ou reduz o seu caráter enquanto uma instituição que não apenas é determinada pelas relações sociais em que se insere, mas que também pode constituir relações que interpelam, que questionem e levem a produção de outras relações sociais que estejam no seu raio - no caso, as questões educacionais. É esse aspecto que pode ser observado a seguir:

A universidade nada mais é do que o reflexo das relações estabelecidas na sociedade é um espaço privilegiado para fazermos o debate, para construirmos novos saberes e construirmos novos entendimentos em relação a essas questões. Mas que ainda reproduz muito do racismo que existe na nossa sociedade (Respondente A).

“A universidade não abraçou as ações afirmativas” (Respondente D).

O racismo institucional está presente nas políticas públicas e se materializa nas inúmeras barragens quanto ao acesso a direitos. Neste sentido,

No processo de trabalho do Serviço Social, no âmbito das políticas de ação afirmativa e assistência estudantil, articulado à equipe interdisciplinar da própria instituição e da sua rede socioassistencial, pode-se contribuir para o atendimento das necessidades requeridas, seja por meio da concessão de benefícios (objetiva/material), seja por aquela colocada como parte integrante dos reflexos da vida cotidiana (demandas subjetivas) (SANTOS ET. AL 2018, p. 6).

Deste modo, a política de ações afirmativas, com uma política de assistência estudantil que não elabora, não desenvolve projetos, ações voltadas à permanência e assistência desse público é falha, é uma assistência estudantil falha. A atuação do profissional do Serviço Social atuando na política de assistência estudantil não pode ser reduzido a concessão ou não de bolsas e auxílios em consequência das

[...] acepções focalistas e seletivas características da política de assistência social brasileira, a qual é associada diretamente à profissão do assistente social. Porém, no âmbito da educação superior, a atuação deste profissional e a sua razão de existir é para responder a uma diversidade de necessidades estudantis, não uma tarefa exclusiva dos assistentes sociais tampouco que encontra resolução com o repasse de recursos limitados das bolsas e auxílios. (SANTOS ET AL 2018, p. 15).

A existência de um lugar institucional, a "SAAD", permite que o racismo seja reconhecido. A forma como a respondente o reconhece é na sua forma "declarado", isto é, racismo manifesto por professores em relação aos estudantes. O lugar institucional, cuja existência deve-se ao reconhecimento do próprio racismo, faz ele se mostrar ali de forma mais explícita. Inclusive, trata-se de uma relação presente na própria SAAD "A maior parte do que eu escuto é com relação aos professores, mas o racismo é bem declarado sim!" (Respondente D).

Mas tem algo que precisa se atentar, o fato de comporem essa instância institucional não blinda o técnico tanto de sofrer o racismo como de percebê-lo, mesmo compondo a equipe daqueles que devem desenvolver estratégias para o desenvolvimento de relações que combatam o racismo. No relato de uma das respondentes, ela conta do racismo sofrido por uma colega negra em uma comissão cometido por uma pessoa branca.

Tem várias histórias e situações que eu acho que as pessoas até não se dão conta. Tenho uma colega negra que estava em uma comissão com outra mulher branca. E essa mulher branca foi super grossa com ela. Eu disse pra ela: se tu fosse branca ou fosse homem essa mulher não falaria contigo dessa forma, talvez até se tu fosse branca". Eu acho que ela se assustou porque não se deu conta, mas eu achei que deveria instigar essa problemática que acontece. Então existe racismo na UFSC e acontece bem próximo sim, isso que a gente é do setor de ações afirmativas (Respondente D).

4.6.4 Estudantes Negros Cotistas

Quando perguntado sobre o que escutam em relação aos estudantes negros cotistas. Afirma-se algo já recorrente em outras pesquisas que é "Basicamente que tiram a vaga de outras pessoas e muitas vezes com a frase "tira a vaga de quem realmente quer estudar", como se a pessoa que entrou pela cota não quisesse estudar" (Respondente E).

Em relação a este argumento Ribeiro (2019, p. 45) discorre que:

[...] um dos principais argumentos contrários à implementação de cotas raciais nas universidades era "as pessoas negras vão roubar a minha vaga". Por trás dessa frase está o fato de que pessoas brancas, por

causa de seu privilégio histórico, viam as vagas em universidades públicas como suas por direito.

Nesta mesma perspectiva segue este argumento “Já escutei que eles tiram vaga de quem quer estudar, que é uma maneira fácil e passar, o que é totalmente uma inverdade” (Respondente B).

Sobre este relato Ribeiro (2018, p.73) aponta como exemplo a realidade de

Um garoto negro pobre que estuda nas péssimas escolas públicas, come mal e não tem acesso a lazer terá muito mais dificuldades para passar em uma universidade, porque não teve as mesmas oportunidades. Cota não diz respeito à capacidade, porque isso sabemos que temos; cota diz respeito a oportunidade. É isso que nos falta.

Outras duas respondentes apontam outras falas já escutadas por elas “Já ouvi alguns relatos de que os estudantes negros tenham sofrido discriminação e por tal razão tem vergonha de falar que é cotista” (Respondente C).

Que foram olhados de uma forma diferente dos outros, que foram tratados de forma diferente, que a resposta foi dada de qualquer jeito, que poderia ter sido comunicada de uma forma melhor nos atendimentos que temos aqui (Respondente D).

Estes dois últimos comentários têm um ponto em comum: a ideia de que cotas reforçam o racismo. O racismo é intrínseco em nossa sociedade, e não são as cotas que irão produzir algo que já é (re)produzido na sociedade historicamente, como bem menciona a cantora Bia Ferreira “e nem venha me dizer que isso é vitimismo, não bota a culpa em mim pra encobrir o seu racismo”, em sua música intitulada “Cota Não é Esmola”.

Mas, também, ocorre das assistentes sociais afirmarem não terem escutado manifestação preconceituosa em relação aos estudantes negros cotistas “No âmbito da minha atuação profissional, no meu trabalho eu não ouço muito sobre essa questão especificamente” (Respondente A).

Não tem uma fala nem positiva negativa. Eu acho inclusive, que deveríamos falar mais, tanto no acadêmico, como na vida. Mas acabamos trabalhando muito segregados e cumprindo demandas, fazendo as tarefas e não pensamos a natureza da SAAD em si, então não teria algo concreto para falar (Respondente D).

No âmbito da minha atuação profissional, no meu trabalho eu não ouço muito sobre essa questão especificamente. Mas no âmbito da militância, na inserção em outros espaços ou até mesmo em redes sociais percebemos que é intensificado por um governo que faz com que as pessoas se sintam autorizadas a expressar todo seu preconceito,

racismo, sua LGBT fobia, seu machismo. Percebe-se o quanto existem críticas, principalmente dessa parcela da população ou conservadora, ou que ainda realmente não tem nenhum entendimento, que precisamos disputar essa narrativa desse público criticando as cotas como se as coisas fossem privilégio, desconsiderando toda a trajetória, toda a formação sócio histórica do país que coloca os negros e negras em uma condição de subalternidade. Então assim, sabemos que existem esses discursos, não é algo que eu ouço no meu cotidiano aqui no meu trabalho, mas eu consigo ouvir no cotidiano da universidade, nos espaços que a gente se insere. Mas também ouvimos o contrário, ouvimos pessoas de movimentos que militam na causa, eu mesmo tive oportunidade de participar de espaços promovidos pelo DCE, junto com o movimento negro para falar sobre a permanência estudantil. E aí não conseguimos compreender, também, ali o que os estudantes negros também passam e ouvem não só sobre as cotas, mas também sobre a permanência. Enfim, nós ouvimos os dois lados no nosso dia a dia (Respondente A).

Outra respondente apresenta um aspecto que coloca o problema como se fora da ordem da ignorância “Mas a maioria das falas que eu ouço sobre as cotas são negativas e eu acredito que é muito da ignorância. Então nós temos que fazer um trabalho bem paciente na vida particular, também, das pessoas que convivemos” (Respondente E).

O racismo é mostrado como resultado da falta de informação e da falta de conhecimento, necessitando de um longo trabalho de "conscientização". Para a respondente E, requer um trabalho sobre a vida particular do indivíduo, reforçando a ideia do racismo como resultante da relação interindividual. Esse aspecto por mais que presente nas relações raciais, minimiza a urgência de uma ação política para a sua reversão, neste sentido os estudantes oriundos pelas cotas com recorte PPI,

[...] podem estar sujeitos a atitudes de racismo dos colegas, servidores ou professores. Casos diários ocorrem no âmbito das instituições de ensino, não são relatados, e não se constituem matéria de intervenção profissional. O racismo e a discriminação influenciam no desempenho escolar e subjugam o saudável desenvolvimento intelectual e cognitivo dos estudantes (SANTOS ET AL 2018, p. 18).

A respondente B afirma que é possível perceber o racismo em todos os setores da universidade explicitando-se, muitas vezes, na relação professor-aluno. Relação pedagógica decisiva para o êxito na formação profissional, muitas vezes obstaculizada pelo racismo.

Então acho que isso vai passar por todos os universos que estão dentro da Universidade. É lógico que quando tem uma situação como é a relação estudante/professor que é uma relação de poder criado

culturalmente de que o professor é um “Deus” e que todo mundo tem que abaixar a cabeça para ouvir (a gente fica até com receio de falar porque é bem assim). Então muitos estudantes relatam para nós aqui dentro mesmo da assistência estudantil de situações de que o professor disse “você é cotista, você tem que se virar nos trinta para dar conta do conteúdo”, principalmente em cursos de exatas e engenharias. Já ouvi relatos de estudantes que o professor disse “eu quero ver se você realmente vai conseguir ficar aqui”, então não oferece nenhum tipo de apoio sobre o conteúdo, não oferece monitoria, não oferece nenhum tipo de recurso que possa favorecer ou facilitar a permanência desses estudantes na universidade (Respondente D).

Duas respondentes declaram não ter atendido demandas relacionadas ao racismo na Instituição

Até porque acho que também que como o nosso setor não é o setor de referência na universidade, já tem a SAAD, então normalmente é o setor que acaba sendo a porta de entrada para essas demandas. Aqui na COAES, nós somos dificilmente procurados para receber esse tipo de demanda. Então acho que também por isso, porque tem um setor específico que atende essas demandas (Respondente A).

Pode-se observar uma relação em que a escuta é definida pelo espaço institucional em que se encontra. E outro aspecto a ser observado é que a demanda nem sempre se apresenta de forma explícita, ou melhor, nem sempre o estudante percebe que ele mesmo sofreu racismo. Dessa forma, a demanda necessariamente não se apresenta de forma evidente como um reclamo de racismo, mas ela pode estar carregada como efeito do racismo institucional. Santos, Et. al (2018), em seu artigo intitulado "Ações afirmativas, assistência estudantil e Serviço Social: uma análise a partir do perfil discente da UFSC e UFJF", considera como demandas “incompletas” do assistente social as questões que não são pensadas e/ou respondidas na sua atuação no âmbito da educação não relacionadas exclusivamente pela condição socioeconômica, uma vez que, não se limitam ao objeto de intervenção historicamente determinado ao Serviço Social brasileiro, as expressões da questão social. Neste sentido é de suma importância mencionar que a questão racial é anterior a questão social. Sendo assim,

A associação relacional da questão social, das políticas sociais e do Serviço Social brasileiro está arraigada nos primórdios da profissão e constitui o seu fundamento. Está nessa concepção uma das explicações à restrita vinculação das demandas presentes no cotidiano dos assistentes sociais como vinculadas apenas à relação de dominação do capital e trabalho. No âmbito do Serviço Social, consideramos haver uma sobreposição das questões socioeconômicas e uma subordinação

histórica de outras vertentes de conhecimento da complexa realidade social, a exemplo das opressões étnico-raciais. Nossa suposição é a de que a atuação do assistente social no Brasil está mais voltada à identificação e à intervenção das questões de vulnerabilidade socioeconômica do que aos desdobramentos do racismo e a outras opressões que não estão vinculadas apenas casualmente ao capitalismo, mas coexistem e são fortalecidas, causando sofrimento e necessidades humanas igualmente basilares (SANTOS ET.AL 2018, p. 15).

Esta autora relata há dois motivos para o afastamento da profissão no que diz respeito à identificação e à intervenção das demandas relacionadas ao racismo e às opressões identitárias. O primeiro motivo está correlacionado com o contexto histórico da origem da profissão no Brasil, com caráter moral conservador, das primeiras assistentes sociais que provinham da alta sociedade, isto é, mulheres brancas com formação cristã. O outro motivo é que pessoas negras no início do século XX, estavam em processo de exclusão de direitos sociais concomitante à inserção da industrialização vicijante. Concordamos com a autora que fatores como estes traduzem o vínculo que a profissão estabelece com a questão étnico-racial, fortalecendo a ideologia dominante. Logo, isso coloca uma questão importante ao exercício profissional, saber decifrar essa realidade que, no caso brasileiro, vem carregada de mitos, inclusive o mito da democracia racial, que sua condição socioeconômica vem para que o próprio sujeito que sofre com o racismo não encontre canais para manifestar a sua condição. Por exemplo as repetências que levam a perda do benefício, no caso estudantil.

São situações conflituosas porque se a COAES , que a gente tem o hábito muitas vezes fazer reunião com coordenação de curso e tentar mediar essas situações, tem situações que a gente realmente consegue confirmar que houve situações de racismo, que houve violência cometida contra o estudante tem outras situações que a gente também consegue ver que foi o uso do Estudante para com a situação ofensiva, ações que a gente não consegue realmente chegar a lugar nenhum por não ter provas e fica a palavra de um contra o outro. Então acabamos fazendo acompanhamento do estudante para garantir que ele tenha o mínimo conosco. Eu vejo que os estudantes que estão lá nas engenharias são os que mais sofrem, principalmente quando vem por cotas para universidade eles não têm quase suporte nenhum (Respondente B).

Ribeiro (2019) menciona que pessoas brancas não possuem o costume de pensar o que representa pertencer a esse grupo, pois o debate racial é focado na negritude. Isso alimenta o racismo institucional à medida que benefícios estudantis como bolsa permanência é pensada a partir de boas notas, esforço “individual” em

uma sociedade estruturada pelo racismo. Pensar em esforço individual (mérito) é tentar velar o racismo.

- Ações Afirmativas: seus sujeitos e concepções das Assistentes Sociais.

Em relação se às cotas intensificarem ou não a discriminação racial a respondente E alega

Eu não acredito que a cota de fato intensifique o racismo se o racismo já é estrutural, ele já existe. Não são as cotas que vão fazer com que as pessoas sejam mais racistas, somente os que não tem realmente esse conhecimento das cotas. Mas se ela já era racista, ela vai continuar sendo em teoria (Respondente E).

Para a respondente E, a interferência das cotas ao processo de discriminação pode ser nula diante de uma pessoa ou grupo que seja racista como escolha ideológica.

Não intensifica, apenas fica mais visível porque os negros (as) começam a ocupar espaços de poder como a universidade e, posteriormente, o mercado de trabalho formal que requer nível superior, tornando-se um mercado diversificado e isso gera incômodo social. Porque vão aparecendo os(as) médicos(as), advogados(as) negros entre outras profissões. As denúncias ganham força quando têm profissionais negros (as) nos espaços de trabalho, principalmente, em órgãos públicos (Respondente C).

A afirmativa da respondente C, apresenta o aspecto de reversão do racismo que as cotas podem produzir à medida que a população negra passa a ocupar espaços de poder, o mercado de trabalho, e a sua presença torna-se decisiva para denunciar o racismo.

Embora a pergunta da entrevista realizada tenha sido direta com o objetivo de conhecer a posição da entrevistada, percebe-se uma ambiguidade generalizada nas respostas obtidas. As respostas dadas remetem à população a não compreensão da necessidade das cotas, ao invés de tomarem para si a resposta, e se posicionarem quanto ao seu próprio entendimento. Por exemplo, a entrevistada B, pondera que:

Uma parcela da sociedade brasileira não consegue compreender qual é o real sentido das cotas. Ver isso como um favor a um público específico como a gente aqui está tratando dos negros, acha que é um mimimi, que é como conversamos anteriormente, que não foi ele que passou, que ele não sabe, quem sofreu na escravidão foi o antepassado dessa pessoa, hoje ele já não é tão negro assim, porque hoje olha a mãe dele é negra, o pai dele é branco e já tem até outra estrutura. 'Ele até tem condições de estar vivendo, olha só ele tem um carro que eu não tenho', então é difícil

das pessoas compreenderem qual é o verdadeiro sentido das cotas (Respondente B).

Só depois dessa exposição é que ela resume “No meu caso, eu vejo que não, e que apesar disso ser uma dívida histórica do Brasil, acho que estamos bem longe de conseguir equiparar essa dívida que temos” (Respondente B).

É visível a disparidade entre o reconhecimento da dívida histórica e a utilização de argumentos que afirmam que a PAA reforça a discriminação racial ao utilizar os mesmos argumentos que serviram para desqualificar essa política.

As cotas elas possuem uma função social de reparação histórica ao povo negro. Elas intensificam na medida em que vivemos em uma sociedade ainda muito conservadora que critica não só as cotas, mas qualquer política de ações afirmativas porque a parcela da sociedade que ainda reproduz esse conservadorismo vai criticar qualquer tipo de política pública destinada às minorias, aí minoria entre aspas, porque sabemos que a população negra é maioria no nosso país, mas é minoria no sentido que sofre opressão. Então se intensifica, talvez, o ódio dessas pessoas mas que é uma política de reparação que precisa inclusive ser ampliada eu não tenho dúvidas em relação a isso, e aí nós temos que ir para o debate, para disputar narrativa com essa população que ainda não consegue compreender o papel dessas políticas, o porquê que elas existem. Então eu acho que sim nós temos que disputar a narrativa com essa galera que usa política de cotas, porque é isso falar de reparação histórica, se você vai falar de racismo. Quando você vai falar das condições de vida da população negra nos debates, pelo menos a primeira coisa que aparece são críticas à política de cotas (Respondente A).

É como se a profissional caísse na armadilha que seus próprios argumentos contrariam ao dizer que “Parece que virou um chamariz para o racismo de algumas pessoas, virem à tona, caírem em cima, mas eu acho que é uma política importante que precisa ser ampliada” (Respondente A). Apenas uma respondente afirma categoricamente que as cotas não intensificam a discriminação,

As cotas não intensificam, elas mexem no problema coletivo, um problema que é da sociedade e isso incomoda. Eu acho que não intensifica, acho que já existe a discriminação, e ela na verdade é o contrário. As cotas é uma forma de comprovar que a discriminação é uma coisa que na prática não se sustenta. Achar que o estudante negro não tem a capacidade de uma pessoa branca, achar que a cor da pele faz parte do intelecto. Então acho que não intensifica, mas nós sabemos que muitas pessoas não falam sobre isso, mas estamos em uma conjuntura em que a questão étnico-racial está na pauta do dia, então várias pessoas acabam dando a sua opinião que às vezes é contra as cotas. Então ela mexe com o que não queria se falar (Respondente D).

Para a respondente D, as cotas são reveladoras do racismo já existente na sociedade brasileira, isso não quer dizer que ela cria o racismo, ao contrário, ela serve como importante política de enfrentamento do racismo “As ações afirmativas, ela nasce de movimentos dos trabalhadores negros, então todo mundo entre aspas se beneficiou, inclusive as cotas baixa renda mas da luta que nasceu da população negra” (Respondente D).

- Em relação ao impacto das cotas para os seus beneficiários diretos

“Há uma política efetiva para o ingresso, e que na UFSC. As suas demandas diferenciadas por causa da questão do racismo, tem a SAAD” (Respondente E). A respondente E, afirma que como outros serviços este também não apresenta total eficácia devido aos constrangimentos dos recursos públicos destinados “Precisamos pensar as ações afirmativas para além do ingresso. Essa política também deve perpassar pela permanência estudantil” (Respondente C). A respondente C, afirma que somente o ingresso não contempla as necessidades do/da ingressante por PPI e atenta sobre a necessidade da permanência estudantil. Importante observar a existência da PAA na UFSC desde 2007. Mas uma respondente afirma que não atende as necessidades dos usuários da política.

Então eu acho que na verdade a política de ações afirmativas ela não é uma política, ela é a vaga. Para ser uma política deveria ser pensado como um todo, hoje o estudante **ganha** somente o ingresso, ele não tem condições de permanecer. A universidade alargou a porta para entrada desse público, porém o funil é o mesmo, não veio um real a mais para dar conta para atender esse público (Respondente C - grifo nosso).

Grifamos a palavra "ganha", pois temos a consciência que a população negra nunca ganhou nada. Toda conquista foi resultado de lutas árduas. No caso da PAA, as pessoas negras passam pelo processo seletivo do vestibular e precisam ser aprovadas para frequentarem a universidade. Outra questão é que esse relato é emblemático das condições institucionais efetivas para o combate à desigualdade racial. Por exemplo, a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), em nível federal²⁶. A resposta acima

²⁶ A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), foi instituída no Governo do ex presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2003, tendo como intuito promover a igualdade e a proteção de grupos raciais e étnicos afetados por discriminação e demais formas de intolerância, com ênfase na população negra.

indica que não houve, por parte da política de permanência da UFSC, dentre os responsáveis está a CoAEs, uma alteração prevendo os ingressos por PPI, "o funil" continua sendo o mesmo para todas as demandas. O que denota uma disparidade, pois ao mesmo tempo que as respondentes afirmam a necessidade de uma política de permanência estudantil para a PAA, especialmente, o PPI, utilizam-se do mesmo funil o qual deveria ter sido alterado e aprimorado esse instrumento, por exemplo pela assistência estudantil, de modo a reconhecer a dívida histórica, pelo trabalho profissional.

Há a constatação da insuficiência da política de permanência,

Eu acho que não suficientemente, como eu falei o acesso à universidade ele foi ampliado, não tem como negar, as políticas de cotas trouxeram essa possibilidade, mas não são suficientes porque entramos no debate da permanência e percebemos que ainda tem muito o que se avançar nisso (Respondente A).

O conjunto das respondentes afirmam que há um descompasso entre políticas para o ingresso do/da estudante e a política para sua permanência, demonstrando que a universidade ainda assume muito timidamente seu processo de democratização. Como se a universidade rejeitasse uma abertura, pois que ameaça seu caráter elitista e branco.

Não! Acho que está muito longe de atender as necessidades à medida que o ingresso não é aliado a permanência. Então muitos estudantes desistem, não conseguem bancar financeiramente e muitas vezes não conseguem bancar a estrutura da universidade que por mais que se tenha as ações afirmativas não é ainda para receber um público diferente do que já se estava acostumado, ou seja, um público anormal no sentido de que antes de uma norma não é normal e não no sentido pejorativo, mas no sentido de que a medida que entram grupos negros, com sua vivência coletiva, dos seus locais de vida, nas suas comunidades sai da norma e a universidade fica no momento que tem que dialogar com aquilo que não é anormal. E além disso não consegue corresponder. A política de ações afirmativas é muito Inicial mesmo, porque ela não corresponder às necessidades múltiplas que é a permanência, que é fazer o estudante também se sentir parte do espaço que ele vai ficar vivendo por 4, 5, 6, 7 anos. Então acho que ainda está no início" (Respondente D).

- Em relação ao seu próprio posicionamento em relação às cotas

O conjunto das respondentes reconhece a importância da PAA. A respondente E ainda insiste que as oportunidades devem ser iguais para todos e as cotas se apresentam como fundamentais para isso.

Sim! Por toda questão de dívida histórica (Respondente E). Sim, pois o Estado brasileiro tem uma dívida histórica com a população negra devido ao período escravista” (Respondente C). Sim, porque para mim o objetivo das cotas é corrigir as injustiças históricas provocada não só pelo sistema capitalista, mas por todo o sistema escravocrata que existiu no Brasil (Respondente B). Sou a favor porque nós vivemos em um sistema capitalista, extremamente desigual que ainda reproduz relações de opressão, coloniais então acho que é uma política sim importante, mas precisamos ir muito além dessa política. Quando falamos em construir uma nova perspectiva de sociedade a partir da construção de uma perspectiva de Universidade é de uma nova perspectiva de universidade que sabe um dia a gente consiga mudar toda essa realidade utilizar como exemplo as revoltas que vêm ocorrendo no Chile e Equador. Por uma nova organização societária que possamos perceber que essas políticas de compensação não sejam mais necessárias, porém no sistema capitalista na atual conjuntura, essas políticas se fazem necessárias (Respondente A).

Na afirmação da respondente A, percebe-se o quanto a política de ação afirmativa não é vista como estratégica no combate à opressão, condição importante para construção de outra ordem societária. Impressionante como ela é reduzida a ser funcional ao capitalismo, uma espécie de paliativo.

Então precisamos pensar em uma universidade com uma outra perspectiva, que ela realmente integre a classe trabalhadora, que o povo consiga perceber que a universidade não é um espaço de elitismo, que a universidade é um espaço que cumpre a função social de atender de fato necessidade do povo brasileiro porque quando a gente fala em divisão de classes, pensamos que a universidade irá atender as necessidades da sociedade, sendo que a maior parte da sociedade é a classe trabalhadora, a maior parte da sociedade é o povo pobre. É só observarmos a pirâmide social no Brasil. Então eu acho temos que devemos pautar qual é o projeto de universidade, de uma universidade popular (Respondente A).

Observa-se a ênfase na questão da classe, o esquecimento da questão racial como se fossem elementos em oposição e rivais, quando na história brasileira são complementares e correspondentes.

A respondente D coloca-se a favor das cotas por se tratar do começo de uma política que rompe com o caráter excludente da universidade, historicamente destinada à população branca. E alterar a estrutura da universidade é um importante passo para diminuir a segregação no interior da sociedade.

Sim, sou a favor das cotas raciais, porque acho que ela é o início de uma transformação muito maior, porque temos uma sociedade que é segregada, lugar onde frequentam pessoas negras, lugares onde tem pessoas brancas. Se pensarmos sobre isso sentiremos essa diferenciação muito real, muito concreta e as cotas vem para dar uma resposta, já que a universidade é um espaço branco. Então as cotas

minimizam essa disparidade e mexe um pouco com a estrutura da universidade (Respondente D).

A respondente D, também, amplia a natureza da reparação histórica pois que esta exige medidas profundas o que não invalida a PAA, mas coloca no horizonte a necessidade de transformações no âmbito da sociedade. Ao fim reforça, “As cotas tem que existir porque é o início de algo muito maior”.

Acho meio raso quando defendemos as cotas como apenas uma reparação histórica, eu acho que precisamos de uma reparação histórica muito mais profunda, muito maior e acho que faz um diálogo com isso mas ainda acho que é muito pouco, porque ainda mesmo com anos de ação afirmativas não dá uma resposta de transformação. Então acho que as cotas deve ser defendida por que ela é o início e ela é pouco, apesar de mudar muito a cara da Universidade. Ela é muito pouco mas é o início e ela tem que ser, muito defendida por que ela não fica em 2021, aí vai ser revisto tudo, nós temos um governo que não vai perdoar nada, que não quer cotas. Então precisamos começar a pensar nisso. As cotas tem que existir porque é o início de algo muito maior (Respondente D).

- Estratégias Profissionais

Antes de entrarmos, diretamente, na análise das estratégias profissionais apresentadas pelas respondentes, é importante atentar para as condições institucionais/recursos que estão presentes no cotidiano do trabalho das assistentes sociais entrevistadas.

O nosso universo hoje é muito pequeno de estudante se consegue, apesar de cada vez mais os nossos editais contemplarem estudantes oriundos das ações afirmativas, mas é uma parcela muito pequena que acaba conseguindo ser contemplado. Para você ter uma noção, esse ano foram 1.700 estudantes que ingressaram de ações afirmativas. Parando para analisar teoricamente os 1.700 necessitam de algum recurso financeiro para permanecer. Porque vem de família de baixa renda. Nós vamos abrir agora o terceiro edital de bolsas, mas ao total foram no primeiro semestre 350 bolsas. Então é um recurso muito pequeno, sem contar os que já estavam, então estamos pensando só em quem está entrando. Hoje a PRAE tem duas mil bolsas para um universo de 6 mil cadastros. Eu não sei se precisar o auxílio-moradia, mas se eu não me engano são 1.500 auxílios moradia e temos 167 vagas distribuídas entre masculina e feminina na moradia estudantil. Então a oportunidade existe de entrar, mas, permanecer é usado popularmente muito do esforço, muito da vontade de permanecer, da sorte, vamos usar vários termos. Não vai depender somente da inteligência, da capacidade de dar conta do conteúdo, o estudante vai depender muito mais além, vai depender da capacidade dele se adaptar e de conseguir viver neste momento. Como é que ele vai conseguir mediar as relações dele, de quem que ele vai depender, como é que ele vai se virar nos trinta para conseguir ficar na universidade (Respondente B).

A realidade está informando que essas profissionais lidam com poucos recursos, que restringem o atendimento da demanda apresentada, que se ocupam em definir os que vão receber os ínfimos recursos destinados. Em relação a este problema, Iamamoto discorre que:

Diante dessa crescente restrição da capacidade de atendimento, o assistente social, por estar inserido na ponta final da prestação dos serviços, vê-se, institucionalmente, cada vez mais compelido a exercer a função de um juiz rigoroso da pobreza (IAMAMOTO 2009, p. 161).

Importante atentar para isso porque a realidade é constituinte das estratégias profissionais estabelecidas. Neste sentido,

As possibilidades de atuação profissional não podem ser desvinculadas das condições e processos em que se realiza o trabalho. É nesse sentido que as competências e atribuições profissionais devem se inserir na perspectiva da gestão do trabalho em seu sentido mais amplo, que contempla ao menos três dimensões indissociáveis: as atividades exercidas pelos/as trabalhadores/as, as condições materiais, institucionais, físicas e **financeiras**, e os meios e instrumentos necessários ao seu exercício. A garantia e articulação dessas dimensões são fundamentais para que os/as trabalhadores/as possam atuar na perspectiva de efetivar a política de Assistência Social e materializar o acesso da população aos direitos sociais (CFESS 2011, p. 32).

Além disso, é importante que os dados mencionados sejam publicizados a fim de torná-los visíveis, alertar tanto para a ausência de recursos, como para a ausência do critério étnico-racial no processo seletivo dos benefícios estudantis. Dessa forma, poderia ser uma estratégia possível a ser utilizada pelas assistentes sociais. Saber fazer uso das informações a seu favor, de modo a formar vínculos e alianças com os sujeitos atingidos. Mas, para isso, é necessário que o(a) profissional reconheça os estudantes como sujeitos prioritários desta política. Sujeitos demandatários, sujeito enquanto usuário e sujeito enquanto formulador. A inclusão e reconhecimento político dos ingressantes pela PPA teria aprimorado a política de assistência estudantil. Se esses estudantes tivessem sido ouvidos poderíamos estar em outro patamar. Esse sujeito também é formulador desta política.

[...] o processo de publicização é um movimento que impregna todo o tecido social, que depende da correlação de forças políticas e “permite tornar visíveis os conflitos e viabilizar consensos” (RAICHELIS 1998, p. 27). Ele está voltado à criação de uma ordem democrática que envolve a representação dos interesses coletivos na cena pública, de modo que possam ser confrontados e negociados, reconhecendo e explicitando os

conflitos presentes nas relações sociais capitalistas (IAMAMOTO 2009, p. 21).

Nesta mesma perspectiva

[...] a orientação e a promoção do acesso à informação são estratégias adotadas para fortalecerem os usuários no confronto travado nas organizações. A ação profissional configura-se assim um catalisador político pedagógico na perspectiva do acesso, da garantia e da ampliação dos direitos (BRANDÃO 2007, p. 129).

Iamamoto (2009) aponta que quanto mais munidos de informações atualizadas, mais os profissionais terão capacidade de argumentação e negociação na defesa de suas propostas de trabalho junto às instâncias demandatárias. O mesmo serve para os usuários. Esta autora também aponta que o cotidiano profissional dos assistentes sociais é permeado por expressões concretas de desigualdade, desrespeitando direitos sociais e humanos. Desta forma é de suma importância atribuir visibilidade ao conjunto de elementos que (re) produzem essas desigualdades, como meio de potencializar a dimensão política inerente a este trabalho especializado.

A realidade não pode ser considerada como um óbice ou como algo que se pode ignorar na definição das estratégias, pelo contrário, sob pena das estratégias profissionais serem romantizadas e idealizadas. Outro vetor decisivo para a compreensão das estratégias profissionais é que elas incorporam os objetivos profissionais. É no entendimento do objetivo da profissão que se dão as estratégias profissionais, particularizadas nas áreas de atuação. Isso quer dizer que as estratégias profissionais por mais que incorporem a análise institucional, elas não são definidas pelos objetivos institucionais. Guerra (2009) argumenta sobre a importância do referencial crítico na reconstrução das demandas profissionais, que por vezes apresentam-se mediatizadas pela instituição – “é sua missão”, são suas metas, seus objetivos, seus interesses que formatam as demandas institucionais postas como demanda à profissão. É farta a literatura²⁷ que demonstra os riscos em confundir objetivo profissional e objetivo institucional. Pensar a estratégia é levar em conta, inclusive, os que não obtiveram os recursos destinados, não porque não estão dentro dos critérios, mas porque não há recurso

²⁷ Para saber mais acesse o livro *As Funções Sócio institucionais do Serviço Social* do autor Jean Robert Weissaupt.

para o atendimento da demanda. Logo, o que fazer com estudantes que por definição devem ser contemplados, mas que não o são? Vale acrescentar ainda que a realidade remete a necessidade que na definição das estratégias sejam incorporadas às expectativas por direitos. Colocar isso no horizonte do trabalho profissional é decisivo para não se perder no trefismo cotidiano “Eu acho que nós sempre temos barreiras institucionais e aquela demanda de trabalho cotidiana que é o tarefeiro que temos que executar também” (Respondente E).

A respondente C afirma que não há condições institucionais à medida que o trabalho é sobrecarregado de tarefas administrativas e processos de seleção impostos institucionalmente, pois que são poucos os recursos para uma grande demanda estudantil. As condições institucionais aparecem como impeditivo, inclusive, para formular estratégias de combate ao racismo.

Não! Com o nível de demanda que recebemos fica difícil conseguirmos implementar a política e criar estratégias de enfrentamento contra racismo. As ações que fazemos para além da rotina administrativa são por vezes, realizadas no contra turno do profissional que tem o interesse de debater a temática (Respondente C).

Nesta perspectiva, lamamoto (2009, p. 161-162) discorre que:

Este quadro tem sido fonte de angústias e questionamentos sobre o nosso papel profissional, diante da dificuldade de criar, recriar, implementar propostas de trabalho, podendo estimular a burocratização e o vazio profissional [...] porém é essa a realidade de precariedade dos serviços públicos que enfrentamos e da qual temos de partir no cotidiano profissional, não podendo deixar que ela nos asfixie. Não temos de ser necessariamente levados ao imobilismo, à descrença, à desilusão profissional. Há que superar essa posição fatalista, como também aquelas visões, idealizadas que, como costume dizer, tornam a assistente social (desculpem-me os colegas do sexo masculino, mas a categoria é predominantemente feminina), próxima à figura da “Alice no país das maravilhas”: se a sociedade fosse igualitária, se houvesse recursos abundantes, se não existissem relações de poder nas instituições, se tivéssemos completa autonomia em nosso campo de trabalho... aí sim poderíamos realizar “aquele” serviço social que sonhamos. Nessa perspectiva, a realidade torna-se o obstáculo, vista como o que impossibilita o nosso trabalho. Isso porque partimos de uma visão idealizada do real, não correspondente a história presente.

É de suma importância não agirmos com conformismo social, sobre a ausência de tempo para construção de estratégias, pois,

A carga horária de trabalho deve assegurar tempo e condições para o/a profissional responder com qualidade às demandas de seu trabalho, bem como reservar momentos para estudos e capacitação continuada no

horário de trabalho, além de garantir apoio ao/a profissional para participação em cursos de especialização, mestrado ou equivalentes, que visam à qualificação e aprimoramento profissional. A ausência de espaços de reflexão dos referenciais teóricos e metodológicos que subsidiam o trabalho da equipe interdisciplinar gera dificuldade na compreensão do papel e atribuições dos/as profissionais, tanto por parte dos/as gestores/as, quanto dos/as próprios/as trabalhadores/as. Dessa forma, ações de educação permanente devem ser planejadas com base na identificação das necessidades dos (as) profissionais, e levando em consideração as características das demandas locais e regionais (CFESS 2011, p. 34).

A respondente B informa que o recurso orçamentário destinado aos programas de assistência estudantil é de dotação própria da UFSC e que esse recurso não teve aumento, a despeito da existência da política de cotas raciais. Neste sentido é bom pontuar que além de não ter aumentado, este recurso foi reduzido em maio de 2019. Sabemos que cortes orçamentários como este, atingem principalmente os estudantes ingressos pelo programa de ações afirmativas, pois são os que precisam mais das políticas de permanência.

A respondente B informa, também, que a equipe é reduzida se comparado com a demanda de atendimento:

Nós hoje temos um quadro de profissionais que atendem em Florianópolis, nós somos em onze se eu não me engano, assistentes sociais, sendo duas em afastamento, uma na coordenação para atender um universo de 5 mil cadastros. Então bem difícil te dizer que objetivamente se a gente consegue dar conta de implementar essa política. (Respondente B)
Não temos nem espaço, sabe?!. Então acho que o mínimo de condições a universidade tem que ter (Respondente D.)

Um quadro amplo sobre as limitações das condições institucionais devido ao baixo orçamento destinado aos programas de assistência estudantil é ofertado pela respondente A, quando afirma que

As condições de trabalho estão limitadas pelas condições estruturais da universidade e das políticas públicas. É muito complicado porque aqui nós lidamos muito com a seleção da pobreza. Nós não temos recursos suficientes, precisamos trabalhar com a seleção dos estudantes que são mais vulneráveis financeiramente, porque a gente ainda tem que considerar toda a estrutura que envolve a vida dos estudantes. Eu percebo que a atuação ainda é muito limitada, as condições de trabalho principalmente nas condições financeiras, orçamentárias da Universidade ainda são muito limitadas. Para além da questão financeira, a nossa nossa própria organização interna, temos uma demanda que tem crescido exponencialmente desde que a política de cotas foi implementada, desde que a universidade expandiu seu atendimento através do REUNI. Então assim aumentou exponencialmente a demanda dos serviços da universidade e conseqüentemente mudando aí o perfil do

público que ingressou na universidade, aumentou também a demanda de permanência estudantil e dentro da permanência aumentou a demanda para assistência estudantil e não vemos uma mudança nesse aspecto (Respondente A).

Vale acrescentar que a burocracia, novamente, aparece como problemática nas condições institucionais devido a um sistema de vigilância que termina por operar na produção do controle das ações desenvolvidas.

Burocratismo que a universidade hoje tem nas suas ações, justamente também porque também estamos inseridos em uma política pública e precisa estar a todo momento preocupado, respondendo aos órgãos de controle, enfim, ficamos nessa intermediação entre as necessidades da universidade, desse controle externo e das necessidades dos estudantes e daquilo que eles nos trazem que a nossa limitação, nossas condições de trabalho, acabam limitando nesse sentido (Respondente A).

Neste sentido, é necessário que este profissional se questione constantemente, para não se tornar mero repassador de benefícios, ou atuar apenas para suprir as demandas impostas pela instituição, tendo em vista que “para a organização burocrática, interessa ter esse profissional com caracteres racionais instrumentais, conformado com os objetivos institucionais, independente da orientação ou do projeto profissional” (BRANDÃO 2007, p. 222). Nesta perspectiva, é importante atentarmos que:

[...] a ‘impessoalidade’ da lógica institucional, sua ‘burocracia’, como algo que naturaliza e padroniza comportamentos profissionais em seu interior, como se não fosse possível lidar com as rotinas institucionais de outro modo. Esse discurso é bastante útil para camuflar, nesse lugar, as práticas racistas (CFESS 2020, p. 80).

Mesmo quando perguntado sobre as condições da Secretaria que tem como incumbência o acolhimento das questões étnico-raciais, é informado pela respondente D que falta condições de espaço físico e político para o desenvolvimento de seus objetivos.

Não responde também porque a universidade não abraça as ações afirmativas. Sabemos que tem várias disputas assim internas dentro da universidade. E acho que em tese, não implementamos a política a partir de ações pontuais. Então acho que também tem um limite bem grande na implementação da política. Falta estrutura de trabalho mesmo, não temos ar condicionado, quer dizer, temos um pra mais de 20 pessoas no setor, não sei como vai ser no verão. Não temos sala, muitas vezes duas salas que tem para atender estão ocupadas. Tem sempre alunos bolsistas pessoas que estamos conversando em salas não apropriadas. As condições não permitem que a gente realize a implementação da política, mas conseguimos articular e fazer várias coisas assim junto, com

os estudantes, com os movimentos mesmo para além da política, para além de algo focado dentro da SAAD, isso que é o legal. e acho que esse é o papel da SAAD (Respondente D).

Quando perguntadas sobre as estratégias profissionais, boa parte das respondentes informam sobre seus atendimentos individuais. Como se a estratégia pudesse ser reduzida ao que se dá no cotidiano do trabalho, nesse caso, o atendimento individual. O Racismo é, novamente, colocado no campo das relações interpessoais seja quando expresso pelo estudante que foi vítima dele ou naquele que se comporta de maneira racista. Nesse caso, a assistente social dialoga e se posiciona de maneira fazer com que o/a estudante perceba que está sendo racista e nesse reconhecimento reveja sua posição.

Não temos nada específico para a questão do racismo, é mais na demanda que chega ou na entrevista com o estudante que nós conseguimos perceber tanto a questão de ele estar sofrendo racismo, quanto à questão de estudante falar ou agir de forma racista. Aí tem isso também, como mencionei contigo anteriormente. Então o jeito é tentar falar com calma e tentar fazer com que a pessoa reflita. Talvez ela não vai concordar contigo na hora ou talvez não vai concordar nunca, mas pelo menos a pessoa fica com uma sementinha ali e reflita. Mas é aquele trabalho bem de formiguinha, mas alguma coisa maior nós não temos aqui no momento (Respondente E).

Como estratégia proposta, a respondente C aponta a criação de espaços institucionais que permitam a realização do diálogo coletivo e abertura de canais com a gestão da universidade. A estratégia apontada é uma articulação pelo alto “Criando espaços institucionais para dialogarmos sobre o tema, além dos espaços de atendimentos individuais. Participar de espaços de gestão e levar a problemática ao diálogo com a gestão administrativa e acadêmica do campus” (Respondente C).

Dentro das estratégias profissionais tem-se o trabalho que conta com a rede de atendimento do próprio município, bem como o aprendizado e incorporação de programas que ocorrem em outras IFES. No relato abaixo, pode-se ver ainda a demonstração da falência dos recursos da assistência estudantil que precisa suprir-se com a política de assistência social como meio para que o estudante consiga extrair meios de existência.

Temos caminhado para isso, feito algumas ações, projetos coletivos, trabalhos em grupo. Nós temos um grupo agora do Permanecer que visa trabalhar com estudantes sobre as condicionalidades. Antes deles

perderem os benefícios para se dar conta, para tentar resolver isso no semestre antes de acontecer a renovação das bolsas. Fizemos uma ação na moradia estudantil também semestre passado, trouxemos o CRAS, trouxemos alguns serviços da prefeitura, levamos alguns serviços da UFSC para palestrar, para explicar o funcionamento de cada serviço. Conseguimos fazer 30 cadastros únicos dentro da moradia estudantil, para facilitar que esse estudante que, geralmente acessa a moradia são os que têm a renda mais baixa que estão conosco, por ser poucas vagas então o corte acontece da renda mais baixa para a mais alta. Então o nosso índice de corte da moradia foi trezentos e pouco no masculino e duzentos e pouco no feminino, então são pessoas que realmente estão em situação de vulnerabilidade social, e que por vezes acabam não tendo tempo de ir até o CRAS porque eles estudam durante o dia, estão trabalhando, fazendo estágio e, também, estão na correria. Então tentamos proporcionar esse momento durante o dia inteiro para quem algum momentinho ali do dia, no meio tempo que vai em casa, que troca de roupa, pega e consegue fazer o CAD único e acessar minimamente assistência social do município, também conhecer profissionais de referência, conhecer o serviço da UFSC. Temos realizado ações que permitem que os estudantes consigam também transitar cada vez mais apropriados desse espaço que é a universidade. 'Porque a permanência ela não vai passar só pelo recurso financeiro, lógico que é o principal, mas muitas vezes para permanecer o estudante precisa de outros subsídios, e a gente está aqui para fazer isso também (Respondente B).

Ainda no campo das estratégias profissionais, a respondente B, apresenta um conjunto de ações coletivas e organizativas seja com os movimentos estudantis (coletivos) seja com o CRESS, aliado a leitura da conjuntura e o estudo da realidade, mediado pela formação profissional.

Nós acabamos já conversando um pouco sobre isso. Vejo que é isso mesmo, é articular com outros espaços, com movimentos, com coletivos. É conseguir se apropriar um pouco mais da análise de conjuntura dessa população em específico, conseguir dialogar com autores que conseguem nos dar clareza sobre como vive essa sociedade, como isso se reflete nas nossas ações cotidianas, o que podemos fazer para dirimir o nosso preconceito, essa criação que temos que é racista. Vejo que se articular também para mim tem feito muito bem, o CRESS um espaço de formação, um espaço de militância, um espaço de fortalecimento coletivo em que eu tenho conseguido limpar muitas ações e tenho feito muitas coisas que remete a exclusão do preconceito (Respondente B).

Sobre as estratégias aproximarem-se dos espaços organizativos do movimento negro, mantendo-se com uma escuta aberta para a suas demandas.

Então nada mais necessário que ouvirmos os estudantes que fazem parte desse público e entender o que eles nos trazem e buscar o diálogo e a construção junto das políticas que a gente constrói na universidade. É uma coisa que eu pauto nas nossas reuniões, nos nossos espaços de discussão aqui dos setores da universidade, que temos que ter um diálogo com os estudantes. Nada e ninguém melhor do que eles para falar o que que eles passam, o que eles precisam aqui na universidade. Mas ainda é um desafio bastante grande, temos relações institucionais

muito enraizadas e temos que trabalhar essas raízes, cortar algumas raízes para poder plantar novas árvores e colher novos frutos (Respondente A).

É importante mencionar que esta estratégia das respondentes de articular com os movimentos faz parte do conjunto de competências profissionais apresentados na lei nº 8.662/93 que regulamenta a profissão de Assistente Social. Este documento expressa no artigo 4º (inciso 9) que é vedado ao assistente social “prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade”. Da mesma forma, o código de ética da profissão (Capítulo IV, Art.12, inciso b) menciona a importância de “apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania”. Sendo assim,

A atuação com os movimentos sociais também pode ser empreendida por assistentes sociais que desenvolvem seu trabalho nos serviços e consiste no desdobramento de algo que já fazemos: o intermédio do acesso da população usuária aos serviços e/ou políticas sociais em um caráter coletivo. Para isso, a aproximação aos movimentos sociais deve constituir-se como parte do nosso fluxo de trabalho (CFESS 2018, p. 4).

Em 2014 o conjunto CFESS/CRESS lançou o documento intitulado “Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação”. Este documento apresenta a importância de:

Articular junto aos/às estudantes, trabalhadores e trabalhadoras da Política de Educação espaços de discussão sobre a política/programas/ações de assistência estudantil e as particularidades da atuação do/a assistente social (CFESS/CRESS 2014, p. 60).

No campo das estratégias a respondente D atenta para a necessidade de representatividade da população negra, seja na ocupação das bolsas ofertadas até mesmo na representação dos diferentes coletivos negros existentes na UFSC. A respondente atenta, também, que há diferentes concepções e estratégias no interior do próprio movimento negro e que, sendo assim, o profissional precisa lidar com esses distintos posicionamentos de modo a escutá-los e não enfraquecê-los ao acirrar as suas diferenças.

Uma pergunta bem difícil, mas eu tenho tentado concretamente uma coisa que eu pensei é selecionar bolsistas cotistas, uma das bolsistas que eu tenho já quando eu cheguei ela já estava, é negra e ela tem me feito pensar várias coisas. Acho que tem que ter essas pessoas,

representações negras concretamente. [...] é muito importante ter pessoas negras dentro da SAAD, participar dos debates, estar com a universidade de forma geral com os movimentos e é muito difícil fazer isso aqui dentro, porque existe várias críticas aos movimentos porque existe várias rixas entre os movimentos. Às vezes não queremos tomar partido de um de outro e a gente acaba ficando meio isolado. Aí parece que estamos no topo. Na verdade, estamos mesmo porque somos uma instituição federal não dá pra dizer que não. Então é bem complexo, acho que é muito bacana quando a gente contém nas comissões pessoas dos movimentos sociais, pessoas negras. Tudo isso faz manter isso e ampliar, faz parte do combate ao racismo e falar sobre isso precisamos ter um setor que realmente esteja com esse debate e eu acho que não temos. São mais problemáticas para pensarmos (Respondente D).

Na composição das estratégias considerar os coletivos nas suas diferenças e não se aproveitar para anulá-los como protagonistas, simplesmente, porque há diferenças entre eles. O isolamento do profissional em relação aos movimentos negros, faz com que reforce o seu lugar institucional e com ele a hierarquia, pois que é visto como mero representante institucional. Infelizmente, historicamente nossa profissão manteve-se afastada das lutas efetivas dos movimentos sociais negros. Exemplo disso foi a luta para regulamentação do trabalho doméstico, historicamente exercido por mulheres negras. Para elas o que sobrou foi a atividade doméstica, como uma reprodução do período escravista, do trabalho exercido na casa grande. Com a abolição da escravidão sem políticas de inserção da população negra no mercado formal de trabalho, as mulheres negras continuaram a exercer essa função na informalidade sem nenhum tipo de direito trabalhista. Somente no ano de 2015, com a lei complementar número 150, que as empregadas domésticas tiveram seus direitos trabalhistas regulamentados.

Quando perguntado sobre o papel do assistente social na PAA as respostas concentram-se no argumento que o sócio econômico abrange o racial. Se por um lado é verdadeira a afirmação que a população negra é maioria dentre os pobres, já que de acordo com o informativo do IBGE “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil” divulgado em 2019, afirma que a população negra é a mais pobre no Brasil somando 75% e a população branca é 70% entre os mais ricos, no Brasil, esse argumento não pode se apresentar como uma falácia, quer dizer, entender as razões que rendem a população negra dentre os mais penalizados no campo da exploração e opressão capitalistas é necessário para não naturalizar essa condição e apagá-la enquanto elemento determinante dos processos de

democratização e combate ao preconceito. Outro aspecto que merece destaque é a separação da PAA e a assistência estudantil, como se a segunda não devesse assumir as demandas impostas pela primeira.

As respondentes E e B, afirmam:

Nós aqui atendemos os estudantes depois da matrícula, mas no segmento socioeconômico. [...] Então na questão racial a gente não tem nada específico, mas é mais na questão socioeconômica que abrange também as pessoas negras/ pardas, todo o público que entra pela cota de PPI (Respondente E).

Apesar de não ser ou de ser diretamente vinculada, porque não é o nosso setor que trabalha com as ações afirmativas (Respondente B).

Dentre as respondentes um argumento se apresenta de modo a explicitar o trabalho profissional que pode ser realizado está

O papel do assistente social na discussão sobre o racismo e as políticas de ações afirmativas é fundamental, pois enquanto categoria temos o dever de defender os direitos dos nossos usuários e lutar contra quaisquer formas de discriminação. Inclusive combater o racismo institucional, sendo porta-voz dos mais vulneráveis e que se encontram fragilizados e não conseguem denunciar (Respondente C).

O que essa respondente C está afirmando é que a posição do profissional, ao lado da defesa dos direitos, ao lado do usuário de seus serviços, permite a ele identificar as marcas do racismo institucional e construir formas de combatê-la. O limite é a sua posição política que permite reconhecer o racismo institucional.

Aliado a isso a respondente B observa que a ação política de reconhecimento dos movimentos antirracistas é fundamental de modo a tomá-los como interlocutores e aliados em defesa da assistência estudantil.

Nosso papel é fortalecer os movimentos, instigar os estudantes para fazer essa análise realmente de conjuntura que não é você que é culpado dessa realidade, que não é você sozinho também que vai conseguir, nem a gente sozinho, é garantir o acesso à informação, é garantir o acesso aos serviços, seja ele de cunho psicológico, social, saúde. Fazer com que eles saibam onde eles estão, que eles saibam se apropriar desse universo, e saibam usar isso em favor deles para permanecerem (Respondente B).

Na mesma direção encontra-se a afirmação da respondente A, em seus argumentos importante frisar que o papel do assistente social é o combate ao racismo, estando ele/ela ou não vinculado (a), em uma política que trate

diretamente sobre isso. Reconhecer que a questão racial não está setorizada em um lugar específica, mas que apresenta-se em toda sociedade.

O papel profissional do assistente social é combater sempre na sua atuação profissional, em qualquer espaço qualquer tipo de opressão. Se comprometer com essas lutas e tentar compreender também no seu dia a dia qual espaço que ocupa, porque nós estamos em uma profissão que quando somos funcionários entre aspas do Estado, nós estamos em um papel de reproduzir as relações do Estado, e hoje o Estado reproduz interesses de uma classe que é uma classe dominante. [...] Independente do nosso espaço de atuação não podemos perder de vista que o nosso compromisso é com a classe trabalhadora, é com povo que é oprimido. Com todas as pessoas que sofrem qualquer tipo de opressão (Respondente A).

A respondente a seguir apresenta uma dimensão importante do trabalho profissional que é ser crítico, questionar-se sobre a instituição onde trabalha - no caso da universidade seu caráter elitista - e desmistificar o descompasso entre o que foi institucionalizado e a sua efetivação, de modo que ao trabalho profissional cabe construir formas para que a política seja, realmente, posta em funcionamento, para isso a formação de alianças políticas no interior da instituição, também, apresenta-se como necessário.

Se não nos questionarmos, não está certo. Acho que o movimento da profissão é o movimento de questionamentos, porque se não pensarmos um pouco dentro de uma instituição historicamente construída para um público de elite, se tu não se sentir estranho, não achar que as coisas estão estranhas você está errado. [...] A universidade não abraçou as ações afirmativas, então nosso papel é normatizar isso, buscar que a universidade passe a bancar as ações afirmativas não só como retórica, bonita, não só como discurso mas que na prática a gente não tenha que pedir coisas, às vezes atividades básicas que teríamos que fazer. [...] Estamos buscando nos articular também com os colegas assistentes sociais no setor porque acabamos ficando muito separados e se articular e demandar isso tem que ser uma caminhada coletiva não adianta ter um setor que a universidade não abrace sabe (Respondente D).

- A Cor da pele do(a) usuário(a) foi um fator que influenciou no atendimento?

As marcas da questão racial enquanto determinantes e reveladoras do racismo aparecem no atendimento. No caso das respondentes esse elemento mostra a riqueza que, ao invés de negar que a cor da pele deva ser incorporada na análise, mas sem discriminar negativamente a forma do atendimento.

Do atendimento não, mas da minha análise sobre a situação do estudante sim porque não tem como te dizer que eu trato todos os

estudantes iguais, se eles são desiguais então precisamos compreender. Eu normalmente tenho esse olhar que as especificidades têm uma influência na condição do estudante. [...] Nesse sentido eu vou olhar de uma forma diferente, mas de uma forma geral no sentido de interpretar avaliar a situação que ele traz, mas em relação ao atendimento não, porque o atendimento nós entendemos que todos têm direito a um bom atendimento, a um serviço de qualidade na universidade. Quanto a isso eu vou tratar todos iguais, com respeito ao usuário que atendemos e, também, com respeito a ética profissional. Mas nesse sentido de interpretar a condição de estudante sim (Respondente A).

Embora a respondente B afirme que a cor da pele é importante para a análise realizada para fins de concessão de benefícios, ao ler o exemplo dado e o seu desfecho observa-se que a cor da pele da demandante serviu apenas como elemento justificador das dificuldades de permanência, em nada alterando uma análise profissional que realizasse uma discriminação positiva “Sim! Creio que influencia não somente na questão da recepção desse estudante, mas como também na leitura que acabamos fazendo da realidade que ele traz”(Respondente B).

Importante observar que a assistente social C, é negra. A sua consciência racial favorece a compreensão dos preconceitos relatados, ainda que nem sempre de forma explícita “Sim, a empatia é um elemento que viabiliza a compreensão na hora do atendimento, para nós negros (as) é mais fácil compreender quando o aluno traz os relatos de discriminação velada, por exemplo” (Respondente C).

A respondente D, afirma que a cor da pele influencia positivamente o atendimento, pois que ela é reveladora do percurso cheio de barreiras que o/a estudante teve que enfrentar, logo o acesso aos benefícios não pode representar mais um obstáculo.

Quando influencia a busca e sempre influencia de forma positiva na verdade, porque sabemos que para fazer o vestibular os alunos cotistas de forma geral escalam montanha. E aí para vir fazer a validação, que é um processo extremamente dificultoso, burocrático e tem que provar que você está dentro da cota é outra montanha a ser escalada. Então acho, nesse sentido, quando o aluno tem deficiência, quando o aluno é negro, eu acho que eu, particularmente, faço mais questão ainda! Porque precisamos sim botar esse povo dentro da universidade, pintar a universidade e que não seja com as mesmas cores, mas que seja colorida de várias formas também, porque existe um padrão, e que esse padrão dentro universidade está mudando é muito legal, apesar da sociedade ainda ter a pobreza em uma cor (Respondente D).

Uma resposta contrastante é a proferida pela respondente E

A princípio, não. Na verdade os estudantes que eu tive que mudar alguma coisa na forma de falar, são os estudantes que têm deficiência aí sim ou tem alguma questão psiquiátrica ou que tem alguma questão de não conseguir prestar atenção, mas em relação a cor da pele até agora não (Respondente E).

A assistente social D, destaca que o/a estudante ser negro (a) influência de maneira positiva o seu atendimento, para exemplificar isso relata

O número é muito grande de atendimento, mas eu acho que esse, por toda a questão de ser mulher, negra, deficiente foi algo que fizemos. Ajudei ela a tirar cópia aqui dentro, coisa que não fizemos, mas por toda a situação dela eu acho que tem sim uma influência de ser uma menina negra com deficiência também. Mas assim, quando influencia a busca, que sempre influencia de forma positiva na verdade, porque sabemos que para fazer o vestibular os alunos cotistas de uma forma geral escalam montanhas (Respondente D).

Em relação à cor da pele influenciar ou não no atendimento, Ribeiro (2019) atenta sobre a importância de enxergarmos a negritude para que nossa ação seja na perspectiva de uma discriminação positiva levando em consideração o racismo estrutural/estruturante presente em nossa sociedade. Sendo assim, esta autora aponta que frases como “eu não vejo cor” não ajudam. O problema não é a cor, mas seu uso como justificativa para segregar e oprimir (RIBEIRO 2019, p. 30).

- Ser ou não ser racista: eis a questão

As perguntas que encerram o roteiro das entrevistas realizadas foram O que você pensa sobre a população negra? Você se considera uma pessoa racista? Justifique sua resposta. Essas questões remetem diretamente a elementos que permitam com que a respondente defina seu posicionamento em relação a questão racial de modo mais direto, sem a mediação institucional e profissional. Vale destacar que a maioria das entrevistadas se emocionou quando perguntadas sobre se se consideram racistas, sendo que algumas delas chegaram até mesmo a chorar.

A respondente D, explica a sua necessidade em entender sobre o movimento negro como matéria importante para entender a política de cotas. Para ela foi graças ao movimento dos trabalhadores negros que ocorre as ações afirmativa beneficiando, inclusive, o ingresso pelo critério da renda familiar. Para ela as conquistas do movimento negro são importantes e que há necessidade de

processo de mobilização e organização mais efetivo que leve a construção de outra ordem societária.

Então todo mundo entre aspas se beneficiou, inclusive as cotas de baixa renda, mas da luta que nasceu da população negra. [...]Eu acho que a população negra de forma geral no seu cotidiano ainda está em luta para ter o mínimo de dignidade. Essa população luta individualmente, luta com as suas famílias, luta com seus pares, às vezes com aquela comunidade. Eu acho que a gente ainda está em uma idealização achamos que a população negra está em outro patamar, mas não está. E aí tem estatísticas para dizer isso (Respondente D).

Ao mesmo tempo em que afirma que a população negra está em luta e que continua sendo rebaixada socialmente, remete a essa mesma população o obrigação de continuar lutando e com mais afinco “Acho que a população negra ainda está necessitando de muita luta, necessitando se movimentar, necessitando trabalhar mais” (Responde E).

A respondente E apresenta o combate ao racismo e as desigualdades dele decorrentes como se fosse tarefa cuja incumbência fosse mais da população negra que do restante da sociedade. Sobre este relato é de suma importância mencionar que o racismo não é problema das pessoas negras. Não fomos nós que inventamos o racismo. O racismo é uma criação do ocidente, de pessoas brancas e estas devem se responsabilizar por isso e somar ainda mais na luta antirracista quebrando seus privilégios.

A respondente D reflete, problematiza e, também, se emociona muito. Inicia contando de sua própria trajetória, seus laços afetivos, o bairro onde morava, seus locais de trabalho, como se estivesse olhando sua própria biografia, antes de responder diretamente a questão. Mesmo tendo afirmado não se considerar racista, chega por si mesma à conclusão que ela o é. Todavia, chegar a essa conclusão, ser consciente disso, provoca um mal-estar que leva inclusive à negação de ser racista. É nessa relação indivíduo e sociedade que a tensão se apresenta, pois se a sociedade é racista, como os indivíduos não seriam.

De forma geral então sei lá, acho que eu não me considero uma pessoa racista. Mas eu também acho bastante pretensão da minha parte dizer isso. Ao mesmo tempo que não me considero, já me peguei pensando inclusive quando eu li a tua entrevista já me deu um desconforto. Eu pensei esse desconforto não é toa né! Então você vê se você se coloca no processo de pensar, você vai ver que você reproduz não sei se o racismo, mas essa coisa de senso comum mesmo, esse desconforto

mesmo de falar, de assumir que você está em um espaço privilegiado por ser branco. É isso, a gente não assume né? Acho que isso é o nosso principal problema, se a gente se assumisse né como reprodutores do racismo, de que não é nossa culpa, a gente conseguiria avançar, mas isso eu acho que é um processo coletivo assim, individualmente é limitado de se fazer (Respondente D).

A fala da respondente D, expressa um constante vai e vem, em que ora se reconhece como racista, ora não. Chega, inclusive, a afirmar que isso não é culpa do indivíduo, mas da sociedade, que torna-o reprodutor do racismo. Isso faz com que as práticas individuais para combatê-lo sejam limitadas, exigindo ações coletivas. Esse processo de combater o racismo é não apenas difícil, mas doloroso, pois implica uma autocrítica que descobre o racismo internalizado e exige um posicionamento do indivíduo. De modo a produzir um combate a si mesmo, tirando sua pele racista “A gente não reproduzir o racismo é a gente arrancar a pele” (Respondente D).

Essa dor que a respondente D alega sentir, por mais verdadeira que seja, é só um desconforto comparado ao longo e penoso processo sofrido pela população negra. Se não reproduzir racismo é como se fosse arrancar a pele, que “pele” a população negra ainda tem diante de tanta violência? Outro fator importante a se mencionar é que embora o racismo seja um problema estrutural da sociedade capitalista, Almeida (2019) atenta que pensar o racismo como parte da estrutura social não retira a responsabilidade individual sobre a prática de condutas racistas e não é um alibi para racistas. Sendo assim, todos possuem responsabilidades na luta antirracista principalmente o grupo que mais se beneficia dela: pessoas brancas.

A respondente B conforma uma imagem social do negro como sendo alegre, raiz do mundo, reis e rainhas, com vasta riqueza cultural, cordiais. Por mais que sejam características verdadeiras (fora da perspectiva ocidental) e positivas, conformam estereótipos, isto é, marca fixas que instalam padrões esperados de comportamento. Os estereótipos positivos quando contrariados pelos comportamentos dos sujeitos reais criam processos de criminalização e exclusão.

Para mim é uma população alegre, são pessoas que eu tenho sempre muito prazer de me relacionar vejo como a raiz do mundo. Acho que todas as formas de vida nascem com os negros, seja energeticamente falando, seja sentimentalmente falando. Para mim a população negra é

uma das populações que em sua realidade são reis e rainhas que foram destituídos dos seus saberes, dos seus conhecimentos e foram trazidos para cá, para qualquer outro lugar desse mundo, escravizados. Pelo fato, pessoas tão cordiais que ao mesmo tempo que trouxeram a sua cultura, sua riqueza, e que conseguiram lutar e mostrar que não é bem assim que se coloca, que cada um tem o seu lugar e que ele não se permitiria ficar assim, socialmente falando. Vejo que são pessoas, são pessoas que têm potencial, que tem força e que podem cada vez mais e que precisam continuar lutando pelo seu espaço, que precisam continuar somando forças para que a gente mude essa sociedade que é tão desigual (Respondente B).

A representação sobre a população negra, feita pela respondente A, retrata a realidade dessa população em uma sociedade ocidental se aproxima das questões políticas e urgentes para se combater o racismo.

Como eu falei nas outras questões, ainda é uma população que sofre muito com as desigualdades, sofre muito com a forma de como o nosso sistema é estruturado; que nos últimos anos, na verdade - não nos últimos anos - porque a luta da população negra é histórica, mas quero dizer nos últimos anos têm tido algumas conquistas. Aí, talvez, eu tenha até me expressado errado no começo quando eu disse que nos últimos anos, o debate tem vindo à tona, porque a questão racial ela é histórica. O que veio à tona nos últimos anos foi a questão de acessar algumas políticas que antes não se acessava, é nesse sentido. E o que eu penso da população negra é que a população que é a base do nosso país e, como eu falei, é uma minoria no sentido de que tem privação de acesso a diversos direitos, são minorias no sentido que sofre opressão, que sofre preconceito enfim, mas é a maioria do nosso país. Eu gosto muito da frase da Ângela Davis que fala que não basta não ser racista precisamos ser antirracistas. Então nós precisamos, inclusive, nos somarmos na luta da população negra para, enfim, termos um horizonte para reverter toda a forma como se estrutura o nosso sistema, que ainda é estruturado no racismo, no machismo, na LGBT fobia e em todas as desigualdades e na questão da classe também (Respondente A).

Seguindo a mesma linha, isto é, reconhecendo o preconceito e a discriminação sofrida pela população negra, a respondente C acrescenta a sua própria experiência como pessoa negra. Ainda que o preconceito não seja revelador da identidade do indivíduo, isto é, é possível ser negro e ser racista. O assumir-se negra carrega não apenas uma consciência de cor, mas fundamentalmente, a historicidade dessa cor. Ser negra, no Brasil, é ser alvo de desconfiança, inferiorização, estigmatização, principalmente, se ocupar um posto de trabalho cuja expectativa social era ser ocupada por uma pessoa branca.

Sou negra e vivo na pele as barreiras que o racismo nos apresenta no dia a dia de trabalho, na rotina social e na própria universidade. É difícil não pensar sobre negritude se cotidianamente as pessoas nos julgam por sermos negras ocupando espaço de poder (Respondente C).

A respondente E, afirma sobre o abismo existente entre a população branca e a negra e que isso não deveria ser assim, reforça que há profundas desigualdades sociais entre elas. Demarca que no interior da população negra, as mulheres sofrem outras tantas injustiças.

Pra mim a população negra é para ser como a população branca. Eu sei que de fato não ocorre isso por toda essa questão histórica, social, do mundo todo. Mas no meu ver é uma pessoa como eu, que sou branca mas na prática eu sei que a pessoa é tratada de forma bem diferente do que eu. Nós sabemos que questão de emprego, de cargos de modo geral está diminuindo, mas ainda assim a questão de salário está diferenciada. A questão da população carcerária, a população que tem sido presa, boa parte das vezes injustamente. É a população que sai no jornal como “a de um tiroteio e a pessoa estava armada e depois se descobre que a arma foi plantada”, é uma população que sofre. Todas as pessoas têm os seus sofrimentos, cada um sabe da sua dor, mas nós sabemos que a população negra é a população que tem mais dificuldades de conseguir as coisas em relação a trabalho, estudo, em relação a ser bem atendido por outras pessoas e ser bem visto. A população negra parece que tem que provar que é capaz, que consegue muito mais. Provar que não é uma pessoa ruim, ou que faz algo ruim do que a população branca. [...] É a população que eu acredito que tem outras minorias, têm as mulheres negras que acredito que seja a população que mais sofre ainda em relação a mulheres que já sofrem discriminações de diversos sentidos, a mulher negra tem outras demandas, eu creio que tenha mais demandas que a mulher branca (Respondente E).

A respondente B, afirma-se não racista, inclusive reconhece a dificuldade que há quando alguém se reconhece como tal, pois pode ser estigmatizado. Ao mesmo tempo em que se reconhece como alguém que combate o racismo, não o identifica em si mesmo:

É difícil a gente se dizer racista, carregar esse estigma. Mas a nossa criação também não nos dá uma outra opção. Posso te dizer que não me considero, mas já tive sim muitas atitudes por conta de toda essa conjuntura que a gente já falou. Busco cada dia melhorar, me policiar e tomar todo o cuidado para não expressar e não ser. Lutar contra o racismo, faço isso na minha profissão, faço isso na minha vida. [...] Me vejo hoje uma pessoa que combate e que tenta limpar essa sociedade porque eu vejo que você não precisa ser negro para ser contra o racismo, você pode sim ser contra, e para mostrar que essa estrutura que existe não é a que a gente quer. Queremos sim um mundo melhor, igual para todo mundo de oportunidades, de chances e de caminhos (Representante E).

A respondente E apresenta de forma ambígua a sua intenção de não ser racista, embora afirme que não é racista e, ao mesmo tempo, o seu reconhecimento que há questões que ainda refletem os preconceitos que tem.

Informa um aspecto importante sobre os preconceitos que é o outro - aquele que sofre o preconceito - que é quem pode afirmar se o interlocutor é ou não racista.

Eu acredito que não sou racista, no entanto, tanto para o racismo como para qualquer outra coisa, eu posso ter alguma questão pré-concebida que tenho que ficar desconstruindo, que tenho que ficar refletindo. Como eu te falei, hoje em dia não me considero preconceituosa, racista apesar de ter essa margem. [...] achamos que estamos falando uma coisa que não tem nada a ver, que não magoa, que não chateia e depois a pessoa te mostra “isso que você falou tem um cunho preconceituoso”. Mas não intencionalmente, não que tu tem um preconceito que tu vai agir de uma forma preconceituosa, intencionalmente. Eu acredito que não, mas estou aí para continuar refletindo (Respondente E).

Da mesma forma ocorre nas respostas emitidas pela respondente C, ela expressa que não é, embora se contradiga logo na frase seguinte ao assumir que reproduz o racismo. A sua intenção em não ser racista é revelada em sua última frase, ao dizer que é um desafio cotidiano “Não, mas por vezes acabo reproduzindo algumas ações que são fruto do período colonial, então ser antirracista é um desafio diário e necessário” (Respondente C).

A respondente A é a única que afirma ser racista - entendendo ser isso uma marca da sociabilidade brasileira. Diz ainda que seria demagógico afirmar o contrário, ainda que a intenção do indivíduo seja não ser racista. Isso dificulta as iniciativas de promover em si um comportamento não racista, complexificando-se ainda mais quando se quer promover ações antirracistas.

É bem complicada essa pergunta, no sentido de que nós somos educados em uma sociedade racista, a tendência de reproduzirmos racismo é muito grande. Mas temos que aprender a desconstruir e construir novas relações, para mim é uma questão complicada. Porque às vezes eu comparo, até quando eu li, eu comparei essa questão com relação ao machismo. Às vezes nós feministas, quando ouvimos “nem todo homem é machista”, e nós falamos não, se você é homem você vai reproduzir machismo em algum momento. E aí eu fico pensando, eu enquanto Branca como eu pensaria essa afirmação você é branca, você em algum momento vai reproduzir racismo. Então eu tento, procuro não reproduzir, não ser racista e não reproduzir ações racistas na minha vida. Mas eu sei que em muitos momentos isso acaba acontecendo, mas eu acho que eu procuro me esforçar para que isso não aconteça.[...] Acho que eu estaria sendo muito demagoga, ou não sei qual é a palavra, dizendo que eu não sou racista ou eu não tenho práticas racistas, mas eu tenho muito cuidado para que isso não aconteça e pelo menos eu acho que no meu cotidiano talvez eu tenha tido um pouco de sucesso nisso, que pelo menos eu sempre falo com as pessoas com quem eu lido “olha se você ver que eu estou fazendo, falando alguma coisa, que está produzindo seja o racismo, seja qualquer tipo de preconceito você me dá um toque”. Acho que eu tenho tido bastante cuidado e eu acho que eu

estou conseguindo ter esse cuidado, e aí que está a situação delicada de responder, porque no meu desejo, no meu intento nas minhas ações, eu não sou, mas eu sei que existe uma educação que às vezes acaba deixando intrínseco na educação das pessoas todas as formas de opressão que nós sabemos, então para mim é complicado responder essa questão sabe (Respondente A).

Observamos a dificuldade das entrevistadas em responder esta pergunta de maneira objetiva, com um sim sou racista ou um não sou racista. Todas de alguma forma se prolongaram e algumas se contradizem no decorrer da resposta. A explicação para esse fato é simples: ninguém quer ter o “selo” de pessoa racista embora seja. Carregar o “selo” de racista é imoral, antiético. É melhor deixar esse selo para os outros. Se o racismo é tão complexo, como podem afirmar não serem racistas? Todas as pessoas brancas são racistas, e esta fala não parte de um sentido de ataque. Antes de combatermos o racismo na sociedade, é preciso combatê-lo em si mesmo. Por esta razão, Ribeiro (2019) alerta para a importância das pessoas brancas compreenderem os mecanismos pelos quais o racismo opera. E esse exercício de perceber o racismo internalizado em você requer tempo, estar atento as suas atitudes, disposto a enxergar seus privilégios, estudar, ler autores negros ter leitura crítica de realidade, com muita honestidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente a população negra luta pelo direito à educação pública, equitativa e de qualidade, tendo em vista a profunda desigualdade educacional à que foi forçada.

Para os movimentos negros a educação não respondia apenas como medida de correção das desigualdades, mas cumpria ainda um importante papel de organização política à medida que possibilita o reconhecimento do protagonismo negro na história brasileira, por isso a preocupação também pelo conteúdo escolar veiculada pelo ensino formal. Daí o reforço a partir de 1990 da defesa de uma escola pública de qualidade, cujo ensino não contenha discriminação racial.

Na década de 1990 é notória a declaração da importância de ações afirmativas ao ensino superior. Neste mesmo contexto, a luta pela democratização da universidade foi pauta da agenda de reivindicação dos movimentos sociais negros, tendo em vista que, este espaço factualmente possui caráter elitista, onde o discurso do mérito é muito forte, justificando porquê apenas alguns poucos conseguem participar dela. Essa justificativa meritocrática ampara e reforça o mito da democracia racial brasileira. Nesta perspectiva, percebemos que a implementação das Ações Afirmativas nas universidades não fez a estrutura da universidade mudar por dentro. Não teve um processo cujos sujeitos da universidade (elite) em crítica a ela mesma pensassem em reformá-la. Quer dizer, as cotas só existiram pela luta dos movimentos sociais negros e não por um processo de autocrítica interno à universidade.

O critério maior na política de cotas para ingressar no ensino superior brasileiro - ao ser dado pelo egresso de escola pública - rejeita enfrentar a gravidade da questão racial no Brasil, tangenciando-a, embora utilize-se de um importante critério. Se a conquista veio pela pressão popular negra, a mesma deveria ser o principal recorte dessa política.

A longa lista de projetos de lei, com suas respectivas propostas e justificativas, é emblemática das distintas concepções e enfrentamentos

sinalizados e, principalmente, revelam a ausência de uma adesão socialmente reconhecida sobre a importância da questão racial e as barreiras que ela determina. Em oito anos comparecem distintos projetos de lei sobre a adoção de ações afirmativas nas IES, cujo conteúdo principal recai sobre o egresso da escola pública.

Ao afirmar a necessidade da política de cotas raciais, critica-se ao mesmo tempo o caráter elitista da universidade pública brasileira e a ausência de políticas sociais de reconhecimento de direitos destinadas aos negros no pós-abolição. E ao enfrentar a barreira ao direito à educação, disseminar saberes que combatam o racismo. E, também, ocupar espaços políticos decisivos para combater o racismo.

O programa de assistência estudantil foi um enorme avanço para que a classe trabalhadora ingressasse na universidade. Entretanto, o baixo orçamento e o recorte do mesmo, somados a falta de articulação entre este programa e a política de ações afirmativas na sua modalidade PPI, escancara a desigualdade e o racismo institucional. As assistentes sociais inseridas neste contexto enfrentam dificuldades para garantir a efetivação da assistência aos estudantes, porém, pouco refletem sobre o racismo institucional intrínseco nesse processo de concessão de benefícios estudantis ao não enxergarem os processos burocráticos como materialização do racismo institucional. Este fato pode ser decorrente de uma formação precária no que diz respeito à questão étnico racial, em que este tema foi extremamente silenciado. É importante frisar que este silenciamento na profissão foi uma escolha. Escolha esta que gerou danos irreparáveis na formação e na atuação dos profissionais, ao ignorarem ou minimizarem os efeitos do requisito raça/cor em suas leituras “críticas” da realidade.

A partir das análises das entrevistas, percebemos como no discurso há um reconhecimento que de modo geral há um grande déficit social sofrido pela população negra, mas que isso não se desdobra enquanto elemento decisivo ao desenho da política de assistência estudantil. Há um reconhecimento no campo do discurso, todavia isso não impele uma mudança na forma de operar a assistência estudantil. Nesta perspectiva, é de suma importância sempre ter no horizonte o diálogo, os debates, sobre a luta antirracista.

Vivemos em uma sociedade racista, logo os aparelhos de hegemonia são racistas, as instituições de ensino seguem nesta lógica racista, seja de forma velada ou explícita. A UFSC não se ausenta desse processo, reproduzindo o racismo institucional em seus aparelhos burocráticos. A universidade tenciona o trabalho dos(as) assistentes sociais de diversas maneiras, à medida que não se apresenta com um espaço favorável para a constituição da política de ação afirmativa. Por um lado, se tem um discurso de compromisso, mas por outro se tem uma baixa efetividade que se revela no âmbito do atendimento, no baixo recurso financeiro e organizacional, no baixo recurso na composição das equipes entre outros fatores. Então, se tem um compromisso que não se efetiva e isso tensiona o trabalho profissional. O que precisamos nos atentar até para não cairmos na vala comum do mero fatalismo de que como a política de cotas foi decretada errada, ou pela metade, pois não incluiu a questão da permanência, agora não há mais nada a ser feito.

O processo de implementação das políticas de ações afirmativas foi um processo árduo de quase vinte anos de luta do movimento negro e coletivos indígenas. Essa luta pela equidade racial não deve ser uma luta apenas desses povos discriminados e sim da sociedade como um todo! A culpa do racismo não é das pessoas negras, não foram elas que inventaram o racismo. Embora se constituam como sujeitos determinantes para a produção de estratégias de combate ao racismo, os demais sujeitos não pretos, ainda realizam ações tímidas, desconhecendo como são importantes na organização de práticas antirracista.

Assim, não é porque a promoção da política de assistência estudantil não assumiu essa incumbência no seu formato que ela não pode ser assumida no cotidiano do trabalho profissional do/da assistente social. Por esta razão, é necessário articular junto aos/às discentes, docentes, técnicos administrativos, movimentos sociais negros, reitoria espaços de discussão sobre a política/ programas/ações de assistência estudantil, da política de ações afirmativas e as particularidades da atuação do/a assistente social, a fim de combater o racismo estrutural/estruturante e garantir o direito a permanência desses estudantes. Mesmo em meio a tantos desafios conjunturais e históricos dá pra ser diferente. Não precisamos cometer os mesmos erros. É preciso enxergar as condições para

uma atuação diferente reconhecendo que estamos errando e silenciando. Assumir isso é matéria importante para redirecionar os caminhos.

Esta dissertação demonstra os limites institucionais para a efetivação de uma política de ações afirmativas. Eurico (2013) menciona que o exercício profissional do(a) assistente social sofre interferências do racismo institucional que naturaliza e culpabiliza a população negra. Já se passaram 12 anos da determinação da PAA na UFSC, sem que isso reordenasse a política de assistência estudantil - matéria fundamental do trabalho profissional. O terreno da UFSC é marcado por um histórico racista. Em 2013 tivemos a denúncia do coletivo 4 P (Poder Para o Povo Preto), denunciando a postagem de uma foto no grupo da UFSC no *facebook* em que um homem negro, ajoelhado, oferecendo um cacho de banana para uma mulher negra fazendo alusão a um buquê de flor. Em 2016 duas alunas negras foram agredidas por um estudante branco durante o evento Virada Antirracista, que ocorreu no campus da UFSC. Em 2017 um aluno negro do curso de Design da UFSC, denuncia o racismo cometido por um professor que fez piadas referentes ao seu cabelo *black power*.

Em relação às assistentes sociais entrevistadas, observamos que a estratégia apresentada por elas para somar em uma luta antirracista é escutar e aprender com os movimentos negros, aproximar-se deles, bem como do conjunto da categoria profissional que tem mobilizado sobre a questão étnico-racial. O que elas apresentam é muito mais as dificuldades desde as institucionais (recursos) até as organizativas. Chegam a dizer que as diferenças presentes nos coletivos negros é um problema. Podemos afirmar que há uma dificuldade no campo da elaboração de estratégias de combate ao racismo em seu cotidiano de trabalho.

No que diz respeito ao racismo, as profissionais o identificam na sua atuação, através das queixas estudantis ou, ainda, por práticas racistas manifestas pelos próprios estudantes. Entretanto, os próprios mecanismos institucionais não são identificados pelas profissionais como provas da presença do racismo. A burocracia institucional com suas longas etapas ao reconhecimento da cor, bem como a quantidade de documentos exigidos, desempenham muitas vezes a função de impeditivos e barragens para a solicitação dos recursos da PRAE. Outro elemento significativo é o Cadastro Socioeconômico, nele o "item"

cor da pele não é levado em consideração na análise socioeconômica para fins de concessão dos benefícios.

O Cadastro poderia se constituir como ferramenta de trabalho decisiva à assistente social no combate ao racismo. No entanto, isso não ocorre. Sobre as exigências para continuar sendo beneficiário dos programas da PRAE tem-se a frequência mínima de 75%, aprovação de 50% disciplinas ou dos créditos cursados, o que expressa que a meritocracia baliza o reconhecimento da necessidade, o que é um grave problema. Sendo assim, se não analisarmos esses fatores e não admitir as várias formas que o racismo se faz presente na UFSC, como combatê-lo?

Desse modo, podemos concluir que o compromisso com a luta antirracista, mesmo se conhecemos os obstáculos - e eles são muitos - presentes no espaço institucional, ainda se apresenta de maneira muito tímida diante das possibilidades dadas pela particularidade profissional. Sobre o objetivo anunciado logo no primeiro parágrafo desta dissertação podemos afirmar que a presença do reconhecimento que há racismo se dá no plano do discurso das assistentes sociais respondentes, do dito, embora isso não reverbere na formulação de ações concretas. Neste sentido, uma voz que não ecoa reforça o silenciamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. **Diretrizes Gerais Para o Curso de Serviço Social**.1996. 27 f. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em <http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf> Acesso em 24 de fev.2020

ABREU, Daniela Cristina Lopes de. **A Escolarização dos Negros e Suas Fontes de Pesquisa**. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/42/art15_42.pdf> Acesso em: 17 set. 2019.

ALEXANDER, Michelle. **A Nova Segregação: racismo e encarceramento em massa**. São Paulo: Boitempo, 2017.

ALMEIDA, Lúcio Antônio Machado. **Direito Constitucional às Cotas Raciais: A Constituição de Joaquim Nabuco**. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=W6kkDQAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 12.jan.2020.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é Racismo Estrutural?**. Letramento: Belo Horizonte, 2018.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia – Geral e Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES - 2018**. Uberlândia,2019. Disponível em: <https://noticias.paginas.ufsc.br/files/2019/05/VERSAO_MESTRA_DO_RELATORIO_EXECUTIVO_versao_ANDIFES_14_20h52_1.pdf> Acesso em: 4.nov. 2019.

BARBOSA, Márcio. **Frente Negra Brasileira: depoimentos**. São Paulo: Quilombhoje, 1998.

BARROS, Surya Pombo de. **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA: ENTRE SILENCIAMENTO E RESISTÊNCIA**. Disponível em: <<http://pensaraeducacaoemrevista.com.br/wp-content/uploads/sites/4/2018/04/Hist%C3%B3ria-da-Educa%C3%A7%C3%A3o-e-da-Popula%C3%A7%C3%A3o-Negra-Surya-Pombo-de-Barros.pdf>>. Acesso em: 19.Ago.2019.

BENTO, M. A. & CARONE, I. (Orgs.). **Psicologia Social do Racismo**. 2. ed. São Paulo: Vozes, 2002.

BERNI, Paulo Eduardo de Oliveira. **Igualdade e Ação Afirmativa**: políticas de cotas rígidas nos processos seletivos de acesso ao ensino superior. Dissertação (Mestrado em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

Carta Pública ao Congresso Nacional: Todos têm direitos iguais na República Democrática. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/8262154-Carta-publica-ao-congresso-nacional.html>>. Acesso em: 20.jan.2020.

_____. Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX. E. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022016000300591&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 23.set. 2019.

_____. **Negrinhos que por ahi andão'**: a escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920). Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ações Afirmativas**. Disponível em <<http://etnicoracial.mec.gov.br/acoes-afirmativas>> Acesso em: 17.dez.2019.

_____. Ministério da Educação. **Sobre o sistema de cotas**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cotas/sobre-sistema.html>>. Acesso em: 21.jan. 2020.

_____. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes)**. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/pnaes>> Acesso em: 4 jan.2020.

_____. Ministério da Educação. **Programa Diversidade na Universidade**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/folder.pdf>>. Acesso em: 23.jan.2020.

_____. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº18 de 2012**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portaria_18.pdf>. Acesso em: 29.jan.2020.

_____. Ministério da Educação. **Sobre o Reuni**. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>> Acesso em: 30.jan.2020.

_____. Ministério da Educação. Decreto no 7.234/2010. **Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. 29.jul.2010.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>>. Acesso em: 23.ago.2019.

_____. Ministério da Justiça e Ministério das Relações Exteriores. **Décimo relatório periódico relativo à convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial**. Brasília: FUNAG, Ministério da Justiça, 1996.

_____. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES**. Disponível em: <https://noticias.paginas.ufsc.br/files/2019/05/VERSAO_MESTRA_DO_RELATORIO_EXECUTIVO_versao_ANDIFES_14_20h52_1.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2020.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101576_informativo.pdf> Acesso em: 13.jan.2020.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Igualdade Étnico-Racial e Políticas de Cotas e Compensação**. Brasília, 2018. Disponível em <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/publicacaoPublicacaoTematica/anexo/igualdade_etnico_racial.pdf> Acesso em: 24.nov.2019.

CAMARGO, Cristina. **Dez motivos para ser contra as cotas raciais**. São Paulo, 31 jul. 2009. Disponível em <<https://exame.com/blog/instituto-millennium/dez-motivos-para-ser-contra-as-cotas-raciais/>> Acesso em: 24.nov.2019.

CARDOSO, Lourenço. **O branco “invisível”**: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957-2007). Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2008. 232 p. Disponível em: <<https://dlc.library.columbia.edu/catalog/ldpd:504811/bytestreams/content/content?filename=LOUREN%C3%87O+DA+CONCEI%C3%87%C3%83O+CARDOSO.pdf>> Acesso em: 6.fev.2020.

CFESS-CRESS. **Código de Ética do Assistente Social**. Brasília. Conselho Federal de Serviço Social, 1993.

_____. **Sobre a Campanha**. 2020. 136 f. Brasília, Distrito Federal, 2020. Disponível em: <<https://servicosocialcontraracismo.com.br/>> Acesso em: 11.jan.2020.

_____. **Subsídios Para a Atuação de Assistentes Sociais Na Política de Educação**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf> Acesso em: 01.jun.2020.

_____. **Livro da Campanha Combate ao Racismo**. <Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/2020Cfess-LivroCampanhaCombateRacismo.pdf>> Acesso em: 12. jun.2020.

_____. **Espaços sócio ocupacionais do assistente social**. In: CFESS/ABEPSS (Orgs.). Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/Abepss, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000176&pid=S0101-6628201000040001000019&lng=en> Acesso em: 3.mai.2020.

Conselho Federal de Psicologia. **Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os**. Brasília: CFP, 2017.147 p.

CORREA, Silvio M. de Souza. **O negro e a historiografia brasileira**. Revista *Ágora*, Cruz do Sul, n. 1, 2000.

DENTZ, S. R. VON; SATO, S. R. DE S.; VALLE, I. R. **As ações afirmativas na base da democratização da educação superior brasileira**. Revista Internacional de Educação Superior, v. 5, p. e019034. Disponível em: <<https://doi.org/10.20396/riesup.v5i0.8653659>> Acesso em: 7.mar.2020.

DOMINGUES, P. **Um “templo de luz”!**: a Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, v. 13, n. 39, p. 517-534, 2008.

EURICO, Márcia Campos. **A percepção do assistente social sobre racismo institucional**. Serv. Soc. Soc. São Paulo, n. 114, p. 290-310, junho de 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282013000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14.jun.2020.

EXECUTIVA NACIONAL DA MARCHA ZUMBI. **Por uma política nacional de combate ao racismo e à desigualdade racial**: marcha Zu de mai.mbi contra o racismo, pela cidadania e vida. Brasília: Cultura Gráfica e Ed., 1996.

FERREIRA, Camila Manduca. **O Negro na Gênese do Serviço Social (Brasil 1936-1947)**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B2xO1cAz_Po4NTFjYmU1NTMtNWl0NC00MmM2LTk5MzMtOGUwNmEyNzM2YWQ3/view> Acesso em: 18.mai.2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Racismo envergonhado**. São Paulo, 25 de jun. 1995. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/6/25/opiniaio/1.html>> Acesso em: 14.fev.2020.

GELEDÉS-INSTITUTO DA MULHER NEGRA. **Racismo institucional**: uma abordagem conceitual. Brasil, 2013.

_____. **Guia de Enfrentamento do Racismo Institucional**. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Guia-de-enfrentamento-ao-racismo-institucional.pdf>> Acesso em: 15.jun.2020.

GOES, Jaina da Conceição. **Enegrecendo o Serviço Social**: o debate racial presente nas produções teóricas da profissão. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/199355>>. Acesso em: 15.fev.2020.

GOMES, Joaquim Barbosa. **A recepção do instituto da Ação Afirmativa pelo Direito Constitucional Brasileiro**. In: SANTOS, Sales Augusto dos (Org.). *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: SECAD/MEC : UNESCO, 2007. 394 p. ISBN 978-85-60731-10-7. Disponível em: <http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/acoes_afirm_combate_racismo_americas.pdf>. Acesso em: 14.fev.2020.

GONCALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Movimento negro e educação**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782000000300009&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 12.ago.2019.

GOSS, Karine Pereira. **Retóricas em disputa: o debate entre intelectuais em relação às políticas de Ação Afirmativa para estudantes negros no Brasil**. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia Política), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

GUERRA, Yolanda. **Ontologia do ser social: bases para a formação profissional**. In: *Revista Serviço Social e Sociedade* n.54. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. O conhecimento crítico na reconstrução das demandas profissionais contemporâneas. In: **A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção de conhecimento**. / Myrian Veras Baptista, Odária Battini. São Paulo: Veras Editora, 2009.

Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa. **Mapa da Ações Afirmativas**. Disponível em: <<http://gema.iesp.uerj.br/>> Acesso em: 14.nov.2019.
GUIMARAES, Antonio Sérgio Alfredo. **A Marca de Cor**. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 14, n. 41, p. 169-171, Oct. 1999. Acesso em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091999000300011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14.Jul.2020.

_____. Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e Antirracismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2009.

HADDAD, Fernando. **Plano de Desenvolvimento da Educação: Razões, princípios e programas**. Ministério da Educação. Brasília: 2008.

HAAS, Celia Maria; LINHARES, Milton. **Políticas públicas de ações afirmativas para ingresso na educação superior se justificam no Brasil?**. Rev. Bras. Estud. Pedagog. Brasília, v. 93, n. 235, p. 836-863, Dez. 2012 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812012000400015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18.mar.2020.

HELLER, Agnes. **Cotidiano e História**. São Paulo: Paz & Terra, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IANNI, Octávio. **As metamorfoses do escravo**. Apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil 2019**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html?=&t=sobre>> Acesso em: 24.mai.2020.

JESUS, Camila Moreira de. **Branquitude x Branquidade: Uma Análise Conceitual Do Ser Branco**. Disponível em: <<http://www3.ufrb.edu.br/ebecult/wp-content/uploads/2012/05/Branquitude-x-branquidade-uma-ana-%C3%83%C3%85lise-conceitual-do-ser-branco-.pdf>> Acesso em: 05.abr.2020.

MARQUES JÚNIOR, Joilson Santana. **Políticas de Ação Afirmativa para Negros no Brasil: elementos para uma reflexão inicial no Serviço Social**. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_37_art_2_Marques_Junior.pdf> Acesso em: 8. nov.2020.

MAESTRI, Mário. **A pedagogia do medo: disciplina, aprendizado e trabalho na escravidão brasileira**. In STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. (Orgs.). Histórias e memórias da educação no Brasil. Séc. XVI-XVIII. v. 1. Petrópolis: Vozes, 2004.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. In A. A. P. Brandão (Org.). Cadernos Penesb 5 148p. Niterói: EdUFF, 2004.

NASCIMENTO, Clara Martins do. **Assistência Estudantil e Contrarreforma Universitária nos anos 2000**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11438>> Acesso em 28. jan.2020.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito de marca**. As relações raciais em Itapetininga. São Paulo: Edusp, 1998. 248 p.

NOVA, Adeildo Vila. SANTOS, Edjan Alves dos. **Mulheres Negras: Histórias de Resistência, de Coragem, de Superação e Sua Difícil Trajetória de Vida na Sociedade Brasileira**. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?isbn=856643403X>>. Acesso em: 6.jan. 2020.

OLIVEIRA, Juliana Marta Santos de. **A Transversalidade da Questão Étnico Racial nos Currículos dos Cursos de Graduação em Serviço Social das Universidades Federais Brasileiras**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/19825/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20FINAL%20JULIANA%20MARTA%20%281%29.pdf>> Acesso em: 21.mar.2020.

OLIVEIRA, Robson de. **NASCI ERRADO E ESTOU CERTO: A presença da Eugenia no processo de institucionalização do Serviço Social Brasileiro**. Doutorado em Serviço Social - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

PEREIRA, Ellen C. SAMPAIO, Simone S. **A relação de classe e raça na formação da classe trabalhadora brasileira**. In: Serviço Social e Sociedade, n. 133. São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282018000300432&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 20.fev.2020.

PINTO, Álvaro Vieira. **A Questão da Universidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

PINTO, Elisabete Aparecida. **O Serviço Social e a questão étnico-racial (um estudo de sua relação com usuários negros)**. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

PIOVESAN, Flávia. **Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos.** Cafajeste. Pesqui. São Paulo, v. 35, n. 124, p. 43-55, abril de 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742005000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04.out.2019.

Resoluções da UFSC e Legislação. **Resolução normativa nº - Vestibular UFSC/2008.** Disponível em: <www.vestibular2008.ufsc.br/resolucao_acoes_afirmativas.pdf>. Acesso em: 17.dez.2019.

RIBEIRO,Djamila. **Quem tem Medo do Feminismo Negro.** Companhia das Letras: São Paulo, 2018.

_____. **Pequeno Manual Antirracista.** Companhia das Letras: São Paulo, 2019.

RIBEIRO, Flávia Gilene. **Educação, Desigualdades Raciais e Racismo Institucional:** Reflexos na Educação Básica da População Negra. Disponível em: <<https://www.fe.ufg.br/nedesc/cmv/controle/DocumentoControle.php?oper=download&cod=1886#:~:text=A%20a%C3%A7%C3%A3o%20do%20Estado%20brasileiro,o%20servi%C3%A7o%20formal%2C%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o>> Acesso em: 8. mai.2020.

RITTER, Carolina, **A política de cotas na educação superior:** as (a)simetrias entre o acesso nas universidades federais e o desenvolvimento social brasileiro. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7969#preview-link0>> Acesso em: 06.nov.2020.

ROCHA,Roseli da Fonseca. **A Questão étnico-racial no processo de formação em Serviço Social.** In: Serviço Social e Sociedade, nº99. São Paulo,2009.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. Disponível em:

<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/278399/mod_resource/content/1/3649_001.pdf> Acesso em: 14. out.2019.

SANTOS, C. P.; DAMASCENO, H. DE J.; FERREIRA, J. M. L. **Ações afirmativas, assistência estudantil e Serviço Social:** uma análise a partir do perfil discente da UFSC e UFJF. SER Social, v. 20, n. 43, p. 241-267, 13 nov. 2018.

SANTOS, Dyane Brito. **Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa**. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Salvador, 2009. Disponível em <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/11778>> Acesso em: 29.mar.2020.

SANTOS, Karoline Franciele dos. **A POPULAÇÃO NEGRA E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**: Questão Racial no Projeto Político Pedagógico, a Grande Ausência. Monografia. UFSC, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/175266/TCC%20-%20Karoline%20F%20dos%20Santos.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 5.jan.2020.

SANTOS, Sales Augusto dos (Org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Edição eletrônica. Brasília: SECAD/MEC :UNESCO, 2007. 394 p. ISBN 978-85-60731-10-7. Disponível em: <http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/acoes_afirm_combate_racismo_americas.pdf>. Acesso em: 14.mar.2020.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”:** Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese (Instituto de Psicologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.ammapsique.org.br/baixe/encardido-branco-branquissimo.pdf>> Acesso em: 21.dez.2019.

SELL, Sandro Cesar. **Ação Afirmativa e Democracia Racial** – Uma introdução ao debate no Brasil. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002.

SENADO FEDERAL, Gabinete da Senadora Benedita da Silva. **Relatório de Atividades**: mandato parlamentar Benedita da Silva (1987-1998). Brasília: Senado Federal, 1998.

SILVA, Ana Célia da. **Branqueamento e branquitude**: conceitos básicos na formação para a alteridade. 2007. 16 f. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/f5jk5/pdf/nascimento-9788523209186-06.pdf>> Acesso em: 05.abr.2020.

SILVA FILHO, José B. **O Serviço Social e a questão do negro na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Marques Saraiva, 2006.

SILVA, Glênio Oliveira da Silva. **O Arcabouço Jurídico Normativo Pedagógico da Lei Federal 10.639/2003 na Universidade Federal de Uberlândia**: Avanços e Limites. (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13918>>. Acesso em: 06.jan.2020.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **Histórias de operários negros**. Porto Alegre: EST, Nova Dimensão.1987.

SILVA, Rosicléia Ferreira da. **A Percepção Discente Sobre o Serviço Social a Coordenadoria de Assistência Estudantil**. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/199493/Rosicleia%20Ferreira%20da%20A0Silva.pdf?sequence=3&isAllowed=y>> Acesso em: 8.jan.2020.

SILVÉRIO, Valter Roberto (Org.). **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: INEP, 2003.

Tavares, Talita Leite. **Repertórios discursivos sobre cotas raciais e suas implicações no tratamento de alunos cotistas** / Dissertação - João Pessoa, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/6896/1/arquivototal.pdf>>. Acesso em: 05.abril.2020.

TOBIAS, José Antônio. **História da educação brasileira**. 2. ed. São Paulo: IBRASA, 1986.

TRAGTENBERG, Marcelo Henrique Romano. **O processo de elaboração e aprovação do Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Santa Catarina (2002-2007)**. In: Cotas nas universidades: análises dos processos de decisão. Salvador, Ed. CEAO, 2012.

Ware, V. **O poder duradouro da branquidade**: “um problema a solucionar”. Introdução. In V. Ware (Org.), Branquidade, identidade branca e multiculturalismo (V. Ribeiro, trad., pp. 7-40.). Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

APÊNDICE A – ENTREVISTA 1

Respondente: Assistente Social A

Raça/cor: Branca

Gênero: Feminino

Instituição de formação: Universidade Regional de Blumenau

Ano de formação: 2009

Possui especialização? Se sim, em que área? Mestrado em Sociologia Política

Quanto tempo atua na Instituição: 2 anos

Atua em que Setor: COAES/ PRAE

As perguntas nortearam o roteiro estarão assim dispostas:

1. Existe racismo no Brasil? Justifique sua resposta.

Existe com certeza! Se pegarmos algumas informações em relação a dados quantitativos, para não entrar naquelas questões mais subjetivas (que também tem muitos elementos de relatos), mas se pegarmos elementos mais gerais do Brasil em relação às questões de violência, de acesso às políticas públicas, de acesso como um todo, conseguimos perceber que a população negra é a população que mais sofre. Principalmente em relação a questão da violência, do genocídio da população negra nas periferias, em relação ao acesso às políticas públicas, na educação e saúde. Percebemos que os números são para mostrar que o racismo também se expressa nessas formas de acesso, e não só nessas questões, mas também em relação ao acesso a emprego e moradia, que são direitos de todos os cidadãos. Percebemos que a população negra, principalmente as mulheres negras são as que recebem os mais baixos salários, que têm mais dificuldade de acesso ao mercado formal de trabalho. Então essas coisas expressam que existe racismo em uma forma mais estrutural também. Sem contar que o racismo também é estruturante na sociedade. Nas questões mais subjetivas, conseguimos deparar todos os dias com relatos com situações de

peessoas, que trazem coisas, nas relações mais íntimas e também nas relações mais amplas. Enfim, de xingamentos, de ouvir expressões que denotam o racismo. A nossa língua também é muito racista, então elementos não nos faltam para dizer que ainda existe racismo no Brasil, não só no Brasil.

2. Qual é a visão sobre o racismo na nossa sociedade?

Eu percebo que nos últimos anos, é uma questão que tem vindo à tona e que bom que veio à tona! Nós temos que reverter aí, mais de 500 anos de história de uma construção de um país extremamente desigual e que se reflete principalmente na realidade do povo negro. Ainda tem muitas e muitas coisas, muitas discussões. É importante que esse tema está sendo mais debatido, porém, percebemos que ainda existe muita coisa para se fazer, não só no debate das políticas públicas, no debate da atuação profissional, mas também uma mudança de consciência mesmo da classe. Percebemos inclusive, que entre a classe trabalhadora que, também, sofre com toda essa questão estrutural do sistema capitalista, ainda se tem muito a fazer, disputar essas consciências e fazer com que as pessoas compreendam a importância do debate racial no meio da sociedade.

3. Como é tratada a questão étnico-racial no Brasil?

Então, nos últimos anos percebemos alguns avanços no sentido de entender que as políticas públicas começaram a inserir essa pauta, a debater a questão do racismo, a questão das desigualdades sociais. Principalmente nessa reparação histórica que algumas políticas têm tentado expressar, a própria lei de cotas, mas ainda é muito pouco. Muito pouco, porque essas políticas não estão atuando, principalmente, no cerne do problema que é a nossa construção desigual, a nossa sociedade dividida em classes sociais. Então estamos em um país que é colonizado e que ainda reflete e expressa posicionamentos e posturas de colonizadores. Percebo que tem aumentado esse debate, essa discussão está vindo à tona mas, como eu falei antes, muita coisa precisa ser feita, muita coisa

precisa mudar em relação a isso e pouco se avançou. Acho que tivemos uma oportunidade de avançar muito mais nos últimos anos, quando estávamos em um período de crescimento econômico, de economia relativamente estabilizada e pouco se avançou. A possibilidade de avançar mais era grande, e pouco foi feito. Agora nessa atual conjuntura, de um governo extremamente reacionário, conservador, fascista que reproduz falas que reproduzem o machismo, que reproduzem o racismo, reproduzem todos os tipos de preconceito, inclusive contra população LGBT, percebemos o quanto precisamos avançar nesses debates, que alguns preconceitos como de gênero, raça, etnia e orientação sexual estão ainda no seio da população e que nós precisamos estar avançando.

4. Em sua opinião existe racismo na UFSC? Se sim, de que forma ele aparece? Se não por quê?

Acho que para falar de racismo na UFSC, precisamos pensar no racismo estrutural, institucional e no racismo nas relações interpessoais. Eu percebo que existe sim na questão institucional um racismo meio velado, no sentido de que muitas vezes o debate racial não é, não que ele não seja considerado na elaboração das políticas da universidade, mas que na sua prática percebemos que ainda assim a população negra da universidade não acessa certas políticas que poderia acessar. É um reflexo da nossa estrutura social, reflexo das próprias políticas públicas mesmo que ainda sejam limitadas, acho que a universidade reproduz essa limitação das políticas públicas. Como eu falei, muito se avançou nesse sentido de promover o acesso, mas percebemos a permanência ainda está prejudicada. Isso falando de todos os públicos que acessam a universidade, mas percebemos que o povo negro que sofre não só com o racismo institucional, mas com o racismo estrutural na nossa sociedade. É o povo que vem sofrendo mais com essas políticas. Sem falar no racismo que percebemos no cotidiano, nas relações entre docentes e estudantes, nas relações de estudantes e estudantes. Percebemos, ouvimos inclusive os estudantes que militam nos movimentos negros na universidade, o quanto o racismo está presente aqui. A universidade nada mais é do que o reflexo das relações estabelecidas na sociedade. É um espaço

privilegiado para fazermos o debate, para construirmos novos saberes e construirmos novos entendimentos em relação a essas questões. Mas que ainda reproduz muito do racismo que existe na nossa sociedade.

5. O que falam para você sobre estudantes negros cotistas?

No âmbito da minha atuação profissional, no meu trabalho eu não ouço muito sobre essa questão especificamente. Mas no âmbito da militância, na inserção em outros espaços ou até mesmo em redes sociais percebemos que é intensificado por um governo que faz com que as pessoas se sintam autorizadas a expressar todo seu preconceito, racismo, sua LGBTfobia, seu machismo. Percebe-se o quanto existem críticas, principalmente dessa parcela da população ou conservadora, ou que ainda realmente não tem nenhum entendimento, que precisamos disputar essa narrativa desse público criticando as cotas como se as coisas fossem privilégio, desconsiderando toda a trajetória, toda a formação sócio histórica do país que coloca os negros e negras em uma condição de subalternidade. Então assim, sabemos que existem esses discursos, não é algo que eu ouço no meu cotidiano aqui no meu trabalho, mas eu consigo ouvir no cotidiano da universidade, nos espaços que a gente se insere. Mas também ouvimos o contrário, ouvimos pessoas de movimentos que militam na causa, eu mesmo tive oportunidade de participar de espaços promovidos pelo DCE, junto com o movimento negro para falar sobre a permanência estudantil. E aí não conseguimos compreender, também, ali o que os estudantes negros também passam e ouvem não só sobre as cotas, mas também sobre a permanência. Enfim, nós ouvimos os dois lados no nosso dia a dia.

6. Já atendeu usuários com demandas relacionadas a racismo na Instituição?

Especificamente em relação ao racismo não. Estou trabalhando no campus UFSC Florianópolis há quatro meses, antes trabalhava no campus Joinville. Percebi em alguns relatos, que o estudante procura por outras demandas, situações que ele vivencia e que ele sente. Mas especificamente sobre essa

demanda, pelo menos tanto aqui na COAES, quanto na assistência estudantil de Joinville, eu nunca atendi. A demanda normalmente é outra, mas aí alguns relatos acabam surgindo, não necessariamente ao racismo institucional. Às vezes de compreender o racismo nas relações interpessoais. Mas nunca fui procurada com essa demanda específica. Até porque, acho também que como o nosso setor não é o setor de referência na universidade, já tem a SAAD, então normalmente é o setor que acaba sendo a porta de entrada para essas demandas. Aqui na COAES, nós somos dificilmente procurados para receber esse tipo de demanda. Então acho que também por isso, porque tem um setor específico que atende essas demandas.

Perguntei: nesse sentido algum atendimento que tu já tenhas realizado, em que percebestes que o(a) estudante falou talvez ele(a) não enxergou como racismo, mas na sua análise você poderia classificar como racismo?

Ela responde: Eu acho que não necessariamente em relato de atendimento assim, mas principalmente quando eu estava em Joinville que não tem a SAAD, nós fazíamos ações que seriam ações da SAAD no Campus por não ter SAAD lá. Percebíamos, às vezes, nas rodas de conversa estudantes que não necessariamente percebiam que estão inseridos nesse contexto, não só de racismo institucional assim, mas a dificuldade de compreender que o estudante negro tem uma especificidade. Ele não sofre necessariamente os mesmos problemas que estudante branco sofre. Então acho que a gente conseguiu perceber assim algumas falas de estudantes negros em Joinville, mas não alguma situação mais específica assim, sabe, de dizer “sofreu racismo não percebeu” eu nunca ouvi. Mas eu acho que é mais nessa situação de compreensão mesmo sabe, de perceber que a realidade dele é diferente da realidade de outros estudantes, que também estão na mesma condição de não acesso a permanência, não acesso a algumas políticas públicas. De entender mesmo a inserção, da sua inserção, da inserção do povo negro nestas políticas públicas internas da UFSC e externas.

7.Você acha que cotas intensificam ou não a discriminação racial? Justifique a sua resposta.

As cotas elas possuem uma função social de reparação histórica ao povo negro. Elas intensificam na medida em que vivemos em uma sociedade ainda muito conservadora, que critica não só as cotas, mas qualquer política de ações afirmativas, porque a parcela da sociedade que ainda reproduz esse conservadorismo vai criticar qualquer tipo de política pública destinada às minorias. Aí minoria entre aspas, porque sabemos que a população negra é maioria no nosso país. Mas é minoria no sentido que sofre opressão. Então se intensifica, talvez, o ódio dessas pessoas, mas que é uma política de reparação que precisa inclusive ser ampliada, eu não tenho dúvidas em relação a isso. E aí nós temos que ir para o debate, para disputar narrativa com essa população, que ainda não consegue compreender o papel dessas políticas, o porquê que elas existem. Então eu acho que sim, nós temos que disputar a narrativa com essa galera que usa política de cotas, porque é isso, falar de reparação histórica, se você vai falar de racismo. Quando você vai falar das condições de vida da população negra nos debates, pelo menos a primeira coisa que aparece são críticas à política de cotas. Parece que virou um chamariz para o racismo de algumas pessoas virem à tona caírem em cima, mas eu acho que é uma política importante que precisa ser ampliada.

8.Você acha que a política de ações afirmativas na sua modalidade cotas PPI, atende as necessidades dos estudantes negros oriundos desta política? Justifique sua resposta.

Eu acho que não suficientemente! Como eu falei, o acesso à universidade ele foi ampliado, não tem como negar, as políticas de cotas trouxeram essa possibilidade. Mas não são suficientes, porque entramos no debate da permanência e percebemos que ainda tem muito o que se avançar nisso. Apesar de ter promovido acesso, ela ainda não mudou a realidade da população que

ingressa na universidade, não só dos negros, dos indígenas e dos quilombolas. Então temos muito o que avançar, ela ainda é muito insuficiente.

9. Você é a favor de cotas raciais? Justifique sua resposta.

Sou a favor porque nós vivemos em um sistema capitalista, extremamente desigual que ainda reproduz relações de opressão, coloniais. Então acho que é uma política sim importante, mas precisamos ir muito além dessa política. Quando falamos em construir uma nova perspectiva de sociedade a partir da construção de uma perspectiva de universidade. Quem sabe um dia a gente consiga mudar toda essa realidade, utilizar como exemplo as revoltas que vêm ocorrendo no Chile e Equador. Por uma nova organização societária que possamos perceber que essas políticas de compensação não sejam mais necessárias, porém no sistema capitalista na atual conjuntura, essas políticas se fazem necessárias. Mas não podemos perder de vista um projeto diferente, tanto de universidade, que seja uma universalidade de fato, mais vinculada às necessidades da nossa sociedade e quando falo da classe trabalhadora, porque hoje se vende discurso que a universidade está aí para atender as necessidades da sociedade. Mas nós sabemos que a sociedade continua reproduzindo a desigualdade, quem é pobre continua pobre, quem é rico está cada vez mais rico. Então precisamos pensar em uma universidade com uma outra perspectiva, que ela realmente integre a classe trabalhadora, que o povo consiga perceber que a universidade não é um espaço de elitismo, que a universidade é um espaço que cumpre a função social de atender de fato necessidade do povo brasileiro. Porque quando a gente fala em divisão de classes, pensamos que a universidade irá atender as necessidades da sociedade, sendo que a maior parte da sociedade é a classe trabalhadora, a maior parte da sociedade é o povo pobre. É só observarmos a pirâmide social no Brasil. Então eu acho temos que devemos pautar qual é o projeto de universidade, de uma universidade popular.

10. Em sua opinião qual o papel do assistente social na PAA?

Eu acho que independente se está trabalhando ou com a política, o assistente social, nós temos um projeto ético-político, que eu considero como bastante avançado se a gente for comparar com outras profissões. E, independente do espaço em que se esteja atuando, não podemos perder de vista essa compreensão, da nossa divisão social de classe, da forma como a sociedade se estrutura, da forma como as opressões elas se reproduzem. Então, o papel profissional do assistente social é combater sempre na sua atuação profissional, em qualquer espaço qualquer tipo de opressão. Se comprometer com essas lutas e tentar compreender também no seu dia a dia qual espaço que ocupa, porque nós estamos em uma profissão, que quando somos funcionários entre aspas do Estado, nós estamos em um papel de reproduzir as relações do Estado, e hoje o Estado reproduz interesses de uma classe que é uma classe dominante. Então, nós, sendo trabalhadores deste Estado, acabamos reproduzindo, nesse sentido, as relações que o Estado, que essa classe estabelece ao Estado. Então o nosso papel é pensarmos que a nossa formação profissional, ela tem um compromisso com a classe trabalhadora. Tem um compromisso com as mulheres, com os indígenas, com a população negra com a população LGBT e não podemos perder de vista que a nossa atuação profissional precisa ser pautada por isso. Independente do nosso espaço de atuação, não podemos perder de vista que o nosso compromisso é com a classe trabalhadora, é com povo que é oprimido. Com todas as pessoas que sofrem qualquer tipo de opressão.

11. Que estratégias profissionais têm utilizado no combate ao racismo?

Eu não consigo separar a minha atuação profissional, da minha situação política e da minha atuação militante. Então dentro dos espaços institucionais nós tentamos sempre pautar essas questões, de fazer com que não se perca de vista as especificidades dos públicos que ingressam na universidade. Principalmente dos públicos que ingressam pelas cotas e, também, levar esse debate para além do nosso espaço profissional. Participar de eventos ou de discussões que o

próprio movimento nos convida a participar. Eu, tenho participado desses espaços do movimento estudantil, dialogando com os estudantes também, porque para além da minha atuação profissional eu também tenho uma visão ainda muito limitada do que é a necessidade do público. Seja da população negra, seja da população indígena, da população LGBT que existe na universidade. Então nada mais necessário que ouvirmos os estudantes que fazem parte desse público e entender o que eles nos trazem e buscar o diálogo e a construção junto das políticas que a gente constrói na universidade. É uma coisa que eu pauto nas nossas reuniões, nos nossos espaços de discussão aqui dos setores da universidade. Que temos que ter um diálogo com os estudantes. Nada e ninguém melhor do que eles para falar o que que eles passam, o que eles precisam aqui na universidade. Mas ainda é um desafio bastante grande, temos relações institucionais muito enraizadas e temos que trabalhar essas raízes, cortar algumas raízes para poder plantar novas árvores e colher novos frutos.

12. As suas condições de trabalho permitem a realização dos objetivos profissionais na implementação da política?

As condições de trabalho estão limitadas pelas condições estruturais da universidade e das políticas públicas. É muito complicado, porque aqui nós lidamos muito com a seleção da pobreza. Nós não temos recursos suficientes, precisamos trabalhar com a seleção dos estudantes que são mais vulneráveis financeiramente. Porque a gente ainda tem que considerar toda a estrutura que envolve a vida dos estudantes. Eu percebo que a atuação ainda é muito limitada, as condições de trabalho principalmente nas condições financeiras, orçamentárias da Universidade ainda são muito limitadas. Para além da questão financeira, a nossa própria organização interna. Temos uma demanda que tem crescido exponencialmente desde que a política de cotas foi implementada, desde que a universidade expandiu seu atendimento através do REUNI. Então assim, aumentou exponencialmente a demanda dos serviços da universidade e consequentemente, mudando aí o perfil do público que ingressou na universidade. Aumentou também a demanda de permanência estudantil e dentro da

permanência, aumentou a demanda para assistência estudantil e não vemos uma mudança nesse aspecto. Nós trabalhamos em um setor com salas extremamente precárias, com condições às vezes bem precárias de atendimento aos estudantes. Esse número de profissionais não é suficiente para atender todas as demandas que nos chegam. E ainda reproduzindo ainda burocratismo que a universidade hoje tem nas suas ações, justamente porque também estamos inseridos em uma política pública e precisa estar a todo momento preocupado, respondendo aos órgãos de controle. Enfim, ficamos nessa intermediação entre as necessidades da universidade, desse controle externo e das necessidades dos estudantes e daquilo que eles nos trazem que a nossa limitação, nossas condições de trabalho, acabam limitando nesse sentido.

13. A Cor da pele do(a) usuário(a) foi um fator que influenciou no atendimento? Conte uma situação como exemplo.

Do atendimento não, mas da minha análise sobre a situação do estudante sim! Porque não tem como te dizer que eu trato todos os estudantes iguais, se eles são desiguais então precisamos compreender. Eu normalmente tenho esse olhar que as especificidades têm uma influência na condição do estudante. Então, quando o estudante negro da periferia de São Paulo, que tem uma família que vive na periferia, que tem um pai envolvido com tráfico e uma mãe que vende bala no sinal para sustentar os outros filhos me traz a sua situação, eu vou interpretar de uma forma diferente em relação a uma outra situação de vulnerabilidade que talvez um estudante branco me traga e da mesma forma os estudantes LGBT's, quando eles trazem que não podem contar com a minha família porque a família não aceita a sua orientação sexual. Nesse sentido, eu vou olhar de uma forma diferente, mas de uma forma geral no sentido de interpretar avaliar a situação que ele traz. Mas em relação ao atendimento não, porque o atendimento nós entendemos que todos têm direito a um bom atendimento, a um serviço de qualidade na universidade. Quanto a isso eu vou tratar todo todos iguais, com respeito ao usuário que atendemos e, também, com respeito a ética profissional. Mas nesse sentido de interpretar a condição de estudante sim.

14. O que você pensa sobre a população negra?

Como eu falei nas outras questões, ainda é uma população que sofre muito com as desigualdades. Sofre muito com a forma de como o nosso sistema é estruturado, que nos últimos anos, na verdade não nos últimos anos, porque a luta da população negra é histórica. Mas quero dizer nos últimos anos tem tido algumas conquistas, e aí talvez eu tenha até me expressado errado no começo, quando eu disse que nos últimos anos, o debate tem vindo à tona, porque a questão racial ela é histórica. O que veio à tona nos últimos anos foi a questão de acessar algumas políticas que antes não se acessava. É nesse sentido e o que eu penso da população negra, é que a população que é a base do nosso país e como eu falei, é uma minoria no sentido de que tem privação de acesso a diversos direitos. São minorias no sentido que sofre opressão, que sofre preconceito enfim, mas são a maioria do nosso país. Eu gosto muito da frase da Angela Davis, que fala que não basta não ser racista, precisamos ser antiracistas. Então nós precisamos inclusive nos somarmos na luta da população negra, para enfim termos um horizonte para reverter toda a forma como se estrutura o nosso sistema, que ainda é estruturado no racismo, no machismo, na LGBTfobia e em todas as desigualdades e na questão da classe também.

15. Você se considera uma pessoa racista? Justifique sua resposta.

É bem complicada essa pergunta, no sentido de que nós somos educados em uma sociedade racista, a tendência de reproduzirmos racismo é muito grande. Mas, temos que aprender a desconstruir e construir novas relações. Para mim é uma questão complicada. Porque às vezes eu comparo, até quando eu li, eu comparei essa questão com relação ao machismo. Às vezes nós feministas, quando ouvimos "nem todo homem é machista", e nós falamos não, se você é homem você vai reproduzir machismo em algum momento. E aí eu fico pensando, eu enquanto branca, como eu pensaria essa afirmação? Você é branca, você em algum momento vai reproduzir racismo. Então eu tento, procuro não reproduzir, não ser racista e não reproduzir ações racistas na minha vida. Mas eu sei que em

muitos momentos isso acaba acontecendo, mas eu acho que eu procuro me esforçar para que isso não aconteça. Vou dar um exemplo muito real que é o que mais acontece comigo que até falei agora no começo da nossa conversa. Eu sei que a língua portuguesa é muita racista, e aí eu tento tomar um cuidado com as palavras que eu uso. No começo da nossa conversa eu falei assim “aí eu usava aquele aplicativo para o som ficar mais claro” e aí às vezes algumas palavras eu acabo reproduzindo e depois eu penso “opa! pera aí”, eu tenho que trocar as palavras. Eu preciso tomar esse cuidado, então são coisas nesse sentido sabe? Que eu acho que ainda está intrínseco, mas que nós precisamos fazer o esforço de romper com isso. Acho que eu estaria sendo muito demagoga, ou não sei qual é a palavra, dizendo que eu não sou racista ou eu não tenho práticas racistas, mas eu tenho muito cuidado para que isso não aconteça e pelo menos eu acho que no meu cotidiano, talvez eu tenha tido um pouco de sucesso nisso. Porque pelo menos eu sempre falo com as pessoas com quem eu lido “olha se você ver que eu estou fazendo, falando alguma coisa, que está produzindo seja o racismo, seja qualquer tipo de preconceito você me dá um toque”. Acho que eu tenho tido bastante cuidado e eu acho que eu estou conseguindo ter esse cuidado. E aí que está a situação delicada de responder, porque no meu desejo, no meu intento, nas minhas ações, eu não sou, mas eu sei que existe uma educação que às vezes acaba deixando intrínseco na educação das pessoas todas as formas de opressão que nós sabemos, então para mim é complicado responder essa questão sabe

APÊNDICE B – Entrevista 2

Assistente Social B

Raça/cor: Branca

Gênero: Feminino

Instituição de formação: UFSC

Ano de formação: 2011

Possui especialização? Mestrado em Serviço Social

Quanto tempo atua na Instituição: 5 anos e meio

Atua em que Setor: Assistência Estudantil - COAES/PRAE

As perguntas nortearam o roteiro estarão assim dispostas:

1. Existe racismo no Brasil? Justifique sua resposta.

Existe! Apesar de historicamente ter essa construção de que não há racismo no Brasil, eu tenho entendido, vejo e até tenho lido bastante com o Silvio de Almeida que faz uma análise muito bacana sobre racismo estrutural e o quanto a nossa sociedade é trabalhada para entender o racismo como algo que não existe, que é no máximo casos isolados que devem ser tratados como um problema psicológico ou como um problema judicial. Tem uma fala dele que diz sobre isso e que isso na verdade vem para garantir todo esse sistema conservador que a gente tem, esse sistema capitalista que acaba fazendo a concentração de renda e desigualdade se manter. Porque se você acredita que não tem racismo, ele cita como ideologia da democracia racial que trata da consciência para reproduzir isso no plano mental das emoções das pessoas se sentirem dessa forma, não sou preconceituosa, são os negros que se tem como vítimas, quem passou isso não foi ele foi um antepassado, foi uma pessoa que nem existe mais, então não consegue fazer o reflexo do que é o passado da história do Brasil nos dias atuais ou como isso vem só trocando a roupagem mas se mantendo em relação a manutenção do racismo.

2. Qual é a visão sobre o racismo na nossa sociedade?

Eu vejo hoje o racismo como um dos principais problemas do nosso século, desde os séculos passados e vejo que isso conseqüentemente, vai gerando a exclusão social, a desigualdade e a violência. Infelizmente muitas vezes ele ocorre de forma imperceptível, a gente acaba não se dando conta como a gente conversou anteriormente. Não damos conta das nossas ações, das nossas falas, dos costumes, o quanto está embutida na nossa consciência na, nossa visão de mundo. O quanto isso promove a exclusão e o preconceito e mesmo que indiretamente então acaba segregando e gerando o preconceito racial.

3. Como é tratada a questão étnico-racial no Brasil?

Eu vejo que o Brasil ele é um país racista. O Brasil é um estado brasileiro racista, pelo fato inicial de não financiar os serviços essenciais para a minoria da população que hoje é negra e se encontra concentrada nas camadas sociais de baixa renda, o que atinge diretamente o direito à vida de negros e negras em todo país. Eu fiz uma pesquisa sobre os dados da campanha que o CFESS está publicando agora que assistentes sociais no combate ao racismo, então eles trazemos dados do IBGE em que o percentual de pessoas negras que vivem em condições precárias de saneamento, sem acesso simultâneo, à água, esgoto e coleta de lixo é quase o dobro das pessoas brancas. Então acaba como diz a campanha do CFESS quando acaba o recurso que é preto e pobre sente primeiro. Então também a crescente violência contra mulher e isso acaba sendo muito maior as mulheres negras. Tem uns dados também que o CFESS traz o que foi publicado pela agência Patrícia Galvão que 53% das mulheres são vítimas de mortalidade materna 58% vítimas de violência doméstica e 68,8% das mulheres são mortas por agressão são negras. Então são dados alarmantes e que mostram que quanto mais vulnerável socialmente está essa pessoa, a mulher negra mais próxima desses indicadores, esses dados acabam acontecendo. Também queria falar um pouquinho das religiões afro-brasileiras que são estigmatizadas e a cultura negra o quanto ela é demonizada, é vista como sempre mal, o ruim para

quem não vivencia, para quem não está nesses espaços. Posso falar isso um pouquinho com propriedade por vivenciar e ser criada dentro de uma religião de matriz africana que é umbanda. Então ser uma mulher branca dentro de um ritual tem um peso diferente para uma mulher negra. Eu já tive fala de pessoas que me dizem “nossa mas se você vai lá então quer dizer que não é ruim, então se você está nesse espaço quer dizer que não tem pessoas fazendo mal”. Mas por qual motivo as pessoas interpretam dessa forma porque sou eu porque sou uma mulher branca, porque tenho uma formação. Então as pessoas se apropriam sempre pelo senso comum e esquecem de fato conhecer. Ninguém questiona quando você se diz católico, ninguém questiona quando você se diz evangélico, mas se uma pessoa disser que é de candomblé ou da Umbanda, ou seja lá qual for a religião de origem de matrizes africanas, apesar das pessoas não saberem que os evangélicos a origem é negra, então mas mesmo assim é demonizado e é visto como algo ruim, algo pejorativo.

4. Em sua opinião existe racismo na UFSC? Se sim, de que forma ele aparece? Se não por quê?

Sim. Eu vejo que ele tem várias roupagens, o racismo na universidade ele vai ser de aluno para aluno, de professor para estudante, vai ser de coordenação de curso, coordenador departamento enfim, para com estudante ou de servidor para servidor.

5. O que falam para você sobre estudantes negros cotistas?

Já escutei que eles tiram vaga de quem quer estudar, que é uma maneira fácil e passar, o que é totalmente uma inverdade.

6. Já atendeu usuários com demandas relacionadas a racismo na Instituição?

Então acho que isso vai passar por todos os universos que estão dentro da Universidade. É lógico que quando tem uma situação como é a relação

estudante/professor que é uma relação de poder criado culturalmente de que o professor é um “Deus” e que todo mundo tem que abaixar a cabeça para ouvir (a gente fica até com receio de falar porque é bem assim). Então muitos estudantes relatam para nós aqui dentro mesmo da assistência estudantil de situações de que o professor disse “você é cotista, você tem que se virar nos trinta para dar conta do conteúdo”, principalmente em cursos de exatas e engenharias. Já ouvi relatos de estudantes que o professor disse “eu quero ver se você realmente vai conseguir ficar aqui”, então não oferece nenhum tipo de apoio sobre o conteúdo, não oferece monitoria, não oferece nenhum tipo de recurso que possa favorecer ou facilitar a permanência desses estudantes na universidade. São situações conflituosas porque se a COAES , que a gente tem o hábito muitas vezes fazer reunião com coordenação de curso e tentar mediar essas situações, tem situações que a gente realmente consegue confirmar que houve situações de racismo, que houve violência cometida contra o estudante tem outras situações que a gente também consegue ver que foi o uso do Estudante para com a situação ofensiva, ações que a gente não consegue realmente chegar a lugar nenhum por não ter provas e fica a palavra de um contra o outro. Então acabamos fazendo acompanhamento do estudante para garantir que ele tenha o mínimo conosco. Eu vejo que os estudantes que estão lá nas engenharias são os que mais sofrem, principalmente quando vem por cotas para universidade eles não têm quase suporte nenhum.

7. Você acha que cotas intensificam ou não a discriminação racial? Justifique a sua resposta.

Eu vejo que uma parcela da sociedade brasileira não consegue compreender qual é o real sentido das cotas. Ver isso como um favor a um público específico como a gente aqui está tratando dos negros, acha que é um mimimi, que é como conversamos anteriormente, que não foi ele que passou, que ele não sabe quem sofreu na escravidão foi o antepassado dessa pessoa, hoje ele já não é tão negro assim, porque hoje olha a mãe dele é negra, o pai dele é branco e já tem até outra estrutura. “Ele até tem condições de estar vivendo, olha só ele tem

um carro que eu não tenho”, então é difícil das pessoas compreenderem qual é o verdadeiro sentido das cotas. Então é algo que ao meu ver está longe de extinguir, porque o Brasil não tem essa capacidade de conseguir fazer, equiparar a igualdade para a população, dar a mesma dignidade de existência que tem a população branca para a população negra. Acho muito difícil a gente conseguir, ainda mais com os desmontes cotidianos que estamos sofrendo, a cada dia é uma barretada que nós recebemos. Eu acredito que para uma parcela intensifica, porque acaba tratando isso como um o mimimi e para quem tem uma compreensão, uma visão do que de fato ela está, é que ela se coloca vejo que não. No meu caso, eu vejo que não e que apesar de isso ser uma dívida histórica do Brasil acho que estamos bem longe de conseguir equiparar essa dívida que temos.

8. Você acha que a política de ações afirmativas na sua modalidade cotas PPI, atende as necessidades dos estudantes negros oriundos desta política? Justifique sua resposta.

Então eu acho que na verdade a política de ações afirmativas ela não é uma política, ela é a vaga. Para ser uma política deveria ser pensado um todo, hoje o estudante ganha somente o ingresso, ele não tem condições de permanecer. A universidade alargou a porta para entrada desse público, porém funil é o mesmo, não veio um real a mais para dar conta para atender esse público. Então se tem a ilusão da política de cotas, é benéfico? É! Mas eu vejo que estruturalmente falando ela não é garantida não, é porque hoje um estudante por mais que ele tenha a vaga, para dar conta disso ele vai ter que trabalhar, ele vai ter que estudar, ele vai ter que fazer tudo junto. Porque se depender de recursos se todos que entram dependessem só do recurso da assistência estudantil para permanecer não conseguiria se manter. O nosso universo hoje é muito pequeno de estudante se consegue, apesar de cada vez mais os nossos editais contemplar estudantes oriundos das ações afirmativas, mas é uma parcela muito pequena que acaba conseguindo ser contemplado. Para você ter uma noção, esse ano foram 1.700 estudantes que ingressaram de ações afirmativas.

Parando para analisar teoricamente os 1.700 necessitam de algum recurso financeiro para permanecer. Porque vem de família de baixa renda. Nós vamos abrir agora o terceiro edital de bolsas, mais ao total foram no primeiro semestre 350 bolsas. Então é um recurso muito pequeno, sem contar os que já estavam, então estamos pensando só em quem está entrando. Hoje a PRAE tem duas mil bolsas para um universo de 6 mil cadastros. Eu não sei se precisar o auxílio-moradia, mas se eu não me engano são 1.500 auxílios moradia e temos 167 vagas distribuídas entre masculina e feminina na moradia estudantil. Então a oportunidade existe de entrar mas, permanecer é usado popularmente muito do esforço, muito da vontade de permanecer, da sorte, vamos usar vários termos. Não vai depender somente da Inteligência, da capacidade de dar conta do conteúdo, o estudante vai depender muito mais além, vai depender da capacidade dele se adaptar e de conseguir viver neste momento. Como é que ele vai conseguir mediar as relações dele, de quem que ele vai depender, como é que ele vai *se virar nos trinta* para conseguir ficar na universidade.

9. Você é a favor de cotas raciais? Justifique sua resposta.

Sim, porque para mim o objetivo das cotas é corrigir as injustiças históricas provocada não só pelo sistema capitalista, mas por todo o sistema escravocrata que existiu no Brasil. Então um dos motivos pelo qual existe é porque os dados mostram que negros, índios e a população que acessa o sistema de cotas, a população negra em específico leva de 2 a 3 anos para conseguir acompanhar a escolaridade de pessoas brancas no ensino médio e no ensino fundamental. Mas por conta disso sua realidade é diferente acaba tendo outros afazeres que é não estudar. A cota vem não só para suprir uma exigência de mercado, de conseguir dar conta. Quando eu falo dos negros demorarem mais para acessar, quando eu trabalhei em uma ONG que atende a comunidade do Monte Cristo que é uma comunidade em Florianópolis que é estigmatizada e tem 70% de sua população negra, famílias de baixa renda, nós atendíamos 145 crianças no contra turno escolar de manhã e à tarde, e se parássemos para analisar as crianças que vinham de família negra tinham a escolaridade estavam sempre duas ou três

séries antes das outras crianças. Assim e até para poder inserir no "jovem aprendiz" muitas vezes já estava lá com 15 e 16 anos, e não consegue ir para "jovem aprendiz" porque estava na sexta, na sétima série. Porque era ele que cuidava do irmãozinho, que leva para creche, que cuidava, que tinha que dar conta de cuidar da casa, de fazer diversas coisas e tinha que dar conta ainda do estudo, ir para o projeto aprender violão. Aprender sim é bom, é positivo a parte de estar no projeto, mas o quanto isso reflete na vida prática das pessoas, e que você consegue ver a partir do momento que você está inserido dentro dessa sociedade. Então sou a favor sim e acho que precisamos cada vez mais ampliar não só o acesso, mas também a permanência dessa parcela da população no ensino superior do Brasil.

10. Em sua opinião qual o papel do assistente social na PAA?

Apesar de não ser ou de ser diretamente vinculada, porque não é o nosso setor que trabalha com as ações afirmativas, mas nós somos, podemos dizer assim o pós entrada, eu vejo que o nosso papel é fortalecer os movimentos, instigar os estudantes para fazer essa análise realmente de conjuntura que não é você que é culpado dessa realidade, que não é você sozinho também que vai conseguir, nem a gente sozinho, é garantir o acesso à informação, é garantir o acesso aos serviços, seja ele de cunho psicológico, social, saúde. Fazer com que eles saibam onde eles estão, que eles saibam se apropriar desse universo, e saibam usar isso em favor deles para permanecerem. Então o Serviço Social, ele vai além de mostrar o que nós temos, ele vai além de ofertar as bolsas, ofertar os benefícios, a nossa profissão tem que se colocar aqui estrategicamente, em uma posição de defesa de direitos. De conseguir mostrar para esse usuário da assistência estudantil que a gente chama de estudante, que somos todos classe trabalhadora e que precisamos estar fortalecidos buscando por melhores condições por ampliação da política e que por mais que quando há um corte na bolsa, quando há um corte em qualquer outro benefício, isso também vai refletir no nosso fazer profissional. Precisamos estar cada vez mais articulados e juntos para lutar por isso.

11. Que estratégias profissionais têm utilizado no combate ao racismo?

Nós acabamos já conversando um pouco sobre isso. Vejo que é isso mesmo, é articular com outros espaços, com movimentos, com coletivos, é conseguir se apropriar um pouco mais da análise de conjuntura dessa população em específico, conseguir dialogar com autores que conseguem nos dar clareza sobre como vive essa sociedade, como isso se reflete nas nossas ações cotidianas, o que podemos fazer para dirimir o nosso preconceito, essa criação que temos que é racista. Vejo que se articular também para mim tem feito muito bem, o CRESS um espaço de formação, um espaço de militância, um espaço de fortalecimento coletivo em que eu tenho conseguido limpar muitas ações e tenho feito muitas coisas que remete a exclusão do preconceito.

12. As suas condições de trabalho permitem a realização dos objetivos profissionais na implementação da política?

Veja bem, vamos falar sobre condições de trabalho, como eu já falei assistência estudantil mantém o orçamento aqui dentro dessa universidade e vejo que para que a gente conseguisse implementar a política de ações afirmativas, principalmente por cota racial, precisaríamos ampliar recursos. Se você me perguntar sobre condições de trabalho, autonomia de realizações, de fazer movimentos, de conseguir dialogar, isso tem o espaço, isso eu consigo fomentar. Agora objetivamente falando, mudar a realidade não conseguimos fazer isso sozinha. Nós hoje temos um quadro de profissionais que atendem em Florianópolis, nós somos em onze se eu não me engano, assistentes sociais, sendo duas em afastamento, uma na coordenação para atender um universo de 5 mil cadastros. Então bem difícil te dizer que objetivamente se a gente consegue dar conta de implementar essa política. Mas temos caminhado para isso, feito algumas ações, projetos coletivos, trabalhos em grupo. Nós temos um grupo agora do permanecer que visa trabalhar com estudantes sobre as condicionalidades. Antes deles perderem os benefícios para se dar conta, para tentar resolver isso no semestre antes de acontecer a renovação das bolsas.

Fizemos uma ação na moradia estudantil também semestre passado, trouxemos o CRAS, trouxemos alguns serviços da prefeitura, levamos alguns serviços da UFSC para palestrar, para explicar o funcionamento de cada serviço. Conseguimos fazer 30 cadastros únicos dentro da moradia estudantil, para facilitar que esse estudante que, geralmente acessa a moradia são os que têm a renda mais baixa que estão conosco, por ser poucas vagas então o corte acontece da renda mais baixa para a mais alta. Então o nosso índice de corte da moradia foi trezentos e pouco masculino e duzentos e pouco no feminino, então são pessoas que realmente estão em situação de vulnerabilidade social, e que por vezes acabam não tendo tempo de ir até o CRAS porque eles estudam durante o dia, estão trabalhando, fazendo estágio e, também, estão na correria. Então tentamos proporcionar esse momento durante o dia inteiro para quem algum momentinho ali do dia, no meio tempo que vai em casa, que troca de roupa, pega e consegue fazer o CAD único e acessar minimamente assistência social do município, também conhecer profissionais de referência, conhecer o serviço da UFSC. Temos realizado ações que permitem que os estudantes consigam também transitar cada vez mais apropriados desse espaço que é a universidade. 'Porque a permanência ela não vai passar só pelo recurso financeiro, lógico que é o principal, mas muitas vezes para permanecer o estudante precisa de outros subsídios, e a gente está aqui para fazer isso também.

13. A Cor da pele do(a) usuário(a) foi um fator que influenciou no atendimento? Conte uma situação como exemplo.

Sim! Creio que influencia não somente na questão da recepção desse estudante, mas como também na leitura que acabamos fazendo da realidade que ele traz. Quando ele vem traz a situação de que vem de família com trabalho informal, quando uma situação de trabalho temporário, uma situação de trabalho que é precarizado mesmo e que a realidade daquela família está posta e que você pouco consegue fazer, dentro dos limites que a instituição te coloca ou dos limites institucionais, que são estruturais e que não vão modificar pela ação do Serviço Social. Um caso que creio que possamos citar nessa situação é uma estudante

negra veio de uma cidade de longe que não era daqui de Santa Catarina, então ela veio de outro estado. O pai era desconhecido, a mãe trabalhava em formalmente como auxiliar de cozinha, então ganhava um salário bruto de R\$1.300 e tinha conseguido financiar um apartamento no "Minha casa Minha vida", porque ganhou subsídio do governo e tava com uma parcela baixa, então era praticamente R\$ 500,00, só para pagar essa parcela. Essa estudante passou aqui na UFSC então a mãe deixou ela vir estudar. Chegando aqui a estudante não conseguiu acessar os benefícios, porque como a gente considera a renda bruta dividida por duas, a renda dela ficou acima do índice de corte dos benefícios daquele período. Ela tentou alguns recursos, tentou recorrer, mostrar que a situação dela de vida era realmente diferente daquilo que estava expresso na renda. Nós tentamos fazer uma reflexão com ela de mostrar que de fato a gente compreendia que não era a renda dela, a renda ideal para conseguir sustentar duas famílias e que de fato era uma renda muito baixa para manter já uma família em um único município, porque o líquido da mãe dava R\$ 950 e R\$ 920 com todos os descontos de INSS, vale transporte e vale-alimentação. Hoje nós abatemos os descontos de vale alimentação, vale transporte, são os únicos que conseguimos abater, mas ela não conseguiu ficar porque por causa da renda ela não conseguiu a bolsa, com valor do índice de corte dela e da mãe dela, não dava conta de financiar a permanência dela na universidade. Como ficava muito alta ela não conseguia acessar nem a moradia estudantil. Então foi uma estudante que trancou o curso e não voltou mais para universidade. Então sabemos que essa é a realidade de muitos outros e que por vezes acabamos não tendo autonomia de modificar porque a análise ela é pré-estabelecida, a forma como é analisada. Então é uma situação que é recorrente, tem muitos outros que acabam saindo da universidade por não conseguir permanecer.

14. O que você pensa sobre a população negra?

Para mim é uma população alegre, são pessoas que eu tenho sempre muito prazer de me relacionar vejo como a raiz do mundo. Acho que todas as formas de vida nasce com os negros, seja energeticamente falando, seja

sentimentalmente falando. Para mim a população negra é uma das populações que em sua realidade são reis e rainhas que foram destituídos dos seus saberes, dos seus conhecimentos e foram trazidos para cá, para qualquer outro lugar desse mundo, escravizados. Pelo fato, pessoas tão cordiais que ao mesmo tempo que trouxeram a sua cultura, sua riqueza, e que conseguiram lutar e mostrar que não é bem assim que se coloca, que cada um tem o seu lugar e que ele não se permitiria ficar assim, socialmente falando. Vejo que são pessoas, são pessoas que têm potencial, que tem força e que podem cada vez mais e que precisam continuar lutando pelo seu espaço, que precisam continuar somando forças para que a gente mude essa sociedade que é tão desigual.

15. Você se considera uma pessoa racista? Justifique sua resposta.

Já conversamos sobre isso também, é difícil a gente se dizer racista, carregar esse estigma. Mas a nossa criação também não nos dá uma outra opção. Posso te dizer que não me considero, mas já tive sim muitas atitudes por conta de toda essa conjuntura que a gente já falou. Busco cada dia melhorar, me policiar e tomar todo o cuidado para não expressar e não ser. Lutar contra o racismo, faço isso na minha profissão, faço isso na minha vida, faço isso nas minhas relações seja lá na escola de samba, seja na minha vida pessoal seja no terreiro seja em qualquer espaço que ocupo. Então procuro sempre limpar qualquer expressão ou qualquer atitude racista. Me vejo hoje uma pessoa que combate e que tenta limpar essa sociedade porque eu vejo que você não precisa ser negro para ser contra o racismo, você pode sim ser contra, e para mostrar que essa estrutura que existe não é a que a gente quer. Queremos sim um mundo melhor, igual para todo mundo de oportunidades, de chances e de caminhos.

APÊNDICE C - Entrevista 3

Assistente Social C

Raça/cor: Negra

Gênero: Feminino

Instituição de formação: Universidade do Norte do Paraná

Ano de formação: 2013

Possui especialização? Se sim, em que área?: Sim, psicopedagogia institucional.

Quanto tempo atua na Instituição: 02 anos

Atua em que Setor: Setor de Apoio ao Estudante/ Campus Jaraguá do Sul

As perguntas nortearam o roteiro estarão assim dispostas:

1. Existe racismo no Brasil? Justifique sua resposta.

Sim, o racismo apresenta-se de diversas formas na sociedade brasileira, refletindo-se pelo índice de violência com pessoas negras, seja a pouca representação nas mídias e nos espaços de poder. A população é 54% da população, aproximadamente, segundo dados IBGE, mesmo assim nós somos a minoria nas entidades públicas, no congresso, na justiça (como servidores) entre outros espaços de poder. O racismo dar-se também no número de violência obstétrica contra mulher com predominância de negras.

2. Qual a sua visão sobre o racismo na nossa sociedade?

O racismo é uma criação social com o objetivo de dominação, desta forma, a própria ciência no processo de Eugênia valida a criação desta categoria. Sua finalidade nada mais era que legitimar a inferiorização de corpo negro em detrimento do corpo branco, assim criando mecanismo de controle e dominação.

3. Como é tratada a questão étnica racial no Brasil?

Graças aos movimentos sociais que discutem a negritude e fazer as denúncias sobre os racismos ocorridos no país, conseguimos avançar nas discussões sobre a temática. A marcha do Zumbi, em 1995, foi uma dos marcos para denunciar os racismos vivenciados pela população negra ao longo dos anos no Brasil. Também, em razão das cobranças internacionais tivemos alguns avanços, como: as política de ações afirmativas, Política Nacional Saúde da população Negra.

4. Em sua opinião existe racismo na UFSC? Se sim, de que forma ele aparece? Se não por quê?

Sim, a universidade não fica longe de reproduzir as problemáticas sociais. Já ouvimos relatos de alunos (as) que viveram situações de preconceito racial, mas que por várias razões tem medo de denunciar, tendo em vista que é um racismo velado, com ações muitas vezes mascaradas na sutileza.

5. O que falam para você sobre os estudantes negros cotistas?

Já ouvi alguns relatos de que os estudantes negros tenham sofrido discriminação e por tal razão tem vergonha de falar que é cotista.

6. Já atendeu usuários com demandas relacionadas a racismo na Instituição?

Sim.

7. Você acha que cotas intensificam ou não a discriminação racial? Justifique a sua resposta.

Não intensifica, apenas fica mais visível porque os negros (as) começam a ocupar espaços de poder como a universidade e, posteriormente, o mercado de trabalho formal que requer nível superior, tornando-se um mercado diversificado e isso gera incômodo social. Porque vão aparecendo os(as) médicos(as), advogados(as) negros entre outras profissões. As denúncias ganham força quando têm profissionais negros (as) nos espaços de trabalho, principalmente, em órgãos públicos.

8. Você acha que a política de ações afirmativas na sua modalidade cotas PPI, atende as necessidades dos estudantes negros oriundos desta política? Justifique sua resposta.

Não. A reserva de vaga não atende a demanda desnecessária. Precisamos pensar as ações afirmativas para além do ingresso. Essa política também deve perpassar pela permanência estudantil.

9. Você é a favor de cotas raciais? Justifique sua resposta.

Sim, pois o Estado brasileiro tem uma dívida histórica com a população negra devido ao período escravista, as ações afirmativas é o mínimo que o Estado brasileiro fez para reverter a situação.

10. Em sua opinião qual o papel do assistente social na PAA?

O papel do assistente social na discussão sobre o racismo e as políticas de ações afirmativas é fundamental, pois enquanto categoria temos o dever de defender os direitos dos nossos usuários e lutar contra quaisquer formas de discriminação. Inclusive combater o racismo institucional, sendo porta-voz dos mais vulneráveis e que se encontram fragilizados e não conseguem denunciar.

11. Que estratégias profissionais têm utilizado no combate ao racismo?

Criando espaços institucionais para dialogarmos sobre o tema, além dos espaços de atendimentos individuais. Participar de espaços de gestão e levar a problemática ao diálogo com a gestão administrativa e acadêmica do campus.

12. As suas condições de trabalho permitem a realização dos objetivos profissionais na implementação da política?

Não. Com o nível de demanda que recebemos fica difícil conseguirmos implementar a política e criar estratégias de enfrentamento contra racismo. As ações que fazemos para além da rotina administrativa são por vezes, realizadas no contraturno do profissional que tem o interesse de debater a temática.

13. A Cor da pele do(a) usuário(a) foi um fator que influenciou no atendimento? Conte uma situação como exemplo.

Sim, a empatia é um elemento que viabiliza a compreensão na hora do atendimento, para nós negros(as) é mais fácil compreender quando o aluno traz os relatos de discriminação velada, por exemplo.

14. O que você pensa sobre a população negra?

Sou negra e vivo na pele as barreiras que o racismo nos apresenta no dia a dia de trabalho, na rotina social e na própria universidade. É difícil não pensar sobre Negritude se cotidianamente as pessoas nos julgam por sermos negras ocupando espaço de poder.

15. Você se considera uma pessoa racista? Justifique sua resposta.

Não, mas por vezes acaba reproduzindo algumas ações que são fruto do período colonial, então ser antirracista é um desafio diário e necessário.

APÊNDICE D – Entrevista 4

Assistente Social D

Raça/cor: Branca

Gênero: Feminino

Instituição de formação: UFSC

Ano de formação: 2015

Possui especialização? Se sim, em que área? Não Possui

Quanto tempo atua na Instituição: 7 meses

Atua em que Setor: SAAD

As perguntas nortearam o roteiro estarão assim dispostas:

1. Existe racismo no Brasil? Justifique sua resposta.

Sim! Porque nós vivemos em um país que tem maior parte do tempo de sua história recente nascida e forjada com a escravidão, e o capitalismo se mantém também em cima do racismo e de outras formas de opressão humana e de classe.

2. Qual é a sua visão sobre o racismo na nossa sociedade?

R: Eu penso que o racismo que a gente vive hoje e como ele se expressa na sociedade é de uma forma bastante velada, apesar de existirem pessoas que se declaram racistas, mas, nós vivemos muito um racismo institucional, um racismo na forma das pessoas refletirem as coisas. Daí ele se expressa muito na individualidade das pessoas e dos profissionais. Não é porque tem um ensino superior que muitas vezes as pessoas não irão expressar formas de preconceito ou de um racismo mesmo de uma discriminação. De olhar uma pessoa negra e não imaginar que ela é o doutor mas, imaginar que ela é a pessoa que limpa. Então já está colado digamos assim na pele, na nossa formação sócio histórica. Enquanto indivíduos, nós acabamos reproduzindo isso, e se reproduz de uma forma que é concreta. Mas ela se relaciona com a subjetividade mesmo, a medida que quando olha uma pessoa com cabelo black associa a um cabelo que pode

estar sujo. É muito comum a gente vê principalmente pessoas mais velhas, que não tiveram possibilidade de estar no espaço universitário ou no espaço em que se trouxe um pensar, se refletir e se fazer uma autocrítica do que pensamos. Então acho que isso é bem presente na nossa sociedade sim, o racismo se expressa de várias formas concretas, mas que tem muito a ver com a forma do pensar do sujeito.

3. Como é tratada a questão étnico-racial no Brasil?

R: Eu acho que estamos no momento começando a pensar em espaços mais privilegiados. Tive experiências de viver outras políticas, trabalhar em outras políticas com classes sociais, como a pobreza mesmo digamos assim, e esse debate do racismo quando eu tentava conversar com os grupos que atendia, era uma coisa que as pessoas não queriam falar. Então eu acho que é algo que estamos começando a debater, iniciando a possibilidade de conversarmos sobre, porque eu acho que nós negamos e isso é muito grave. Ficamos desconfortáveis em falar sobre racismo, sobre a questão étnico-racial. Essa maneira lidarmos expressa um racismo, e estamos no momento iniciando o debate. Penso também que vivemos em uma sociedade do lucro, na sociedade capitalista e eu estou vendo o quanto que a questão da pele negra, do cabelo, está pegando muito na parte mais dos cosméticos. Então assim, existe um grande lucro também aí o que eu acho que é uma contradição. Então é as duas coisas, existem por um lado, isso é muito legítimo, é muito bom, por outro, se tem um lucro em tudo, em cima de pessoas que não podem estar fazendo uso, porque eu acredito que mesmo com as ações afirmativas vivemos em uma sociedade muito desigual. As pessoas que ainda vivem na linha da pobreza têm cor. Então acho que é isso, o principal problema é a forma de lidarmos com as coisas. De modo geral, nós não falamos sobre isso que nos inquieta, nos incomoda e fica uma coisa como se fosse feia. Quem é branco cria um olhar, de como se falar sobre racismo fosse feio, como se falar não fosse resolver o problema com frases do tipo “aquilo não é o meu problema né, não vai ser a partir de mim que vai ser mudado alguma coisa”. Eu vejo um pouco isso nos espaços que eu estou, tanto espaços acadêmicos, quanto no trabalho, porque eu tento olhar muito como que os grupos se

relacionam e percebo que é muito parecido. Até quem tem estudo de quem não tem, quando o assunto é questão racial.

4. Em sua opinião existe racismo na UFSC? Se sim, de que forma ele aparece? Se não por quê?

R: Sim. Estou a pouco tempo trabalhando na UFSC, por esta razão não vivenciei tantas. Mas já ouvi de bolsistas falando de professores que já se declararam de formas diretas ou já tomaram posturas diferentes com alunos negros recentemente. E vejo que na UFSC por parte dos professores tem muito racismo. Acho que a maior parte do que eu escuto é com relação aos professores, mas o racismo é bem declarado sim e talvez também não. Porque a forma de você lidar com o aluno que é de baixa renda, ou é negro, ou são os dois, como sabemos que infelizmente é a história da sociedade. Então acho que existe sim e tem várias histórias e situações que eu acho que as pessoas até não se dão conta. Tenho uma colega negra que estava em uma comissão com outra mulher branca. Essa outra mulher, foi super escrota com essa minha colega. Aí eu falei para ela “se tu fosse branca e fosse homem essa mulher não falaria contigo dessa forma, talvez até se tu fosse branca”. Eu acho que ela se assustou porque não se deu conta, mas eu achei que deveria instigar essa problemática que acontece. Então existe racismo na UFSC e acontece bem próximo sim, isso que a gente é do setor de ações afirmativas.

5. O que falam para você sobre estudantes negros cotistas?

R: Não tem uma fala nem positiva negativa. Eu acho inclusive, que deveríamos falar mais, tanto no acadêmico, como na vida. Mas acabamos trabalhando muito segregados e cumprindo demandas, fazendo as tarefas e não pensamos a natureza da SAAD em si, então não teria algo concreto para falar.

6. Já atendeu usuários com demandas relacionadas a racismo na Instituição?

R: Diretamente não, mas o meu setor sim. Inclusive já fomos apontados por pessoas que se sentiram discriminadas pela cor da pele, porque várias pessoas que trabalham na SAAD a maioria é branca, acho que interessante apontar isso.

Eu perguntei: que tipos de apontamentos os estudantes trazem?

A assistente social responde: Que foram olhados de uma forma diferente dos outros, que foram tratados de forma diferente, que a resposta foi dada de qualquer jeito, que poderia ter sido comunicada de uma forma melhor nos atendimentos que temos aqui.

7. Você acha que cotas intensificam ou não a discriminação racial? Justifique a sua resposta.

R: As cotas não intensificam, elas mexem no problema coletivo, em um problema que é da sociedade e isso incomoda! Acho que não intensifica, acho que já existe a discriminação, e ela na verdade é ao contrário. As cotas são formas de comprovar que a discriminação é uma coisa, que na prática não se sustenta. Achar que o estudante negro não tem a capacidade de uma pessoa branca, achar que a cor da pele faz parte do intelecto. Então acho que não intensifica, mas nós sabemos que muitas pessoas não falam sobre isso, mas estamos em uma conjuntura em que a questão étnico-racial está na pauta do dia, então várias pessoas acabam dando a sua opinião, que às vezes é contra as cotas. Então ela mexe com o que não se queria se falar

8. Você acha que a política de ações afirmativas na sua modalidade cotas PPI, atende as necessidades dos estudantes negros oriundos desta política? Justifique sua resposta.

R: Não! Acho que está muito longe de atender as necessidades à medida que o ingresso não é aliado a permanência. Então muitos estudantes desistem, não conseguem bancar financeiramente e muitas vezes não conseguem bancar a estrutura da universidade. Por mais que se tenha as ações afirmativas, não é

ainda para receber um público diferente do que já se estava acostumado, ou seja, um público anormal no sentido de que antes de uma norma não é normal e não no sentido pejorativo. Mas no sentido de que a medida que entram grupos negros, com sua vivência coletiva, dos seus locais de vida nas suas comunidades, sai da norma e a universidade fica no momento que tem que dialogar com aquilo que não é anormal. E além disso, não consegue corresponder. A política de ações afirmativas é muito inicial mesmo, porque ela não corresponde às necessidades múltiplas que é a permanência, que é fazer o estudante também se sentir parte do espaço que ele vai ficar vivendo por 4, 5, 6, 7 anos. Então acho que ainda está no início.

9. Você é a favor de cotas raciais? Justifique sua resposta.

R: Sim! Sou a favor das cotas raciais, porque acho que ela é o início de uma transformação muito maior! Porque temos uma sociedade que é segregada, lugares onde frequentam pessoas negras, lugares onde frequentam pessoas brancas. Se pensarmos sobre isso, sentiremos essa diferenciação muito real, muito concreta e as cotas vem para dar uma resposta, já que a universidade é um espaço branco. Então as cotas minimizam essa disparidade, e mexe um pouco com a estrutura da universidade. Acho meio raso quando defendemos as cotas como apenas uma reparação histórica. Precisamos de uma reparação histórica muito mais profunda, muito maior e acho que faz um diálogo com isso. Mas ainda acho que é muito pouco, porque ainda mesmo com anos de ações afirmativas, não dá uma resposta de transformação. Então acho que as cotas devem ser defendidas, porque ela é o início e ela é pouco, apesar de mudar muito a cara da Universidade. Ela é muito pouco, mas é o início e ela tem que ser muito defendida, porque ela não fica em 2021, aí vai ser revisto tudo. Nós temos um governo que não irá perdoar nada, que não quer cotas. Então precisamos começar a pensar nisso. As cotas têm que existir porque é o início de algo muito maior

10. Em sua opinião qual o papel do assistente social na PAA?

R: Ainda estou construindo e tentando achar esse papel. Hoje de manhã estava pensando: que assistente social que não para e pensa, será que estou fazendo

certo? O que estou fazendo aqui? Se não nos questionamos, não está certo. Acho que o movimento da profissão é o movimento de questionamentos, porque se não pensarmos um pouco dentro de uma instituição historicamente construída para um público de elite, se tu não se sentir estranho, não achar que as coisas estão estranhas você está errado. Não querendo dicotomizar certo ou errado. Então ainda estou construindo o nosso papel dentro das ações afirmativas. E é um processos coletivo, como atendemos também grupos que não são negros, mas também o público trans, LGBT, indígenas, portadores de necessidades especiais em geral, acho que o nosso papel é ampliar, buscar ampliar o que se tem. Porque o que se tem, ainda é muito pouco para essa realidade. O que se tem está muito na base da parceria daquele setor. A universidade não abraçou as ações afirmativas, então nosso papel é normatizar isso, buscar que a universidade passe a bancar as ações afirmativas não só como retórica, bonita, não só como discurso, mas que na prática a gente não tenha que pedir coisas. Às vezes atividades básicas que teríamos que fazer. Não temos nem espaço sabe, então acho que o mínimo de condições a universidade tem que ter e o Serviço Social tem esse papel de questionamento sim! E isso muito incipiente por estar tão pouco tempo na política, na educação de forma geral, também na universidade. Estamos buscando nos articular também com os colegas assistentes sociais no setor, porque acabamos ficando muito separados. Se articular e demandar isso, tem que ser uma caminhada coletiva não adianta ter um setor que a universidade não abrace sabe.

11. Que estratégias profissionais têm utilizado no combate ao racismo?

R: Uma pergunta bem difícil, mas eu tenho tentado concretamente. Uma coisa que eu pensei, é selecionar bolsistas cotistas, uma das bolsistas que eu tenho já quando eu cheguei ela já estava, é negra e ela tem me feito pensar várias coisas. Acho que tem que ter essas pessoas, representações negras concretamente. Isso mexe sim e faz com que o setor também mude sua cara, porque por mais que não vai resolver todos os problemas eu acho que é muito importante ter pessoas negras dentro da SAAD, participar dos debates, estar com a universidade de forma geral com os movimentos. E é muito difícil fazer isso aqui dentro, porque

existe várias críticas aos movimentos, porque existe várias rixas entre os movimentos. Às vezes não queremos tomar partido de um ou de outro, e a gente acaba ficando meio isolado. Aí parece que estamos no topo. Na verdade estamos mesmo, porque somos uma instituição federal, não dá pra dizer que não. Então é bem complexo, acho que é muito bacana quando a gente contém nas comissões pessoas dos movimentos sociais, pessoas negras. Tudo isso faz manter isso e ampliar, faz parte do combate ao racismo e falar sobre isso precisamos ter um setor que realmente esteja com esse debate e eu acho que não temos. São mais problemáticas para pensarmos.

12. As suas condições de trabalho permitem a realização dos objetivos profissionais na implementação da política?

R: Não responde também porque a universidade não abraça as ações afirmativas. Sabemos que tem várias disputas assim internas dentro da universidade. E acho que em tese, não implementamos a política a partir de ações pontuais. Então acho que também tem um limite bem grande na implementação da política, falta estrutura de trabalho mesmo, não temos ar condicionado, quer dizer, temos um pra mais de 20 pessoas no setor, não sei como vai ser no verão. Não temos sala, muitas vezes duas salas que tem para atender estão ocupadas, tem sempre alunos bolsistas pessoas que estamos conversando em salas não apropriadas. As condições não permitem que a gente realize a implementação da política, mas conseguimos articular e fazer várias coisas assim juntos, com os estudantes, com os movimentos mesmo para além da política, para além de algo focado dentro da SAAD. Isso que é o legal e acho que esse é o papel da SAAD .

13. A Cor da pele do(a) usuário(A) foi um fator que influenciou no atendimento? Conte uma situação como exemplo.

R: Olha eu acho que às vezes a gente fica em uma culpa e aí quando eu atendi uma menina que tem uma deficiência bem grave, caminhava de uma forma bem difícil com muleta, ela recebia BPC, ela não tinha os pais e ela era negra e queria cursar psicologia. E aí ela precisava tirar cópias, faltava documentos. Nós temos um processo bem difícil de validação de renda, e assim não faria e não faço

validação de renda porque a gente não consegue também. O número é muito grande de atendimento, mas eu acho que esse, por toda a questão de ser mulher, negra, deficiente foi algo que fizemos. Ajudei ela a tirar cópia aqui dentro, coisa que não fizemos, mas por toda a situação dela eu acho que tem sim uma influência de ser uma menina negra com deficiência também. Mas assim, quando influencia a busca é que sempre influencia de forma positiva na verdade, porque sabemos que para fazer o vestibular os alunos cotistas de uma forma geral escalam montanhas. E aí para vir fazer a validação, que é um processo extremamente difícil, burocrático e tem que provar que você está dentro da cota, é outra montanha a ser escalada. Então acho nesse sentido quando o aluno tem deficiência, quando o aluno é negro, eu acho que eu particularmente, faço mais questão ainda, porque precisamos sim botar esse povo dentro da universidade, pintar a universidade e que não seja com as mesmas cores. Mas que seja colorida de várias formas, também porque existe um padrão e que esse padrão dentro universidade está mudando. É muito legal, apesar da sociedade ainda ter a pobreza em uma cor.

14. O que você pensa sobre a população negra?

R: Como estou agora em uma política na educação e trabalhando com as ações afirmativas, eu tenho buscado estudar. E talvez até estude isso muito, porque as ações afirmativas ela nasce de movimentos dos trabalhadores negros. Então todo mundo entre aspas se beneficiou, inclusive as cotas de baixa renda, mas da luta que nasceu da população negra. Isso é história das ações afirmativas e por outro lado também não dá para culpabilizar um setor do movimento negro, porque eu acho que todos os movimentos sociais estão no momento, nos últimos anos, muito calados, foram calados e foram cooptados também, dentro dos governos mais progressistas. E muito a liderança Negra ganhou um cargo e não voltou para sua base. É até perigoso isso que eu estou falando, mas é a opinião e um pouco do que eu tenho visto. Aí as ações afirmativas entram dando uma resposta. O movimento negro de forma geral e os movimentos sociais como que eu posso dizer, chegaram a uma coisa e tipo: você conquistou as ações afirmativas e parece que isso calou sabe. Tenho a sensação de que se precisa conquistar muito

mais, uma outra vida para a população negra, uma outra sociedade na verdade, para falar a realidade. Porque nessa sociedade é muito difícil que a gente consiga uma real emancipação humana. Os movimentos de forma geral, movimento negro tem um papel ainda muito importante em dizer “ó as ações afirmativas são importantes, é essencial, mas precisamos nos articular para muito mais”. Precisamos discutir moradia, precisamos discutir a saúde da população negra, precisamos discutir trabalho, educação. Precisamos discutir o racismo de forma geral as ações afirmativas e se fomos pensar também no capitalismo, todas as políticas têm um objetivo também de calar né, tipo “te dou isso e você fique feliz com o que tem” e eu acho que entramos nessa. Ficamos satisfeitos com a entrada do PT e ficamos satisfeitos com as políticas públicas que foram possíveis sim no governo, e óbvio que eu não sou contra e apoio muito, mas acho que o bolsa família é um programa que não é direcionado para as pessoas negras, mas indiretamente é às vezes a única renda daquela família e de muitas famílias negras, talvez a maioria por exemplo. Nós temos que defender essa política, mas eu acho que precisamos que os movimentos negros, junto com outros movimentos, com a sociedade, com a classe trabalhadora repensem.

Pergunte: Mas como você enxerga a população negra nessa sociedade?

A assistente social responde: Eu acho que a população negra de forma geral no seu cotidiano ainda está em luta para ter o mínimo de dignidade. Essa população luta individualmente, luta com as suas famílias, luta com seus pares, às vezes com aquela comunidade. Eu acho que a gente ainda está em uma idealização achamos que a população negra está em outro patamar, mas não está. E aí tem estatísticas para dizer isso sim, como eu já disse, a população negra é ainda a população que mais sofre com tudo que tem de ruim, com a questão da moradia, com a questão de acesso à educação, com acesso à cultura, inclusive, a cultura negra ou é mal vista ou não tem o mesmo impacto do que a cultura branca. Não adianta, a gente tenta e acho que estamos no momento ótimo na verdade, porque isso tudo está sendo falado. Na questão cultural de forma geral, está mais na mídia, é a população que mais necessita das políticas públicas, que necessita mais do debate. Acho que a população negra ainda está necessitando de muita

luta, necessitando se movimentar, necessitando trabalhar mais. Acho que de certa forma, ainda é o setor mais invisibilizado. Um dia eu falava para uma colega, que eu fazia parte de um grupo quando trabalhava na assistência, e fazia um grupo de mulheres aberto em uma comunidade, enfim, com muitas pessoas negras, acho que a maioria, em um dos bairros mais violentos da cidade. Eu trabalhava nesta comunidade que era a que mais recebia o bolsa família e eu dizia, que a gente só tinha mulheres brancas no grupo de mulheres. As pessoas negras não se sentem a vontade para ir no CRAS, não conseguem se colocar nesse grupo, e o que faremos para mudar isso? E a minha colega de trabalho era negra, e aí eu disse que tínhamos que fazer um chamado, disse que tínhamos que conversar isso no próprio grupo, precisávamos conversar com a comunidade. Porque é uma população negra excluída, e de alguma forma ali existe uma exclusão. Então é isso, é uma população que precisa, é um grupo dentro da população em geral, que ainda está lutando muito, precisando de mais lutas populares ainda, para poder iniciar uma transformação. E isso também é a nossa utopia, mas eu acho que a população negra as vezes dá um banho em como fazer várias coisas de mobilização e dá aula dentro das Comunidades.

15. Você se considera uma pessoa racista? Justifique sua resposta.

R: Essa pergunta aí, eu fiquei pensando: porra, vários anos de vida, nos últimos anos talvez mais né, desde que entrei na faculdade, eu comecei a pensar cara a gente não reproduzir racismo é a gente arrancar a pele assim né? Porque nossa! Me emocionei até! (choro). Esses dias eu me peguei pensando assim: nossa eu nunca me relacionei com um cara negro ou com uma mulher negra. Báh não chama atenção! E depois sozinha lendo e pensando: cara eu que não olho! Então, não se considerar racista eu acho que é muita pretensão por ser branca. Eu nasci no segundo bairro mais violento de Porto Alegre, sempre tive amigos e convivi com todo tipo de gente assim e com negros mas isso não faz da gente, mesmo que tenha amigos e tal, não faz a gente menos racista. Porque pessoas brancas tem esse argumento de ter um amigo negro, de ter namorado alguém negro e por isso não se achar racista. Mas e aí, que local que está essa pessoa nas suas relações? E o que você espera dela? Essa coisa, essa forma como você se

relaciona. Hoje o meu companheiro é negro e ele não fala sobre isso. Pouquíssimas vezes ele falou alguma coisa. Como se ele não vivesse assim. E aí claro, eu não fico também na posição de ficar o tempo inteiro dizendo: ah olha aqui ó, isso é isso por causa disso, porque eu acho que é um processo dele também. Eu preciso respeitar o que ele sente também, porque enfim é homem, tem um bom trabalho, está em um espaço de chefia, está em outra classe social e acho que isso também já começa a mexer assim né com a pessoa de várias formas, inclusive, para negar racismo. Assim, eu acho que está tudo casado né. E recentemente li o livro da Angela Davis, o Mulher, Raça e Classe e aí eu tirei um pouco o peso de me pensar enquanto uma pessoa racista, me culpando e pensar em uma coisa mais concreta, do tipo: bom isso existe não é privilégio meu ser ou não ser racista. Isso é algo que a gente precisa combater coletivamente e não somente eu, de que “agora vou tirar minha pele racista”. Eu não me considero como racista no sentido de menosprezar ou ter um outro olhar para uma pessoa negra, mas ao contrário disso, que é tentar de alguma forma, e que também não seja forçar a barra sabe. Acho que você tem que ter um pouco de bom senso assim, porque a pessoa negra ela tem que se sentir valorizada pelo o que ela é, não por ser negra, porque agora estamos debatendo o racismo sabe. Isso é muito louco de pensar, e acho que isso é algo coletivo. Essa coisa de se pensar racista e de fazer algo com isso, é algo muito coletivo! É algo que tem que ser pensado coletivamente, tem que ser trabalhado em grupos e enfim de diversas formas de trocar ideias e mexer nessa pele que é colada na gente né, em uma reprodução de uma sociedade formada no racismo, no sexismo, em uma classe dominar a outra classe, e essa outra classe dominada tem cor né. De forma geral então sei lá, acho que eu não me considero uma pessoa racista. Mas eu também acho bastante pretensão da minha parte dizer isso. Ao mesmo tempo que não me considero, já me peguei pensando inclusive quando eu li a tua entrevista já me deu um desconforto. Eu pensei esse desconforto não é toa né! Então você vê se você se coloca no processo de pensar, você vai ver que você reproduz não sei se o racismo, mas essa coisa de senso comum mesmo, esse desconforto mesmo de falar, de assumir que você está em um espaço privilegiado por ser branco. É isso, a gente não assume né? Acho que isso é o nosso principal problema, se a gente

se assumisse né como reprodutores do racismo, de que não é nossa culpa, a gente conseguiria avançar, mas isso eu acho que é um processo coletivo assim, individualmente é limitado de se fazer.

APÊNDICE E - entrevista 5

Assistente Social E

Raça/cor: Branca

Gênero: Feminino

Instituição de formação: UFSC

Ano de formação: 2013

Possui especialização? Se sim, em que área? Sim, Gestão Social e Políticas Públicas

Quanto tempo atua na Instituição: quatro anos e meio.

Atua em que Setor: Assistência Estudantil - COAES/PRAE

As perguntas nortearam o roteiro estarão assim dispostas:

Existe racismo no Brasil? Justifique sua resposta.

Sim. Com certeza nós vimos isso todos os dias evidenciado em notícias, mas também quem convive com pessoas negras e vai, através da observação, percebendo que sim, há racismo na fala de pessoas conhecidas, da família, na instituição de trabalho, mas também outras instituições públicas e privadas. Para mim é bem evidente que existe o racismo ainda hoje, acredito que diminuiu bastante ao longo das últimas décadas, mas ainda é bem presente a gente vê pela própria questão das últimas eleições que ficou bem evidenciado também.

Qual é a visão sobre o racismo na nossa sociedade?

R:Eu acredito que seja estrutural, não vem de uma pessoa que outra pessoa aqui, outra pessoa ali, mas vem do mundo inteiro, diversas formas de racismo e outros preconceitos, também, e aqui no Brasil. Na nossa sociedade veio, principalmente, uma questão escravista onde tudo que era considerado coisas que se aproximassem das pessoas negras eram consideradas ruins e ficou uma marca histórica disso até hoje. Nós vemos pelas religiões afro-brasileiras e principalmente nisso, mas a gente vê também pela questão da pobreza, que as

peças negras historicamente do Brasil pelo menos, em que o país, não sei acho que mais de 50% das pessoas são negras e são as pessoas que na maioria estão na linha da pobreza.

Como é tratada a questão étnico-racial no Brasil?

R: Eu acredito que tenha políticas, nós vemos aqui pela Universidade a política de ações afirmativas em concursos, em áreas privadas também para que tenha essa mudança histórica da questão do racismo no Brasil. Mas ainda não é o suficiente porque acredito que ainda se barra muito o falar sobre isso em escolas em outros meios, até na vida privada da família, também, e faz com que as pessoas não reflitam. Então eu acho que a questão, é, ela tem sido tratada sim, através dos órgãos públicos tem-se tido mais discussões sobre o assunto e a política de enfrentamento, mas ainda acho que não é suficiente. Não sei se damos dois passos para frente e um para trás, porque eu acredito que em alguns momentos parece que está assim evoluindo bastante, mas aí acontece algumas situações no Brasil que parece que retrocede. Então eu acho que a questão ela tem sido tratada, mas ainda deixa a desejar um pouco.

Em sua opinião existe racismo na UFSC? Se sim, de que forma ele aparece? Se não por quê?

R: Sim existe! Inclusive em falas assim, por exemplo na fala de um estudante, mas eu já presenciei em outras. Este estudante que marcou muito por ter falado que não existe racismo. Ele falou exatamente isso “e você for para São Paulo você vai ver que não há racismo em São Paulo”. E eu discordei dele, tentei argumentar um pouco sem aprofundar muito na questão, mas tentei mudar um pouquinho o olhar dele. Mas isso para mim é um estudante, mas eu acredito que tenha outros estudantes com esse mesmo olhar, inclusive pessoas tentando entrar na universidade pública alguns anos e colocam a culpa de não entrarem nas cotas raciais e nas outras cotas também, mas principalmente nas cotas raciais. Dizem que reafirma o racismo, o que eu discordo totalmente e mais outras situações assim eu não lembro de muitas situações em relação ao racismo de outros setores

que eu não convivo, talvez com SAAD você consiga melhor visualizar essa resposta. Mas eu acredito que tenha sim.

O que falam para você sobre estudantes negros cotistas?

R: Basicamente que tiram a vaga de outras pessoas e muitas vezes com a frase “tira a vaga de quem realmente quer estudar”, como se a pessoa que entrou pela cota não quisesse estudar. Geralmente é nesse sentido assim, de reafirmar dizer que reafirma o racismo as cotas. E a gente tem que fazer um trabalho na nossa vida particular também, não apenas na universidade, mas com as pessoas para entenderem a dívida histórica que se tem em questão da escravidão, fazer as pessoas refletirem um pouquinho mais sobre a realidade no país. Olha! A quantidade de pessoas negras é superior a quantidade de pessoas brancas, próximo, mas ainda assim é superior e como que as pessoas negras são as que mais morrem, as que mais estão na linha da pobreza ou abaixo da linha da pobreza. Então não tentar refletir isso e o que eu acredito também que as cotas, todas elas servem para um período. Até não vai melhorar 100%, mas até estabilizar alguma questão. Então não necessariamente as cotas vão ser eternas, mas se precisar que sejam também, eu acredito que se for para melhorar toda essa questão estrutural tem que acontecer. Mas a maioria das falas que eu ouço sobre as cotas são negativas e eu acredito que é muito da ignorância. Então nós temos que fazer um trabalho bem paciente na vida particular, também, das pessoas que convivemos.

Já atendeu usuários com demandas relacionadas a racismo na Instituição?

R: Olha, não que eu lembre. Eu já atendi outras queixas de estudantes, mas especificamente sobre racismo não. Só de outras demandas de mulheres enfim, mas não é questão racista.

Você acha que cotas intensificam ou não a discriminação racial? Justifique a sua resposta.

R: Não. Eu acredito que talvez por um lado na questão da ignorância das pessoas de acharem que a cota é errada e não conseguem adentrar na universidade, em

concurso público e colocam a culpa nas cotas. Mas isso eu acredito que seja por uma visão ignorante do que realmente são as cotas, mas não que ela intensifique o racismo. Eu acredito que o racismo como outros preconceitos eles partem da questão de ignorância da pessoa não saber e por isso eu não gostar, ou enfim discriminar. Então eu acho que por um lado não, mas por outro sim, nessa questão da pessoa colocar a culpa nas cotas e aí acabar sendo mais racista do que já era. Mas, nesse sentido apenas, eu não acredito que a cota de fato intensifique o racismo se o racismo já é estrutural, ele já existe. Não são as cotas que vão fazer com que as pessoas sejam mais racistas, somente os que não tem realmente esse conhecimento das cotas. Mas se ela já era racista, ela vai continuar sendo em teoria.

Você acha que a política de ações afirmativas na sua modalidade cotas PPI, atende as necessidades dos estudantes negros oriundos desta política? Justifique sua resposta.

R: Só para a questão da entrada na universidade não, isso até posso tirar por todas as cotas que a gente tem aqui, que só a entrada não é suficiente. Acredito que só na demanda de conseguir entrar em uma universidade pública, que em outros momentos talvez esse estudante não entrasse, por historicamente a universidade pública ter sido um ambiente branco, então talvez não entraria também como a gente vestibular a pessoa pode entrar pela classificação geral. Mas eu digo assim que ter aberto portas, aberto oportunidades de fato aconteceu. Mas não atende todas as demandas porque é apenas a entrada. O estudante como um todo tem muitas demandas e o estudante negro ele tem outras demandas também, além daquelas que todos os outros demais estudantes têm. As suas demandas diferenciadas por causa da questão do racismo é por isso que tem a SAAD também, mas só entrada não dá conta. Então como tem outros seguimentos aqui dentro da universidade, outros setores que tentam dar conta das outras demandas aí eu acredito que ela não vou dizer que é 100%, mas se aproxima de conseguir dar conta sim das principais demandas. Mas também como estamos em um ambiente público é um serviço público e tudo depende de recursos e de sim e não, acredito que não vai ser 100% nunca para nenhuma das

cotas mas à SAAD acredito que está fazendo um bom trabalho em relação a permanência das pessoas negras e outras diversidades.

Você é a favor de cotas raciais? Justifique sua resposta.

R: Sim! Por toda questão de dívida histórica, a questão que temos que mudar, não tem que ser apenas as mesmas famílias com oportunidades, sendo que as oportunidades devem ser para todos os brasileiros. E, como tem toda essa questão histórica, enfim se não tiver cotas as oportunidades não vão ser iguais. Então sim com certeza sou a favor das cotas.

Em sua opinião qual o papel do assistente social na PAA?

R: Nós aqui na COAES participamos de todo processo de matrícula, das ações afirmativas, mais a questão socioeconômica. Aí tem outros setores que participam de outras comissões e, também, do atendimento. Posterior a isso, como na SAAD, nós aqui atendemos os estudantes depois da matrícula, mas no segmento socioeconômico. Claro que chegam diversas demandas e nós tentamos trabalhar em conjunto com outros setores ou encaminhando, ou trocando informações para melhor atendê-lo, porque cada setor querendo ou não é responsável por certas demandas. Então nós tentamos conversar, mas o estudante acaba sendo atendido em alguns setores, até onde o assistente social pode ir com aquela demanda e até onde assistente social do outro pode ir com aquela demanda. Então na questão racial a gente não tem nada específico, mas é mais na questão socioeconômica que abrange também as pessoas negras/ pardas, todo o público que entra pela cota de PPI.

Que estratégias profissionais têm utilizado no combate ao racismo?

R: Aqui como nós temos muitos atendimentos individuais, temos alguns projetos coletivos e, principalmente, com a psicologia educacional. Mas não temos nada específico para a questão do racismo, é mais na demanda que chega ou na entrevista com o estudante que nós conseguimos perceber tanto a questão de ele estar sofrendo racismo, quanto à questão de estudante falar ou agir de forma racista. Aí tem isso também, como mencionei contigo anteriormente. Então o jeito

é tentar falar com calma e tentar fazer com que a pessoa reflita. Talvez ela não vai concordar contigo na hora ou talvez não vai concordar nunca, mas pelo menos a pessoa fica com uma sementinha ali e reflita. Mas é aquele trabalho bem de formiguinha, mas alguma coisa maior nós não temos aqui no momento. Acredito que só lá na SAAD, talvez algum outro setor. Aqui nós temos cartazes, na sala de atendimento de questão de divulgação de racismo, homofobia, respeito a mulher tem algumas coisas que colocamos, mas não trabalho específico em relação ao racismo.

As suas condições de trabalho permitem a realização dos objetivos profissionais na implementação da política?

R: Eu acho que nós sempre temos barreiras institucionais e aquela demanda de trabalho cotidiana que é o tarefeiro que temos que executar também. Em alguns momentos sim podemos participar de fóruns. No ano passado teve um que participei, eu e mais três colegas no CRESS, um dia que era a temática. Era o debate mas também tinha algumas pessoas falando, era sobre o racismo. Nesse sentido de participar de eventos de ter mais conhecimento sim, mas na questão de atuar é muito uma coisa individualizada e de demanda espontânea e não um trabalho coletivo, um trabalho específico com essa temática. Nós temos aqui a questão da permanência e fazemos alguns trabalhos em relação a isso, em questão do estudante que não está conseguindo frequentar, enfim daí podem surgir situações nesse sentido, mas não é nada específico. Acredito que ninguém pelo menos as outras colegas não estejam participando de nada nesse sentido, só na questão da permanência mesmo.

**A Cor da pele do(a) usuário(a) foi um fator que influenciou no atendimento?
Conte uma situação como exemplo.**

R: A princípio não. Na verdade os estudantes que eu tive que mudar alguma coisa na forma de falar são os estudantes que têm deficiência aí sim ou tem alguma questão psiquiátrica ou que tem alguma questão de não conseguir prestar atenção, mas em relação a cor da pele até agora não.

O que você pensa sobre a população negra?

R: Pra mim a população negra é para ser como a população branca. Eu sei que de fato não ocorre isso por toda essa questão histórica, social do mundo todo. Mas no meu ver é uma pessoa como eu, que sou branca mas na prática eu sei que a pessoa é tratada de forma bem diferente do que eu. Nós sabemos que questão de emprego, de cargos de modo geral está diminuindo, mas ainda assim a questão de salário está diferenciada. A questão da população carcerária, a população que tem sido presa, boa parte das vezes injustamente. É a população que sai no jornal como “a de um tiroteio e a pessoa estava armada e depois se descobre que [a arma] foi plantada”, é uma população que sofre. Todas as pessoas têm os seus sofrimentos, cada um sabe da sua dor, mas nós sabemos que a população negra é a população que tem mais dificuldades de conseguir as coisas em relação a trabalho, estudo, em relação a ser bem atendido por outras pessoas e ser bem visto. A população negra parece que tem que provar que é capaz, que consegue muito mais. Provar que não é uma pessoa ruim, ou que faz algo ruim do que a população branca. É a população que eu acredito que tem outras minorias, têm as mulheres negras que acredito que seja a população que mais sofre ainda em relação a mulheres que já sofrem discriminações de diversos sentidos, a mulher negra tem outras demandas, eu creio que tenha mais demandas que a mulher branca. O homem negro por ser a população que é encarcerada, que morre, que é acusado injustamente. Não que não tenha também nas outras minorias, mas é mais ou menos isso assim, que eu vejo. Eu convivo com pessoas negras não apenas na universidade em outros meios, mas sempre fico refletindo quantas pessoas negras frequentam esse ambiente que eu frequento. Como na universidade na época em que eu me formei, tinha no meu no curso que era no Serviço Social a maioria das pessoas eram brancas. Então é uma reflexão que temos que fazer sempre. Eu penso que em teoria é igual a mim, mas na prática vemos que não é tratado como um igual. Por isso que precisa ter as cotas, que precisa ter políticas para que seja mais igualitário.

Você se considera uma pessoa racista? Justifique sua resposta.

R: Não! Porém aprendi na disciplina de ética que todo mundo é preconceituoso. Lembro que eu tive a disciplina com a professora Simone Sobral e ela fez essa

reflexão com a gente, e o preconceito nada mais é que do que a ignorância. Tu ter um pré-conceito, você visualizar uma coisa, uma situação, uma pessoa e aquela é a tua visão pré-concebida. Então t tem alguns preconceitos eu acredito que já tive muitos preconceitos, até pela questão de não ter a compreensão. Quando eu era criança eu lembro que já falei frase racista, por ouvir adultos falando frases preconceituosas. É que nós vamos nos desconstruindo, e ainda tenho muito que desconstruir. Mas eu acredito que não sou racista, no entanto tanto para o racismo como para qualquer outra coisa, eu posso ter alguma questão pré-concebida que tenho que ficar desconstruindo, que tenho que ficar refletindo. Como eu te falei, hoje em dia não me considero preconceituosa, racista apesar de ter essa margem como uma professora ensinou. Eu acredito que ela esteja certa porque eu refleti bastante já sobre isso, que a gente tem um pouco de preconceito ainda com vários assuntos. Não quero fazer isso porque vai ser tal coisa e as pessoas dizem “não tem nada a ver isso aí que você está falando, ah é? eu achava que era assim”. Então acho que faz parte do ser humano a gente se desconstruir, construir e desconstruir, mas acredito que sempre podemos melhorar. Mas de modo geral não me vejo como racista, mas também tenho que ficar me policiando na forma de falar por causa de algumas palavras que a gente socialmente adquiriu ou não, apenas socialmente, palavras que estão no nosso vocabulário e frases, tem que ficar pensando. E às vezes eu pergunto para um amigo homossexual ou para uma amiga negra, que uma das minhas melhores amigas é negra, se o que eu falei está errado. Eu acho que isso faz parte dessa desconstrução que a gente tem, porque às vezes achamos que estamos falando uma coisa que não tem nada a ver, que não magoa, que não chateia e depois a pessoa te mostra “isso que você falou tem um cunho preconceituoso”. Mas não intencionalmente, não que tu tem um preconceito que tu vai agir de uma forma preconceituosa, intencionalmente. Eu acredito que não, mas estou aí para continuar refletindo.

ANEXO 1 – Parecer consubstanciado no CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A atuação da assistente social na Política de Ação Afirmativa: combate ou reprodução do racismo.

Pesquisador: KAROLINE FRANCIELE DOS SANTOS

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 20456219.1.0000.0121

Instituição Proponente: Universidade Federal de Santa Catarina

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.772.330

Apresentação do Projeto:

O projeto é apresentado por Karoline Franciele dos Santos, estudante do PPGP em Serviço Social e orientado pela Profa. Dra. Simone Sobral Sampaio. A pesquisa busca analisar, a partir do exercício profissional em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina atuando com a política de ações afirmativas, se esta é pautada no combate ao racismo ou na sua reprodução. Para esta análise pretende-se realizar uma entrevista com estes profissionais através de um questionário semi-estruturado. Pretende-se entrevistar 13 profissionais.

Objetivo da Pesquisa:

Conhecer e analisar, a partir da prática profissional do/da assistente social, como se manifesta a presença/ausência do racismo no seu cotidiano de trabalho que se dá na atuação direta com a política de ações afirmativas na modalidade Pretos/Pardos/Indígenas – PPI da Universidade Federal de Santa Catarina. Conhecer como o profissional desenvolve estratégias de combate ao racismo em seu cotidiano de trabalho.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS

Os riscos desta pesquisa consistem na possibilidade de ocorrer cansaço, desconforto ou constrangimento ao responder as questões da entrevista. Como forma de minimizar tais riscos, em caso de insatisfação explícita dos entrevistados, não será dada continuidade a entrevista,

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

ANEXO 2 – Continuação do parecer consubstanciado no CEP I

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



Continuação do Parecer: 3.772.330

mantendo a relação de respeito entre pesquisadora e entrevistado(a). O(a) entrevistado(a) pode se recusar a participar do estudo, ou retirar o seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e de, por desejar sair da pesquisa, não sofrer qualquer prejuízo. As pesquisadoras tomarão todas as providências necessárias para manter o sigilo, ainda assim esclarecemos que há a remota possibilidade da quebra do sigilo, mesmo que involuntário e não intencional, cujas consequências serão tratadas nos termos da resolução CNS 510/16 e legislação vigente.

BENEFÍCIOS

Os beneficiados com a pesquisa serão os usuários da Política de Ações Afirmativas na sua modalidade - PPI (pretos, pardos e indígenas) que vivenciam cotidianamente o racismo presente em nossa sociedade e dentro da Universidade. Os assistentes Sociais que atuam com esta política também serão beneficiados com as propostas de estratégias e ações que serão construídas e compartilhadas nesta pesquisa. Temos como benefícios da pesquisa auxiliar na construção de propostas de estratégias e ações para os assistentes sociais atuarem com usuários da política de ações afirmativas na perspectiva de garantia e ampliação aos seus direitos na área da educação atrelados a uma luta antirracista. Auxiliar no entendimento do modo em que a profissão vem dando respostas ao fenômeno do racismo dentro desta política.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Não há.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresenta folha de rosto assinada pela pesquisadora e pela vice-reitora da UFSC.

Apresenta TCLE adequado à resolução CNS 510/16.

O cronograma informa que a coleta de dados será iniciada em 06/01/20.

O roteiro de entrevista é informado no projeto.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A análise de riscos foi adequada e o TCLE contém as informações orientadas na res. CNS 510/16.

Pela aprovação.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

ANEXO 3 - Continuação do parecer consubstanciado no CEP II

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



Continuação do Parecer: 3.772.330

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1427663.pdf	04/12/2019 10:04:41		Aceito
Outros	CARTARESPOSTA.docx	04/12/2019 10:00:49	KAROLINE FRANCIELE DOS SANTOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.docx	04/12/2019 10:00:07	KAROLINE FRANCIELE DOS SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	04/12/2019 09:59:13	KAROLINE FRANCIELE DOS SANTOS	Aceito
Folha de Rosto	folha.pdf	04/09/2019 10:47:21	KAROLINE FRANCIELE DOS SANTOS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FLORIANOPOLIS, 15 de Dezembro de 2019

Assinado por:
Maria Luiza Bazzo
(Coordenador(a))

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br